



EMILLY FIRMINO OLIVEIRA DE LIMA

Guerras híbridas: os caminhos entre as redes sociais, a imprensa e a disputa de territórios na
América Latina

São Paulo – SP

2022

EMILLY FIRMINO OLIVEIRA DE LIMA

Guerras híbridas: os caminhos entre as redes sociais, a imprensa e a disputa de territórios na América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologia”.

Orientador: Prof^o. Dr^o. José Sobreiro Filho

São Paulo – SP

2022

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

L732 Lima, Emilly Firmino Oliveira de.
Guerras híbridas : os caminhos entre as redes sociais, a imprensa
e a disputa de territórios na América Latina / Emilly Firmino
Oliveira de Lima. – São Paulo, 2022.
232 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: José Sobreiro Filho.

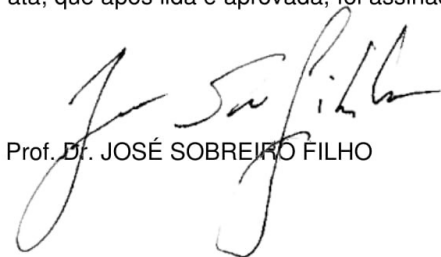
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e
Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL), São Paulo, 2022.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3.
Movimentos sociais rurais – Brasil. 4. Meios de comunicação –
Aspectos políticos. 5. Redes sociais on-line – Aspectos políticos. I.
Título.

CDD 301.350981

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE EMILLY FIRMINO OLIVEIRA DE LIMA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 30 dias do mês de maio do ano de 2022, às 08:30 horas, no(a) Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais IPPRI, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de EMILLY FIRMINO OLIVEIRA DE LIMA, intitulada **“Guerras Híbridas: os caminhos entre as redes sociais, a imprensa e as disputa de territórios na América Latina”**.. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) PPGeo / UFPA, Prof. Dr. ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA (Participação Virtual) do(a) Instituto de Ciências da Natureza (ICN) (curso de Geografia) / Universidade Federal de Alenas, Prof. Dr. RAFAEL LITVIN VILLAS BOAS (Participação Virtual) do(a) UnB / Universidade de Brasília, Prof. Dr. ANDRÉ LUÍS ANDRÉ (Participação Virtual) do(a) Geografia. / Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO



PROF. DR. DAVIS GRUBER
SANSOLO

Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe

A Maria e Eraldo, também conhecidos como ‘meu pai’ e ‘minha mãe’, que sempre fizeram de tudo para que eu pudesse construir meus próprios passos através do estudo. Se sou o que sou hoje, é porque um dia vocês foram e seguem sendo o que é necessário para mim. Também a Valdelice, Henrique, Almerinda e Zé Firmino, que vieram antes; a Mário Allan, sempre ao meu lado; e Mário Henrique, que veio para continuar nossa história.

AGRADECIMENTOS

É uma coincidência finalizar este processo retornando à Escola Nacional Florestan Fernandes após mais de 2 anos de pandemia. Foi aqui onde comecei oficialmente esta jornada rumo a mais um degrau no sonho de construção de um conhecimento que possa ser de fato libertador. Coincidência que carrega a mística de reafirmar o compromisso em seguir sendo povo e com a revolução. Por isso e por tantos outros caminhos que a militância já me permitiu passar, agradeço primeiramente a estes espaços, que se representam através do Levante Popular da Juventude, Movimento Brasil Popular e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; eu não seria metade do que sou se não fosse por tudo que eles permitiram.

Agradeço aos meus pais, dona Maria Barbosa e seu Eraldo Firmino, que sempre fizeram de tudo pela minha educação, repetindo diariamente que seria através dela que eu conseguiria a minha liberdade através da realização dos meus sonhos. Me ensinaram sobre disciplina, valores; deram a base para que eu chegasse onde estou e também para seguir os anseios que se colocam no horizonte. Também ao meu irmão, Mario Allan, meu pilar de segurança e aprendizado, obrigada por ser base sólida e me ensinar sobre tudo que carrega na sua calmaria. À minha família inteirinha, as vezes sou um pouco desgarrada e desligada, mas carrego a beleza e o orgulho que tenho das minhas raízes para qualquer canto que eu vá.

A Nino Sobreiro, pela paciência e compreensão do desafio que é orientar alguém que se propõem a tentar ser uma intelectual orgânica. Por ter compreendido minhas agendas loucas, por me acalmar nos momentos de desespero e ter me animado nas vezes que eu estava prestes a desistir, considerando que todos os desafios do mestrado foram atravessados pela pandemia e pelo governo Bolsonaro. Também a todo o ‘Papo de bastidores’, neste grupo encontrei sentido concreto para o presente e o futuro da vida acadêmica, tenho aprendido de um tanto com o privilégio de estar entre tantos exemplos.

Às amigas, companheiras e companheiros, parcerias de vida; incluo aqui também minha terapeuta. Cada um de vocês sabe o papel fundamental que tiveram e tem na minha vida, em especial na reta final, quando fui sustentada a cada abraço, afeto, mensagem, áudio, videochamada, sorriso e olhar de carinho (também por compreender minhas ausências). Com vocês tive a certeza que quem cultiva a semente do amor, de fato, “segue em frente e não se apavora”, pois sempre tem um lugar de aconchego quando a vida pesa.

Por fim, a quem me protege, me zela e me guarda. É na fé que encontro forças para não me perder neste mundo de contradições. Sigo agradecendo diariamente por ter tudo que tenho, com a plena certeza de que quem me cuida não dorme e me olha ininterruptamente.

O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia

Guimarães Rosa

RESUMO

Estudar comunicação é perceber que as mudanças nas tecnologias da informação estão relacionadas a momentos que alteraram a política, a economia e/ou a cultura. A internet, por exemplo, surgiu durante a Segunda Guerra Mundial para responder às necessidades das forças armadas estadunidenses e, a partir de sua popularização, revolucionou não só forma como se desenvolvem os conflitos geopolíticos, mas também a construção dos valores sociais. Parte fundamental dos elementos que caracterizam a sociedade moderna, o uso das tecnologias da informação (TICs) traz concepções dúbias a respeito dos benefícios e malefícios para a humanidade. Para os movimentos sociais, historicamente excluídos do acesso aos meios massivos de comunicação, a possibilidade de uso da internet corresponde a uma mudança de qualidade na autonomia para difundir suas mensagens. Entretanto, surgem também movimentações políticas que usam as TICs para o desenvolvimento da disputa territorial na tentativa de manutenção da hegemonia política, as chamadas guerras de quarta geração. Olhando para este cenário e tendo em vista a importância dessas movimentações no campo da comunicação e da geopolítica, esta pesquisa tem como objetivo central analisar o uso da imprensa e das redes sociais na disputa de territórios para, a partir disso, identificar as potencialidades para o fortalecimento dos movimentos sociais. Com essa finalidade, considerando o período que vai de 2010 a 2022, foi realizada o levantamento de dados das pesquisas de intenção de voto e aprovação dos governo Partido dos Trabalhadores (PT) e a análise semióticas de capas da Revista Veja e de manchetes do Jornal Folha de São Paulo associados ao Partido. No campo das redes sociais, foi realizada a apuração de dados das redes sociais do Levante Popular da Juventude durante as jornadas de junho de 2013. Assim, a presente pesquisa reafirma as TICs como ferramenta prioritária para a estratégia daqueles que se colocam à disputa de poder na luta de classes.

Palavras-chave: América Latina; Guerras Híbridas; Imprensa; Redes Sociais; Disputa Territorial

ABSTRACT

Studying communication is perceiving that changes in information technologies are related to moments that will alter politics, economy and/or culture. The internet, for example, emerged during World War II to respond to the needs of the US armed forces and, from its popularization, revolutionized not only the way geopolitical conflicts unfold, but also the construction of two social values. A fundamental part is two elements that characterize modern society, or the use of information technologies (ICTs), tracing different concepts in respect of both benefits and harms for humanity. For social movements, historically excluded from access to mass media, the possibility of using the Internet corresponds to a change in quality in autonomy to spread their messages. Meanwhile, there are also political movements that use ICTs for the development of the territorial dispute in an attempt to maintain political hegemony, the so-called wars of the fourth generation. Looking for this scenario and having in view the importance of these movements in the field of communication and geopolitics, this research had as its central objective to analyze the use of the press and social networks in the dispute over territories in order to, based on this, identify the potential for strengthening two social movements. With this purpose, considering the period from 2010 to 2022, data was collected from the investigations of vote intention and approval of the Partido dos Trabalhadores (PT) government and the semiotic analysis of the layers of the *Veja* Magazine and of the *Jornal Folha* handouts. of São Paulo associated with the Party. In the field of social networks, it was carried out to assess the data of the social networks of Levante Popular da Juventude during the days of June 2013. Likewise, this research reaffirms ICTs as a priority tool for the strategy of those who are placed in power disputes. in a fight of classes.

Keywords: Latin America; Hybrid Wars; Press; Social media; Territorial Dispute

RESUMEN

Estudiar comunicación es darse cuenta de que los cambios en las tecnologías de la información están relacionados con momentos que cambiaron la política, la economía y/o la cultura. Internet, por ejemplo, surgió durante la Segunda Guerra Mundial para responder a las necesidades de las fuerzas armadas estadounidenses y, a partir de su popularización, revolucionó no solo la forma en que se desarrollan los conflictos geopolíticos, sino también la construcción de valores sociales. Parte fundamental de los elementos que caracterizan a la sociedad moderna, el uso de las tecnologías de la información (TIC) trae concepciones dudosas sobre los beneficios y perjuicios para la humanidad. Para los movimientos sociales, históricamente excluidos del acceso a los medios masivos, la posibilidad de utilizar internet corresponde a un cambio en la calidad de la autonomía para difundir sus mensajes. Sin embargo, también existen movimientos políticos que utilizan las TIC para el desarrollo de la disputa territorial en un intento por mantener la hegemonía política, las llamadas guerras de cuarta generación. Ante este escenario y en vista de la importancia de estos movimientos en el campo de la comunicación y la geopolítica, esta investigación tiene como principal objetivo analizar el uso de la prensa y las redes sociales en la disputa por los territorios para, a partir de ello, identificar los potencial para el fortalecimiento de los movimientos sociales. Para ello, considerando el período de 2010 a 2022, se recogieron datos de encuestas de intención de voto y aprobación del gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) y del análisis semiótico de portadas de la Revista Veja y titulares del Jornal Folha de São Paulo asociados a La fiesta. En el campo de las redes sociales, se recolectaron datos de las redes sociales del Levante Popular da Juventude durante las jornadas de junio de 2013. Así, la presente investigación reafirma las TIC como una herramienta prioritaria para la estrategia de quienes se ponen en la lucha por el poder en la lucha de clases

Palabras clave: América Latina; guerras híbridas; Prensa; Redes sociales; Disputa territorial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Conceito dos 5 anéis.....	92
Figura 2 –	Sociedade.....	93
Figura 3 –	Indivíduo.....	93
Figura 4 –	O que é o Instituto Federal de Telecomunicaciones?.....	116
Figura 5 –	Edição da Revista Veja nº2153.....	163
Figura 6 –	Edição da Revista Veja nº2169.....	164
Figura 7 –	Edição da Revista Veja nº2186.....	164
Figura 8 –	IstoÉ publica capa similar à edição nº2169 da Veja.....	166
Figura 9 –	Capa da Folha de São Paulo em 3 de março de 2010.....	167
Figura 10 –	Capa da Folha de São Paulo em 1 de abril de 2010.....	168
Figura 11 –	Capa da Revista Veja em 17 de março de 2010.....	170
Figura 12 –	Capa da Revista Veja em 1 de agosto de 2012.....	171
Figura 13 –	Capa da Revista Veja em 19 de setembro de 2012.....	171
Figura 14 –	Capa da Jornal Folha de São Paulo em 2 de outubro de 2012.....	173
Figura 15 –	Capa da Jornal Folha de São Paulo em 12 de dezembro de 2012.....	174
Figura 16 –	Capa do Jornal Folha de São Paulo em 12 de junho de 2013.....	178
Figura 17 –	Editorial Folha de São Paulo em 13 de junho de 2013.....	180
Figura 18 –	Capa do Jornal Folha de São Paulo em 18 de junho de 2013.....	181
Figura 19 –	Capa do Jornal Folha de São Paulo em 19 de junho de 2013.....	182
Figura 20 –	Cobertura do G1 sobre as manifestações em Brasília.....	183
Figura 21 –	Cobertura Internacional – Junho de 2013.....	184
Figura 22 –	Capa da Revista Veja de 19 de junho de 2013.....	185
Figura 23 –	Capa da Revista Veja 26 de junho de 2013.....	186
Figura 24 –	Chamada em defesa do Passe Livre.....	188
Figura 25 –	Repressão por seguranças da ALERJ - 28 de agosto de 2013.....	189

Figura 26 –	Corrupção no metrô de São Paulo - 4 de setembro de 2013.....	190
Figura 27 –	Beleza não tem padrão – 3 de outubro de 2013.....	191
Figura 28 –	Assassinato de Marighella – 4 novembro de 2013.....	192
Figura 29 –	Escrachos à Rede Globo.....	193
Figura 30 –	Capa da Revista Veja em 29 de outubro de 2014.....	195
Figura 31 –	Capa da Revista Veja em 26 de março de 2014.....	196
Figura 32 –	Capa da Revista Veja em 9 de abril de 2014.....	197
Figura 33 –	Capa da Revista Veja em 10 de setembro de 2014.....	198
Figura 34 –	Avaliação do governo Dilma Rousseff (%) - 2011 – 2014.....	200
Figura 35 –	Capa da Revista Veja em 5 de novembro de 2014.....	201
Figura 36 –	Primeiro turno e segundo turno das eleições presidenciais em 2014...	202
Figura 37 –	Capa da Revista Veja em 12 de novembro de 2014.....	203
Figura 38 –	Capa da Revista Veja em 21 de janeiro de 2015.....	204
Figura 39 –	Capa da Revista Veja em 15 de setembro de 2015.....	205
Figura 40 –	Capa da Revista Veja em 7 de outubro de 2015.....	207
Figura 41 –	Capa do Jornal Folha de São Paulo em 15 de março de 2015.....	208
Figura 42 –	Capa do Jornal Folha de São Paulo em 13 de abril de 2015.....	209
Figura 43 –	Capa do Jornal Folha de São Paulo em 17 de agosto de 2015.....	210
Figura 44 –	Capa do Jornal Folha de São Paulo em 14 de dezembro de 2015.....	211
Figura 45 –	Capa da Revista Veja em 18 de abril de 2016.....	212
Figura 46 –	Capa da Revista Veja em 18 de maio de 2016.....	213
Figura 47 –	Manchetômetro divulgado em 6 de janeiro de 2022.....	214

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aspectos definidores do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein...	103
Tabela 2 – 1994 – Estações de rádio e TV controladas por políticos no Brasil....	126
Tabela 3 – 2017 – Comando de difusão das redes de informação e mídia brasileiras.....	127
Tabela 4 – Audiência Online no Brasil em 2017.....	128
Tabela 5 – Levantamento do Intervenientes em 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV em 2018.....	130
Tabela 6 – Signos e sua relação de primeiridade, secundidade e terceiridade.....	157
Tabela 7 – Cenário eleitoral em 2010 segundo dados do Datafolha.....	162

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ENTENDER A GEOGRAFIA PARA ENTENDER A COMUNICAÇÃO, ENTENDER A COMUNICAÇÃO PARA ENTENDER A GEOGRAFIA.....	24
2.1	Uma Geografia para entender o mundo.....	27
2.1.1	A Geografia política e a disputa de territórios.....	32
2.1.2	Espaço e território: das bases da geografia à batalha das ideias nas redes sociais.....	38
2.1.3	Território e Poder.....	48
2.2	A geografia da Comunicação	55
2.2.1	O que é Comunicação Social?	61
2.2.2	Comunicação, poder e hegemonia	69
2.2.3	Os gigantes que dominam as redes	83
2.2.4	Guerras do novo tempo: a disputa pela hegemonia global	87
2.3	Os territórios da comunicação	99
2.3.1	Comunicação e democracia na América Latina	101
2.3.2	Comunicação e política no Brasil	123
3	“O CASO BRASIL”: A DISPUTA EM DADOS COMPARADOS E SEMIÓTICA	149
3.1	Perspectivas metodológicas	149
3.1.1	A Netnografia	151
3.1.2	A Semiótica	153
3.2	O PTismo, o golpe e o papel das redes sociais nos caminhos que levaram ao bolsonarismo	158
3.2.1	Partido dos Trabalhadores: das pesquisas aos meios de Comunicação.....	159
3.2.1.1	As Eleições de 2010	160
3.2.1.2	O julgamento do mensalão e a crise de credibilidade do PT	169
3.2.1.3	As jornadas de junho de 2013 e o derretimento de Dilma.....	175
3.2.1.3.1	Os movimentos sociais em junho de 2013	187
3.2.1.4	O escândalo da Petrobras, as manifestações Contra a Copa do Mundo e as eleições de 2014	194
3.2.1.5	Manifestações pelo impeachment de Dilma.....	202

3.2.1.5.1	Isolamento político de Dilma: onde estava a esquerda em agosto de 2016?....	215
4	O LEGADO DE JUNHO DE 2013: O QUE TEMOS A APRENDER.....	217
4.1	A mídia tradicional e o papel das redes sociais	218
4.2	Contra-ataque: a reconstrução do fascismo no Brasil	219
4.2.1	A tentativa de cerco às manifestações sociais.....	220
4.2.2	O discurso neofascista, a figura de Jair Bolsonaro e a república das Fake News.....	221
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	REFERÊNCIAS	226

1 INTRODUÇÃO

Se desejamos olhar para a história da comunicação social e das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no mundo de forma profunda, podemos afirmar que um bom caminho para este olhar é a partir da compreensão da Geografia em frente as TICs e da Geopolítica. Ao debruçar-se em torno do estudo e análise desta relação, foi possível perceber ainda na superfície dos dilemas que esta tríade impõe que os grandes avanços tecnológicos sempre estiveram atrelados às necessidades da manutenção e disputa do poder.

Com o advento do capitalismo, as tecnologias da informação não só alteraram a forma de viver da sociedade, como influenciaram no desenvolvimento dos meios de comunicação com objetivo de atender às necessidades das elites. Detentoras de tais tecnologias, esta classe privilegiada, que também está associada ao domínio dos meios de produção, historicamente tem se utilizado das TICs para interferir na política, na economia, na cultura, nos espaços, nos territórios; ou na combinação do múltiplo controle destes.

A invenção do rádio, a popularização dos folhetins, das revistas, dos jornais impressos; todos acompanharam as necessidades de ampliar a comunicação entre um grupo específico, geralmente a burguesia, e os diversos grupos sociais que estavam subjugados a ele. O século XVIII, por exemplo, foi marcado pelas grandes transformações advindas da Revolução Industrial. A partir das necessidades do capitalismo e do Estado burguês, vê-se a criação de tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, a eletricidade, o telefone e o telégrafo. Por tais avanços, este período é considerando um “marco do capitalismo em virtude das mudanças de antigos hábitos e costumes, perceptíveis no trabalho, que passou a ser realizado de forma mecanizada e não mais manual e nos aspectos culturais decorrentes dessas inovações” (MOLINA, 2013, p.2).

Pouco mais recente, em 1969, dentro do contexto da Guerra Fria, surgiu a internet. Desenvolvida pela *Advanced Research Projects Agency (Arpanet)*, que pertencia ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA). Em um período de conflitos, a internet foi criada com o objetivo de ser uma resposta tecnológica militar das forças armadas norte-americanas à União Soviética (URSS), que representava o polo político opositor aos EUA. Em especial pela eminência de uma guerra atômica, as corridas armamentista e espacial deste período exigiram tecnologias mais avançadas, assim como formas de comunicação melhores e mais seguras. Assim, a internet tornou-se parte da solução ao perigo dos EUA ficarem incomunicáveis diante de um ataque nuclear por parte da URSS.

Ainda que inicialmente o contato com a internet tenha sido restrito e sua popularização venha apenas por volta de 1990, quase 21 anos depois, através do desenvolvimento do *world wide*

web (www), ela revolucionou o modo de se comunicar e viver da sociedade. A esfera virtual, que surgiu como uma ferramenta de proteção para a guerra e até os dias de hoje serve para tal objetivo, rapidamente teve seu uso difundido e hoje é quase impossível desassociar a vida dos indivíduos à necessidade destes estarem conectados. Segundo Castells (2003), a internet tem sido considerada a maior invenção tecnológica dos últimos tempos devido a sua capacidade de alcance, compressão espaço-tempo, das informações em tempo real e, também, pela sua capacidade de conectar pessoas do mundo todo em variadas ocasiões.

Mais que isso, Castells (1999) argumenta ainda que “as transformações decorrentes da tecnologia na sociedade, contextualizadas por toda complexidade econômica e cultural, fez com que a tecnologia fosse a própria sociedade e que a sociedade só pudesse ser compreendida por meio de suas ferramentas tecnológicas” (MOLINA, 2013, p.3). Assim, a internet corresponde ao meio de comunicação e território imaterial que consolida a comunicação de uma sociedade que interagem no ambiente virtual e que estabelece nele laços pessoais e profissionais.

Assim, ainda utilizando-se das palavras de Castells (2009, p.10), pode-se dizer que a “internet, é um tecido da comunicação em nossas vidas: para o trabalho, os contatos pessoais, a informação, o entretenimento, os serviços públicos, a política e a religião”. Através dela foi possível realizar “interações até então nunca vistas, que se caracterizam por não ter fronteiras limítrofes, pela interconexão de valores e interesses comuns e pela compressão do espaço-tempo” (MOLINA, 2013, p.5).

Entretanto, apesar de em um primeiro momento este avanço das TICs encherem os olhos, já que elas permitiriam a construção de uma liberdade a partir da aproximação ou quebra de fronteiras através do ambiente virtual. Não demorou muito para que o encantamento advindo desses avanços se transformassem em cautela na avaliação sobre até onde iriam seus benefícios ou malefícios para a sociedade, uma variável se relativiza a partir da circunstancial conjuntural em que essas reflexões são feitas e da ótica ideológica de quem está desenvolvendo tal análise.

Neste meio, uma premissa fundamental para se considerar é que através da internet, principalmente após o surgimento das redes sociais, o modelo de comunicação que era formado por um emissor (ativo) e um receptor (passivo) se transforma em uma via de mão dupla. O que Henry Jenkins (2009) definiu enquanto Cultura da Convergência caracteriza uma sociedade em que cada indivíduo é emissor e receptor ao mesmo tempo. Com isso, o público, que anteriormente era passivo, passa a opinar nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, seja para contestar ou reafirmá-los.

1 O world wide web (www) consiste em uma rede de comunicação usada para postar e trocar documentos, transformando-a em um sistema informacional global

Para os movimentos sociais, a possibilidade de uso de um meio de comunicação capaz de lhes dar autonomia para difundir suas mensagens da forma que desejam e quando desejam corresponde a um salto de qualidade. Isso se dá porque historicamente estes movimentos estiveram marginalizados do processo de uso dos meios de comunicação por dois principais motivos interligados: (1) os meios de produção de comunicação de massa historicamente estiveram restritos ao monopólio da burguesia e (2), considerando a luta de classes, os interesses ideológicos dos movimentos sociais e da burguesia são conflitantes. Desta forma, em um primeiro momento o uso da internet representou um ganho de espaço e a voz que sempre lhes foram negados; ou, quando não, eram geralmente usados para atacá-los sem direito de resposta. Com a popularização da internet surgiram então novas possibilidades de diálogo com o povo.

É importante observar aqui que, apesar dessas adversidades e de um acesso restrito às tecnologias da informação, ainda que de forma tímida estes movimentos sociais sempre se colocaram na construção de formas próprias de comunicação, seja para o próprio movimento ou com o objetivo de contato ao todo da sociedade. Têm-se enquanto exemplos a construção de iniciativas de rádios comunitárias, como a Rádio 25 de Maio FM² e a Rádio Camponesa³; de jornais, como o Jornal Sem Terra, o Jornal Brasil de Fato e o Jornal Lampião; de revistas, como a Socialismo e Liberdade e a Carta Capital. Entre estas iniciativas, algumas que chegaram a ser perseguidos e censuradas devido seu teor ideológico, como foi o caso de muitos durante a ditadura militar de 1964, a exemplo do Voz Operária e do Libertação.

Tratando-se do uso da internet e das novas possibilidades de comunicação e diálogo entre os indivíduos de distintos territórios, cabe um olhar cuidadoso também ao que compreendemos hoje enquanto processo de globalização e de suas consequências. A difusão do termo ocorreu por meio da imprensa financeira internacional, durante a década de 1980, e foi sendo aderida por intelectuais. Neste período, falar de globalização, de forma superficial e resumida, dizia respeito a refletir sobre o papel da difusão das tecnologias da informação que, através do uso de satélites e fibra ótica, permitiram um nível de circulação de informações e fluxos financeiros muito além das formas já conhecidas previamente.

Neste primeiro momento, a globalização estava majoritariamente relacionada ao processo de aplicações financeiras e investimentos internacionais. Desenvolvia-se e influenciava na construção de um sistema cultural hegemônico, sobrepondo identidades culturais e apontando para a construção de um ideário de cidadão global que negava a ideia de cidadania e das individualidades culturais. Entretanto, em sua obra Milton Santos deixa outro tipo de reflexão a respeito do processo de

2 <https://mst.org.br/2021/03/22/as-radios-comunitarias-populares-tem-um-papel-central-na-luta-pela-reforma-agraria-popular/>

3 <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/28/radio-do-mst-completa-20-anos-ocupando-o-latifundio-do-ar>

globalização e sobre os caminhos que ela deveria apontar. Com um olhar crítico, Milton Santos lança uma nova perspectiva diante dos aspectos econômicos e das alterações na formação cultural consequentes da globalização.

Na publicação “Por uma globalização mais humana” (1981)⁴, por exemplo, o geógrafo faz um breve resgate acerca do que caracteriza a globalização e a crença sobre o que inicialmente este processo viria a ser. Ao abordar o conjunto de contradições que passam a surgir a partir do avanço da globalização, ele aponta que em seu estágio de desenvolvimento, mais do que a construção do ideal de um mundo sem fronteiras, promovia ainda mais desigualdades dentro dos países – aprofundando o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano – e também entre os países, considerando que as relações chamadas globais estavam reservadas aos que já detinham a hegemonia capitalista.

Desta forma, em vez de construir o equilíbrio, a globalização contribuiria para uma maior fragmentação do mundo a partir das diferenças socioeconômicas. Visto isso, se inicialmente ela é colocada de forma positiva devido às facilidades que estas tecnologias traziam e, até mesmo, dentro de um aspecto romântico ao exaltar o desenvolvimento da integração cultural entre povos. Com um olhar mais aprofundado sobre ela, é possível identificar o seu lado perverso e excludente: ao reforçar a divisão econômica vigente, a globalização contribui também para ampliar e sustentar as desigualdades entre os países mais ricos e os mais pobres.

Mas não se deve incorrer ao erro de colocar esse lado perverso apenas na conta da globalização, recorrendo a Neil Smith (1988, p.221), pode-se afirmar que esse reforço das desigualdades vem de um processo mais amplo, ele parte de uma das premissas para o desenvolvimento capitalista, no que pode ser considerado um desenvolvimento desigual e combinado. Direcionando o olhar para o desenvolvimento das tecnologias da informação entre a década de 1980 e os dias de hoje, é possível identificar aspectos desta dubiedade em seu uso social, suas funcionalidades e as necessidades impostas pelo capitalismo, se expressa aí o embate entre hegemonia e contra hegemonia.

4 'Por uma globalização mais humana', texto do geógrafo Milton Santos - Revista Prosa Verso e Arte. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/por-uma-globalizacao-mais-humana-texto-geografo-milton-santos/>. Acesso em: 04 jan. 2022

De fato a popularização da internet permitiu uma maior liberdade na difusão de informação, já que através de redes sociais (como o *Twitter*⁵, *Facebook*⁶ e *Instagram*⁷) crescem o número de mídias que se desenvolveram de forma independente e paralelas aos conglomerados de comunicação hegemônica. Mas o crescimento destas redes sociais também vêm acompanhadas da lógica capitalista que movimenta as organizações que as constroem. Com isso, ao mesmo tempo que atuam para ampliar seu número de usuários e tempo em que são utilizadas, também criam novos obstáculos para regular o que circula nestas redes e de que forma estes conteúdos circulam.

Desta forma, as dificuldades financeiras e até institucionais em torno de manter uma rádio ou um folhetim são trocadas pela necessidade contínua de agilidade e pelos altos custos das tecnologias da informação. As políticas de alcance, algoritmos e mecanismos de curadoria de públicos que são aplicados através das políticas de funcionamento destas redes sociais criaram e ampliaram bolhas que diversas vezes reproduzem o antigo modelo de comunicação: quem tem mais dinheiro e ferramentas atinge mais pessoas. Além disso, ter mais ou menos dinheiros também significa ter acesso ou não a espaços mais ou menos privilegiados nestas redes sociais. Isso se expressa, por exemplo, em fevereiro de 2021, quando o Twitter anunciou⁸ o lançamento de suas contas *premium*, que tinha como objetivo dobrar a métrica da rede social até 2023 através da cobrança de assinaturas que permitirão recursos exclusivo aos usuários que puderem pagar por essas contas diferenciadas.

Subvertendo a lógica capitalista dos algoritmos e dos desenvolvedores dessas tecnologias, além da mudança no modo de socializar e viver dos indivíduos, começam a explodir ao redor do mundo novos tipos de movimentos de contestação a governos vigentes. Episódios como a

-
- 5 O Twitter foi criado em março de 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass, e foi lançado em julho de 2006, nos EUA. Trata-se de uma rede social e um serviço de microblog que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos através de textos de até 280 caracteres, conhecidos como "tweets".
 - 6 Segundo dados da própria empresa, o Facebook é uma rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc.. Ele foi fundado por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes e, inicialmente, teve uso limitado aos estudantes da Universidade Harvard. O site gradualmente adicionou suporte para alunos em várias outras universidades, em seguida foi aberto para estudantes do ensino médio e, mais tarde, para qualquer pessoa com treze anos ou mais. Em 4 de outubro de 2012, o Facebook atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social virtual em todo o mundo. Em 27 de junho de 2016, o Facebook atingiu a marca de 2 bilhões de usuários ativos.
 - 7 Lançado em outubro de 2010 por Kevin Systrom e Mike Krieger, o Instagram é uma rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos. O serviço rapidamente ganhou popularidade, com mais de 100 milhões de usuários ativos em abril de 2012, quando foi adquirido pelo Facebook por cerca de 1 bilhão de dólares em dinheiro e ações.
 - 8 Twitter Premium é uma iniciativa da rede social 'Twitter' que revela planos para dobrar faturamento e número de usuários que utilizam a plataforma. Disponível em: <https://e_xame.com/tecnologia/twitter-sonha-grande-e-revela-planos-para-dobrar-o-faturamento-e-o-numero-de-usuarios/>. Acesso em 01 jun. 2021

Primavera Árabe⁹ e o *Occupy Wall Street*¹⁰ tiveram sua expansão diretamente relacionada ao uso das redes sociais, utilizando-se do ambiente virtual como estrutura de circulação de informações para mobilizar as ações territoriais ou ações no território. Ainda que hoje saibamos que não tenham sido manifestações tão espontâneas como as narrativas alegavam na época, o uso desses ambientes virtuais deu um novo caráter a elas.

Aqui no Brasil, a série de manifestações conhecidas como “jornadas de junho”¹¹, que ocorreram em 2013, também trouxeram características similares à Primavera Árabe e ao *Occupy Wall Street*, elas revelaram um marco histórico quanto ao comportamento da sociedade, da mídia e das forças políticas brasileiras. O que a primeiro momento parecia uma série de manifestações em torno da luta contra o aumento da passagem abriu caminhos para uma série de indignações políticas contra a repressão policial, a mídia tradicional, o governo e pode ter sido a porta aberta para o aprofundamento da crise política em torno dos governos PT e, em agosto de 2016, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Ainda que sejam momentos e que se encaixam em conjunturas sociopolíticas diferentes, os processos de comunicação destes momentos revelam características comuns e inéditas: manifestações com pautas amplas, sem lideranças nítidas, que se organizavam de forma espontânea pelas redes sociais e atacavam a popularidade de quem estava no governo. Outro fator a se considerar, que teve aspectos positivos e negativos tanto para a esquerda quanto para a mídia hegemônica, foi o papel do que das chamadas mídias locativas, que são definidas por André Lemos (2007) como um conjunto de tecnologias e processos info-comunicacionais que têm seu conteúdo diretamente ligado à localidade em que ele está sendo produzido.

Nelas, o fluxo de informação é formado por processos personalizados em que, quem tem em mãos uma ferramenta de comunicação (câmera, celular, tablet etc.) conectada à internet pode produzir, armazenar, processar e circular informações de acordo com seu desejo e necessidade. No Brasil, foi essa liberdade de criação e difusão que permitiu, por exemplo, que a realização de transmissões ao vivo durante os atos de 2013 colocasse a Mídia NINJA como um dos principais

9 A Primavera Árabe diz respeito a uma onda de protestos que ocorreram no Oriente Médio e no norte do continente africano, com início em dezembro de 2010, na Tunísia, através da derrubada de Zine El Abidini Ben Ali. As manifestações se estenderam pela Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã e tiveram em suas pautas prioritárias a derrubada de governos ditadores e a reivindicação de melhores condições de vida.

10 O *Occupy Wall Street* foi um movimento de protesto iniciado em setembro de 2011, em Manhattan (NY) que tinha como foco principal a luta contra a desigualdade econômica e social. A estratégia do movimento foi manter uma ocupação constante de Wall Street, o setor financeiro da cidade de Nova Iorque. Com a divulgação constante do movimento nas redes sociais a onda empalhou-se em protestos semelhantes em diversas outras cidades nos Estados Unidos e teve como principal espaço de mobilização o Facebook.

11 As Jornadas de Junho de 2013 aconteceram no Brasil inicialmente a partir das manifestações contra o aumento da passagem. O movimento teve como foco inicial Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo e acabou aderindo adesão popular após a denúncia, através das redes sociais, da forte repressão policial. A partir disso, o movimento se nacionaliza e passa também a carregar várias outras pautas relacionadas à democracia

canais de informações sobre as mobilizações, pautando e tendo embates diretos com veículos tradicionais como a TV Globo, a Folha de São Paulo e o Estadão. Diante da cobertura pioneira realizada pelo NINJA, algo que pode ser considerado um ato de subversão dos meios de comunicação, a mídia tradicional foi obrigada a mudar sua narrativa sobre as mobilizações para não cair em contradição frente a uma parcela significativa do seu público, que estava observando a desconexão entre o que aparecia nos meios tradicionais de comunicação e o que aparecia na internet.

Nesse contexto, o que podemos ver nas redes sociais é expressão da contradição capitalista em torno de sua criação e uso cotidiano. Se por um lado estes espaços foram utilizados como formas de resistência, humanizaram pautas e podem ser utilizadas como ferramentas de luta. Por outro, quando comparados e analisados a fundo, apontam características, completas ou parciais, de um modelo não convencional de tática de guerra que vem sendo repetidamente utilizado pelos EUA para tentar garantir sua posição hegemônica. Apesar disso, é importante frisar aqui que estas características não retiram a legitimidade e o caráter subversivo de seus usos pela esquerda durante essas mobilizações, mas revelam o comportamento da luta de classes no território das tecnologias da informação.

O que vem sendo classificado como *guerra híbrida* se utiliza da junção de métodos não convencionais de guerra e de estudos psicológicos e ferramentas de propaganda (revoluções coloridas), para a obtenção dos objetivos finais sem que seja necessário de fato o uso da convencional guerra armada. Em seu livro ‘Guerras Híbridas: das revoluções coloridas ao golpe’, Korybko (2018) define as revoluções coloridas como uma forma de “desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas”, como aconteceu na Primavera Árabe e como pode ser percebido no Brasil no processo que desencadeou o golpe de 2016. Para ele, a “revolução colorida é o golpe brando. Se ela não for suficiente para derrubar e substituir o governo, avança-se para o estágio da guerra não convencional” (KORYBKO, 2018. p.8).

Ainda que os EUA venham sendo vitoriosos nesse processo e que o ambiente virtual venha se constituindo cada vez mais enquanto um campo minado para a esquerda, negar as potencialidades que as redes sociais têm para dialogar com o povo é repetir o erro histórico de enxergar a comunicação social apenas como um inimigo e não como uma ferramenta a ser disputada. Diante disso, assim como ocorreu com as rádios, jornais e revistas, que lá atrás foram utilizados de forma independente e subversiva, é preciso ter o olhar de que apesar das adversidades o ambiente virtual também abre margens para a subversão, como ocorreu nas jornadas de junho de 2013.

É necessário visualizar esse espaço como um ambiente de luta contra hegemônica assim como de luta pela hegemonia. O recente processo eleitoral no Brasil (2018), que elegeu Bolsonaro

como presidente, reafirma as estruturas virtuais como esse campo estratégico. Foi através do investimento em estratégias de redes sociais, como uso a construção de redes de grupos de *Whatsapp*¹², o uso *Fake News*¹³, robôs de disparo de informação, entre outros elementos, que Jair Bolsonaro conseguiu se fortalecer enquanto candidato e hoje governa todo o território brasileiro. Isso, por si só, demonstra que vacilar na compreensão dessas potencialidades é virar as costas para um dos principais canais de diálogo com os indivíduos, pois se tratam de ferramentas ideológicas que disputam a produção do espaço e incentivam a territorialização predatória do capitalismo.

Desta forma, esta pesquisa tem como foco estudar os dilemas e contradições impostos pelo capitalismo na disputa ideológica e de dominação da sociedade de classes. Também, considerando o caráter contra hegemônico dos movimentos sociais, apontar qual o papel da comunicação na qualidade de ferramenta capaz de interferir no processo de disputa do governo e do território nacional. O objetivo central é analisar o papel das redes sociais e identificar as potencialidades destas na disputa territorial, assim como o papel destas para o fortalecimento dos movimentos sociais. Para tal, considerando os fatores que caracterizam as guerras híbridas, será realizada a análise semiótica de peças veiculadas em redes sociais e o mapeamento das redes sociais do MST, Mídia NINJA, Levante Popular da Juventude, MBL e de Dilma Rousseff e Jair Messias Bolsonaro durante o processo que ocorreu no Brasil entre 2011 a 2016.

Para cumprir tal objetivo, a presente pesquisa adotará as obras de Ana Esther Ceceña (2002), Antônio Gramsci (2006), Jesus Martín-Barbero (1987), Paulo Freire (2014) e Vito Giannotti (2004), Rafael Villa Boas (2018) que carregam consigo a perspectiva de construção de uma comunicação contra hegemônica e capaz de ser libertadora. Foi a partir do pensamento deles que se construíram bases para que fosse possível subverter e caminhar contra o uso das ferramentas de comunicação como uma forma de dominação de uma minoria burguesa em relação à majoritária classe trabalhadora.

-
- 12 *WhatsApp* é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones* fundado em 2009 por Brian Acton e Jan Koum, antigos empregados da Yahoo!. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a *internet*. Em 2011, o WhatsApp era um dos 20 aplicativos no topo da loja de aplicativos da Apple; em 2013, a Sequoia Capital investiu outros US\$50 milhões, trazendo o valor da *WhatsApp Inc.* em US\$1,5 bilhões. Frente ao sucesso e seguindo o caminho do monopólio, no dia 19 de fevereiro de 2014, o Facebook adquiriu a empresa pelo montante de 16 bilhões de dólares, sendo quatro bilhões em dinheiro e 12 bilhões em ações do Facebook, além de três bilhões de ações no prazo de quatro anos caso permaneçam na companhia. Seus fundadores serão incorporados no conselho administrativo do Facebook
 - 13 As *Fake News* consistem em uma são uma forma de imprensa marrom, que atua através da distribuição deliberada de desinformação ou boatos via meios de comunicação. Este tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção. Método antigo, que pode ser observado nas estratégias de comunicação do partido nazista, por exemplo, as *Fake News* vêm sendo amplamente utilizadas pelo governo de Jair Bolsonaro, que chegou a ser investigado através da CPI das Fake News

A pesquisa também tem como base o legado deixado Milton Santos em suas obras, em especial no tocante ao processo da globalização e a produção do espaço na sociedade do capital. Tratando-se do campo da geografia, a pesquisa também recorreu às obras de André Luís André (2020), Bernardo Mançano Fernandes (2016), Iná de Castro (2006), José Sobreiro Filho (2021), Wandelely Messias da Costa (2016) e Yves Delacoste (1976).

Tratando-se das concepções de hegemonia e contra hegemonia, adotamos as contribuições de teóricos como Karl Marx e Friedrich Engels (1998), Istvan Meszáros (1970;1989) e Lenin (1917). E, tratando-se do tema de construção e estrutural das guerras na geopolítica, em especial no tocando às Guerras Híbridas, foram adotados os pensamentos de Andrew Korybko (2018), Eduardo Mei (2010) e Gene Sharp (1973).

A partir dessa base teórica, a pesquisa se dividirá em três capítulos com objetivos e aspectos de desenvolvimento diferenciados. No capítulo 1, “Entender Geografia para entender Comunicação, entender Comunicação para entender Geografia”, o objetivo é realizar o aprofundamento teórico em torno da compreensão do que é espaço, território e como as relações de poder se desenvolvem neles e entre eles. Em paralelo, um segundo objetivo é o aprofundamento teórico dos conceitos base da Comunicação, trazendo os marcos teóricos da história da comunicação que tem ligação direta com os dilemas apresentados por esse trabalho, como os temas da globalização e das disputas sociais via comunicação social.

No capítulo 2, “O território da comunicação”, o objetivo é compreender como se desenvolve a relação entre comunicação e política na América Latina e Caribe através da pesquisa e estudo sobre os processos de democratização na comunicação nos países que a compõem. Identificando assim o que tem de específico e de geral na construção da comunicação e como ela serve enquanto uma ferramenta de disputa de territórios na América Latina. Esse capítulo também tem como objetivo identificar meios de comunicação que surgiram e foram usados com objetivo contra-hegemônico para lidar com as pressões internacionais. Além disso, é nesse momento que compreenderemos onde o Brasil se encaixa na conjuntura da América Latina, realizando um resgate histórico de como se desenvolvem os meios de comunicação no Brasil e quais os aspectos do processo de monopólio e da luta pela democratização da mídia no país.

Por fim, no capítulo 3, “O caso do Brasil” em dados comparados e semiótica, o objetivo foi desenvolver uma contextualização dos anos entre o governo PT e a vitória eleitoral de Bolsonaro e cruzar essa leitura com o mapeamento de dados coletados relacionados ao período de 2011 e 2018. Foram analisadas pesquisas eleitorais e pesquisas de opinião feitas pelo IBGE sobre os governos, tanto da direita, quanto da esquerda.

No capítulo 3, também foi analisado o comportamento dos Trends do Twitter, que foi acompanhado hora a hora entre junho e julho de 2020, na tentativa de traçar um paralelo entre o que aconteceu lá atrás, em 2013, e a atual realidade brasileira. E serão expostas a análises das entrevistas realizadas com o MST, o Mídia NINJA e o Levante a respeito desses períodos. A partir disso, o objetivo final é identificar os desafios da esquerda quanto ao uso das redes sociais como ferramenta e território de disputa política.

2 ENTENDER A GEOGRAFIA PARA ENTENDER A COMUNICAÇÃO, ENTENDER A COMUNICAÇÃO PARA ENTENDER A GEOGRAFIA

Assim como as ciências da comunicação, a Geografia não é uma ciência neutra. Com a frase que deu nome a um dos seus livros, Yves Lacoste (1976) afirma que “a Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”, fazê-la é mais do que observar paisagens, ainda que também seja isso. O campo da Geografia física, por exemplo, é amplo, complexo e se desencadeia em diversos ramos – como a geomorfologia, a climatologia, pedologia, biogeografia, hidrografia –. O campo da Geografia Humana, por sua vez, também não é diferente, há um emaranhado de dilemas em torno das geografias social, populacional, econômica e política.

foi mais uma filosofia que uma ciência, filosofia que os geógrafos alemães, assim como os historiadores, utilizaram com fins políticos. Frequentemente utilizada como meio de propaganda nacional ou internacional, constitui, muito mais do que a história, uma arma para o combate entre Estados e entre Impérios. De toda maneira, ela ainda carrega as consequências de sua juventude e das condições econômicas, sociais e políticas nas quais se desenvolveu. Pelo fato de ter seus próprios métodos, a Geografia mais que nenhuma outra ciência, sofreu as influências ideológicas em curso. (DRESCH, 1948, p. 88).

Esta ciência nasceu a partir da relação entre a sociedade e a natureza, e abarca uma variável extensa de conceitos para definir o que é e o que não é Geografia e quais seus objetivos. Dentro de sua amplitude e das variáveis que a definem, algo que podemos afirmar é que fazer Geografia é observar as paisagens e conseguir, a partir desta observação, identificar todas as relações que se desenvolvem nelas. É através destas relações, por sua vez, que surgem os territórios.

Inicialmente, o conhecimento da Geografia tinha muito mais relação com o estudo da natureza do que com as relações sociais que ocorriam nela a partir da relação do homem com estes ambientes, que é um pensamento pré-existente à institucionalização da Geografia enquanto ciência. Este comportamento e concepção transformou-se um pouco apenas por volta do século XVIII quando pensadores como Kant, por exemplo, (VASCONCELOS, 2008) passaram a se debruçar a estudar o que hoje chamamos de “Geografia Humana”.

Daí por diante podemos ver formas diversas de enxergar a Geografia que perpassam por escolas teóricas como as Escolas Alemã e Francesa, que contribuíram muito com a concepção de Geografia que temos hoje. No desenvolvimento da Escola Alemã é imprescindível apontar o papel de Humboldt e o Ritter. Herdeiros diretos Goethe, o desenvolvimento de seus estudos aparece em bibliografia base do conhecimento geográfico contemporâneo, como Antônio Carlos Robbert Moraes, nas obras “Geografia: Pequena Historia Critica” (2007) e “Ideologias Geográficas” (2005) e Milton Santos, que traz o debate destes autores de forma mais detalhada na obra “Por uma geografia nova”.

Outro ponto, assim como afirma Milton Santos, é que também é possível afirmar desde já que a principal categoria de conhecimento da Geografia é o espaço geográfico, que não é o espaço quântico da física, mas sim a materialização da sociedade em um determinado local. Embora haja controvérsias, como apresenta Antônio Carlos Robert Moraes (2007, p.34), que defende que afirmar a Geografia enquanto estudo do espaço é colocar-se passível de uma abordagem específica, a tese de Milton Santos foi adotada como a central dentro da Geografia Brasileira.

Ademais, observando a linha do tempo desta ciência, pode-se dizer que Geografia se desenvolveu de fato no decorrer do triunfo da burguesia e isso impacta diretamente nas suas bases ideológicas. Como afirma Milton Santos (2012, p.30), estas bases ideológicas contribuíram para a construção de uma Geografia “engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às necessidades de expansão nos países centrais e na periferia”. Ou seja, uma Geografia que se fortalece com objetivos de dar bases ao triunfo do expansionismo colonial e, mais a frente, fomentar o triunfo do imperialismo.

Entre tantos outros pontos, este é um dos que aproxima a Geografia e a Comunicação Social. Se traçarmos a mesma linha do tempo sobre a história da comunicação, poderemos perceber também que os momentos em que as tecnologias da informação tiveram transformações revolucionárias estiveram ligados às necessidades sociopolítico-econômicas da burguesia. Isso diz muito sobre o que entendemos como comunicação e sobre a forma que ela vem sendo utilizada historicamente. Essas coincidências temporais não são meras simultaneidades, muito menos aconteceram por acaso, elas se justificam porque estas tecnologias avançam para atender as necessidades colocadas pela conjuntura em que estão inseridas.

O nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas. É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo. Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade que determina a tecnologia. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. A história da Internet fornece-nos amplas evidências de que os utilizadores, particularmente os primeiros milhares, foram, em grande medida, os produtores dessa tecnologia. (CASTELLS, CARDOSO, 2005, p. 17).

A partir disso, podemos afirmar que as mudanças revolucionárias da sociedade aconteceram em paralelo e tiveram impacto direto na forma pensar a Geografia, a comunicação e as formas como estas e as tecnologias foram utilizadas em cada conjuntura. Em uma via de mão dupla, podemos di-

zer também que as transformações que aconteceram nessas áreas também contribuíram para a forma como as mudanças sociais se deram.

A história humana é marcada por saltos quantitativos e qualitativos, que significam uma nova combinação de técnicas, uma nova combinação de forças produtivas e, em consequência, um novo quadro para as relações sociais.

A cada mudança técnica, as verdades científicas do passado devem ceder lugar a novas verdades científicas. (SANTOS, 2012, p. 198).

Assim, a compreensão e o estudo da Comunicação e da Geografia, em especial no que tange à compreensão dos territórios, representam um dos pilares fundamentais da construção social. Compreendê-los diz respeito a entender a linguagem, a cultura, a política, a economia, a tecnologia, as diversas relações socioespaciais que se desenvolvem em torno destes. Com base nesta afirmação, este capítulo tem como objetivo principal o aprofundamento teórico dos conceitos que serão utilizados ao decorrer deste estudo.

Aqui serão abordados conceitos básicos da Geografia, sobretudo aqueles ligados à Geopolítica, aos territórios materiais e imateriais, as noções de território e poder. Em paralelo, compreendendo a multidisciplinaridade deste estudo, o capítulo também será dedicado à reflexão teórica dos conceitos base da teoria da Comunicação, parte que representa o centro do desenvolvimento deste trabalho. Ao longo dele abordamos temas de estudo comuns a ambas as áreas, como os conceitos de globalização e disputa de opinião pública de forma que possamos usar o conhecimento destas ciências de maneira complementar. O objetivo deste primeiro momento é realizar o aprofundamento teórico para chegar com bases mais sólidas ao segundo momento desta pesquisa, que é destinado à análise dos objetos de estudo.

Para tal, ao tratar da Geografia tivemos como base a bibliografia deixada por Milton Santos, assim como nas produções de André Luis André, Bernardo Mançano Fernandes, Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saquet, José Sobreiro Filho, Renato Dagnino e Rogério Haesbaert. Já ao tratar das ciências da comunicação, recorreremos prioritariamente às obras de Antônio Gramsci, Andrew Korybko, Guy Debord, Henry Jenkins, José Martín-Barbero, Manuel Castells, Paulo Freire e Rafael Villas Boas.

É importante observar que, apesar das indicações bibliográficas terem sido colocadas de forma separadas por ciência, isso não significa que elas não se encontrem e não seja visível a interdisciplinaridade. Milton Santos, por exemplo, em diversos momentos tratou da comunicação social em suas obras “Por Uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal” (2000) e “Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico” (2008). Da mesma forma, há autores como Florestan Fernandes, István Mészáros, Karl Marx e Lenin que também foram fundamentais para este estudo.

2.1 Uma Geografia para entender o mundo

Ainda que tenha se tornado ciência recentemente, o estudo da Geografia está entre os mais antigos da civilização ocidental. Pode-se ver as primeiras manifestações da Geografia ainda na Grécia Antiga, quando foi afirmada enquanto método de pensamento filosófico. Nesta época, ainda estava muito ligada à observação das paisagens e conhecimento dos territórios, mas a Geografia passou a ganhar uma atenção especial a partir da necessidade do estudo das novas terras nos períodos de expansão colonial. Seja para demarcar novos territórios, pela necessidade do conhecimento marítimo ou como forma de compreender as manifestações naturais interligadas a estes, como clima, a composição dos solos e assim por diante.

Ao tratar do nascimento desta ciência, Milton Santos (2012, p.29) afirma que “a Geografia oficial foi ‘desde o seu começo’ mais uma ideologia que uma filosofia”, o que fez com que ela tivesse sua construção teórica orientada pela elite intelectual e pelos interesses burgueses em torno do seu desenvolvimento. Assim, por mais que não fosse um comportamento geral dos geógrafos, a Geografia nasceu em meio a objetivos orientados pelas coroas, pelos interesses de uma burguesia e em formação que investiram capitais “estatais” e privados. Assim, orientada pelo Capital, vemos nas bases da Geografia elementos que influenciam no seu desenvolvimento até os dias de hoje.

Já colocando o conhecimento como um exercício de poder, é preciso frisar que essa forma ideologicamente orientada da Geografia não foi algo isolado desta ciência. Para se manterem no poder enquanto detentoras do saber e da razão, historicamente a burguesia e as elites se preocuparam em manter o controle sobre a produção e o acesso ao conhecimento acadêmico em suas mãos. Mais que isso, qualquer forma de conhecimento que não estivesse atrelado a este conhecimento produzido pelas elites, como o conhecimento popular, era considerado menor ou simplesmente ignorado.

A afirmação de uma Geografia que cresce ideologicamente orientada não é apenas um apontamento feito pela obra de Milton Santos, aparece também em “Geografia política e geopolítica”, de Wanderley Messias da Costa (2016), quando o autor contextualiza o processo de formação da Geografia e da geopolítica logo ao início do livro. Na obra, Wanderley Messias da Costa (2016) aponta como o ritmo de produção da Geografia é ditado pelas políticas relacionadas ao Estado, que por sua vez estão diretamente ligadas aos interesses das elites e da manutenção do poder em torno delas.

é bom frisar desde logo que o ritmo de produção (acadêmica e extra-acadêmica) nessa área, mais do que em outros ramos das ciências sociais em geral, tem sido nitidamente regulado pelos processos relacionados à política dos Estados e à

natureza e evolução das relações internacionais em suas vertentes civil e militar, pacífica e beligerante.

Essa é uma das características marcantes da evolução da Geografia política, desde a sua primeira sistematização em fins do século XIX até os dias atuais, estando aí também uma das suas principais contradições, na medida em que as conjunturas funcionariam como verdadeiros “marcapassos” em seu desenvolvimento. (COSTA, 2016, p. 15).

Na escalada dos diversos interesses que se desenvolveram em torno do processo de produção e acesso ao conhecimento científico, a Geografia, assim como as outras ciências, tem em suas bases uma diversidade de paradigmas e escolas científicas, em um conjunto de contradições, similaridades, completudes e exclusões teóricas. Entre estas, para este estudo podemos identificar duas escolas teóricas que se destacam: a Escola Francesa e a Escola Alemã. Compreendê-las é reafirmar o que Milton Santos (2012) sustenta sobre o caráter orientado da Geografia, considerando que em divisão elas colocam dois pontos de vista opostos que refletem também os interesses em torno da ciência durante o período de seu surgimento.

De um lado, a Escola Francesa, composta por teóricos como Élisée Reclus que, absorvendo concepções anarquistas, lutavam pela construção de um mundo mais justo e igualitário. Do outro, a Escola Alemã era formada por aqueles que antecipavam o colonialismo e o imperialismo, fomentando uma lógica expansionista. O lado majoritário era este segundo, que implícita ou explicitamente defendia a construção de uma Geografia que funcionava como ferramenta de auxílio para a dominação das elites.

Os pensadores da Escola Alemã, conhecidos como deterministas, tinham como base o Positivismo e a obra ‘A Origem das Espécies’, de Charles Darwin, em que se nivelava o desenvolvimento de cada povo relacionado ao meio natural em que ele está inserido. Através desse pensamento, afirmavam que a natureza determina a evolução humana e consequentemente o Estado se estruturaria de formar mais ou menos desenvolvido de acordo com o que a natureza impulsiona. Assim, a natureza das atividades humanas era controlada pelas determinações impostas pelo mundo físico.

Um elemento importante a se colocar é que, apesar da Geografia Tradicional ter fincado suas bases no Determinismo, os geógrafos deterministas foram duramente criticados ao longo do desenvolvimento da ciência. As críticas estavam majoritariamente relacionadas ao fato de que muitos estudiosos acreditavam que seu modelo positivo-racionalista proporcionava uma visão restrita do conhecimento. Em seu livro ‘Por uma Geografia nova’, por exemplo, Milton Santos (2012, p. 48) afirma que a Geografia determinista se tratava de ‘um darwinismo mal dirigido’.

Além de Élisée Reclus, a Escola Francesa teve em sua criação Paul Vidal de La Blache. Diferentemente do Determinismo, este não entendia a natureza como fator determinante do comportamento humano. Chamados de geógrafos possibilistas, aqueles que seguiam a escola de La Blache apresentavam um contraponto aos deterministas ao defender que cada região terá uma ocupação histórica do ser humano sobre um determinado território. Desta forma, possibilitaria o ser humano sobreviver e se desenvolver neste. Para eles estes fatores proporcionam características únicas para cada região.

É com base nesta linha de pensamento que Gomes (2003, p. 200) afirma que, em La Blache, a ação humana “tem um papel central na organização do meio”, há então uma relação direta entre cultura e natureza que se manifesta na aparência das regiões, espaços e territórios. Com base na Escola Francesa, podemos dizer que fazer Geografia é parte do processo de compreender a história da sociedade, considerando que ao observar esta materialização podemos enxergar tanto as manifestações físicas e sociais presentes quanto o histórico por trás destas. Logo, a Geografia teria como objeto de estudo a mescla entre a natureza e a ação do homem sobre esta ao longo dos tempos.

Desde que a Geografia começou a busca de sua individualização como ciência, os geógrafos tiveram a pretensão de que ela fosse, antes de tudo, uma ciência de síntese, isto é, capaz de interpretar os fenômenos que ocorrem sobre a face da terra, com a ajuda de um instrumental proveniente de uma multiplicidade de ramos do saber científico, tanto no âmbito das disciplinas naturais e exatas, como no das disciplinas sociais e humanas. (SANTOS, 2012, p.125).

Entre os embates da Geografia alemã e francesa e as divergências que vieram depois, como a adversidade de pensamentos entre neopositivistas e os neokantianos, pode-se dizer que a ciência surgiu em um contexto de múltiplos modelos produtivos para ter que se encaixar em um mundo voltado para um molde único. Ou seja, se antes ela lia um universo de modelos que variavam de acordo com os recursos e necessidades de cada grupo social, tendo o papel de apontar que caminhos a sociedade deveria seguir a partir das variáveis que orientava. Hoje, tem-se um modelo onde todos os recursos são voltados a atender as necessidades do centro de comando e a Geografia passa a vir depois, apenas como justificativa para os resultados.

A Geografia passou a ser, consciente ou inconsciente, um instrumento de planificação e não o seu guia; assim, ela buscava justificar necessidades definidas a priori em vez de defini-las como um resultado das equações próprias a cada meio. (SANTOS, 2012, 100).

Da mesma forma que ocorreu em boa parte do mundo, no Brasil as manifestações iniciais da Geografia surgiram por volta do século XIX através de publicações de relatos de viagens e inventários administrativos. Mas ela só começou a se parecer de fato com o que temos hoje em

meados do início do século XX e, com apoio do governo do Estado de São Paulo e do governo federal, se desenvolveu sob forte influência dos pensadores franceses e alemães, como conta Paul Claval (2012):

Primeiro, o Estado de São Paulo, depois o governo federal decidem modernizar o ensino superior, recorrendo à experiência francesa. Pierre Deffontaines parte para a Universidade de São Paulo, depois para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambas recém-criadas; ele é sucedido em São Paulo por Pierre Monbeig. À inspiração francesa vai se somar aquela de origem alemã, veiculada por um exilado: Leo Waibel.

A Geografia muda de escala: ela acrescenta aos estudos de realidades estáticas, análises sobre o campo, as cidades e as regiões. Os geógrafos brasileiros consolidam seu métier em trabalhos e saídas de campo, através da observação e de entrevistas: eles são os primeiros universitários brasileiros a sair de seus gabinetes para observações diretas da realidade. (CLAVAL, 2012, p.12).

Entretanto, apesar da influência inicial de uma abordagem cultural defendida por Pierre Deffontaines, esta permanece minoritária frente aos pensadores clássicos da Geografia. Sob a influência da Escola Francesa, se fortalece no Brasil uma Geografia que prioriza o estudo das realidades demográficas e econômicas relacionadas aos locais em que seus estudiosos se encontravam, o que leva por exemplo à criação do IBGE¹⁴ e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹⁵. Iniciou-se então um movimento crítico às práticas e instituições de inspiração francesa, que pautou a necessidade de priorizar questões como a economia pela economia, política e temas conjunturais.

É como consequência desse embate, mais especificamente após o fim da ditadura militar de 1964, que a Geografia Brasileira passa por uma grande reviravolta, colocando em xeque não apenas os pensamentos da Escola Francesa, mas também os pensamentos de inspiração norte-americana que já chegavam ao país. É nesse contexto, da defesa de uma Geografia capaz de questionar os consensos já estabelecidos e dar igual prioridade tanto à cultura quanto à natureza, tornando-se uma Geografia humanizada, que o pensamento de Milton Santos se fortalece e se desenvolve como um legado que dá base ao modo como pensamos a Geografia até os dias de hoje.

14 Inicialmente chamando Instituto Nacional de Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi criado em 1934 sob administração federal brasileira por Mário Augusto Teixeira de Freitas. Segundo o site institucional do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/>), ele “se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal”. Vinculada ao Ministério da Economia, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais, as atuais funções do IBGE são a produção e análise de informações estatísticas; a coordenação e consolidação das informações estatísticas; a produção e análise de informações geográficas; a coordenação e consolidação das informações geográficas; a estruturação e implantação de um sistema de informações ambientais; a documentação e disseminação de informações; e coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

15 Fundado em outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil que, anos depois influenciou na criação da UFRJ e da USP.

Uma dimensão da Geografia apresentada por Milton Santos (1978) é a relação entre a Geografia, a tecnologia e as alterações que ocorrem nos espaços e territórios. Para ele, esta combinação ocorre de forma intrínseca às necessidades sociais e tem relação direta com as manifestações de poder, o que, conseqüentemente, nos leva a afirmação de que tratar de Geografia também é discorrer sobre poder e dominação. Logo, se faz necessário refletir que o olhar sob a relação entre Geografia e tecnologia deve ir além do estudo das possibilidades que foram abertas a partir dos avanços advindos dos satélites, drones, supercomputadores e mecanismos que permitiram análises quase perfeitas e em tempo real dos territórios

Na obra “Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico”, quando Milton Santos (2008) refere-se ao meio técnico-científico-informacional pode-se ver um exemplo da relação entre espaço, globalização, informação e circulação comunicação. Em seu conceito de espaço, por exemplo, é possível interpretar diferentes sistemas de ações que são sistemas de comunicação. Assim, a comunicação narra a movimentação solidária, indissociável e contraditória dos sistemas de ações sobre o sistema de objetos ao mesmo tempo que os disputa, e vice-versa.

Para Milton Santos (2012), a relação entre Geografia e tecnologia é a mesma que se dá quando tratamos do vínculo entre Geografia e poder, assim como ocorre entre o desenvolvimento da Geografia e a história da sociedade. Ou seja, trata-se da ligação que há entre as mudanças do espaço geográficos e das tecnologias, alterações estas que majoritariamente estão conectadas a mudanças profundas na organização social.

Dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de período tecnológico. A técnica, esse intermediário entre natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre as nações. (SANTOS, 2012, p.16).

Voltando ao exemplo da linha do tempo, é possível dizer que se fosse colocado em paralelo a Geografia e as grandes mudanças nas tecnologias da informação poderemos perceber que estas alterações estiveram relacionadas também a momentos que se alteraram a política, a economia e/ou a cultura. Mesmo que não necessariamente estas alterações sociopolíticas determinem obrigatoriamente uma mudança geográfica,

A cada evolução técnica corresponde uma nova forma de organizar o espaço. Não se pode obter a compreensão do espaço prescindindo-se da posse da significação exata dos instrumentos de trabalho [...] A transformação da tecnologia em técnica é subordinada a dados econômicos, políticos, ideológicos [...] Em nossos dias, a ideologia vê aumentado o seu papel na interpretação do espaço, pelo fato de os objetos serem planejados e construídos com objetivo de aparentar uma significação que realmente não tem. (SANTOS, 1978, pág.130-131).

Por isso, ao pensar o papel dos meios de comunicação na disputa de territórios, antes de tudo é preciso compreender alguns debates que compõem as bases do pensamento geográfico. Não apenas por ser a base da Geografia, mas porque foi através deste aprofundamento teórico que foi possível compreender de fato a importância da multidisciplinaridade que resultou neste estudo. É a partir disso que se inicia a reflexão da crença de que as redes sociais são uma extensão do mundo “material” que vivemos. Da mesma forma, possibilitou a reflexão de que se o que vemos hoje dentro das redes sociais é uma evolução da tecnologia e, conseqüentemente, da técnica; vivemos também fora delas um processo de profunda alteração na forma como se organiza o espaço.

Além disso, retomando Vidal de la Blache (1899, p.106) quando ele diz que “um povo, por mais primitivo que seja [...] deixa sua marca sobre os objetos que fabrica, cuja substância e modelos são tomados à natureza. Esses objetos são algo do próprio povo”. Podemos também dizer que compreender a relação entre a comunicação e a Geografia é assimilar uma parcela importante da história da sociedade que está impressa nos avanços destas ciências.

Visto este objetivo, antes de entrar no campo das teorias da comunicação social, é necessária a devida atenção de como se conforma a Geografia política e a Geografia crítica, o que é espaço e território e qual a relação entre território e poder, elementos fundamentais para entender quais são os territórios em que se desenvolve a comunicação nas redes sociais. Da mesma forma, é também necessário compreender de que forma se dá a influência pós-moderna no estudo da Geografia. Após essa compreensão primária, será possível avançar sobre o estudo da comunicação e os caminhos em que essas duas ciências se encontram.

2.1.1 A Geografia política e a disputa de territórios

Considera-se que a Geografia política nasceu de fato em 1897 a partir dos estudos apresentados por Ratzel, na obra *Geografia Política*¹⁶ que, mais a frente, em sua segunda edição (1902) é renomeada *Uma Geografia de Estados, do Comércio e da Guerra*. A obra marcou o que alguns geógrafos, como Wanderley Messias da Costa (2016, p.31), denominam ‘fase clássica’ da Geografia Política, que diz respeito aos autores e obras que se dedicaram às primeiras sistematizações da ciência, se responsabilizando pela formulação pioneira de suas teorias fundamentais, assim como do desdobramento posterior da Geografia Política.

16 RATZEL, Friedrich. *Geografia Política*. München und Leipzig, 1897.

Um importante parêntese a ser feito para seguir a compreensão do papel da Geografia Política, é a confusão, muitas vezes terminológica, que existe entre os termos Geografia Política e geopolítica. Ainda que seja comum que estudos apresentados enquanto geopolíticos tratem na verdade de estudos geográfico-políticos, Wanderley Messias da Costa (2016, p.55) afirma que a Geopolítica consiste na verdade em um subproduto e reducionismo técnico e pragmático da Geografia política. Segundo o autor, a Geopolítica se apropria de parte dos postulados gerais da Geografia Política para assim aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais que são projetados no espaço.

Já, com bases no pensamento de Ratzel, Claude Raffestin (1992, p.12) foi um dos primeiros a desenvolver sistematizações sobre a Geografia Política. Seu engajamento teórico se dá na constatação da relação existente entre o Estado, o território e o projeto geopolítico alemão. Estes pensamentos bebem da influência de historiadores como Ernst Curtius e Theodor Mommsen, geógrafos como Carl Ritter e Élisée Reclus, assim como pelo rigor matemático de Carl von Clausewitz e por Nick Spencer, que mais tarde também foi retomado por Charles Darwin através da lei do desenvolvimento (COSTA, 2016, p.77).

Considerando que a Geografia Política atual flui sob a interferência do pensamento ratzeliano, é preciso afirmar que “um breve apanhado da construção ratzeliana se revela indispensável para compreender como a Geografia Política nasceu e como se desenvolveu a partir daí” (RAFFESTIN, 1993, p.13). Para dar bases ao pensamento da Geografia Política, Ratzel partiu da ideia de que existe uma estreita ligação entre o solo e o Estado, ilustrando de certa forma o pensamento determinista que fez frente ao pensamento possibilista francês na Geografia. Assim

Para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais. A análise ratzeliana se desenvolveu tanto sincrônica como diacronicamente, vindo daí o recurso a historiadores”. (RAFFESTIN, 1993, p.13).

A partir disso, desenvolvem-se então as relações de poder que, segundo ele, são intrínsecas à constituição do espaço, já que o pensamento ratzeliano afirma que “tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele” (RAFFESTIN, 1992, p. 15). Da mesma forma, Claude Raffestin (1992, p 16) afirma que Ratzel constrói as bases da Geografia Política através de uma Geografia do Estado, estabelecendo uma concepção de Estado Totalitária que não diz respeito ao que entendemos como Estado totalitário na atualidade, mas que desde aquele momento se desenvolvia em torno das relações de poder. Para Claude Raffestin (1992), a Geografia política na verdade é a Geografia do Estado, que tem como

chave o poder exercido em torno da sociedade e das relações que ela desenvolve. Podemos dizer também que:

O que se pode concluir dessa concepção de Ratzel, portanto, é que a sua matriz conservadora e autoritária não estaria simplesmente no fato de que ela sobrepõe condicionantes naturais aos processos sociais e políticos, mas justamente na ideia subjacente de um Estado forte, centralizador e “posto por cima” da sociedade, como ele próprio explicita ao afirmar que a unidade do Estado depende da unidade territorial e que esta, por sua vez, depende dos liames espirituais entre os habitantes, o solo e o Estado. Trata-se, assim, de uma unidade nacional-territorial comandada pelo poder central. (COSTA, 2016, p.36).

Entendido isso, é preciso considerar também que o surgimento tanto da Geografia Política quanto da Geopolítica estão influenciadas pelo contexto europeu do fim do século XIX e início do século XX. Como já foi colocado aqui anteriormente e é comum no processo histórico de conformação da Geografia, este nascimento está diretamente ligado aos interesses em torno da relação entre espaço e poder que, por sua vez, manifestam um momento histórico em escala global: a emergência de potências mundiais e, com elas, o imperialismo.

Visto isso, um dos momentos importantes a se tratar quando se fala da produção científica voltada à Geografia Política é o período que foi de 1919 a 1945, marcado por situações típicas relacionadas aos momentos de pré-guerras, guerras, pós-guerras e interguerras. Como afirma Wanderley Messias da Costa (2016, p.113), “nas décadas de 1920 e 1930, a produção em Geografia Política refletiu as características dessa época, com um crescimento notável das publicações”. Segundo o autor, em especial a Alemanha, se desenvolvera como nunca em estudos que se envolveram de modo engajado nos projetos do país até o término da Segunda Guerra Mundial.

Quando se trata da relação entre o desenvolvimento da Geopolítica na Alemanha neste período (1920-1930), é importante abrir um parêntese para uma compreensão mínima do contexto do país, que pode ser importante para traçar um paralelo em relação à Geografia, a política e os meios de comunicação e como eles atuam de forma complementar na disputa de territórios. Neste período, o regime vigente na Alemanha se desenvolvia de forma frágil, sob o clima de desconfiança relacionado àqueles que aceitaram o Pacto de Versailles, tidos como traidores da pátria e entreguistas ao povo judeu. Somado a isso, a Alemanha vivia também uma profunda crise econômica, com altos índices de desemprego e falta de abastecimento das condições mínimas para maior parte da população.

Consequente a este quadro, propagandeia-se no país o discurso nacionalista, antisemita e a ideia de uma guerra que foi perdida devido traições internas. Junto a essas crenças, desenvolvia-se também por toda a Alemanha um clima de agitação política e cultural promovida pelos setores mais conservadores, que usava dos meios de comunicação para disseminar a condenação ao que esses

grupos acreditavam ser um conformismo diante das mutilações territoriais impostas no contexto interguerras.

É nesse cenário que surge a figura do general-geógrafo K. Haushofer, que, à frente de um atuante grupo (Albrecht Haushofer, O. Maull, E. Obst, R. Sieger, H. Hassinger, H. Lautensach, K. Sapper, O. Shluter, F. Termer, S. Passarge, O. Jessen, R. Henning e L. Körholz), constituiu a mais famosa e controvertida escola de geopolítica de todos os tempos. Partindo das ideias gerais de Ratzel, mas inspirando-se principalmente em Kjellen, a *Geopolitik*, que se desenvolve basicamente em Munique, nos anos do interguerras acaba por repercutir fortemente não apenas na Alemanha, mas em amplos círculos acadêmicos, militares e diplomáticos para além do país. Será também a inspiradora de inúmeros estudos e “estratégias” antes e após a Segunda Guerra Mundial, particularmente nos ambientes dos “Estados-Maiores” de países do Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil, a Argentina e o Chile, mas também ganhará adeptos em setores militares norte-americanos, por exemplo. (COSTA, 2016, p.116).

Ao tratar do nome de K. Haushofer é preciso ter em mente que o resgate de suas contribuições deve ser feito de forma cautelosa e crítica. Mesmo que ele tenha negado sua relação com o regime nazista, é através do seu desenvolvimento teórico que Adolf Hitler constrói suas estratégias expansionistas; entre elas, a defesa da necessidade do “espaço vital”, que dá bases para o genocídio realizado na Alemanha. Contudo, e considerando também que parte disto foi consequência das críticas que K. Haushofer gerou entre os geógrafos do período, um fato inegável é que ele foi responsável pelo crescimento de publicações, investigações e no desenvolvimento teórico geral da ciência, não apenas entre os geógrafos que se dedicavam ao estudo da geopolítica, mas também entre aqueles que se ocupavam em estudar outros temas.

A obra de Haushofer e sua “escola” de geopolítica não prima, propriamente, pela criatividade teórica, já que ele próprio reiterava que não pretendia gerar um corpo de conhecimentos científicos *stricto sensu*, mas, antes de tudo, um conjunto de técnicas de aplicação do que era produzido pela Geografia nos problemas políticos da conjuntura internacional e alemã em particular. (COSTA, 2016, p.126).

Não foi apenas na Alemanha que o período entre e pós-guerras potencializou a produção e o debate teórico no campo da Geografia e, em especial, da Geografia Política. O mesmo aconteceu na França e nos Estados Unidos, países que já dispunham de uma tradição em relação à pesquisa geográfica e que, durante esse período, eram protagonistas e estavam na linha de frente das tomadas de decisões dos conflitos políticos. Desta forma, dentro de um período de efervescência social e diversas mudanças, as produções geográficas cresciam através da procura de emular e compreender o impacto das guerras dentro desses países e no mundo.

Nos Estados Unidos, a evolução da Geografia Política se dá de forma diversa em teoria e objetivos. Ela oscila entre vertentes dedicadas às teorias estratégicas ou geopolíticas; ligadas ao estudo sistemático em geral; a questões teóricas e metodológicas; ou ao questionamento da própria

geopolítica. Entre todas estas linhas, duas coisas a considerar é que era uma unanimidade entre os estadunidenses é a rejeição à geopolítica alemã e que o crescimento das publicações em torno da Geografia Política coincidiu com o agravamento das tensões internacionais na década de 1930.

Já no Brasil, há alguns fatores a respeito da construção da geopolítica que precisam ser levados em consideração. Alguns teóricos, como Wanderley Messias da Costa (2016), acreditam não ser possível avaliar uma Geopolítica ou Geografia Política brasileira devido ao fato de que aqui ela não se desenvolveu da mesma forma que em países da Europa, dos Estados Unidos e, nem mesmo, da Alemanha, que é considerado um país congênere à geopolítica estudada no Brasil.

ao contrário do que ocorrera em países do hemisfério Norte, a geopolítica brasileira não é um produto da clássica adaptação da Geografia política (teórica e sistemática) à forma aplicada que teve nos períodos da guerra, por exemplo. Nem mesmo da sua brusca transformação em geopolítica – um campo relativamente autônomo e próximo da ciência política, no dizer dos seus primeiros autores –, como ocorreu na Alemanha com o Círculo de Munique No Brasil assim como em outros países das Américas Latina (Argentina e Chile, por exemplo), importou-se prontamente e exclusivamente a geopolítica, desde os seus primeiros movimentos na Europa. (COSTA, 2016, p.179).

Outro fato a se considerar para entender o comportamento deste ramo da Geografia no Brasil, é que os estudos da geopolítica desde logo tiveram uma hegemonia no pensamento militar e de suas instituições. Na geografia brasileira, assim como em outros países da América Latina, os estudos da geopolítica fincaram bases na hegemonia do pensamento militar e de suas instituições. Assim, é possível afirmar que não houve “um pensamento geopolítico e muito menos geográfico político que possa ser referido como produto de um ambiente de reflexão acadêmico especificamente universitário, caracterizando um atraso cultural, teórico e técnico” (ARAÚJO, 2017, p. 5.)

Essas bases podem ser explicadas pela conjuntura política brasileira em torno do período do Estado Novo, por volta da década de 30. Se por um lado o estudo da Geografia era prioritário por parte dos militares nas grades acadêmicas do Exército e estava ligado ao conhecimento do território e na manutenção da unidade nacional. Por outro, a Geografia crescia sob a ótica das necessidades de reflexões políticas em torno dos interesses da burguesia, que tinha como preocupação fundamental o tema do desenvolvimento nacional.

Tida uma compreensão geral sobre a conformação da Geopolítica e da Geografia Política enquanto ramos da Geografia, alguns elementos precisam ser revisitados e apontados aqui com maior destaque:

1. Os fenômenos em que a Geografia Política trata estão sujeitos a influências tanto do meio físico quanto das formas de vida que habitam o território. Sendo assim, interessa a

ela as formas de distribuição da sociedade, não apenas no âmbito do território, mas nos elementos que o compõem e influenciam sobre ele;

2. Com bases na publicação *Geopolitik* (1932), de Albert Demageon, e também como afirma Wanderley Messias da Costa (2016, p.221), o que se pode constatar é que, ainda que tanto na Alemanha, como nos Estados Unidos e no Brasil a Geopolítica tenha se desenvolvido predominantemente sob os estudos geográficos lastreados pela Geografia Física e Humana. O que se acredita amplamente, por geógrafos e por não geógrafos, é que a geopolítica se trata de um desvio não científico na evolução da Geografia Política;
3. Por muitos anos a Geografia como um todo se manteve distante de debates filosóficos, teóricos e metodológicos das Ciências Sociais enquanto campo de pensamento. Realidade que se modifica apenas no cenário pós Primeira Guerra Mundial, quando a Geografia bebe das necessidades globais da compreensão conjuntural, fazendo esta ciência ter um salto de qualidade, realidade que impacta e beneficia também o crescimento da Geografia Política.
4. Com forte rejeição pela Geografia e pela Ciência Política, a Geopolítica praticamente desaparece após o término da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo, que coincidem também com as mortes de Haushofer, na Alemanha, e Spykman, nos EUA. Renegada, ela acaba por se torna uma ferramenta pseudopolítica para formulações de poder autoritário, praticamente restrita aos círculos militares enquanto uma disciplina militar subsidiária da sua política estratégica;
5. A Geografia Política ressurgiu por volta de 1950, majoritariamente nos Estados Unidos, devido às condições conjunturais do país que levaram a um amplo debate e aprofundamento teórico deste o ramo da Geografia. Enquanto isso, fora dos Estados Unidos, ainda havia um hiato entre a presença da Geografia Política no meio acadêmico europeu que foi até 1975, quando retornava embalada pelo estímulo das mudanças do cenário global que ocorreriam no contexto pós-guerra.

Por fim, a compreensão do papel da Geografia e da Geografia Política para esta pesquisa nos leva a concluir esta parte do estudo repetindo a afirmação que nomeia o livro-manifesto de Yves Lacoste (1976) e que foi citada logo ao início desde capítulo, intitulado como “A Geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra”. Nesta publicação, que repercutiu de forma polêmica em toda a Geografia, Yves Lacoste afirma que esta ciência é um produto ideológico e está nas mãos de quem detêm o poder, passando através dela saberes estratégicos, políticos e militares. Desta forma, enquanto uma ciência de caráter orientado, como também afirma Milton Santos (2012), a Geografia

é uma poderosa ferramenta para “fazer guerra”, ou melhor, para disputar territórios, sejam eles materiais ou imateriais. Assim, apropriada pelos aparelhos do Estado, ela torna-se fundamental tanto para a organização e compreensão dos territórios, quanto para as operações em torno da disputa de poder dentro destes.

2.1.2 Espaço e território: das bases da geografia à batalha das ideias nas redes sociais

Os conceitos de espaço e território são parte da base que conformam o estudo da Geografia, conceituações que se mantiveram entre as principais preocupações não apenas de geógrafos, mas entre outras ciências, como a Sociologia, a Física e a Matemática, através de teóricos como Pierre Bourdieu, Isaac Newton e Pitágoras, respectivamente. Ainda que sejam conceitos confundidos e apontados como sinônimos, através do pensamento de Raffestin (1993) pode-se afirmar desde já que incorre a um erro profundo considerá-los enquanto iguais, uma vez que o território é posterior ao espaço, e que surge a partir deste.

Considerando a importância da compreensão desses conceitos para qualquer estudo dentro do campo da Geografia; mais do que isso, ao considerar também que entendê-los é base para as reflexões em torno do uso da comunicação enquanto ferramenta de disputa territorial. Nesta parte do trabalho tem-se como objetivo compreender o que caracteriza espaço e território, o que os faz convergir e o que os diferencia. Estes conceitos apresentados deram base e foram utilizados no todo da presente pesquisa, logo, fez-se fundamental a atenção para a compreensão do que os define.

Espaço

Assim como é complexa a definição do que é a Geografia, igualmente árduo é o exercício de apresentar uma síntese do que vem a ser espaço, dificuldade que também é enfrentada quando se trata da tentativa de conceituação do que são territórios. Desde o senso comum ao meio acadêmico, a caracterização do que vem a ser o espaço pode levar a diversos caminhos que variam de acordo com o referencial que se usa a categoria. Um estado e um município poder ser considerados um espaço; da mesma forma, um parque e uma casa também podem ser considerados um espaço. Em outro nível de definições, há também o que chamamos de espaço terrestre, espaço marítimo, espaço aéreo, espaço extraterrestre e assim sucessivamente.

O espaço pode ser considerado um elemento de formação da sociedade, também o contrário pode ser afirmado. Podemos concordar com Milton Santos (1978, p. 172) quando ele afirma que a existência desta categoria é condicionante à atividade dos homens e comanda a prática social destes. Outra afirmação que podemos fazer também é que ao mesmo tempo que o espaço impõe uma série

de relações aos indivíduos que os habitam, ele também sofre a influência direta destes indivíduos. Assim, seria o espaço a manifestação expressa de determinado momento histórico, refletindo as manifestações concretas de certos períodos e sociedades. Desta forma, ainda que um momento histórico seja superado, o espaço ainda carrega em si a memória do passado, sendo a união entre este e o presente.

As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas – possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as suas distorções. (SANTOS, 1982, p.73).

Apesar disso, mesmo que o espaço seja mutável, não devemos considerar que esta fluidez ocorre qualquer formar ou que ele muda indiscriminadamente diante das mudanças sociais. Ainda que ele se altere continuamente para poder acompanhar as transformações sociais, segundo Milton Santos (1982, p.75), a estrutura espaço é uma instância social com lenta metamorfose e adaptação, podendo continuar a reproduzir o todo anterior por muito tempo.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunha de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 1978, p.153).

Ao entender o espaço enquanto elemento de formação da sociedade e também como uma categoria universal, podemos considerar que sua estruturação e conceituação ocorre através das relações permanentes que o conformam, vínculos que são atemporais e não necessariamente estão ligadas a fatores históricos e transitórios. Logo, o que determina esse espaço são os elementos que se comportam enquanto permanentes ao passar do tempo e não pertencem apenas a um dado momento ou se comportam como transitórios, delimitados e/ou específicos.

Ao resgatar o que Bernardo Mançano Fernandes (2005) apresenta no artigo ‘Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais’ podemos complementar as afirmações de Lefebvre (1972) quando ele afirma que o espaço é a expressão das relações sociais ao mesmo tempo em que incide sobre ela, ou seja, o espaço é a materialização da natureza humana. Desta forma, é aquilo que está contido no espaço geográfico, que é criado pela natureza e se transforma através da ação das relações sociais. Para Bernardo Mançano Fernandes (2005) o espaço é multidimensional e só pode ser

entendido de fato quando consideradas estas multidimensões que o compõem e variam em composição de acordo com a intencionalidade que se dá a estes espaços. Permitindo, assim, a afirmação de que os espaços são complementivos entre si e que são restritos pela determinação de suas intencionalidades que, por sua vez, são sustentadas pela receptividade ou não destas.

Resgatando o pensamento de Lefebvre, Bernardo Mançano Fernandes (2002) afirma ainda o espaço como materialização da natureza humana, apontando-o como um plano de fundo que dá base para que os fatos sociais aconteçam. Para ele, é através de suas multidimensões que o espaço é capaz de projetar uma sociedade. Logo, como defendem também os durkheimianos, o espaço é uma realidade objetiva e pode ser compreendido através de suas múltiplas manifestações.

Segundo a acepção durkheimiana, o espaço é, pois, uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto [...] O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. (SANTOS, 2012, p. 191).

Assim, pode-se afirmar que o espaço é também uma construção social e que para entender o que é o espaço geográfico precisamos compreender que ele carrega esta dificuldade de definição porque tende a se modificar de acordo com o processo histórico. Segundo Milton Santos (1978), o espaço se manifesta enquanto um fato social e conseqüentemente também é um fator e uma instância social. De forma resumida, o que ele quer dizer com isso é que o espaço é um fato social porque ele é um acontecimento histórico capaz de reconhecer nele um conjunto de elementos que o define e que é determinado por ele. Seguindo esta lógica, pode-se afirmar também que o espaço é produtor e produto, é determinado e é determinante ao mesmo tempo, absorvendo sentido das coisas e concomitantemente dando sentido a elas.

Esta forma de abstração do espaço vincula-se ao pensamento de que o espaço não é mero reflexo da sociedade, “o espaço é a sociedade”. Não é possível, portanto, separar o espaço do tempo. O homem humaniza a Natureza, dando-lhe formas que refletem o grau de conhecimento que determinada geração possui. O espaço produzido refletirá o acúmulo deste conhecimento, mas o mais importante é que o espaço terá a forma da sociedade que o construiu porque é fruto do trabalho. As lutas de classes atuarão como conteúdo e fator dinâmico da evolução social e, conseqüentemente, espacial. (DEUS, 1995, p.7).

O espaço enquanto categoria histórica seria o que diz respeito à significação momentânea destes objetivos, que se modificam com determinada facilidade ao longo da história. Em “Pensando o Espaço do Homem”, Milton Santos (1982, p. 40) afirma ainda que “o espaço deve ser considerado um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como teste-

munho de uma história escrita por processos do passado e do presente”. Logo, o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem diante do seu trabalho, sendo dinâmico e se transformando ao longo da história. Não se surpreende com isso que dentro da Geografia não se separe espaço e tempo, sendo eles intrínsecos.

O espaço é um testemunho de um determinado momento e, ainda que este acontecimento passado não represente mais o atual, sua comprovação de existência ainda está ali e influencia diretamente em como se lê o espaço. Ele é uma forma durável correlacionada às expressões sociais, que não se desfaz paralelamente às mudanças, mas que se adapta às matrizes preexistentes enquanto criam-se outras novas que serão inseridas junto às anteriores.

Consequentemente, mais uma vez pode-se dizer que o espaço é a representação de um tempo histórico, ele é dinamicamente modificado pela sociedade de acordo com seus interesses. Sendo assim, a sociedade é um reflexo do seu espaço, da mesma forma que o espaço é um reflexo da sua sociedade (MOREIRA, 2011). Ele é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p.30). Pensamento que dá base também ao que Milton Santos (2012, p.191) denominará de ‘rugosidades’, conceito desenvolvido por seu orientador durante os anos de estudo na França, o geomorfólogo francês Jean Tricart (1920-2003). Para eles, define-se como rugosidade o

espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos fornecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (SANTOS, 2012, p. 191).

Milton Santos e Jean Tricart defendiam que as rugosidades eram produtos de legados históricos exibidas em suas formas; logo, entendê-las torna-se fundamental “porque elas são o envoltório inerte dos instantes que marcam a evolução da sociedade global” (SANTOS, 1982, p. 42). Portanto, as rugosidades carregam em si as marcas sociais, econômicas, políticas e tecnologia do momento histórico em que foram criadas “trazendo a possibilidade de conhecimento, não sozinha, dos responsáveis pelos processos e possuidores do poder construtivo, a disponibilidade histórica de mais-valia e seus detentores” (SABINO; SIMÕES, 2013, p.7)

o espaço tem rugosidades e não é indiferente às desigualdades de poder efetivamente existentes entre instituições, firmas e homens. Todavia, o próprio fato de que as teorias espaciais e seus derivados – Economia Regional, Economia Urbana, Geografia Regional, Geografia Urbana, Análise Regional, Planificação Regional, Planificação Urbana etc – em geral ignoram as estruturas sociais leva a que não se preocupem com os processos sociais nem com as desigualdades sociais. Acaba, simplesmente, por ignorar o homem. Por isso, tais proposições não chegam a ser teori-

as, não passando de ideologias impostas ao homem com o objetivo de abrir caminho à difusão do capital. (SANTOS, 2012, p. 105).

Ainda resgatando as contribuições de Milton Santos (1994), segundo o geógrafo o espaço é o resultado constante da interação entre fixos e fluxos que, por sua vez, determinam o que são os espaços luminosos e espaços opacos. Para ele, entende-se enquanto objetos fixos aqueles dotados de intencionalidades e de funções que os justificam. Eles estão presentes nas esferas social e econômica através de construções humanas fixadas no solo, atraindo pessoas e possibilitam circulação social. Trata-se dos objetos materiais, aquilo que é concreto, que sofreu um processo de transformação ou criação humana e passou a adquirir um sentido.

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas, e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo os princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro. (SANTOS, 2007, p.142).

Já os fluxos são aqueles que dão sentido e vida ao espaço, movimentando-o ao longo dos processos históricos e permitindo o desempenho das funções dos fixos. Para Santos (2008, p.62), eles “são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica”. Logo, pode-se afirmar também que fixos e fluxos estão relacionados de forma intrínseca.

Por sua vez, ainda segundo Milton Santos (2006), os espaços luminosos são aqueles que passaram pelo investimento do capital, havendo o desenvolvimento de comunicação, transportes, entre outros. Ou seja, são aqueles que mais acumularam densidades técnico-científico-informacionais e com maior concentração de fixos e fluxos. De acordo com a publicação “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” (SANTOS; SILVEIRA, 2001) podemos afirmar ainda enquanto

espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas [científicas] e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais susceptíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264).

Já os espaços opacos são aqueles que o capital investe menos, pois geralmente não há o interesse deste por seus territórios, considerando que são pouco ou nada tecnificados e se caracterizam pela menor densidade de fixos e fluxos quando comparados aos espaços luminosos.

Por fim, pode-se dizer que o espaço é um sistema de objetos indissociável ao sistema de ação e valores que a sociedade programa nesses objetos, ele passa pelo resultado do acúmulo desigual de tempos. O papel exercido pelo espaço é a cristalização de momentos pretéritos, conciliando e se conflitando com passado e futuro, preenchendo mútuas relações permanentes entre elementos lógicos diante das relações sociais que se realizam (MARQUES; SANTOS, 2018, p.6). Logo, ele “não é jamais um produto terminado, nem fixado, nem congelado para sempre [...] o espaço, sobretudo em nossos dias, aparece como uma unidade maciça” (SANTOS, 1978, p.150).

Território

Após esboçar um pouco do que vem a ser o espaço e quais são as suas nuances dentro da Geografia, o presente trabalho irá se dedicar a tratar sobre a caracterização e conceituação de territórios. Uma primeira afirmação é que, da mesma forma que a diversidade de pensamentos, por vezes, impossibilita a definição de um método único e universal para o estudo da Geografia e do espaço, as noções sobre território vêm se alterando ao longo dos anos de acordo com os contextos históricos e com o processo de quebra de paradigmas e métodos dentro desta ciência.

Assim como o conceito de espaço, o território é uma categoria de análise bastante utilizada no campo da Geografia e vem sendo reivindicada de forma cada vez mais intensa por outras ciências. A conceituação do que é território ainda está em disputa e, por isso, quando se pensa em conceituá-lo é possível ver uma amplitude de definições. Aqui teremos com base um pressuposto básico: o território é um espaço de governança.

Fazendo um breve apanhado histórico, pode-se dizer que na Geografia Política a discussão sobre o que é território surgiu por volta do século XIX, quando se estava consolidando o que hoje pode ser definidos enquanto Estados-Nações. Neste contexto, o território foi conceituado como um espaço de poder demarcado, controlado e governado e, assim, fixo.

Em outro contexto, principalmente no que diz respeito às mudanças de relação entre as fronteiras por ações internacionais, interétnicas e interpessoais, recentemente atribui-se aos territórios uma nova importância de estudo, a partir daí surgem outras definições sobre o que ele vem a ser. Para alguns teóricos, isso é visto negativamente, como se fosse resultado de modismos ou também como crítica à ação da pós-modernidade dentro do campo científico. Entretanto, uma boa forma de ver essa movimentação é a leitura de Milton Santos:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a

ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 2002, p. 9).

Podemos dizer que os territórios se transformam a partir da alteração das relações de poder e se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. Se recorrermos a Ratzel (1990), um dos primeiros a conceituar território, iremos definir o território como um espaço vital a qualquer população para que esta organize sua subsistência, assim como o espaço necessário a evolução de um Estado. Já Claude Raffestin (1993) traz outro contexto de conceituação a respeito do que é o território, ele aborda a necessidade de uma compreensão anterior do que é o espaço. Para Raffestin (1993), o espaço seria um estágio anterior, que forma o território a partir das relações que vem se estruturando dentro dele. Por isso é tão importante compreender o que é o espaço geográfico antes do estudo do que é território.

Outro ponto que Claude Raffestin acrescenta é a relação de poder que há em torno dos territórios; segundo o teórico, estes seriam “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993). Em seus estudos, o autor volta-se também a refletir sobre os fatores que compõem o território, entre estes, as diversas subjetividades, simbolismos e culturas, que tem conexão direta com a intencionalidade de uso deste.

Já segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), são as relações sociais que transformam o espaço em território. Sendo assim, o espaço seria uma *priori* enquanto o território é uma *posteriori*; para ele, ‘o espaço é perene e o território intermitente’. Segundo ele, o território é o espaço necessário a qualquer população para que esta organize sua subsistência. Além disso, assim como o espaço, o território é multidimensional, possuindo também qualidades composicionais e completivas.

A partir destas afirmações podemos dizer também que todo território é um espaço, mas não necessariamente que a recíproca é verdadeira. O território seria então um campo de forças ou uma teia de relações sociais projetadas no espaço geográfico. Dentre outros fatores, é por isso que o reconhecimento e o estudo do território geralmente está atrelado aos conflitos e relações de poder que se inserem dentro dele. As manifestações de território estão, assim, relacionadas às apropriações socioculturais da natureza e do ecossistema em que cada ser social vivencia. Por isso, o território tem também um caráter de classe e reflete as relações entre o capitalismo e a sociedade, apontando onde este se insere na luta de classes.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais perma-

nentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. (FERNANDES, 2009, p.5).

Outra contribuição que também se pode absorver da obra de Bernardo Mançano Fernandes (2009) é que, tendo como foco a movimentação das relações das classes sociais na produção de territórios, há três níveis indissociáveis que compõem a formação do território:

- (1) primeiro território, enquanto espaços de governança;
- (2) segundo território, relacionado às relações de propriedade;
- (3) terceiro território, ligado aos espaços relacionais.

De forma resumida, podemos dizer que o primeiro território é o Estado-Nação, é nele que se faz a existência das pessoas, sendo produzido pelas relações das classes sociais e gerando organização em diferentes escalas dos espaços de governança. O segundo território é formado pelas propriedades capitalistas e privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias; ele pode ser considerado um conjunto de frações do primeiro território, ainda que as relações que eles estabeleçam sejam diferentes, e é nesse ponto que eles se diferenciam. Refletir acerca do segundo território é se debruçar sobre as latências das disputas territoriais.

Por fim, o terceiro território é considerado a partir das conflitualidades e da diversidade de territórios que ele reúne, determinando-se pelas relações sociais e os conflitos de classes que conformam a sociedade em torno do Estado. Pode-se dizer também que ele está vinculado às formas de uso dos territórios, as relações de mercado que se estabelecem dentro dele.

Ainda recorrendo às contribuições de Bernardo Mançano Fernandes (2009), é importante para esse estudo a caracterização e defesa da existência de dois tipos de territórios: material e imaterial. Em sua obra o autor defende que os territórios materiais são fixos e fluxos, ou seja, são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços que possibilitam distinguir os territórios do Estado. Estão embasados e se diferenciam através das relações sociais e pelas relações de indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais de sua interdependência.

Os territórios materiais correspondem a estes espaços de governança do primeiro território e se desenvolvem dentro de uma tipologia diversa, como afirma Bernardo Mançano Fernandes (2009) na publicação “Sobre a tipologia dos territórios”. Segundo o autor (FERNANDES, 2009, p.200), há um desafio na compreensão de como se desenvolvem as diferenciações da produção espacial e territorial, como elas são organizadas, reproduzidas e a partir de quais relações e classes sociais. Por

isso, se torna fundamental a compreensão dessa tipologia, já que relações e classe sociais produzem diferentes territórios e espaços que se desenvolvem em permanente conflitualidade.

Assim, os territórios materiais associam-se também às propriedades privadas e os espaços que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, estão embasados e se diferencia através das relações sociais e pelas relações de indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais de sua interdependência, assim podendo também ser encaixado como um segundo território.

Estou me referindo ao mundo das ideias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. (FERNANDES, 2009, p.5).

Já os territórios imateriais estão ‘relacionados com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações’ (FERNANDES, 2009). Eles estão presentes em todas as ordens de território e são vinculados aos processos de construção do conhecimento, sentimentos e desejos que se desenvolvem em torno da sociedade, às construções estas que dão sentido aos territórios materiais.

O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade. (FERNANDES, 2009, p.17).

Falar sobre as tecnologias sociais e como elas se posicionam na disputa territorial sem compreender o papel destes territórios imateriais é abrir uma grande margem ao erro, tanto pela não identificação de onde estas se encaixam, quanto por cair na superficialidade e não perceber a função fundamental da construção e difusão de conhecimento nas disputas de poder. Assim, não podemos considerar as tecnologias da comunicação e as redes sociais que as compõe como um mundo a parte, mas sim como uma extensão complementar ao mundo material. É a partir desta afirmação que vem a importância em analisar esse campo para entender o papel destes territórios imateriais na conjuntura política atual do mundo, já que isto está intrinsecamente relacionado ao compreender dos processos de conflitos socioterritoriais que se deram nos últimos anos na América Latina e no mundo, e que tiveram como protagonistas o uso destes territórios imateriais como ambientes de embate ideológico.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. (FERNANDES, 2009, p.5).

Quando se trata do uso das redes sociais enquanto ferramentas de disputa de território, em especial após a explosão de momentos como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e as Jornadas de Junho de 2013, percebemos que tanto nos meios de comunicação hegemônicos quanto dentro destas redes há uma movimentação para que estes territórios não se tornem um meio de subversão do modelo de sociedade capitalista. Mas, apesar destas movimentações e das contradições impostas por aqueles que dominam estas tecnologias, o território da internet possibilitou um salto de qualidade de comunicação entre os movimentos sociais e a sociedade à medida que deu aos movimentos novas possibilidades para difundir suas mensagens.

Pode-se dizer que com a popularização da internet surgiram novas possibilidades de diálogo com entre os movimentos sociais e a sociedade, considerando que estas organizações sempre estiveram distantes do uso das TICs por dois principais fatores: (1) os meios de produção de comunicação de massa sempre estiveram restritos ao monopólio das elites e (2) os interesses ideológicos destes e das elites são conflitantes. Logo, quando estes aparecem nos tabloides geralmente é com o interesse de marginalizá-los. Desta forma, ainda que reproduza a lógica capitalista adotada por aqueles que a dominam, o território da internet permite um novo cenário no processo de disputa ideológica da luta de classes.

Com as redes sociais se ampliou o horizonte de uma comunicação que antes era quase que restrita aos territórios que estes estavam ou se fazia presentes através de algum tipo ação, como a distribuição de panfletos, jornais e/ou ações de agitação e propaganda. Assim, olhando para o comportamento da sociedade ao usar estas redes sociais e por acreditar que as mãos que as usam e gerenciam estas tecnologias habitam os mesmos corpos que fincam os territórios, é possível afirmar que elas refletem as crenças e a construção dos valores que constroem a sociedade. Dentro da perspectiva da disputa ideológica, que também podemos chamar de batalha das ideias, é importante olhar para essa diversidade de comportamentos e identificar que o domínio destes sobre estes territórios não está dado e há espaço para disputá-los.

Ainda que a burguesia detenha em suas mãos tecnologias avançadas o suficiente para impulsionar a difusão de informações de uma forma que os movimentos sociais ainda não conseguem. Os indivíduos que então presentes e usam essas redes não são folha em branco, mas sim mentes que carregam em si hábitos, desejos, crenças, cultura e a toda a carga do território em que estão inseridas. Tudo que forma esses indivíduos interfere e sofre interferência do e no ambiente virtual.

Desta forma, não se deve desconectar a conjuntura dos territórios materiais do que acontece nas redes sociais. Para compreendê-las de fato é necessário compreender o que se passa fora destas. Por isso é possível afirmar que as redes sociais devem ser caracterizadas enquanto territórios imateriais, sendo assim, elas são ambientes de contínua disputa dentro da luta de classes.

2.1.3 Território e Poder

O que seria o surgimento e o uso da cartografia se não uma forma de formalizar no papel o processo de dominação territorial imposta pelas relações coloniais e capitalistas? Os mapas e as subdivisões que eles colocam não são apenas uma variação de formas de ler o mundo mas, como dizia Sousa Neto (2000), demarcam também divisões e acordos territoriais que são determinantes de comportamentos, manifestações culturais, divisões econômicas, motivação para o surgimento e genocídio de povos etc. Exemplo disso são as consequências que a repartição de terras durante a colonização da África deixou no continente até os dias de hoje: separando povos, comunidades e nações nativas; causando guerras ao unir inimigos, inviabilizar a ocupação de territórios e a movimentação de povos nômades.

Além da colonização na África, olhar para a história da América Latina é também ver as marcas que a invasão e repartição de terras deixou em toda a sua conformação socioeconômica. Trata-se de um processo que perpassa pelo massacre da população indígena brasileira, o genocídio dos povos astecas, maias e incas e nas consequências da escravidão, seja dos povos aqui nativos ou daqueles que foram trazidos para os países latinoamericanos. Em meio a outros aspectos – como questões físicas dos territórios –, quando olhamos para as potências coloniais da Europa, podemos ver também como um outro tipo de relação colonial e de lugar de poder na disputa territorial influencia sob as condições sociopolíticas e econômicas em que se constituíram estes territórios.

O que vemos, tanto na América Latina quanto na África, são retratos da expansão colonialista ocorrida ao final do século XIX, período em que as potências capitalista Europeias, que estavam em um outro estágio da expansão territorial, se lançaram em busca de novos mercados fora do continente. Para tal, conquistavam e exerciam autoridade sobre os novos territórios dominando-os econômica, política, militar, administrativo e ideologicamente. Em posições diferentes, considerado os

primeiros como colonizados e as potências europeias enquanto colonizadoras, há um elemento primário que os aproxima: a inter-relação entre território e Poder.

Segundo Wendell Ficher Teixeira Assis (2014, p.1), processos de expansão como estes

foram e continuam sendo nodais para a lógica capitalista. Se, no colonialismo histórico, a rapina dos recursos naturais legitimava-se pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto atual, vigem outros mecanismos de poder que garantem a continuidade da expropriação. (ASSIS, 2014, p.1).

Através desse breve resgate, é possível dizer que o olhar das formas de manifestação do poder remonta a história da humanidade, caminho que também pode colocar o estudo destes temas sob uma extensa variável e conceituações. Para Claude Raffestin (1993), na obra *‘Por uma geografia do poder’*, que é utilizada como principal base teórica nesta parte da pesquisa, existe o poder e o Poder, como resgata Teófilo Alves Galvão Filho (2009) no artigo *‘A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios’*:

O Poder – com letra maiúscula – é a soberania do Estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado. Pretender que o poder seja o Estado disfarça o poder – com letra minúscula – aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. Porém, é mais influente o poder que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois polos, fazendo face ou confrontando-se um ao outro. (GALVÃO et al, 2009, p.39).

É com base nos pensamentos deixados por Claude Raffestin (1993) e com o objetivo de compreender a forma em que se dá a relação entre a disputa de territórios e as ferramentas de comunicação na atualidade, que nos dedicaremos a estudar os vínculos que se desenvolvem entre território e poder. Para tal, foi priorizado o estudo do capítulo três de seu livro, em que o autor se dedicou a análise do território como um fenômeno de poder.

Em sua obra, o Claude Raffestin (1993) realizou um estudo teórico e metodológico que dá base ao pensamento da Geografia até hoje, sendo resgatadas por autores como Milton Santos (2006) e Wanderley Messias da Costa (2016), que dão bases à bibliografia geral desta pesquisa. De forma geral, segundo Raffestin (1993, p.56) o poder visa o controle e a dominação sobre o homem e sobre as coisas, correspondendo ao poder a habilidade humana para o exercício do domínio.

Desenvolvendo a conceituação do que é poder, Raffestin (1993, p.58) afirma que este pode ser entendido através de uma tríade constituída pela população, pelo território e por recursos, em que:

- (1) a **população** é localizada em primeiro lugar, pois é nela que está a origem de todo o poder e residem suas capacidades de transformação, sendo assim o elemento dinâmico que precede a ação;

(2) o **território** é a cena do poder e corresponde ao lugar de todas as relações, mas que precisa da população para não se resumir apenas a sua potencialidade;

(3) e os **recursos** determinam os horizontes possíveis e condicionam o alcance da ação.

De acordo com o autor, estes três elementos são mobilizados simultaneamente e se desenvolvem de forma complexa em seus diversos graus, de tal forma que “o conflito de dois Estados pela posse de uma região não é apenas um conflito pela aquisição de um pedaço de território, mas também pelo que ele contém de população e/ou de recursos” (RAFFESTIN, 1993,p.5). Neste contexto, o território, que é a parte que será priorizada aqui, é nele que se revelam as consequências das relações marcadas pelo poder.

o território abarca um leque enorme de elementos, tais como poder, Estado, economia, política, comunicação, cultura, mediações, significações, representações, paisagem, espaço, lugares, redes, entre outros. Resultante da apropriação coletiva do espaço por um determinado grupo guiado por critérios e normas preestabelecidas, o território delimita fronteiras e seu verbo se afirma na conjugação do “dominar” e do “apropriar”. Daí emerge seu caráter geopolítico, produto e produtor de dinâmicas e eventos sociais, cujo sustentáculo está justamente nos vínculos materiais e simbólicos que o perpassam por meio das relações de poder que, cada vez mais, erigem em redes. (BORGES, 2013, p.6).

Para tratar dos vínculos entre poder e território, primeiramente Raffestin (1993, p.151) refere-se a uma representação de tessituras, nós e redes. Pode-se dizer que esta combinação, organizada de forma hierárquica, permite realizar a coesão e integração dos territórios e, conseqüentemente, assegurar o controle sob aquilo em que se estabelece a relação de poder. Com isso, apresenta-se o território como fenômeno do poder apoiado nestes três elementos que definem espaços de centralidade e marginalidade.

Claude Raffestin (1993) apresenta também uma organização territorial que pode ser estruturada em elementos do espaço (superfície, pontos e linhas) e sistemas de objetos e de ações (conhecimentos e práticas econômicas, políticas, sociais e culturais). Ambos são equivalentes a tessituras, nós e redes, que podem ser entendidos como invariáveis geográficas, ou seja, subconjuntos estruturais de uma mesma disposição base e que levam a construção de outros arranjos, nunca chegando de fato a uma configuração verdadeira e definitiva.

A partir dessa afirmação é possível apontar que, por exemplo, “os diferentes modelos urbanos, os diferentes modelos de núcleos centrais e os modelos de distribuição de densidades nada mais são do que uma única e mesma estrutura comandada por objetivos e por ações diferentes, que dão imagens variadas de cidades e de redes urbanas” (OKARA, 2011, p.13). Assim, coloca-se através desses tipos de subsídios que para se almejar a chegar na estrutura mais profunda da ação territorial é necessário decifrar as relações de produção e de poder.

Os indivíduos ou grupos ocupam pontos variados nesse espaço e se distribuem de forma aleatória, regular ou concentrada, conforme as distâncias e as acessibilidades, resultando na interação entre os locais. Essa interação se dá por meio da política, da economia, da cultura e da própria ação social dos grupos e indivíduos envolvidos no jogo da oferta e da procura permanentes. “Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Esse território assim constituído e funcionalmente diferenciado vai ser hierarquizado segundo a importância que indivíduos ou grupos dão às suas diversas ações, assegurando o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, impondo e mantendo, dessa forma, uma ou várias ordens, ao mesmo tempo em que se realizam a integração e a coesão dos territórios e se cria o invólucro no qual se originam as relações de poder. (OKARA, 2011, p.12).

É com base nessas reflexões que Claude Raffestin (1993, p. 152) afirma que, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. Outra reflexão de Claude Raffestin (1993, p. 152) é que o território traz em si, explícita ou implicitamente, a ideia de limite, que é onde se identifica a porção do espaço em que se dão as ações de determinado ator ou atores. É em consequência desta relação com o espaço e a produção de território que se desenvolve uma malha capaz de tecer a superfície de infinitas maneiras, constituindo o que pode ser compreendido enquanto tessitura territorial.

A tessitura territorial está sempre sujeita a níveis hierárquicos dentro de cada malha territorial estabelecida, caracterizando as centralizações e as descentralizações [...] é prudente considerar se a tessitura é a desejada pela população ou se apenas é uma tessitura suportada por essa população. Para Raffestin (1993, p. 154), “a tessitura ‘desejada’ é aquela que tenta otimizar o campo operatório do grupo, enquanto a tessitura ‘suportada’ é aquela que tenta maximizar o controle do grupo.” Sendo assim, a tessitura é sempre a projeção de um sistema de limites e fronteiras, cujas escalas coincidem, determinando e sendo determinadas, com a escala do exercício do poder. Nesse inter-relacionamento dinâmico, as tessituras se superpõem, se cortam, se fazem e se desfazem permanentemente. Isso porque os limites e as fronteiras são móveis, ou efêmeros, sendo que as áreas delimitadas são, por vezes, apenas a sede de uma ou várias atividades submissas a outros campos ou escalas de poder. Raffestin (1993, p. 154) considera que “num nível mais elevado, as regiões administrativas quase nunca coincidem com as regiões econômicas. Todo projeto de um ator signatário se realiza em várias malhas ao mesmo tempo, mesmo quando ele nem suspeita disso”. É evidente que as tessituras criadas pelo Estado têm mais permanência do que as criadas pelas empresas. É por isso que as tessituras políticas e administrativas sobrepõem às econômicas. (OKARA, 2011, p.18).

Com isso, pode ser afirmar que, da mesma forma que a tessitura territorial está relacionada a níveis hierárquicos e às atividades populacionais frente a uma determinada escala de exercício de poder, ela sofre alterações na medida que há mudanças no modo de produção e nas próprias relações desta execução. Também é possível concluir que é através da relação entre malhas, nós e redes que a territorialidade humana acontece e ganha complexidade. Assim, nesse sistema, é possível caracterizar o comportamento destes elementos da seguinte forma:

- (1) as **malhas** são heterogêneas, interligadas, possuem elementos que as complementam, como pontos, nós e aglomerações de indivíduos ou grupos;
- (2) os **nós** são interdependentes, podendo relacionar-se e comunicar-se
- (3) as **redes** são instrumentos de poder, podendo fazer e desfazer as prisões do espaço, tornando-o território, e com capacidade tanto de liberá-lo quanto aprisioná-lo (Raffestin, 1993, p.204).

Outra importante contribuição da obra de Raffestin é o desenvolvimento da ideia de territorialidade. Segundo o autor, geralmente este processo ocorre ligado a fatores econômicos em torno da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização. Em linhas gerais, a territorialização implicaria num conjunto codificado de relações, enquanto que a desterritorialização diz respeito à expulsão do território, podendo também ser interpretada como a extinção dos limites e das fronteiras. Por sua vez, a reterritorialização seria o retorno ao território.

Em decorrência dessa compreensão é que está a distinção entre a “apropriação” e a “dominação”, vastamente debatida por Lefebvre (2001; 2008): no que se refere ao território, o poder tem um sentido concreto – de dominação – e um sentido simbólico – de apropriação. A propriedade, a posse, a funcionalidade, as fronteiras, a territorialidade e o valor de troca são inerentes à dominação territorial, também concebida como “captura” de determinado território. (BORGES, 2013, p.6).

Com isso, pode-se recorrer também ao pensamento de Rogerio Haesbaert (1997, p. 42), quanto ele afirma que o território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica e cultural, que se desenvolvem através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem. Assim, o território é também uma forma de apropriação e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar.

Desta forma, em seu multipertencimento e enquanto campo de ação/dominação, o território tem como característica assinalar controles que variam de acordo com o tempo e o espaço, com os agrupamentos e com os indivíduos, pois “resulta do movimento histórico que o edifica e das suas constantes transformações, presentes e influentes inclusive no seu status ontológico” (BORGES, 2013, p7).

Retomando a afirmação de que a produção e a organização do território acontece por meio de atores, grupos e redes de poder que estão aliados aos processos políticos, adotados pelos mesmos. Através do desenvolvimento destas relações, ao ser apropriado e adquire um sentido simbólico, o território pode ser caracterizando enquanto um campo de tensões e disputas que revelam sua dimensão cultural, modelando-o e interferindo nos modos de vida e nas práticas individuais e coletivas. Sendo assim, o território é um produto da relação entre os sujeitos sociais e o espaço, que é “fruto dos modos como a territorialização ocorre e é significada” (BORGES, 2013, p7).

Com isso, é possível afirmar o território enquanto o espaço em que se projeta poder por meio da territorialidade. Também, no que se refere a ele, a produção de territorialidades se desenvolve por meio de relações cotidianas que constituem o território e “tem alterações no tempo histórico, no mesmo e em diferentes lugares, de maneira relacional” (SAQUET, 2010, p. 149).

A partir dessas relações, é possível assumir que quando se diz que alguém está no poder, na realidade o que se contata é que tal indivíduo encontra-se investido de poder através de um certo número de pessoas, que atuam em seu nome e de acordo com seus interesses. Segundo Wanderley Messias da Costa (2016, p.167), a luta pelo poder é um elemento intrínseco na relação entre os indivíduos e, conseqüentemente, dos Estados. Desta forma, é possível sustentar que o Poder dimensiona as relações institucionais e sociais do Estado e suas organizações diante da construção do Território.

numa sociedade de massas moderna [...] a hegemonia deve exercer-se no plano moral, intelectual e especificamente político, além do econômico e coercitivo. Assim, a hegemonia das classes dominantes não pode dar-se exclusivamente através da instrumentalização do Estado por elas controlado. De modo crescente, o papel de classe dirigente tem de incluir as ações no plano das atividades privadas, tais como as agências de cultura, os meios de comunicação, além das funções precipuamente estatais como a educação e a ação legisladora. Por isso, para Gramsci, o estado é resultado da combinação entre sociedade política e uma sociedade civil, cujos conflitos se expressam nos níveis privado e estatal. (COSTA, 2016, p.277).

A partir dessa compreensão Raffestin quebra o paradigma ratzeliano onde a análise territorial volta-se apenas para o Estado e marginaliza as outras organizações dotadas de poder político. Com isso, ao tratar de poder, Raffestin (1993) coloca o Estado enquanto uma organização como qualquer outra, mas que está investida de um enorme poder para articular e exercer sua dominação. Neste sentido, pode-se reivindicar também o pensamento de Saquet (2007) quando ele afirma que

no território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. (SAQUET, 2007, p. 158-159).

Assim, simultaneamente a outras organizações – econômicas, simbólicas, culturais etc. –, o Estado recorta o espaço em malhas na busca de encontrar em qual delas seu poder pode ser exercido. Logo, segundo Saquet (2007) e Raffestin (1993), pode-se afirmar que “existem diferentes territorialidades que se comunicam, se confrontam, negociam consensos” (BARROS, 2020)¹⁷, construindo assim um exercício de poderes que transformam o que identificamos enquanto território.

Ao fazer um recorte e traçar caminhos mais próximos entre o pensamento geográfico de Raffestin e a Comunicação, mais em específico, observado o que diz respeito ao seu desenvolvi-

17 BARROS, Janaína V. Meios de comunicação na territorialização do capital. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1430/143066518015/html/>>. Acesso: 12 dez 2022

mento teórico e ao que o funcionamento das redes tem a contribuir no estudo dos meios de comunicação enquanto ferramentas de disputa de território. Pode-se primeiramente resgatar o pensamento de Raymond Williams (2011), quando ele afirma que a comunicação e os seus meios materiais são “intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social” (p. 69). Chegando à obra, Claude Raffestin (1993), pode-se complementar o pensamento e afirmar também que a mobilidade se dá pela circulação e pela comunicação, que são complementares e imersas nas relações de poder.

Assim, é possível dizer que o trunfo do poder seria hoje informacional, ou seja: se dá a partir do momento em que a comunicação é capaz de alimentar os espaços de circulação, transformando o território concreto em informação e também criando territórios abstratos. É esta informação, influenciada e influenciando relações sociais complexas, que se desenvolve em torno de poder. Consequentemente a este pensamento, pode-se aproximar as contribuições teóricas de Claude Raffestin (1993) e Manuel Castells (2003), quando este afirma que:

A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades [...]. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder [...] Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos inter-operacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades [...] Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social. (CASTELLS, 2003, p. 566).

Logo, tratando-se da relação entre território, comunicação e poder, pode-se afirmar que, no atual sistema capitalista, a informação flui em todas as escalas de maneira que constituem um conjunto de nós interconectados que formam as redes mundiais de poder. Mais que isso, as formas de comunicação, em suas diversas formas de manifestação, não apenas participam diretamente do processo de territorialização do capital como também constituem uma ação sem a qual este não pode ocorrer.

A política de segurança no Brasil, durante o governo militar, por exemplo, contava com uma política de comunicação para garantir o poder do governo em todo o território nacional. Outro exemplo, mais contemporâneo: a internet é uma rede de comunicação vinculada à ideia de globalização – mais do que isso, a globalização econômica só é possível pela globalização simbólica proporcionada não apenas, mas, principalmente, pelas redes telemáticas de distribuição de informação. A internet potencializou a compressão do tempo e do espaço (Harvey, 2001) e as conexões reticulares. Ela se tornou imprescindível para a atual dinâmica do capital e sua mobilidade. Ainda hoje a disputa para que seja feita a regulamentação da mídia no Brasil e na América Latina mostra a relevância dos meios de comunicação na defesa da soberania dos Estados e da diversidade cultural de seus povos. No microcosmo do ambiente de trabalho, por exemplo – também um território de disputas (Fígaro, 2018) – a comunicação cotidiana entre trabalhadores, os conflitos e as nego-

ciações, as prescrições do trabalho e informações que orientam os fluxos e as rotinas produtivas também são atravessados e participam da territorialização do capital. Os meios de comunicação, nesse processo, participam da construção de imaginários e são, ao mesmo tempo, meios de produção, com seus próprios processos de territorialização. (BARROS, 2020).

Por fim, considerando que para esta pesquisa o uso da comunicação como ferramenta para a disputa territorial se dá, antes de tudo, em uma disputa ideológica, é necessário resgatar os também os pensamentos de Foucault e Deleuze abordados por Raffestin (1993, p.56), em que se afirma que: “todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber”. Assim, pensar na conexão entre território e poder, para refletir como isso se dá no e através ambiente dos meios de comunicação, é constatar que no processo de disputa de territórios cumprem o papel de construir dissensos através das práticas socioculturais que eles próprios produzem e reproduzem. Para o presente trabalho, é prioridade compreender qual o tipo de poder se desenvolve através da relação entre meios de comunicação e territórios.

2.2 A Geografia da comunicação

Alguns teóricos, como Souza Brasil (1973, p 76), consideram a cultura como algo subordinado à comunicação. Segundo ele, pode-se dizer que cultura e comunicação são suplementares, estas se constituem de forma que uma é condição necessária para compreensão e existência da outra, não podendo ser vistas como elementos em separado. Assim, se estabelece uma relação de reciprocidade, na mesma medida que a comunicação social influencia as manifestações socioculturais, ela também é influenciada por estas e ambas são produto transformado e de transformação uma da outra.

Situados na encruzilhada de várias disciplinas, os processos de comunicação suscitaram o interesse de ciências tão diversas quanto a filosofia, a história, a geografia, a psicologia, a sociologia, a etnologia, a economia, as ciências políticas, a cibernética ou as ciências cognitivas. Ao longo de sua construção, esse campo particular das ciências sociais esteve, por outro lado, continuamente às voltas com a questão de sua legitimidade científica. Isso o conduziu a buscar modelos de cientificidade. (MATTELART, 2004, p. 9).

Com o objetivo de compreender como ocorre o processo social da comunicação, diversos estudiosos de diferentes correntes e escolas teóricas se dedicaram a estudar e compreender a relação da comunicação com as múltiplas dimensões sociais. Entre as mais conhecidas temos a Escola Estadunidense, que se destacou a defender a corrente funcionalista e a teoria hipodérmica; a Escola Canadense, com a defesa da Aldeia Global; a Escola Francesa, com a Teoria Culturológica; a Escola Alemã ou de Frankfurt, com a Teoria Crítica; e a Escola Inglesa, com os Estudos Culturais.

Já no Brasil, destacou-se o que foi chamado de Teoria da Folkcomunicação, que teve como maior defensor o teórico Luiz Beltrão de Andrade Lima.

Entre divergências e confluências, estas Escolas deram base para o que compreendemos hoje enquanto fazer comunicação. Mais que isso, assim como qualquer ciência social, elas trazem em suas análises a carga do tempo histórico em que foram desenvolvidas. A Escola de Frankfurt, por exemplo, se desenvolveu na Alemanha em um período que o debate em torno do papel da indústria cultural se dava no ápice do embate entre o imperialismo norte-americano e o socialismo da URSS. Críticos de ambos os modelos de sociedade, os cientistas que compunham a Escola de Frankfurt desenvolveram teorias com base nas suas reflexões sobre a obra de Marx, buscando atualizar os debates marxistas de acordo com o que eles acreditavam ser as necessidades fundamentais da sociedade capitalista do século XX.

Um outro exemplo é a teoria do espelho, que teve a latência do seu debate por volta do século XIX e tinha bases no pensamento positivista de Auguste Comte. Segundo Magno Medeiros (2018)¹⁸, esta teoria trazia como elemento principal a defesa de que o jornalismo tem por pressuposto de existência ser espelho do mundo, ou seja, que na notícia o jornalista reflete apenas o que é a realidade. Sendo assim, as notícias são determinadas pela sociedade e o jornalista é apenas um mediador neutro e imparcial.

Usando a teoria do espelho como gancho, pode-se aqui abrir um processo de reflexão sobre a neutralidade ou não da produção dos conteúdos de comunicação, assim como de sua relação de representação da sociedade. Se, por um lado, pensar que as notícias são um reflexo da realidade não é em todo um erro, ainda que não seja um reflexo perfeito. Por outro, a teoria do espelho pecou ao defender que a notícia é construída de forma neutra, porque ela não é. Contudo, se fizermos um paralelo entre a teoria do espelho e o momento histórico em que ela se fortaleceu, é possível perceber elementos que levaram aos teóricos do período a cair no equívoco da falsa neutralidade.

Ela surgiu no contexto das profundas mudanças que se processavam na imprensa dos Estados Unidos (Pena, 2010), com o desenvolvimento de uma rentável indústria noticiosa de massas. Em contraponto ao anterior jornalismo literário, ideológico, partidário, panfletário, sensacionalista, surgiam novos profissionais que sustentavam ser a imprensa o espelho do real, serem as notícias o que são por refletirem a realidade.

O jornalista seria um mediador desinteressado, um observador isento, imparcial, que descreveria objetivamente os fatos. O princípio básico seria a separação de fatos e opiniões. Pregava-se que a palavra poderia refletir a realidade, assim como a fotografia, recém inventada. O Jornalismo usaria métodos científicos que evitariam a subjetividade. [...]

Nas décadas de 1920 e 1930, estes princípios voltaram a ganhar força nos Estados Unidos, especialmente a partir do lançamento de um livro que se tornaria célebre,

18 Disponível em: <<https://jornal.ufg.br/n/104485-quebrando-a-teoria-do-espelho>>. Acesso em: 15 mai 2021

Opinião Pública, do jornalista Walter Lippmann (1922). Tratava-se do reforço da pregação do uso de métodos científicos contra a subjetividade na profissão, para fazer frente às distorções factuais verificadas na cobertura da Primeira Guerra Mundial. (CASTRO, 2012, p.5).

Entretanto, apesar da teoria do espelho ter sido reivindicada por um campo teórico considerável, a crise social que se desenvolveu por volta dos anos de 1960, o questionamento das relações de exploração capitalista e a resposta advinda dos protestos sociais também atingiram aqueles que faziam o jornalismo. Nesta área da comunicação social, as transformações sociais colocaram na ordem do dia questionamentos em torno da dualidade de interesses dos donos dos meios de comunicação frente ao conteúdo que era produzido nas redações. Desta forma, ao tentar separar a opinião do fato, de forma conservadora a Teoria do Espelho funcionava quase como um manual de conduta jornalística.

Logo, é na tentativa de defender uma falsa neutralidade que visualizamos uma das maiores críticas a esta teoria, já que os indivíduos são uma construção social de valores e isso se expressa em tudo que constroem e colocam no mundo. Se é a sociedade que dá forma à tecnologia, consequentemente, as tecnologias estão impregnadas de valores e relações sociais, assim, o que pode haver na realidade é uma comunicação que tenha compromisso ou não com a veracidade dos fatos, mas não uma comunicação imparcial e neutra.

Ainda que as diversas escolas tragam consigo a influência de convicções ideológicas distintas, podemos dizer que esses diferentes modos de ver a comunicação são também uma consequência de que o fazer da comunicação não se dá de maneira única. A concepção do fazer comunicacional varia de acordo com o território em que se manifesta, não é algo estático, e se desenvolve e se modifica em um processo contínuo de acordo com os sujeitos que a utilizam e da intencionalidade do seu uso. Com isso, pode-se remeter ao pensamento de Jesús Martín-Barbero (1997) quando ele argumenta que as mediações manifestam-se em práticas concretas que envolvem a socialidade, a ritualidade e a tecnicidade no ambiente cultural e comunicativo, ou seja, no território.

A socialidade está presente nas práticas cotidianas e é no decurso dela que ocorre a negociação de poderes dentro da dinâmica social; na ritualidade, os sujeitos e os grupos criam rotinas capazes de assegurar e/ou renovar a produção cultural e os seus sentidos. Já a tecnicidade está relacionada às diferentes formas de encarar a presença e fazer uso dos meios técnicos no mundo e aproxima-se muito do que Milton Santos (1996, p. 20) conceitua e compreende como “meio técnico-científico-informacional”, um “[...] meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação”. A tecnicidade é composta tanto pela concepção instrumental de que os recursos tecnológicos promovem o progresso técnico da humanidade e das sociedades, quanto pela sua interferência nas dinâmicas espaciais, capazes de promover distintas percepções que influenciam no processo de formação da consciência das pessoas e, consequentemente, na

configuração territorial dos lugares. (BORGES, 2013, p.56).

Assim, podemos tanto encontrar espaços que produzem tipos de comunicação que são restritos a estes e não são compreendidos em nenhum outro lugar se não ali. Quanto podemos identificar que, com os processos de expansão cultural e construção de identidade e comunidade, o fazer comunicacional têm ganhado uma nova forma. O acesso às diferentes culturas está cada vez mais simples e rápido, em especial, em consequência das possibilidades advindas da expansão da internet, e isso tem relação e influência direta na comunicação.

Quando se trata das atuais tecnologias da comunicação, como discorre Imma Tubella (2005), podemos dizer que o impacto proporcionado pela internet expande esferas culturais e fronteiras geográficas. A internet permite uma comunicação de muitos para muitos, conectando milhões de pessoas que tem diferentes cargas culturais em múltiplos relacionamentos e interações. Desta forma, as tecnologias digitais contribuem para a transformação da organização espaço-temporal da vida social, cria novas formas de ação e interação, novos modos de relação social.

Enquanto elemento de formação social, a comunicação é capaz de sustentar e criar fronteiras imateriais que extrapolam e influenciam diretamente nos fatores que identificam, unem ou separam nossos territórios. São fronteiras e relações que se mostram de forma mais ou menos explícita a depender do tempo histórico, alterando e sendo alteradas de acordo com a conjuntura. Assim como as ferramentas de comunicação influenciam na construção dos espaços e territórios, essas mesmas ferramentas também se modificam a partir da influência do contexto em que ela está inserida. Por isso, a relação que se dá entre a Geografia e a comunicação social neste estudo se faz de forma tão importante, essa relação abre possibilidades que Milton Santos já apontava de modo mais geral lá atrás, em 1991:

as possibilidades de um enfoque interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, na medida em que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. (SANTOS, 1991, pag. 1).

Além dos fatores culturais, é importante considerar que um outro elemento que influencia essas variações do fazer da comunicação são as relações de poder nos territórios em que ela se desenvolve. Retomando o que foi afirmado no início do capítulo, ao traçar a linha do tempo entre a história da comunicação e a história da sociedade perceberemos o quanto as TICs cresceram consideravelmente em tempos de guerra, crises políticas, revoluções sociais. Isto não acontece por acaso, elas são desenvolvidas para atender as necessidades sociais, mas não necessariamente do todo da

sociedade, e sim da parcela que detêm o poder, geralmente grupos ligados à indústria, ao agronegócio, o Estado, em resumo: a burguesia.

É quando se fala de relações de poder, assim como quando se fala em construções culturais, que a comunicação e a Geografia se aproximam mais uma vez. Mais não apenas em relação a estes conceitos, segundo Rosana Maria Ribeiro Borges (2013), as relações entre Geografia e comunicação social, mais em específico, entre a Geografia e o Jornalismo, são maiores e mais profundas do que pode parecer em um primeiro momento.

a começar pelos antecessores dos atuais geógrafos e jornalistas, os antigos expedicionários. O entendimento de que eles fundaram as bases contemporâneas da Geografia é até muito comum, pois as primeiras concepções geográficas surgiram na Grécia, cuja língua materna inclusive dá origem ao termo “Geografia”, que, traduzido para o português, significa algo próximo à “escrita sobre a Terra”. As epopeias *Iliada* e *Odisseia*, atribuídas a Homero, são tidas como as bases de uma das mais fortes vertentes geográficas, já que tiveram como tema central da narrativa o contato com o empírico por meio de expedições e viagens por terras míticas, até então desconhecidas. Séculos depois, quando as nações da Europa Ocidental emergiram e sentiram a necessidade de se expandir territorialmente, em virtude da ascensão do capitalismo comercial ou de demandas imperialistas, o conhecimento empírico sobre o mundo tornou-se uma questão de poder: para dominar o meio, era necessário conhecê-lo. Os processos desencadeados pelos expedicionários que descreviam os lugares além da vista e os registravam em imagens, textos, mapas, tratados, cartografias, diários de viagem e relatos reafirmaram as relações entre a Geografia e o poder, ou, em outros termos, o papel estratégico da geopolítica na conformação dos lugares e dos seus significados. Portanto, suas produções também possibilitavam a ampliação dos sentidos do mundo e das pessoas em relação ao mundo. (BORGES, 2013, p.49).

Pensando na relação entre Comunicação e Geografia e na forma que estes campos se desenvolvem, é importante frisar aqui alguns elementos da história apontados por Rosana Maria Ribeiro Borges (2013). Mais do que paralelos temporais e combinações de uso entre a Geografia e o Jornalismo, olhar para esse desenvolvimento é também identificar fatores em comum que estão diretamente ligados ao uso das tecnologias da informação para o desenvolvimento do saber e, consequentemente, a disputa ideológica e territorial:

1. No princípio, o estudo da Geografia tinha como função principal o trabalho de campo enquanto principal metodologia de produção do saber. Por sua vez, o Jornalismo, fundou também através do trabalho de campo: a reportagem. Através da cobertura, o jornalismo se desenvolveu a partir do objetivo básico de registrar e difundir informações sobre os eventos, suas razões e efeitos. Tendo isso como base, tanto no estudo da Geografia quanto no desenvolvimento da reportagem discutia-se um contexto através de um aporte argumentativo e analítico, que não está focalizado somente no factual, mas também em indicar outros desdobramentos;

2. “Os geógrafos e os jornalistas comumente recorrem às imagens, suportes necessários ao texto e ao contexto” (BORGES, 2013, p.4). Na Geografia, a imagem pode ser gráfica, cartográfica, iconográfica, fotográfica, produzida a mão livre, gerada por meio de complexos *softwares* e tecnologias extremamente avançadas, como os satélites etc. Já no jornalismo, a imagem é o elemento capaz de confirmar o acontecimento apresentado, sendo o caminho para apresentar o cenário e os elementos que o fato abordado se desenvolve. Tanto no jornalismo quanto para os geógrafos, a imagem possibilita a aproximação com o que está sendo abordado, configurando a percepção dos indivíduos;
3. Apesar das particularidades de cada um dos campos, tanto a Geografia quanto o jornalismo estão ligadas a leitura do mundo e dos territórios. Sendo que, para os geógrafos a prioridade está nas categorias dos objetos geográficos; e, para os jornalistas, o objetivo principal está em narrar, registrar, contextualizar, debater e refletir sobre os determinados eventos dentro de um processo social;
4. Tanto a Geografia quanto o Jornalismo, e aqui pode-se dizer também que se encaixa o vasto campo da comunicação social, tem carácter mediador “na produção dos sentidos do mundo, dos lugares e das suas relações, bem como sobre os sujeitos que os produzem e que por eles são formados” (BORGES, 2013, p.5). E, como também afirma Rosana Maria Ribeiro Borges (2013, p.5), estes elementos, inegavelmente, implicam na conformação territorial, já que não há apropriação de territórios sem que haja atribuição de significados.

Desde já, um outro ponto também importante a se considerar sobre os meios de comunicação, é que estes se comportam também como meios de produção. Mais que isso, pode-se afirmar também que, “se a comunicação é elemento ontológico do ser social é, necessariamente, constitutivo dos meios de produção capitalistas, pois está presente nas prescrições e técnicas que orientam o trabalho” (BARROS, 2020). É a partir da comunicação que os indivíduos conseguem expressar sua existência em sociedade, além disso, segundo Williams (2011):

a produção dos próprios meios de comunicação [...] nas sociedades contemporâneas, ganham uma nova importância em função da ampliação comunicativa *das e entre* as sociedades. No tempo presente, por exemplo, os aparelhos móveis conectados à internet, especialmente o celular, participam da organização dos processos produtivos e foram, inclusive, incorporados à rotina de trabalho de diferentes profissionais em diferentes setores econômicos. Tornaram-se imprescindíveis à lógica da acumulação flexível, ampliaram o tempo e o espaço de realização do trabalho, alterando as dinâmicas do mundo do trabalho. Nesse sentido, para o autor, é preciso deslocar a análise “entre os meios e processos comunicacionais para as crises e os problemas das sociedades capitalistas avançadas e – aparentemente – para as diversas crises e dificuldades das sociedades socialistas industriais também avançadas” (pp. 73-74). (BARROS, 2020).

Levando esses elementos e afirmações como base teórica, é a partir de pensamentos como

os de Rosana Maria Ribeiro Borges (2013), Antônio Gramsci (1975), Milton Santos (1997), Jesús Martín-Barbero (1997) e Gramsci (1975), que esta parte do trabalho foi desenvolvida. De forma mais específica, priorizou-se nela o desenvolvimento teórico em torno do encontro entre geografia, comunicação, poder e território. Para tratar destas relações, as próximas páginas foram escritas com foco em alguns pontos que são fundamentais para a compreensão do elo de encontro entre a comunicação e as disputas territoriais

Com este objetivo final, primeiro discorremos sobre os conceitos básicos da teoria da comunicação, em seguida nos debruçamos ao estudo das relações de poder e hegemonia que circulam em torno dele. E, por fim, o chegamos à construção de como essa comunicação se dá na sociedade, retomando e refletindo conceitos como a da ‘sociedade em rede’, ‘globalização’, ‘aldeia global’ etc.

2.2.1 O que é Comunicação Social?

Quando destrinchado em sua etimologia, o termo ‘comunicação’ traz como base o substantivo latino *communicationem*, que significa “a ação de tornar comum”, derivada do adjetivo *communis* (comum) que, por sua vez, significa “pertencer a todos ou a muitos”. Segundo Juan Bordenave (1988), em seu livro *O que é Comunicação*, o ato de comunicar é um instinto inerente a cada indivíduo, seja oralmente, através de desenhos, gestos ou escritos. Ou seja, em condições de normalidade, o ser humano em sociedade sempre busca variadas formas e caminhos para se comunicar com os outros

Comunicação [é] a coparticipação dos Sujeitos no ato de pensar [...] [ela] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida [...] comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1968, p. 67-69).

Considera-se que os primeiros registros de comunicação humana surgiram através das pinturas rupestres, por volta de 3.100 a.C. Estas pinturas geralmente demonstravam contagens através de traços, sendo usadas como uma forma de controle de animais e comunidades; ou representavam histórias do povo que as pintava, representando caçadas, tratamento de alimentos, rituais. Muitos anos à frente, por volta de 59 a.C, durante o governo do imperador Júlio César, estima-se que houve o surgimento do primeiro “jornal” oficial, o *Acta Diurna Populi Romani*. Nesse período, os jornais eram escritos em grandes placas brancas e expostos em lugares públicos populares com o objetivo de manter os cidadãos informados sobre eventos políticos e sociais, guerras, sentenças judiciais, execuções e escândalos no governo.

Entretanto, o espaço temporal entre as primeiras manifestações de comunicação e os

primeiros sinais de uma teoria da comunicação, colocando os meios de comunicação enquanto ferramenta midiática, é longo. Os primeiros estudos a respeito da comunicação enquanto ‘mídias’ surgem apenas no século XIX, na Europa. Entre os elementos principais que deram o pontapé para esse processo está o I Congresso de Sociólogos (1910), que aconteceu em Frankfurt, na Alemanha. Nele, Max Weber propôs a constituição de uma ‘sociologia da imprensa’, documento considerado precursor à sociologia da comunicação.

Não diferente, no Brasil, ainda que o *Correio Braziliense*¹⁹ seja considerado um dos primeiros meios de comunicação oficiais e tenha a circulação inicial datada em julho de 1808, o estudo da comunicação têm seus primeiros marcos oficiais de forma tardia. Aproximadamente meio século depois das primeiras iniciativas na Europa e nos Estados Unidos, o primeiro marco de um estudo da comunicação se dá em meados de abril de 1908, quando o fundador da Associação Brasileira de Imprensa, Gustavo de Lacerda, decidiu criar a Escola de Jornalismo, espaço que abriu um novo episódio da história da comunicação no país.

A Escola de Jornalismo, que não queria ser oficial, que não faria doutores nem bacharéis, mas que se propunha unicamente a propinar a seus alunos o ensino das matérias julgadas essenciais à prática da profissão, cuidando da cabeça e das mãos dos estudantes, com a teoria da ciência necessária e a prática das artes de gravar. Ao lado do programa das aulas do curso teórico propriamente dito, a Escola ministraria o ensino prático. Seria, então, fundado o jornal para os alunos e na redação e nas oficinas dessa folha iriam os estudantes desenvolver praticamente a sua força na sintaxe e na ortografia da língua. O jornal seria a escola de aplicação onde os alunos completariam os seus estudos, redigindo reportagens, que poderiam ser mundanas, artísticas, policiais ou sociais, escrevendo artigos de política e finanças, com orientação própria ou ditada pelo professor, fazendo crítica de música, pintura, teatro e letras, conforme o adiantamento no Curso regular da Escola. (SÁ, 1955, p. 220).

Mais adiante, com a fundação da *Bureau of Applied Social Research*²⁰, em 1941, na

19 Também chamado de Armazém Literário, o *Correio Braziliense* foi um mensário português criado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, precursor dos chamados "jornais de Londres" e dos jornais portugueses no exílio em geral (1808-1820). Considerado o primeiro jornal brasileiro, o *Correio* circulou de 1 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822, contando 175 números, agrupados em 29 volumes. O jornal era dividido em quatro segmentos: (1) política, parte mais destacada do jornal onde transcrevia-se documentos oficiais relacionados a negócios nacionais e estrangeiros; (2) comércio e artes, que traziam notícias nacionais e internacionais de economia política; (3) literatura e ciências, com atualizações comentadas das publicações científicas e literárias da Inglaterra e de Portugal; (4) ciências e miscelânea, trazendo assuntos diversos e polêmicos de Brasil e Portugal; (5) reflexões, com comentários das principais notícias divulgadas pelo jornal; e, por fim, (6) a secção de correspondência, onde eram divulgadas cartas anônimas ou não dos leitores do *Correio*. Um fato a se considerar sobre o *Correio Braziliense* é que, devido a sua forte influência, o jornal causou tanto desconforto à Coroa Portuguesa que fez com que essa patrocinasse a publicação do "*Investigador Portuguez e Inglaterra*" em Londres, local que o *Correio* também tinha circulação. Não tendo muito sucesso, posteriormente, a partir de 1813, a Coroa passou a patrocinar o *Correio Braziliense* de forma direta, o que fez com que o tom das críticas ao jornal fosse atenuado. Após a independência, Hipólito da Costa encerrou a publicação do jornal, visto que já não fazia sentido editar um jornal no exterior com o país independente.

20 A *Bureau of Applied Social Research* foi um instituto de pesquisa social fundado por Paul Lazarsfeld na Universidade de Columbia (EUA). O Instituto era especializado em pesquisa de comunicação de massa e nasceu

Universidade de Columbia, se consolida nos Estados Unidos os primeiros estudos da Comunicação Social enquanto ciência. Neste momento, os estudos se dedicavam principalmente a compreender o papel e o efeito social causado pelas rádios, primeiro veículo a alcançar proporções e popularidade suficiente para ser caracterizado enquanto meio de comunicação de massa. Diferente do que acontecia com os jornais, que dependiam das condições de transporte para circular a longas distâncias, as rádios conseguiam superar a barreira do tempo e espaço e chegar a um número de pessoas que antes de sua invenção era inimaginável. Este foi um fator fundamental para o investimento político nas rádios, que surgiram como uma ferramenta a mais para estabelecer as necessidades ideológicas apontadas pelos governos autoritários no período entre guerras.

Ao constatar esta relação, se faz necessário resgatar Juan Bodernave (1998) mais uma vez quando ele afirma que os meio de comunicação comumente aparentam estar ligados a algum tipo de interesse maior, parecendo estar sempre procurando o lucro e o prestígio. De fato, durante toda a história os meios de comunicação majoritariamente estiveram nas mãos de um pequeno grupo, geralmente a elite ou instituições detentoras de poder, como a igreja, que os utilizavam para propagar suas ideologias. Identificar essa relação é também identificar como as grandes mudanças tecnológicas e de uso que a comunicação enfrentou refletem esses interesses.

Desde a invenção da imprensa de Gutemberg no século XV, que permitiu a produção de escritos em larga escala, à TV como temos hoje, o poder de decisão do que se veicula de forma massiva para a sociedade é para poucos. Com a popularização da internet houve uma esperança inicial de uma mudança de relação, acreditava-se inicialmente que ela traria um processo de democratização da comunicação, mas hoje pode-se avaliar que foi um ato de ingenuidade crer que o fato de tornar a informação mais disponível solucionaria os problemas relacionados ao uso das ferramentas de comunicação e de difusão de informação.

Por mais que a internet e as redes sociais apresentem uma maior liberdade de publicação de conteúdo, este espaço ainda privilegia e dá mais voz a aqueles que tem mais dinheiro para investir em publicações e publicidade. Quando se trata das redes sociais, por exemplo, o que se pode ver hoje é uma política de algoritmos que privilegia quem paga mais, a difusão de tipos de conteúdos que são prioritários às plataformas e seus investidores. Não apenas isso, pode-se dizer que com a combinação das políticas de algoritmo, o mapeamento dos perfis de usuários e a curadoria de conteúdos que é veiculada para cada um, estas redes sociais atuam também em uma certa seletividade e agendamento dos temas que serão colocados como pauta central da sociedade em

do Projeto de Pesquisa em Rádio da Universidade de Princeton, a partir de 1937. O departamento foi fechado em 1977, quando seus arquivos foram fundidos no Centro de Ciências Sociais de Columbia que, por sua vez, se tornou parte do Instituto de Teoria e Pesquisa Econômica e Social em 1999 e, alguns anos depois, em 2001, se tornou parte do Instituto de Pesquisa Social e Econômica e Política

determinados momentos, quase como uma atualização da teoria da agenda *setting*²¹.

Com isso, podemos afirmar enquanto uma característica da comunicação social, que é concomitante a uma característica do fazer da geografia defendido por Milton Santos, que é a da não neutralidade. Em ‘*Mídia: teoria e política*’, por exemplo, Venício de Lima (2012) destaca que podemos identificar dois elementos principais no processo de monopólio e uso da comunicação que temos hoje, que são a manipulação e a persuasão. Por manipulação, com base em por teóricos como DeFleur (1993) e Lipmann (1922), Lima entende enquanto o poder ilimitado da mídia através de recursos publicitários. Nesse modelo, defende-se a existência de um público passivo, que é controlado pelos meios de comunicação a partir da resposta a estímulos feitos cotidianamente pela imprensa, rádio, cinema, TV.

Já a persuasão, segundo o teórico, traz um público pouco menos passivo, que resiste aos estímulos em que são submetidos em função da ‘interveniência de fatores psicológicos e sociológicos’ (LIMA, 2012). Ambas as teorias surgem em meio ao clima da 2ª Guerra Mundial, período que em uma combinação entre jornalismo e propaganda, os meios de comunicação foram ferramentas fundamentais para a difusão das ideologias dominantes vigentes. Foi a partir dessa associação que Paul Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945, conseguiu transformar o Nazismo em uma ampla manifestação social e deram consistências as ideias escritas por Adolf Hitler em *Mein Kampf* (“Minha Luta”).

Tendo como base estes pensamentos, surgiu neste período a teoria hipodérmica, também conhecida como teoria da agulha hipodérmica ou teoria da bala mágica, que abriu diversos debates em meio aos estudos da comunicação social. Inserida em meio ao behaviorismo, a teoria hipodérmica tem como base a análise da manipulação nos meios de comunicação enquanto ferramenta de controle social massivo. Segundo aqueles que a defendiam, como Lasswell (1949), uma vez que a mensagem fosse espalhada à sociedade ela era automaticamente aceita pela massa de forma passiva, assim, a propaganda era capaz de manipular os indivíduos que tinha contato com ela a ponto de controlá-los.

Outros aspectos necessários de se resgatar para que seja possível compreender melhor a teoria hipodérmica é que, segundo seus teóricos, ainda que inseridos na ‘massa’ os indivíduos seguem isolado, o que os torna indefesos e passivos diante do que era difundido pelos meios de comunicação. Para Lasswell (1949), a comunicação se dá baseada em três funções:

(1) Vigilância para monitorar o que afeta os valores de uma sociedade

21 A Teoria do Agendamento ou Hipótese do Agendamento, foi formulada por Maxwell McCombs e Donald Shay durante a década de 1970 e propunha que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística. Com isso, as notícias veiculadas na imprensa, se não necessariamente determinam o que as pessoas pensam sobre determinado assunto, são bem-sucedidas em fazer com que o público pense e fale sobre um determinado assunto, e não sobre outros

(2) Estabelecer coesão entre os membros do grupo social

(3) Transmitir e intensificar os valores que se desejam estabelecer em uma sociedade

Por outro lado, contrariando a defesa da teoria hipodérmica de que os indivíduos são facilmente manipulados pelos meios de comunicação, afirmar que o monopólio da comunicação gera uma sociedade inteiramente passiva e acrítica é fazer uma leitura superficial da construção ideológica dos indivíduos. Ainda que os *media* estejam sob o interesse de classes dominantes, toda a realidade que envolve os sujeitos, assim como seu cabedal cultural e vivência de vida, influenciarão na leitura que ele faz das mensagens que chagam até ele.

Assim, pode-se dizer que a manutenção de determinadas ideias são feitas cotidianamente pelos meios massivos, mas não necessariamente elas são tomadas como verdade universal. Com bases em reflexões como estas que a teoria hipodérmica foi derrotada e aparece como fonte de críticas teóricas até os dias de hoje. Apontando um outro caminho, mais a frente e tardio em relação ao período de formulação da Teoria Hipodérmica, a Teoria Crítica a combate e torna-se uma das principais linhas teóricas da comunicação a contrapô-la.

Relacionada à Escola de Frankfurt, que se fortaleceu em meados de 1930 e tem como um dos primeiros marcos teóricos publicados por Max Horkheimer em '*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*', em 1937. A Teoria Crítica tornou-se importante não apenas por ser um bom exemplo de embate à Teoria Hipodérmica, mas pelo papel que Escola de Frankfurt tem para o desenvolvimento teórico não só da comunicação, mas de todo um campo de estudo, tendo em sua base em pensadores como Karl Marx, Max Horkheimer, Georg Lukács, Max Weber, Theodor W. Adorno, Jurgen Habermas.

Entre os estudos desenvolvidos pelos teóricos que a defendiam, a Teoria Crítica tinha como objetivo central analisar as condições sociopolíticas e econômicas da aplicação da comunicação enquanto ferramenta transformadora da sociedade em meio à indústria cultural, que é definida por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1947) enquanto um sistema político e econômico que tem por estratégia produzir bens de cultura em forma de mercadoria para que estas atuem como elementos de controle social. Partindo deste princípio de estudo, com a Teoria Crítica a Escola de Frankfurt revolucionou o pensamento da comunicação e traz reflexões para pontos que são fundamentais e interferem diretamente nos estudos sobre comunicação quando o objetivo é compreender o efeito dos meios de comunicação na sociedade.

Para analisar os meios de comunicação eles tinham como base o fato de que os meios de comunicação de massa são propriedades de empresas, que possuem interesses em garantir os lucros e manter o sistema econômico vigente. Desta forma, ao venderem seus produtos culturais não vendem apenas objetos de necessidade social, mas que carregam em si uma série de valores que

contribuem para a formação ideológica destes consumidores.

Para Adorno (1947), esses consumidores tornam-se então vítimas desta indústria que não produz cultura popular, mas a cultura do capital que absorve a cultura popular apenas quando é necessário absorvê-la para gerar mais lucro. Na atualidade, podemos ter como exemplo a movimentação do capitalismo em absorver – com fundo neoliberal e desassociado do recorte de classe – temas de gênero, raça e diversidade sexual por induzir setores politicamente mais progressistas a determinados consumos, como é o caso do mercado ligado ao *Pink Money*²².

Assim, Adorno e Horkheimer (1947) visualizam os meios de comunicação de massa como uma perversão das ideias iluministas do século XVIII, que acreditavam que a razão e a tecnologia libertaria o homem das amarras políticas ligadas às mitologias e superstições e, a partir disso, a sociedade seria mais livre e democrática. Entretanto, se por um lado os iluministas levavam ao máximo da positividade o papel da tecnologia, por outro, os frankfurtianos consideram a relação entre a comunicação e o capitalismo como um fator limitante.

Ao tratar da maquinaria e da indústria moderna, no capítulo XIII, do volume 1, do *Capital*, Karl Marx (1818) traz uma citação de John Stuart Mill (1873) que é bastante oportuna para apontar essa defesa, segundo eles “é duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano”. Neste capítulo, Karl Marx (1818) defende que o objetivo do capital ao desenvolver a maquinaria não é facilitar a vida do proletário, mas sim o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, o barateamento da mercadoria, encurtar o dia de trabalho para assim garantir a ampliação da mais-valia. Ainda que tragam benefícios em certos setores, a produção de mais-valia é o objetivo fundamental do avanço dos meios de produção; com os meios de comunicação não é diferente.

Parte dos teóricos da Escola de Frankfurt viveram isso na prática considerando que muitos deles eram judeus e foram alvos das campanhas nazistas propagandeadas pelo governo de Adolf Hitler com o apoio dos meios de comunicação que este tinha em mãos. As campanhas realizadas pelo governo nazista eram uma prova concreta que, a depender de como se dá o seu uso, os meios de comunicação têm o poder de libertar através do conhecimento, mas também poderiam aprisionar todo um povo e contribuir para a perseguição e o genocídio.

No Brasil, o momento e a forma em que o jornalismo brasileiro começa a se desenvolver de fato é, por si só, um marco a considerar quando se trata de refletir o papel e a relação dos meios de comunicação frente aos interesses das classes dominantes. Além do *Correio Braziliense* (1808), foi apenas durante o período da ditadura militar, implantada em 1964, que ocorreram novos

22 *Pink Money* é a expressão que se refere ao consumo de itens ligados à comunidade LGBTI através da criação de produtos e serviços específicos para este grupo.

investimentos capazes de gerar como consequência um real crescimento do campo do jornalismo. Entre as diversas ações realizadas pelo governo militar, duas das mais importantes estão no investimento na Rede Globo e no SBT, empresas que detêm o monopólio da comunicação até os dias de hoje.

Assim como ocorria em outros setores da sociedade, o que se vê no jornalismo de 1964 é o clímax de uma movimentação que começou a ter seus primeiros passos em 1950, quando os jornais brasileiros entraram em campanha política e ideológica de forma explícita (MARTINS, 2013, p 14). Tratando-se de Globo e SBT, era nítido de que lado seus canais de comunicação estavam e como atuavam enquanto um braço do regime militar, ainda que existisse nestes um cuidado mínimo em ter programas e pronunciamentos que minimamente iam de encontro ao regime militar, passando uma falsa sensação de democracia já que para os militares não era golpe e sim ‘revolução militar’.

Enquanto a Rede Globo e o SBT cresciam a passos largos, diversos jornais menores foram fechados, afunilando cada vez mais o grupo de pessoas que estavam a frente dos *media*. Através das ferramentas de censura, a ditadura de 1964 foi responsável não apenas por um profundo retrocesso quanto à liberdade de expressão, mas também para a possibilidade de modificações de linguagem, criando um modelo que tinha como referência o modo norte-americano de fazer comunicação.

Diante do rígido controle político por meio da censura, o telejornalismo brasileiro assume cada vez mais o modelo norte-americano como inspiração. Ao tentar copiar o estilo e a forma, apenas no visual os informativos pareciam com o modelo. Dispensa-se a participação dos jornalistas como apresentadores e os locutores voltam a ocupar papel exclusivo na condução dos noticiários. (REZENDE, 2000, p.108).

Em resumo, aquilo que ia de encontro aos interesses do governo vigente era cortado dos noticiários ainda no processo de revisão de conteúdo realizado pelos militares. Esta realidade perdura até meados de 1970 e início da década de 80, quando inicia o processo de anistia. Entretanto, as consequências do período de censura permanecem até hoje atreladas a forma de fazer jornalismo dos meios de comunicação tradicionais, que nascem e se desenvolvem para responder aos objetos de monopólio e mercantilização atrelada ao capital; ou seja, como ferramenta para atuar na manutenção do poder burguês.

Logo, ao observar a realidade sociopolítica do Brasil, nota-se que a garantia de informação livre se torna contraditória em relação ao modo de organização da economia e, consequentemente, dos sistemas de comunicação de massa. À medida que estes meios de comunicação crescem e edificam sua hegemonia, se constroem a partir da concentração e da exclusão, mantendo o monopólio em função dos interesses ideológicos de uma pequena burguesia que mantém a concentração do capital.

Essa combinação de concentração e exclusão faz parte da história nacional à medida que os meios de comunicação se desenvolvem em defesa de um modelo de difusão ideológica que mantém de fora conceitos básicos de cidadania e se apoia no autoritarismo, de forma direta ou indireta.

As classes dominantes, segundo o autor [BOLAÑO, 2000], organizaram um aparato que cumpre três funções fundamentais perante a população: garante a coesão social em um quadro de desigualdade (propaganda), dá suporte à valorização dos capitais em concorrência no sistema econômico (publicidade) e atende às demandas informativas para permitir o êxito dos propósitos anteriores (programa). (AMARAL, 2000, p.131).

Nesse contexto, constrói-se uma opinião pública que é pautada de acordo com os interesses dominantes. Ainda que estes meios de comunicação tenham um lado, sustenta-se em torno deles uma falsa narrativa de uma comunicação neutra, que não se envolve nos problemas e dilemas sociopolíticos, quando na verdade esses

novos meios transformou-se em fonte geradora de falsa consciência, na medida em que, através deles, pode-se excluir, censurar ou neutralizar a visibilidade e reflexão públicas de certas coisas, pode-se, em outros termos, bloquear o processo da comunicação [...] conforme as condições convenientes à conservação do poder desses grupos. (RÜDIGER, 2013, p. 90).

Com a massificação do uso da internet e também quando foram apontadas as contradições do discurso da mídia no período da ditadura militar, o fazer da comunicação social no Brasil passar por amplos debates, desde a forma como o ato de fazer comunicação social deveria ser realizado a questões políticas – que não devem ser dissociadas da técnica – em torno da pauta de democratização e de quebrar a crença desta falsa neutralidade. De 1980 para cá, o que se percebem são ondas de quedas e ascensos na relação de proximidade e confiança dos meios de comunicação com seu público, o que interfere diretamente na relação de dominação ideológica através dela e também no que se entende enquanto comunicação social.

Por fim, considerando a breve contextualização da formação teórica e histórica da comunicação social, é necessário ter em mente que, embora a compreensão da comunicação social esteja atrelada há um contexto, há também afirmações básicas sobre sua caracterização que precisam ser levadas em conta quando pretende-se estudar esse campo. Quatro afirmações são importantes para o desenvolver desta pesquisa:

1. A Comunicação Social é uma ciência social aplicada, dentro da academia ela é responsável pelo estudo dos fenômenos relacionados aos meios de comunicação e os efeitos destes em relação à sociedade;
2. A comunicação social pode ser considerada uma das ferramentas mais relevantes nas estratégias políticas, em especial através do uso da propaganda. Nestes casos, sua função princi-

pal é exercer influência sob a sociedade em prol de determinado grupo;

3. Considerando o ponto 2, pode-se reafirmar também que a comunicação social não é neutra, da mesma forma que ela influencia, ela também é influenciada por toda estrutura de poder e das relações que se desenvolver na luta de classes. Consequentemente, os meios de comunicação se desenvolvem a partir do desenvolvimento da sociedade;
4. Enquanto uma ferramenta de disputa de territórios, a comunicação social se desenvolve e atua influenciada pelas práticas das doutrinas e estratégias militares;

Visto isso, torna-se necessário também o aprofundamento em torno das reflexões sobre a comunicação enquanto uma ferramenta ideologicamente orientada. Ao longo das próximas páginas o desenvolvimento teórico terá como foco construir bases para compreender como se dá e as relações de poder e hegemonia na comunicação e qual o papel destas enquanto ferramentas para disputa de território.

2.2.2 Comunicação, poder e hegemonia

Desde os primeiros sinais de sua expressão até o que temos hoje, tanto os conceitos quanto a forma de fazer comunicação passaram por diversas modificações. Como já foi dito, todas essas transformações aconteceram em torno da luta de classes, ou seja, da necessidade de um grupo dominante em manter sua condição hegemônica diante da classe trabalhadora. Neste processo de tentativa de manutenção do poder, pode-se dizer que existem duas frentes principais da comunicação que funcionam historicamente em conjunto como ferramentas de difusão ideológica: o jornalismo e a propaganda.

Os meios de comunicação se desenvolvem enquanto mais uma ferramenta que objetiva viabilizar que os grupos dominantes mantenham sua hegemonia frente a sociedade. Entre outras funções, ao longo da história estes grupos passam a investir nestes meios para que aprofundem sua capacidade de organizar consenso e direção moral, política e intelectual. Isso se dá desde a criação dos primeiros jornais, que ditavam os costumes das classes dominantes, ao que vemos hoje no desenvolvimento da internet e das redes sociais.

Quando resgatamos os pensamentos de Antônio Gramsci (1975) em seus ‘Cadernos do Cárcere’²³, por exemplo, ao tratar das relações de comunicação, poder e hegemonia, ele afirma que a

23 Os “Cadernos do Cárcere” são um conjunto de 29 cadernos escritos por Antônio Gramsci no período em que esteve prisioneiro na Itália, entre 1926 e 1937. Eles começaram a ser redigidos em fevereiro de 1929 durante o cárcere na comuna de Turi, pouco depois de Gramsci ter obtido autorização para estudar e escrever; e constituem uma das obras mais importantes da teoria política deste século por entre outras coisas, serem a fonte de conceitos e expressões que se integrariam ao vocabulário cotidiano como “intelectual orgânico”, “hegemonia”, “sociedade civil” e outros.

imprensa, principal meio de comunicação em sua época, é a “parte mais dinâmica” da superestrutura ideológica das classes dominantes. Para ele, esta tem como objetivo garantir “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” daqueles que detêm o poder; sendo assim, a imprensa é um dos pilares que mantêm o poder nas mãos da burguesia. Cumprindo esta função, estes meios de comunicação se colocam como ferramentas de difusão e manutenção de uma concepção de mundo dominante.

Hegemonia

O termo hegemonia origina do grego e tem como significado²⁴ “direção suprema de um exército”. Vista como um equivalente para liderança dentro da esfera militar, para os gregos, hegemonico era aquele que comandava um destacamento. Quando absorvido para a política, hegemonia passa a significar formas de dominação nas relações entre Estados. A partir disso, dentro do campo marxista, acredita-se que a hegemonia burguesa interfere no comportamento social da classe trabalhadora no exercício de seu controle político e econômico; ainda que esta vá de encontro aos seus reais interesses.

Tendo como base este pensamento, ao discutir e tratar da ditadura do proletariado Lenin delimitou hegemonia como direção política no que diz respeito às relações políticas entre classes e segmentos sociais. Para ele e parcela dos teóricos marxistas a consciência não podia estar separada da existência material, já que o ser humano é também um produto do meio, sendo influenciando por sua forma de vida, trabalho e classe social. Tendo isso em mente, ao teorizar sobre como se dava o desenvolvimento da hegemonia, Lenin objetivava pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço.

Assim, o estudo da hegemonia se dava com o objetivo principal de refletir qual a direção política que a classe operária deveria ter sob o conjunto das classes trabalhadores, determinando qual deveria ser a direção do partido operário na luta de classes. Logo, pode-se dizer que Lenin desenvolve seu conceito de hegemonia enquanto a direção de alianças política de classes. Entretanto, ainda que Lenin tenha aberto os caminhos para a reflexão do conceito de hegemonia, é em Gramsci que o conceito de hegemonia se aproxima do que se defende hoje.

Enquanto Lênin se refere apenas à ditadura do proletariado ao falar de hegemonia, enfatizando seu caráter coercitivo, Gramsci destaca a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva. Ademais, Gramsci sublinha a importância da direção cultural e ideológica, o que é considerado por Portelli como o maior ponto de ruptura entre os dois autores; afinal, Lênin insiste no caráter puramente político da hegemonia. (ALVES, 2010, p.3).

Influenciado pelo pensamento leninista, Antônio Gramsci aprofunda a conceituação de hegemonia e constrói nestas reflexões uma das suas maiores contribuições teóricas para a sociedade. No contexto da terceira Internacional Comunista²⁵, período posterior à derrota da revolução socialista internacional, Gramsci se dedicou a analisar as diferentes formas de manifestação da hegemonia burguesa a fim de identificar qual percurso deveria ser trilhado para a construção de uma hegemonia da classe trabalhadora no mundo.

Gruppi (1978) define hegemonia em Gramsci como a capacidade de viabilizar uma base social ao Estado proletário. Nessa acepção, pode-se afirmar que a hegemonia do proletariado se realiza na sociedade civil, ao passo que a ditadura do proletariado é o aspecto estatal [no sentido restrito] assumido pela hegemonia. Contudo, também é imprescindível constituir-se como força capaz de reprimir as classes adversárias a transformação radical da forma de sociabilidade capitalista. “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2016, v. 3, C. 6, § 88, p. 248). (SOBRAL, 2020, p.6).

Logo, em Gramsci pode-se afirmar que exercício da hegemonia se dá através da tentativa de controle político e econômico da sociedade conforme as diretrizes da classe dominante. No exercício de manutenção do poder, a classe dominante torna-se aceita como legítima pelas demais classes sociais e sustenta sua hegemonia valendo-se do “consenso”, que pode ser alcançando através da combinação de dois elementos centrais: (1) a influência sob valores e ideologias que permeiam a sociedade e (2) o controle sob o conjunto das entidades e instituições.

É com base nesses elementos que Gramsci constrói o que é descrito por ele como “fórmula da hegemonia civil”. Onde, para ele, o exercício de poder político se dá através da união do controle das instituições dirigentes da ação política e das instituições responsáveis pela produção e reprodução dos valores sociais conjugadas ao exercício de poder do estado. Assim, em sua noção de hegemonia Gramsci propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura mais complexa, tentando distanciar da determinação da primeira sobre a segunda e mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas.

A hegemonia, para Gramsci, não se apresenta como uma ideia nova, uma elaboração filosófica, mas como o lugar do desenvolvimento político-pedagógico do sujeito. Mais, nesse conceito, o coletivo é um sujeito permanente. O sujeito coletivo é capaz de autoeducar as massas, essas (as massas) politicamente elevam esse sujeito coletivo, que poderíamos extrapolar o seu alcance e chamar de classe para si. Essa classe se funda organicamente a um projeto societário, e esse encontra

25 A Terceira Internacional (1919-1943), foi uma organização internacional fundada por Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética (PUCS - bolchevique), em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países. Conforme seus estatutos, tinha como propósito lutar pela superação do capitalismo, o estabelecimento da ditadura do proletariado e da República Internacional dos Soviotes, a completa abolição das classes e a realização do socialismo, como uma transição para a sociedade comunista, até a completa abolição do Estado

a sua verdadeira weltanschauung²⁶, culminando na possibilidade de novos rumos nessa autogovernança. (MARQUES, 2012, p.11).

Entre seu desenvolvimento teórico a respeito de como se manifestam as relações de hegemonia burguesa, é ao campo da hegemonia cultural desenvolvido por Gramsci que o presente trabalho vai ater sua atenção. Isso se dá considerando o link direto que estas reflexões têm, na atualidade, com o debate em torno do processo de luta contra o monopólio da comunicação e também na disputa de territórios. Neste campo, é possível identificar e faz-se necessário apontar a potencialidade do conceito de Gramsci em reconhecer que a autoridade e suas diferentes formas de coerção envolvem artifícios muito mais sofisticados que a violência.

Para falar sobre o desenvolvimento teórico de Gramsci a respeito do conceito de hegemonia cultural, é preciso ter em conta dois elementos que direcionam seu caminho intelectual. Primeiro, que entre as tarefas do Partido Socialista Italiano (PSI), estava a dedicação ao jornalismo, contribuindo na escrita dos periódicos *Il Grido del Popolo* e *Avanti!*, ambos publicados pelo PSI. Em segundo lugar, é preciso levar em consideração sua leitura em relação à construção social da Itália. Para Gramsci

o modo como o capitalismo se realizou na Itália ocasionou o desenvolvimento de uma cultura elitista conservadora e reacionária, que separou os intelectuais e o povo e negou protagonismo às “classes subalternas”, aquelas que sofrem dominação e são marcadas por sua história desagregada e episódica, no projeto político. Isto fez com que a cultura italiana não tivesse, de fato, um caráter nacional-popular, capaz de expressar as necessidades e os anseios do povo-nação, mas, ao contrário, fosse organizada por uma classe dominante numa perspectiva nacionalista abstrata (GRAMSCI, 1966). (MARTINS; MARTELETO, 2019, p.4).

É a partir desse pensamento que Gramsci dividirá a sociedade em dois grupos principais – sociedade civil e sociedade política – e desenvolver o que ele conceitua enquanto “intelectuais orgânicos”. Para ele, a sociedade civil era formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração/difusão das ideologias, as quais compreendem escolas, igrejas, partidos políticos, jornais, editoras, associações profissionais, bibliotecas, dentre outras (GRAMSCI, 1978). Já a sociedade política era constituída por mecanismos sob os quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência das classes subalternas.

Por sua vez, os intelectuais orgânicos teriam o papel de atuar nas instituições da sociedade, para combater a hegemonia cultural que mantém a exploração burguesa. Ou seja, tem como tarefa primordial destruir os valores impostos pela contracultura, comportando-se enquanto figuras contra-hegemônicas e a partir da contracultura, abrindo o espaço necessário para revolução socialista a

26 Termo utilizado para expressar o conceito numa perspectiva de totalidade da concepção de homem e de mundo de cada ser humano

partir da destruição da mentalidade imposta pela classe dominante.

Mais do que apenas a atuação dos intelectuais orgânicos nestes espaços, ele defendia também que, para a construção de uma hegemonia política, seria necessária uma intervenção em todo o campo cultural, considerando a informação, a educação e o conhecimento como elementos constituidores desta hegemonia. Desta forma, disputa das ideias torna-se fundamental para o processo revolucionário, tão quanto ou até mais, que um processo armado. Tendo isso em vista, é pela capacidade e papel em difundir informações e, conseqüentemente, propagandear ideologias e valores, que o jornalismo torna-se tão fundamental para Gramsci.

É através da produção e disseminação da ideologia da classe dominante que as classes subalternas, por meio de diferentes canais, organizações e agentes da cultura, como os meios de comunicação, a escola e os intelectuais, incorporam um sistema de representações sociais a partir dos quais os sujeitos concebem o mundo e organizam suas ações e relações. A hegemonia é, portanto, a orientação cultural, a direção, a dominação e a manutenção do poder exercido pelas classes dominantes através da combinação da força e, sobretudo, da persuasão, da elaboração do consenso ativo para fixação de significados sociais, crenças e variadas formas de construções simbólicas, os quais, dialeticamente, também determinam a dinâmica da infraestrutura econômica. (MARTINS; MARTELETO, 2019, p.9).

Algo a se observar sobre o pensamento de Gramsci, que tem relação direta com o papel do jornalismo e também com as guerras de novo tipo – objeto de estudo deste trabalho – é que; para ele, é quase impossível o domínio bruto de forma contínua de uma classe sobre as demais, a não ser durante as ditaduras e regimes totalitários, que tem seu tempo delimitado pela capacidade de reação da classe trabalhadora. Para defender esta crença, Gramsci aponta que o que existe na verdade é o processo de domínio a partir de um estado ampliado, que não é um puro instrumento de força a serviço da classe dominante, mas sim uma força que se dá através da combinação entre coerção e hegemonia.

Reafirmando a crença de Marx, quando ele afirma que a hegemonia burguesa interfere no comportamento social da classe trabalhadora de tal forma que ela vá de encontro aos seus reais interesses. Para Gramsci, a coerção ideológica chega a tal ponto que o proletariado passa a agir como defensor da ideologia hegemônica e da ideologia capitalista, uma consequência da dominação do Estado ampliado nas esferas política, econômica, cultural e social; uma combinação de aparatos de repressão físicas e ideológicas.

No mundo contemporâneo, o Estado já não consegue mais se estabelecer ou impor seu domínio apenas a partir de ações coercitivas ou da força física, dentre vários motivos, porque os processos de convergência cultural, as relações sociotécnicas e a globalização redimensionaram o papel dos Estados nacionais, possibilitaram maior transparência/visibilidade das ações estatais e também impulsionaram movimentos organizados dos cidadãos a _ m de pressionar, regular e moldar o campo político. Tais movimentos podem ser entendidos como novas formas de

atuação política. Assim, a força do Estado ou de qualquer grupo político na sociedade hoje em dia “[...] cada vez mais se baseia em disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade e as decisões eleitorais.” (MORAES, 2016, p. 15), num processo em que a comunicação assume um papel estratégico. (CARDOSO, 2018,p.4).

É tratando-se do aparato ideológico que entra o papel da comunicação social. Gramsci afirmava que os meios de comunicação teriam um papel de destaque, já que eles são parte fundamental do processo de construção de significados culturais e informacional da sociedade. Pensamento que é complementar e também justifica a defesa de Lenin (1901) em ‘Por onde começar’²⁷, quando ele afirma que “o primeiro passo prático para criar a organização que desejamos, o fio condutor, enfim, seguindo o qual poderemos incessantemente desenvolver, enraizar e alargar essa organização, deve ser a fundação de um jornal político”.

Ao tratar do papel do jornal, principal meio de comunicação do período, Lenin diz ainda que:

Um jornal, todavia, não tem somente a função de difundir ideias, de educar politicamente e de conquistar aliados políticos. O jornal não é somente um propagandista e agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Sobre esse último aspecto, se pode comparar o jornal com a estrutura de andaimes que envolve o edifício em construção mas permite adivinhar seus traços, facilita os contatos entre os construtores, lhes ajudando a subdividir o trabalho e a dar conta dos resultados gerais obtidos com o trabalho organizado. Através do jornal e com o jornal se formará uma organização permanente, que se ocupará não somente do trabalho local, mas também do trabalho geral sistemático, que ensinará a seus membros a acompanharem atentamente os acontecimentos políticos, a avaliar a importância e a influência de diversos estratos da população, a elaborar quais métodos permitem ao partido revolucionário exercer sua influência sobre os mesmos. Até mesmo as tarefas técnicas de assegurar ao jornal fornecimento regular de recursos e uma distribuição eficiente obrigará a criar uma rede de agentes locais de confiança do partido unificado, agentes [distribuidores e correspondentes] que deverão manter-se em contato vivo uns com os outros, deverão conhecer a situação geral, habituar-se a executar regularmente uma parte do trabalho para toda a Rússia, a experimentar as próprias forças organizando hora esta, hora aquela ação revolucionária. Esta rede de agentes será o esqueleto exatamente da organização de que aqui precisamos: suficientemente grande para estender-se por todo o país; suficientemente ampla e variada para efetuar uma rigorosa e detalhada divisão do trabalho, suficientemente temperada para saber cumprir inflexivelmente o seu trabalho em todas as circunstâncias, em todas as reviravoltas e em todos os imprevistos, bastante flexível para saber, por um lado, evitar a batalha em terreno descoberto e contra um inimigo de forças superiores, que as concentrou em um só ponto e, por outro, aproveitar das incapacidades de manobra do inimigo para cair-lhe em cima no lugar e no momento em que ele menos espera [...] Se nós unirmos nossas forças para desaguar em um jornal de escala nacional, tal trabalho fará surgir e formará não somente os propagandistas mais hábeis, mas também os organizadores mais provados, os chefes políticos mais capazes de saberem lançar no momento exato a palavra de ordem da luta decisiva e dirigir essa luta. (LENIN,

1901, p.1).

Com isso, não apenas compreendendo a hegemonia como “a orientação cultural, a direção, a dominação e a manutenção do poder exercido pelas classes dominantes através da combinação da força e, sobretudo, da persuasão, da elaboração do consenso ativo para fixação de significados sociais” (MARTINS; MARTELETO, 2019, p.13). Pode-se apontar também os meios de comunicação enquanto parte do que regula os valores que movimentam a sociedade, fixando os contornos ideológicos da ordem hegemônica. Consequentemente, eles têm caráter estratégico da produção simbólica nas disputas pelo poder já que, como afirma também Jean-Paul Sartre (1994, p. 23), a mídia desempenha os papéis de “servidores da hegemonia e guardiães da tradição, ocupando posição proeminente no âmbito das relações sociais”.

Se lá atrás, quando a comunicação se restringia aos jornais, o papel destes meios de comunicação já se davam em torno de tantas potencialidades. Hoje, observando uma sociedade que tem cada vez mais acesso às tecnologias da informação, nitidamente se vê um triunfo da sociedade do espetáculo e um aprofundamento cada vez maior do papel desses meios de comunicação enquanto dominadores da hegemonia. Para compreender uma sociedade que carrega seus celulares, notebook, tablets ou outros meios de comunicação quase como parte de si, faz-se cada vez mais necessário compreender como se desenvolvem as relações de hegemonia e quais os impactos dela para o exercício de poder e também de contra-hegemonia e contracultura.

Contra-hegemonia

Se por um lado a hegemonia foi entendida por Gramsci como uma forma de dominação em que ideias e manifestações culturais predominam sobre outras na sociedade (Said, 1990), exercendo um papel determinante na formação social. Pode-se compreender a contra-hegemonia enquanto a produção social de formas alternativas de resistência que possibilitam a difusão de um discurso crítico capaz de combater a ordem ideológica e hegemônica.

As contribuições de Gramsci (2001) e de Manuel Castells (2021) levam-nos a entender a questão da produção simbólica e o processo de produção de consciência como fatores estruturantes da sociedade moderna. Para ambos, em especial em Gramsci, a cultura é capaz de construir modos de organização da vida, criando padrões comportamentais que são disseminados e sustentam qual deve ser a forma de vida compatível com o projeto capitalista.

Por outro lado, também segundo Gramsci (MORAES, 2016), a hegemonia nunca é aceita de forma passiva, estando permanentemente sujeita à confrontação, é aí que entra o processo contra-hegemônico. Embora os grupos políticos que comandam o Estado exerçam hegemonia sobre a

classe trabalhadora, esse processo não é pacífico, mas conflitivo e negociado através de processos indiretos – através do uso de ferramentas de dominação ideológica –; e/ou através da coerção e força – com o uso do poder polícia, militar etc.

uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade. (MORAES, 2010,p.2).

Ao falar da ação contra-hegemônica, Gramsci (1999, p. 314-315) as coloca como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”. Nelas, o cujo alicerce programático é está em denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas pela burguesia e seu modo de produção capitalista. Desta forma, a contra-hegemonia acusa as contradições capitalistas que, através de uma tentativa de maquiagem um falso bem-estar social, impõe suas ideais como se estas fossem uníssonas e também como se a sociedade fosse monolítica.

Nesse contexto, “o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder” (p.21). Mais que isso, para Gramsci uma força contra-hegemônica só pode ser reconhecida como tal a partir do momento que é capaz de ultrapassar a espontaneidade do movimento, ou seja, tem a capacidade de intervir, modificar e alterar uma dada estrutura social.

Tratando-se da comunicação social, assim como suas ferramentas são parte fundamental do processo de construção das ideias hegemônicas; no campo da contra-hegemonia as mídias alternativas se manifestam como uma resposta ao modelo tradicional midiático. Entretanto, esse embate se dá de forma desequilibrada, considerando que “a mídia alternativa dos movimentos sociais seria, em geral, de pequena escala e sob muitas formas diferentes”, como afirma Downing (2002).

a mídia alternativa defende a mudança social, busca envolver as pessoas (cidadãos) em seus processos e são comprometidos com a inovação na forma e conteúdo. Já Michael Traber afirma que o objetivo da mídia alternativa é mudar as desigualdades sociais, culturais e econômicas, em que o indivíduo não é reduzido a um objeto (da mídia ou das forças políticas), mas é capaz de buscar realizar-se como ser humano (Traber, 1985 apud ATTON, 2001). Finalmente, Downing salienta que a mídia radical privilegia os movimentos sociais sobre as instituições. É a mídia dos movimentos sociais. Para ele, tudo é, em algum ponto, alternativo a alguma coisa diferente. Seu interesse é considerar como mídia alternativa aquela que explicitamente forma a consciência política através do esforço coletivo. (GOÉS, 2010, p.6).

Ainda que a passos lentos e sob uma realidade técnica distante quando se compara ao aparato tecnológico utilizado pela mídia tradicional, através da popularização da internet os movimentos e organizações contra-hegemônicos ganharam novas ferramentas para atuar e conseguir ampliar a circulação de seus conteúdos, debater alternativas e difundir reivindicações éticas (MORAES, 2004). Mesmo que as redes sociais carreguem diversas contradições e perpetuem parcela da lógica antidemocrática dos meios de comunicação tradicionais, elas se tornaram fundamentais para a construção da luta contra-hegemônica; não apenas no sentido da disputa das ideias, mas também da mobilização popular para as ruas, como foi o caso das Jornas de Junho de 2013, no Brasil.

Pelo seu baixo custo, facilidade de operacionalização e poder de distribuição, os movimentos sociais podem divulgar e defender na Web suas idéias e denunciar as mazelas da sociedade nacional e transnacional. A Internet fornece a base material que permite os movimentos sociais engajarem-se na produção de uma nova sociedade, transformando por sua vez a própria Internet, que de uma ferramenta de organização das empresas, torna-se um instrumento de transformação social (CASTELLS, 2001). Na web, os movimentos sociais têm voz através da mídia alternativa. Com a crença de que os meios de comunicação tradicionais e hegemônicos contribuem para o recrudescimento dos problemas sociais causados pela globalização, difundindo e defendendo as idéias neoliberais e o discurso da inevitabilidade do fenômeno, várias formas de mídia alternativa surgiram no ciberespaço, algumas seguindo o modelo das agências de notícias e inspiradas pelos movimentos antiglobalização, como o Fórum Social Mundial. Assim, os movimentos sociais se articulam, apesar de suas diversidades e dispersão pelo planeta, com o objetivo comum de lutar ou defender valores considerados universais, como os direitos humanos e a justiça social. (GOÉS, 2010, p.7).

Quando se trata da contribuição das mídias tradicionais e hegemônicas para o recrudescimento dos problemas sociais apontados por Laércio Goés (2010), é preciso levar em consideração também que isso inclui um debate sobre a “verdade”, omissão de fatos e falsa imparcialidade que estes meios de comunicação passam pela sociedade. Desde o processo de comunicação do governo nazista de Hitler às próprias mobilizações de junho de 2013, o que se vê na mídia tradicional é a tentativa de vender a imagem de uma notícia que é dada de forma neutra, completa e de qualidade, quando na verdade ela vem acompanhada por uma forma de narrativa e um ângulo muito bem direcionado pelo olhar da classe que detém os meios de produção da informação. No caso das manifestações de junho de 2013, a contraposição que traz uma mudança de comportamento desta mídia tradicional é o fato de que as organizações de comunicação alternativa passaram a fazer transmissões ao vivo de dentro dos próprios atos, divulgando em tempo real o que a mídia tradicional afirmava sobre a manifestação e seus manifestantes.

Ainda que não resolva todos os problemas e que precise ser pensada dentro de uma construção de comunicação em rede, envolvendo as outras ferramentas – jornal, rádio, TV etc. –, as

redes sociais permitem expor as contradições em torno dos meios tradicionais de comunicação, chegando a influenciar numa crise de credibilidade destes diante da sociedade. Ao abordar o que a mídia tradicional geralmente oculta ou ignora, por apresentarem riscos ou desacordos com seus interesses políticos e econômicos, a mídia alternativa torna-se uma potencial ferramenta contra-hegemônica por propor novos valores, ter um outro tipo de compromisso com a verdade (inclusive ao não pautar que existe imparcialidade) e dar espaço de voz para aqueles que geralmente são marginalizados e oprimidos.

Poder

Segundo Manuel Castells (2021), quem tem o poder organiza e estrutura as instituições da sociedade em função de seus valores e interesses. Entretanto, o exercício do poder não é um sistema monolítico, os centros de poder são plurais, mais que isso, há uma dupla relação entre poder e contrapoder. Desta forma, onde há dominação, há resistência à dominação; princípio que complementa o pensamento gramsciano de que o domínio bruto de forma contínua de uma classe sobre as demais têm tempo delimitado pela capacidade de reação da classe trabalhadora.

Antes de chegar a definição dada por Manuel Castells, que tem bases fincadas na definição de poder marxista, as relações de poder foram primeiramente estudadas nas obras dos autores clássicos, com seu estudo associado ao pensar político do renascentismo e sendo amplamente discutidas também a partir do século XVII, uma consequência conjuntural do declínio das monarquias absolutistas. Em meio a este contexto, filósofos como Thomas Hobbes e John Locke defenderam o poder como um âmbito do domínio pela esfera estatal.

Mais à frente, ao longo dos três tomos de O Capital (1897 - 1894), ao estudar a luta de classes e suas relações, Karl Marx definiu o poder como uma relação de dominação econômica. Para ele, as relações de poder se desenvolviam em torno de uma lógica material e contraditória, de maneira dialética, que sintetizava a vida e o desenvolvimento na luta entre diferentes camadas da população. É a partir desse pensamento que ele divide a sociedade entre a classe burguesa (os donos dos meios de produção) e proletariado (os trabalhadores).

Assim, para Marx (1997), o conflito de poder se desenvolve como uma relação essencialmente econômica. Tendo origem em uma posição de classe social, ou seja: o poder se estabelece a partir das relações de produção. Logo, reside na capacidade de controle dos meios de produção pela burguesia, na dominação e subordinação de classes sociais, e não nas relações individuais. A posse destes meios de produção concederia à burguesia o controle da estrutura e da superestrutura, garantindo a manutenção do poder e, conseqüentemente, à sua capacidade de dominação ideológica.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. (MARX, ENGELS, 1997, P.55-56).

Já, para Max Weber, o poder diz respeito à capacidade de imposição direta e deliberada da vontade de uma pessoa ou instituição sobre os indivíduos, sendo ela aceita por dentro ou por fora da ordem. Segundo ele, quando as pessoas submetidas ao poder de alguém aceitam a ordem, há uma transição de forças do âmbito do poder para o âmbito da dominação. Porém, se aceita por imposição de ordem, fica submetida à autoridade da outra (PORFÍRIO, 2002).

Por sua vez, em suas reflexões teóricas o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) aponta que o poder pode ser compreendido em uma esfera social e coletiva em torno do conjunto de valores, normas, regras e elementos que moldam a sociedade, como religião, cultura, arte, política. Para Bourdieu, esse conjunto de valores estabelecido pelas classes dominantes teria a capacidade de juntar e de separar as pessoas através da formação de um comando coletivo inconsciente, de forma sutil, sendo conhecido como poder simbólico.

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Para tratar de como se manifestam estas relações de poder, em sua obra Bourdieu se dedicou a estudar o processo de manutenção dos privilégios através das distintas gerações das mesmas famílias burguesa, sem que houvesse uma mobilidade social entre as classes. Para ele, além do capital financeiro, o poder estava ligado à construção de capital social (quantidade de relações e nível de influência entre os grupos sociais) e cultural (comportamento e posse).

Em um contexto mais recente, durante sua fala na Conferência sobre os Movimentos Sociais e a Sociedade em Rede²⁸, que ocorreu em 2015, em Salvador, Manuel Castells apontou o papel da informação e da comunicação como fontes fundamentais de poder e contrapoder. Segundo o autor, as instituições de todas as sociedades acabam se configurando em um movimento de poder em que, em especial o poder político, se constrói no espaço de comunicação. Logo, “o poder está baseado no controle da informação e da comunicação, seja ele o poder macro do Estado e da mídia, ou o poder micro de organizações, como os movimentos sociais” (SANTOS, 2015, p.1)

Entretanto, ao apontar o papel fundamental da comunicação e da informação nas relações de poder, não podemos incorrer ao erro de afirmar que estes o detêm. O fato é que os meios de comunicação são espaços onde o exercício de hegemonia é investido, assim, nele se constroem relações de poder a partir de interesses, estratégias e via diferentes atores sociais.

O poder da sociedade em rede é multidimensional, não é só um poder de Estado, não é só um poder político, é um poder econômico, sobretudo financeiro. É um poder tecnológico, é um poder cultural, é um poder midiático, é um poder militar e todas essas dimensões de poder estão inter-relacionadas em um sistema complexo interativo. (CASTELLS. 2021).

Mais que isso, com o avanço cada vez mais ágil das transformações das tecnologias da informação, ao longo do último século (XX) a sociedade vem atravessando acelerados processos de transformações tecnológicas, econômicas, sociais e culturais. Neste contexto, pode-se afirmar também que estes são territórios fundamentais para a compreensão das relações sociais, por tratarem-se de onde se constroem relações de poder a partir de interesses, estratégias e diferentes atores sociais.

Na obra “Sociedade em Rede” (CASTELLS; CARDOSO, 2005), por exemplo, o então presidente da república portuguesa, Jorge Sampaio, abre questionamentos acerca da relação entre a comunicação, a presença da internet e das redes, a política e a economia: “Para onde nos está ele a levar? Que exigências coloca aos agentes econômicos e aos decisores políticos? De que modo interfere ele no quotidiano e na definição dos horizontes existenciais dos cidadãos?” (in CASTELLS; CARDOSO, 2005, p.7). Talvez as respostas para as perguntas transcritas na obra de Manuel Castells e Gustavo Cardoso ainda não estejam prontas, existem elementos que se desenvolvem e se movem em torno do questionamento que alteram, inclusive, a resposta destas perguntas a depender da conjuntura em que elas se colocam.

[...] as tecnologias digitais transformaram a organização espaço-temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, novos modos de relação social e novas formas de relacionamento com os outros e conosco.

As novas formas de interação social favorecidas pela Internet obrigam-nos a reconsiderar o significado dos conceitos de comunidade e identidade. O enorme impacto da Internet na expressão e percepção das identidades sociais é relativamente clara: expande as esferas culturais e as fronteiras geográficas e permite a comunicação de «muitos para muitos». A verdadeira diferença entre a Internet e as formas precedentes de media, é o papel que confere às pessoas: milhões de pessoas conectadas representam muitos relacionamentos e interações. Na Internet, o espaço comum é o resultado directo da sinergia e da conectividade. (TUBELLA, I., 2005, pag.281).

A sociedade em que vivemos, que é definida por Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2005) enquanto sociedade em rede, é uma junção e consequência do impacto das tecnologias da informação nas estruturas sociais, está ligada também a uma nova forma social de utilizar a

comunicação e se portar diante dela. Isso, por si só, diz sobre a importância do estudo da comunicação para compreender as mudanças sociais que levaram ao atual contexto geopolítico, um contexto em que a movimentação das relações políticas, econômicas e sociais está cada vez mais imbricado ao uso das tecnologias da informação.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é a estrutura formal (vide Monge e Contractor, 2004). É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objectivos de *performance* para a rede. (CASTELLS, CARDOSO, 2005, pág. 20).

Uma afirmação a se resgatar aqui, que traz um dos elementos de conexão entre a disputa de territórios e o papel da comunicação, sendo esta uma tecnologia, é o resgate que Marx (1867) faz de John Stuart Mill (1848) logo ao início do Capítulo 13 do Livro 1 do Capital: “É duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano”. É possível complementar ainda que, por mais que se tenham aberto caminhos para subversão disto, se em algum momento essas tecnologias aliviam a labuta do ser humano, é consequência indireta dos interesses do capital na produção de mais-valia e manutenção do poder, ou seja, foi mera coincidência ou sorte da classe trabalhadora.

O capital possui um carácter perverso na criação de suas ferramentas e com as tecnologias da informação não é diferente, eles são feitos direcionadas pelo interesse da manutenção do poder e da ampliação do processo de mais-valia. Há um cálculo milimetricamente pensado no que diz respeito ao papel dessas ferramentas de comunicação para a circulação, produção e captação dos interesses do Capital. Seja lá nas primeiras manifestações dos meios de comunicação formais, através dos jornais que apontavam como a sociedade deveria se comportar; seja na atualidade, quando as redes sociais funcionam como espaço para a disputa ideológica e de território, como se dá nas guerras de novo tipo; majoritariamente os meios de comunicação se desenvolvem para atender aos interesses da burguesia.

Podemos dizer que, recentemente, devido o papel de protagonista das redes sociais em meio à política mundial, é possível ver um nível de espanto e até mesmo deslumbramento, que, às vezes, parece ignorar a relação histórica entre comunicação e território. É como se o fantasma do papel da propaganda e do marketing enquanto ferramenta de uso político tivessem voltado com um nível de assombro muito maior e os dilemas que os trouxeram em outros momentos seguissem não resolvidos. Mas, quando se trata da relação entre comunicação e política, o tema dos meios de

comunicação e sua democratização tem rolado como uma grande bola de neve que, desta vez, tomou uma proporção maior do que a sociedade foi capaz de lidar.

O uso cada vez maior das redes sociais e dos meios de comunicação como ferramentas para potencializar as disputas ideológicas é um processo político que não ocorre apenas no Brasil, território central deste estudo. Seu uso também teve influência direta na eleição de Trump nos Estados Unidos, por exemplo, revelando vários escândalos²⁹ ligados e manipulação criminosa do dado de usuários de redes sociais como o Facebook. Também, se olharmos para as eleições que ocorreram na América Latina nos últimos 10 anos e até mais, veremos que estas ferramentas de comunicação tem um papel central na sucessão de tentativas e execução de golpes de Estado, assim como na derrota de diversos governos progressistas no território latinoamericano.

A literatura sobre a democratização da mídia (i.e., Voltmer e Schmitt-Beck, 2006; Curran e Myung-Jin, 2000) também enfatiza que países tão diferentes como a África do Sul, o Chile e a China encontraram problemas parecidos no quesito democratização da comunicação política. Há dificuldades também com a implementação de um serviço público de radiodifusão mais neutro e independente, parecido com o modelo da BBC, em novas democracias. Alguns países do Leste Europeu, por exemplo, implementaram a mídia pública com algum grau de independência tanto do Estado como da competição do mercado (Voltmer e Schmitt-Beck, 2006). É portanto central a qualquer debate sobre o aprofundamento do processo democrático na América Latina que a mídia tem um papel fundamental a desempenhar, e que é necessário avaliar realística e empiricamente como esta poderá contribuir para o desenvolvimento nacional. (MATOS, 2013, p.24).

Episódios como o que levou ao impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, por exemplo, em consequência de uma série de acontecimentos vinculados às jornadas de junho de 2013 e que teve como clímax a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, trazem muitas questões tanto para aqueles que se debruçam em torno do estudo e análise da geopolítica, quanto para aqueles que se dedicam às questões dos meios de comunicações em si. Os meios de comunicação já eram historicamente usados como ferramenta nas disputas políticas, sendo considerados como um quarto poder juntamente aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

As estruturas dos meios de comunicação e o relacionamento que os mesmos têm com o projeto democrático, com os políticos e com a opinião pública, são pertinentes tanto para as sociedades em desenvolvimento como as sociedades desenvolvidas. Estas constituem alguns dos principais debates explorados neste livro. Para se poder comparar os sistemas de mídia, precisamos de um quadro para a análise, um que seja capaz de levar em consideração o impacto de fatores históricos, as tradições sociais e culturais, e o sistema político e econômico de uma dada sociedade no tipo de mídia que foi criada. Como Norris (2004) ressalta, só poderá existir uma relação positiva entre a governança democrática, o desenvolvimento humano e os meios de comunicação em países que são considerados possuidores de uma imprensa independente que é capaz de fornecer informação pluralista a todos os seus cidadãos. (MATOS, 2013, p.25).

Apesar disso, podemos perceber dois tipos de comportamentos históricos em relação à potencialidade dos meios de comunicação para a esquerda brasileira. Por um lado, ficam secundarizados, virando pauta apenas daqueles que lutam diretamente pela democratização da comunicação. Quando considerados, majoritariamente os meios de comunicação eram colocados como algo meramente técnico (diagramação de jornais, edição de vídeos, coberturas de ações etc.). Assim, os setores de comunicação dos movimentos sociais, organizações e partidos tendiam a receber apenas função, mas sem que o debate político da Comunicação fosse feito pelo todo da militância. Por outro lado, a direita silenciosamente se aprimorava no uso dessas ferramentas, opção política que deságua na figura de Jair Bolsonaro e é fundamental de se observar para entender a conjuntura política atual.

2.2.3 Os gigantes que dominam as redes

Se quando se trata da mídia tradicional temos um histórico de concentração e monopólio; no setor de tecnologia, em especial naqueles em torno da internet, não é diferente. São poucas empresas que controlam as principais plataformas acessadas cotidianamente pela sociedade, quando falamos da Google, por exemplo, temos uma mesma empresa que oferece uma rede social, uma plataforma de vídeo, um aplicativo de mensagens e outro de música, o que faz com que os usuários fiquem presos em torno dessas plataformas até mesmo por questões meramente práticas, considerando que são todas interconectadas entre si.

Um exemplo disso está no fracasso do Windows Phone³⁰ que, apesar de vir de uma empresa grande e ter todas as margens de investimentos apontado para o sucesso, não conseguiu espaço de disputa no mercado. Entre outros motivos, como a própria conformação do mercado no período, entre os usuários o sistema operacional não atraía atenção pois tinha acesso restrito a diversidade de aplicativos oferecidos pela Android e iOS. Da mesma forma, entre os aplicativos permitidos, a atualização de novas funções para os usuários ocorria em tempo bastante atrasado quando comparado aos outros sistemas operacionais.

Igualmente, se por acaso alguma rede social ou plataforma surge e consegue ganhar força entre os usuários, logo esses conglomerados tentam comprá-la para si, foi o que o *Facebook*³¹ fez

30 “5 razões pelas quais o Windows não deu certo nos celulares”. Disponível em:

<https://olhardigital.com.br/2017/10/10/noticias/razoes-pelas-quais-o-windows-nao-deu-certo-nos-celulares/>

31 Segundo dados a própria rede social, o Facebook é rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc., ele foi fundado por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes e inicialmente teve uso limitado aos estudantes da Universidade Harvard. O site gradualmente adicionou suporte para alunos em várias outras universidades, em seguida foi

com o *Instagram*³² e o *WhatsApp*³³, por exemplo. De forma similar, em 2020, durante o governo de Donald Trump, foi possível acompanhar a disputa entre China e Estados Unidos pelo controle do *TikTok*³⁴. Disputa que vai além da simples compra de uma rede social e diz respeito ao embate político existente entre estas potências, consolidando-se assim como um capítulo da guerra comercial entre eles.

Em resumo, ao perceber o crescimento das redes sociais chinesas, *TikTok* e *WeChat*, o então presidente decretou o bloqueio de ambas por 45 dias entre a população do país sob a alegação de estar preocupado com a segurança dos dados de usuários americanos. O acontecimento veio logo após o governo estadunidense anunciar diversas preocupações em relação ao compartilhamento de dados de usuários entre os aplicativos e o governo chinês.

Ainda que o discurso seja de proteção de dados da população estadunidense, a verdade é que o *TikTok* tem acesso às informações de todos os usuários que fazem seu download assim como qualquer outro aplicativo e redes sociais desenvolvidas por *bigtechs* norte-americanas, permitidas pelo governo. A diferença, neste caso, se dá porque o *TikTok* pertence a empresa chinesa *ByteDance*, criada pelo engenheiro de software Yimig Zhang, sob regime da lei instituída pelo Partido Comunista Chines, em 2017, que afirma que: todas as empresas nacionais precisam cooperar com o governo caso ele precise de informações.

Além de revelar a corrida tecnológica existente entre os EUA e a China, o episódio do *TikTok* revela mais um caso de tentativa de concentração e monopolização de plataformas e redes sociais, desta vez por parte do Imperialismo estadunidense. Processos que revelam as disputas territoriais que ocorrem também nos ambientes virtuais e vem despertando cada vez mais a

aberto para estudantes do ensino médio e, mais tarde, para qualquer pessoa com treze anos ou mais. Em 4 de outubro de 2012, o Facebook atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social virtual em todo o mundo. Em 27 de junho de 2016, o Facebook atingiu a marca de 2 bilhões de usuários ativos

32 Lançado em outubro de 2010 por Kevin Systrom e Mike Krieger, Instagram é uma rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos. O serviço rapidamente ganhou popularidade, com mais de 100 milhões de usuários ativos em abril de 2012, quando foi adquirido pelo Facebook por cerca de 1 bilhão de dólares em dinheiro e ações.

33 Whatsapp é um aplicativo[7] multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones* fundado em 2009 por Brian Acton e Jan Koum, antigos empregados da Yahoo!. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a *internet*. O WhatsApp Em 2011, o WhatsApp era um dos 20 aplicativos no topo da loja de aplicativos da Apple; em 2013, a Sequoia Capital investiu outros US\$50 milhões, trazendo o valor da WhatsApp Inc. em US\$1,5 bilhões. Frente ao sucesso e seguindo o caminho do monopólio, no dia 19 de fevereiro de 2014, o Facebook adquiriu a empresa pelo montante de 16 bilhões de dólares, sendo quatro bilhões em dinheiro e 12 bilhões em ações do Facebook, além de três bilhões de ações no prazo de quatro anos caso permaneçam na companhia. Seus fundadores serão incorporados no conselho administrativo do Facebook

34 O TikTok, também conhecido como **Douyin**, na China, é um aplicativo de mídia que tem como base de uso criar e compartilhar vídeos curtos. De propriedade da companhia de tecnologia chinesa ByteDance, o aplicativo de mídia foi lançado na China em setembro de 2016 e introduzido no mercado internacional como musical.ly um ano depois, porém em novembro de 2017 o TikTok comprou o Musical.ly., uma plataforma de vídeos curtos líder na Ásia, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Com isso, aplicativo ganhou popularidade e se tornou o aplicativo mais baixado nos Estados Unidos em outubro de 2018.

preocupação de especialistas e, conseqüentemente, tem sido alvo de diversos estudos e investigações nos últimos anos.

Um caso emblemático foi quando, em 2019, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a Comissão Federal de Comércio (FTC) concordaram em conduzir investigações antitruste contra as bigtechs *Apple*, *Google*, *Facebook* e *Amazon*, acusadas de práticas monopólio. Além da concentração, há também acusações de que estas empresas violam regras de concorrência de mercado, atuando para reduzir a competição e garantir o monopólio através das compras de redes sociais menores e promoção de truste.

Em entrevista concedida ao programa Café da Manhã³⁵, da Folha de São Paulo, veiculado em 15 de dezembro de 2020, a pesquisadora Yasodara Córdova afirmou que acredita-se que o modelo atual de monopólio que vivemos tem relação com o modelo de *hardware* que escolhemos como central para a nossa comunicação, o celular, que por sua praticidade financeira e física tem maior uso e popularidade. Considerando que no começo da evolução do celular o Google conseguiu apresentar o sistema operacional mais barato, que foi melhorando ao longo dos anos e ao mesmo tempo foi cercando as possibilidades de integração desses sistemas operações com aplicativos vinculados ao Google.

Se observarmos ao tamanho do domínio dessas empresas que fornecem esses serviços virtuais utilizados pela sociedade no dia a dia de forma dependente, é possível falar que é tão alto que dificilmente poder-se-ia quebrar esse monopólio sem a existência de uma regulação. Considerando que mais do que a disputa pela atenção dos indivíduos haveria uma dificuldade de uma nova empresa em desenvolver um sistema operacional que se interconectasse com as plataformas já existentes, ou seja, quando se fala em celular, hoje seria muito difícil desenvolver um sistema operacional que fosse compatível com o sistema Android sem que a Google oferecesse uma certa abertura para acesso aos dados que permitem que isso seja possível, o que coloca mais uma vez o problema do monopólio.

Quando se trata do monopólio das redes sociais e do território da internet, um outro elemento que deve ser observado é o domínio quase que completo dessas empresas de redes sociais massivas que, diferente dos territórios materiais, fazem o capital girar espaços que são livres para os usuários, mas funcionam sob custos altíssimos para as empresas que pretendem utilizadas como espaço de publicidade. No lugar de vender produtos, essas redes sociais funcionam através da coleta de dados, que tem como objetivo levar o usuário a ter vontade de clicar em anúncios que estão em suas redes e a partir daí essas redes sociais passam a ganhar dinheiro sem que estejam vendendo seus serviços diretamente.

35 <https://open.spotify.com/episode/4wEgPR8pYXm1hOdziytVpE?si=HZ919Wi8Qqq47fMc4-QknQ>

É nesse contexto que em seu artigo ‘O absurdo poder das redes sociais em razão da coleta de dados’, Luiz Augusto Filizzola D'Urso e Flávio Filizzola D'Urso (2021) afirmam que em uma sociedade em que o maior debate em relação ao uso das redes sociais diz respeito à proteção de dados pessoais: “se você não paga pelo serviço ou pelo produto, o produto é você”. Assim, estas redes sociais que se apresentam enquanto gratuitas aos usuários, na realidade transforma-os no próprio produto de seu interesse a partir do momento em que estas são remuneradas através da coleta de dados destes e da possível comercialização que pode ocorrer via interação com as propagandas veiculadas nestas plataformas.

Um outro dilema ligado a este contexto é que, em consequência de não haver uma legislação capaz de reger o funcionamento das redes sociais, ninguém ao fundo sabe quais os critérios do Google para distribuir publicidade no YouTube, qual o algoritmo para a distribuição das notícias que são consumidas. Da mesma forma, o Facebook modifica o funcionamento dos seus algoritmos em uma frequência extremamente complexa de se acompanhar. Assim, se constitui uma realidade em que pequenos grupos têm acesso quase que irrestrito aos dados dos indivíduos e oferece esses dados como mercadoria apenas para um outro restrito grupo de empresários e políticos para políticas territoriais. Estes, por sua vez, têm possibilidades de comprar e usá-los de forma cada vez mais segmentada e intencional, destinando a mensagem direta que cada grupo deseja receber em torno da informação que está sendo enviada.

existe uma enorme mudança na sociabilidade, que não é uma consequência da Internet ou das novas tecnologias de comunicação, mas uma mudança que é totalmente suportada pela lógica própria das redes de comunicação. É a emergência do individualismo em rede (enquanto a estrutura social e a evolução histórica induz a emergência do individualismo como cultura dominante das nossas sociedades) e as novas tecnologias de comunicação adaptam-se perfeitamente na forma de construir sociabilidades em redes de comunicação auto-selectivas, ligadas ou desligadas dependendo das necessidades ou disposições de cada indivíduo. Então, a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede. (CASTELLS, CARDOSO, 2005, pág. 23).

Assim, ao contrário de parte do que se acreditava por alguns, que afirmavam o espaço da rede como um espaço livre, o que podemos notar e afirmar hoje é que as redes sociais, assim como os outros meios de comunicação, se desenvolvem em torno de aglomerados de mídia (que podem ser globais e locais simultaneamente). Estas redes, da mesma forma que a comunicação como um todo, são simultaneamente globais e locais, genéricas e especializadas, dependentes de mercado e de produtos. Como afirmam Castells e Cardoso (2005, p.24) a internet “não representa o mundo de liberdade entoada pelos profetas da ideologia libertária da Internet. Ela é constituída simultaneamente por um sistema oligopolista de negócios multimídia, que controlam um cada vez mais inclusivo hipertexto, e pela explosão de redes horizontais de comunicação local/global”

Da mesma forma, apesar do sistema de comunicação estar cada vez mais digitalizado e gradualmente mais interativo, não podemos dizer que isso significa que o processo da comunicação tem se tornado unificado e unidirecional, muito pelo contrário, eles estão cada vez mais segmentados e isso reflete uma sociedade cada vez mais individualizada. Por outro lado, como afirma Castells e Cardoso (2005, pg. 24), a maleabilidade tecnológica dos novos *media* permite uma maior integração de todas as fontes de comunicação no mesmo hipertexto. Dessa forma, ainda que absorva a lógica crescente de uma parte da comunicação social, a comunicação digital torna-se menos organizada centralmente.

Hoje não temos ainda caminhos de como usar esses dados para melhorar nosso processo participativo. Ainda que parcela da esquerda tenha se debruçado sob a análise de redes e até mesmo a criação de mecanismos próprios de difusão e monitoramento de dados, o que temos hoje ainda é muito pouco perto do desenvolvimento tecnológico que está nas mãos da direita. Realidade que coloca os movimentos sociais em um contexto desfavorável, considerando esses monopólios estão decidindo o destino de países e outros territórios. Assim, coloca-se um grande desafio frente a algo sério e crítico que precisamos não apenas ser debater, quanto superado por estes movimentos.

Neste contexto, majoritariamente, quando estes movimentos têm acesso à parcela dos dados acessados pela direita, este acesso não corresponde à amplitude das reais necessidades políticas. De forma geral, tem-se à parte superficial dos dados sem nenhum mecanismo ou leitura de como eles se dividem dentro dessas redes. Assim, elegemos políticos através das redes sociais com o mesmo modelo de algoritmo que escolhemos roupas ou um filme. O que coloca a necessidade de uma readequação desses algoritmos de acordo com a intencionalidade do que está sendo comunicado.

2.2.4 Guerras do novo tempo: a disputa pela hegemonia global

Quando Andrew Korybko (2018) inicia a introdução de “Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes” com a citação de Sun Tzu que coloca que o mérito supremo da guerra consiste em quebrar o inimigo sem lutar, ele brevemente resume um dos pontos fundamentais que torna o que ele chama de ‘Guerras Híbridas’ tão poderosas em sua estratégia. Mesmo que os moldes das revoluções coloridas e das guerras não convencionais sejam atuais e ainda não se expressassem naquele período, com essa afirmação, Sun Tzu já previa a guerra indireta como uma das formas mais eficazes de combate ao inimigo.

Neste tipo de guerra, em vez de confrontar o alvo diretamente em seu próprio território, os conflitos se dão através do uso de meios de comunicação, da guerra psicológica, da identificação de um ponto chave que mobilize uma parcela significativa da sociedade e a partir dela seja capaz de

desestabilizar o inimigo. Deste modo, evita-se em toda a sua estratégia qualquer tipo de ação direta, que vira uma opção apenas quando todas as outras formas de ataque não dão conta de desestabilizar o alvo, colocando assim a necessidade do confronto armado oficial.

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação. Não significa isto que tudo o que se diga neste espaço determine o que as pessoas pensam ou fazem [...] Contudo, a dominação do espaço mediático, sobre as mentes das pessoas, trabalha com base num mecanismo fundamental: presença/ausência de mensagens no espaço mediático. Tudo e todos os que estão ausentes deste espaço não podem chegar às mentes do público, pelo que se tornam uma não entidade. Este modo binário da política mediática tem consequências extraordinárias no processo político e nas instituições sociais. Também implica que a presença nos *media* é essencial para construir uma hegemonia política ou uma contra-hegemonia — e não somente durante as campanhas eleitorais. (CASTELLS, CARDOSO, 2005, pág. 24).

Identificada como uma guerra de quarta geração, o que Korybko define enquanto Guerra Híbrida é a combinação de dois tipos de ações: as revoluções coloridas e a guerra não convencional. De forma resumida, as revoluções coloridas são movimentações planejadas que utilizam a propaganda e estudos psicológicos, combinados ao uso das redes sociais, para a desestabilização de governos através do desenvolvimento de manifestações em massas em nome de reivindicações abstratas (KORYBKO, 2018, pag.8). Já as guerras não convencionais, que surgem quando o estágio da revolução colorida não tem sucesso, são qualquer tipo de força não convencional (grupos armados não oficiais) envolvida num combate largamente assimétrico contra um adversário tradicional (KORYBKO, 2018, pag.13)

Um outro fator a se considerar é que, ainda que sejam necessários recursos para o desenvolvimento deste tipo de guerra, é nítida a economia de investimentos que seriam utilizados no confronto direto. Também, com o desenvolvimento cada vez maior das armas de destruição em massa, a guerra indireta ganha um outro papel, que é o de amenizar o cenário de bombardeios causados pelos confrontos diretos. Não que com isso as guerras indiretas não promovam mortes e miséria, mas o cenário de violência anterior é trocado por violências silenciosas, que deixam suas consequências, mas se desenvolvem muitas vezes sem que sejam percebidas através de fácil identificação de causa e consequência. Segundo Pierre Leirner (2020, p.20), “os processos que envolvem a guerra híbrida são tão mais eficientes quanto mais imperceptíveis. Trata-se de uma guerra subliminar, antes de mais nada”.

Partindo dessa compreensão inicial, o objetivo aqui é refletir como se desenvolvem as Guerras Híbridas a partir do pensamento de Andrew Korybko associado às bases teóricas que desenvolveram este tipo de guerra de quarta geração. Para isso, o desenvolvimento teórico se

dividirá em dois momentos: (1) contextualização geopolítica e (2) caracterização das Revoluções Coloridas e da Guerra Não Convencional. Como base para este estudo, entre outras bibliografias, serão usados como referencial teórico principal Andrew Korybko (2018) e Pierre Leiner (2020) e de outros autores que se dedicaram ao estudo da guerra, como Carl Von Clausewitz (1790 – 1831), Alfred Thayer Mahan (1660-1783) e Halford Mackinder (1904).

a) Contexto geopolítico e teorias militares

A guerra enquanto uma manifestação social e política atrelada a disputa de interesses e em suas distintas formas de eclosão faz parte da história da humanidade. Enquanto uma continuação da política por outros meios (CLAUSEWITZ, 1816, p.30), seu objetivo central é a derrota do oponente a fim de garantir que determinada vontade ser cumprida, independente dos caminhos que o conflito seu desenvolva para tal. Entretanto, ainda que seja uma continuação da política, vale salientar que o desenvolvimento da guerra é um processo complexo, que envolve uma série de elementos para vir as vias de fato, assim ela não é a vontade de um único indivíduo ou governante, mas depende dos elementos que compõem uma conjuntura.

A guerra não é um passatempo. Não é uma mera alegria de ousar e vencer, nem é lugar para entusiastas irresponsáveis. É um meio sério para atingir um fim sério e toda a sua semelhança matizada com um jogo de azar, todas as vicissitudes da paixão, da coragem, da imaginação e do entusiasmo que contém, são meramente as suas características especiais. Quando comunidades inteiras entram em guerra – nações inteiras e, principalmente, nações civilizadas – a razão sempre reside em alguma situação política, e a ocasião sempre se deve a algum propósito político [politisches Motiv]. A guerra é, portanto, um ato de política. Fosse ela uma manifestação de violência total, livre de restrições e absoluta (como exigiria o seu conceito puro), a guerra usurpava por sua própria e independente vontade o lugar da política no momento em que fosse trazida à existência; ela [a guerra] expulsaria a política das suas funções e dominaria de acordo com as leis da sua própria natureza, de forma assaz semelhante a uma mina que apenas pode explodir da maneira ou na direção predeterminada pela sua configuração [ihr durch vorbereitende Einrichtungen gegeben]. (CLAUSEWITZ, 1883, I, c. 1, § 23, p. 15).

Seguindo o pensamento de Clausewitz, pode-se afirmar também que a compreensão da guerra passa diretamente pela compreensão da política, considerando que, segundo o general, seria política a porta de entrada para compreender a unidade de todas as guerras, ainda que estas se manifestem através de políticas diferentes e/ou as formas de fazer da política mudem durante a própria guerra (cf. CLAUSEWITZ, 1883, I, c. 2, p. 23). Como ele mesmo destaca:

Ela tem necessariamente de manter as mesmas características da política e ser medida pelos seus padrões; a condução da guerra, em suas linhas gerais, é portanto a própria política, que ergue a espada em lugar da pena [Feder], mas não deixa, por causa disso, de pensar de acordo com as suas próprias leis. (Grifos nossos, CLAUSEWITZ, 1883, VIII, c. 8, pp. 571-2).

Por sua vez, seguindo a mesma lógica de que a guerra seria a continuidade da política e absorvendo as bases do pensamento marxista, em sua obra “Guerra e Revolução”, Lenin aponta a política como definidora do caráter da guerra. A guerra seria também a continuação da política de determinada classe, seja a burguesia ou a classe trabalhadora. Assim, segundo ele

se política era imperialista, isto é, se defendia os interesses do capital financeiro, então também a guerra decorrente dessa política seria uma guerra imperialista. Pelo contrário, se a política era nacional-libertadora, isto é, se exprimia um movimento de massas contra uma opressão nacional, então a guerra que politicamente daí decorresse seria uma guerra nacional-libertadora. (ANTUNES, 2016,p.13).

Por sua vez, teóricos como Alfred Thayer Mahan (1660-1783) e Halford Mackinder (1904), demonstraram, através do estudo e análise da geopolítica e da guerra, como as repartições do mundo se desenvolvem também de acordo com os ciclos do capital. As alterações que ocorrem nos espaços e territórios tem uma relação intrínseca com as necessidades sociais e uma relação direta com as manifestações de poder que ocorrem nestes. Assim, podemos dizer também que fazer Geografia, em seus diversos níveis, é tratar de poder, já que ao dividir e analisar espaços atribui a eles relações de poder e dominação.

Quando falamos de geopolítica e de Guerras Híbridas existem alguns contextos teóricos que precisam ser abordados, uma parcela considerável deles está relacionada à política externa estadunidense contemporânea. Isso se dá porque esse tipo de planejamento de guerra vem sendo desenvolvido pelos Estados Unidos como forma de garantir o avanço de seus objetivos de política externa. Um dos primeiros marcos da identificação desta estratégia aconteceu na Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional em 2014 e vem sendo amplamente estudada e observada.

Tratando-se da geopolítica, resgatar os pensamentos de Alfred Thayer Mahan³⁶ (1660-1783) e de Halford Mackinder³⁷(1904), ainda que eles sejam conflitantes, é compreender o quanto eles foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento de guerra estadunidense. O primeiro, Alfred Thayer Mahan (1660-1783), é necessário neste estudo por ter conduzido e por influenciar a política estadunidense contemporânea. Na publicação “*A influência do poder marítimo na história*” (1980), ele aponta o papel que a estratégia naval tem para a influência mundial. Segundo a abordagem do teórico, ‘o controle estratégico de certas áreas do mar pode ser traduzido em controle

36 Em, “The influence of Sea Power upon History”, ao desenvolver sobre a teoria do poder marítimo, através da história naval britânica, Mahan se dedicou a discutir os instrumentos de ação utilizados pelo estado que possibilitaram o predomínio da Inglaterra pelos mares por mais de 300 anos e como isso influenciou também no domínio terrestre da região.

37 No artigo, “The Geographical Pivot of History”, Mackinder desenvolve a teoria do *Heartland* (coração do mundo), que segundo o autor corresponde a Euroásia. Ao contrário do que defendia Mahan, para Mackinder a supremacia naval havia chegado ao seu fim e, com o avanço das tecnologias, com o exemplo do motor a combustão e das ferrovias, o controle sob a economia passava a vir da poder terrestre.

e influência em outras regiões' (KORYBKO, 2018, p.19).

Já o segundo, Halford Mackinder (1904), desenvolve seus estudos em torno da influência de poder em terra, enfatizando o controle do mundo através do *heartland* (coração da terra). Para ele, o controle do *heartland*, que no período de 1904, com a publicação do artigo “O pivô geográfico da história”, é considerado como parte da Rússia e Ásia Central, é condição necessária para o controle da “ilha-mundo”, que seria a Eurásia.

No que tange à geopolítica, Mackinder subverteu a cosmovisão da história e da geografia tradicionais, que situavam a Europa no umbigo do mundo desde a época das grandes navegações e dos descobrimentos. A centralidade ocupada pela Europa na cultura, na política e na economia mundiais foi transposta para a linguagem cartográfica moderna por Gerardus Mercator (1512-1594), autor do famoso mapa-múndi que leva seu nome. Ademais, impregnada pela ideologia colonialista da "missão civilizadora" da raça branca, a *Weltanschauung* vitoriana do século XIX permaneceu radicalmente ocidentalista e eurocêntrica.

Coube ao geógrafo inglês revolucionar essa cosmovisão em três aspectos essenciais. Historicamente, o desenvolvimento da civilização europeia deixou de ser tratado como um processo autocentrado para subordinar-se à dinâmica mais ampla da história asiática. Geograficamente, a Europa deixou de ser vista como um continente à parte para tornar-se uma pequena península de um continente maior denominado Eurásia. Cartograficamente, a Europa foi deslocada para o noroeste do planisfério cedendo sua posição axial ao grande núcleo interior da massa eurasiática. Elaborando, por assim dizer, uma nova filosofia da história, Mackinder concebeu o desenvolvimento da civilização europeia como produto da reação vitoriosa ao desafio imposto pelas seculares invasões asiáticas. Essas pressões externas eram promovidas por hordas de cavaleiros nômades que, operando desde o interior do grande continente, pressionavam as regiões marginais da Eurásia. (MELLO, 1994).³⁸

Além de Mahan (1660-1783) e Mackinder (1904), o conceito dos bálcãs eurasiáticos desenvolvido por Brzezinski (1997)³⁹ é o ápice do pensamento geopolítico estadunidense, ele é responsável por combinar essas duas concepções geopolíticas iniciais ao legado também deixado por Spykman⁴⁰ e Cohen⁴¹ como forma de permitir a hegemonia estadunidense frente a Rússia,

38 <https://www.scielo.br/j/ln/a/4sMswXPLsXhCNy5DKbwtvGH/?lang=pt>

39 Cientista político, geopolítico e estadista estadunidense, Zbigniew Kazimierz Brzezinski, assim como Spykman é conhecido por seu pensamento de política externa intervencionista. Enquanto Conselheiro de Segurança do governo de Jimmy Carter, ele foi um dos poucos acadêmicos estadunidenses que produziram uma influente obra teórica simultaneamente a atuação política no Estado. Trazendo muito de Mahan, Mackinder, Spykman e Cohen na sua obra, em resumo, Brzezinski afirmava que vencer o adversário ia além da vitória militar pontual, na realidade a vitória viria da capacidade de prevalecer vitorioso sob o adversário a longo prazo.

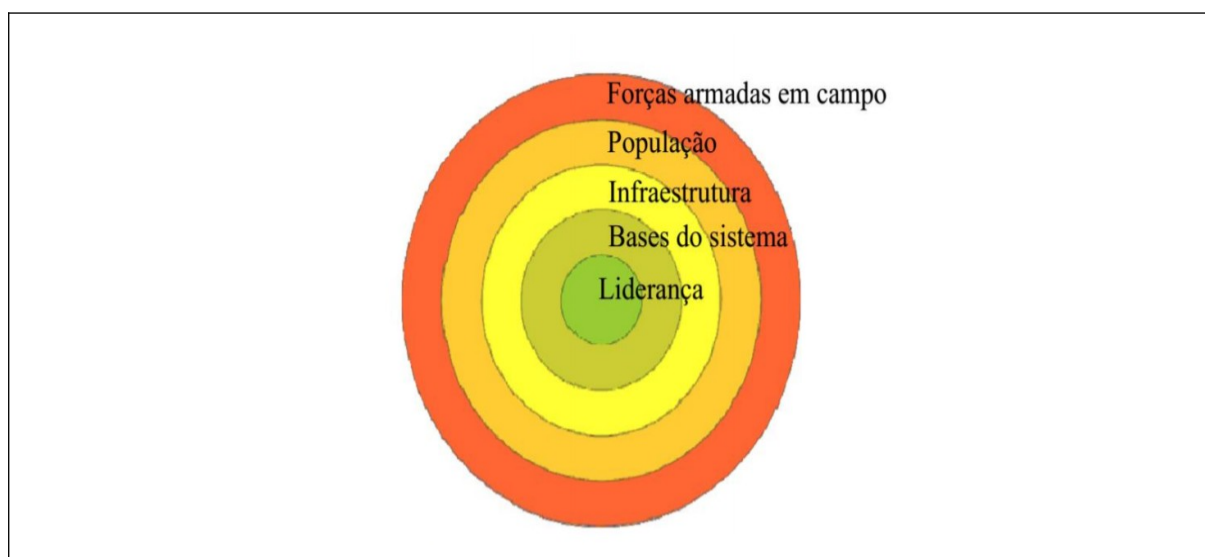
40 Segundo Renato Cacia, Nicholas J. Spykman (1893-1943) desenvolveu a teoria do Rimland (poder periférico), também denominada ‘Estratégia da Contenção’. Enquanto Rimland ele compreendia que, embora os EUA estivessem em uma posição estratégica privilegiada, separado da Eurásia e estrategicamente posicionado frente ao restante da América, ainda assim o desenvolvimento dos poderes aéreo, naval e terrestre dos inimigos os ameaçariam de forma inevitável. Assim, a política externa dos EUA deveria se desenvolver de forma intervencionista, através da busca pela supremacia aérea e naval, ultrapassando a partir delas os limites de sua fronteira geográfica através de bases espalhadas pelo globo terrestre, em especial em regiões que se colocam como centro de poder mundial.

41 Segundo artigo publicado por Pedro Folgado (2015), no Grupo Lusofona, para Saul B. Cohen, a visão de mundo tem foco principal nas dimensões de análise de posição e circulação. A partir dessa afirmação, Cohen aponta

desestabilizando-a. Desta forma, seus estudos unem conceitos capazes de fazer uso do caos dirigido, sendo complementares.

Um outro fator a se considerar a respeito das Guerras Híbridas são as teorias militares em torno delas. Criado pelo coronel das Forças Armadas John Warden (1995), que defende a guerra como um sistema interconectado, o conceito dos cinco anéis é estratégico para a forma que estas guerras se desenvolvem. Segundo ele, existem cinco centros de gravidades principais que podem manter o alvo adversário unido: forças armadas em campo, população, infraestrutura, bases do sistema e liderança.

Figura 1: Conceito dos 5 anéis



Fonte: Guerras Híbridas – das revoluções coloridas aos golpes (KORYBKO, A., 2018)

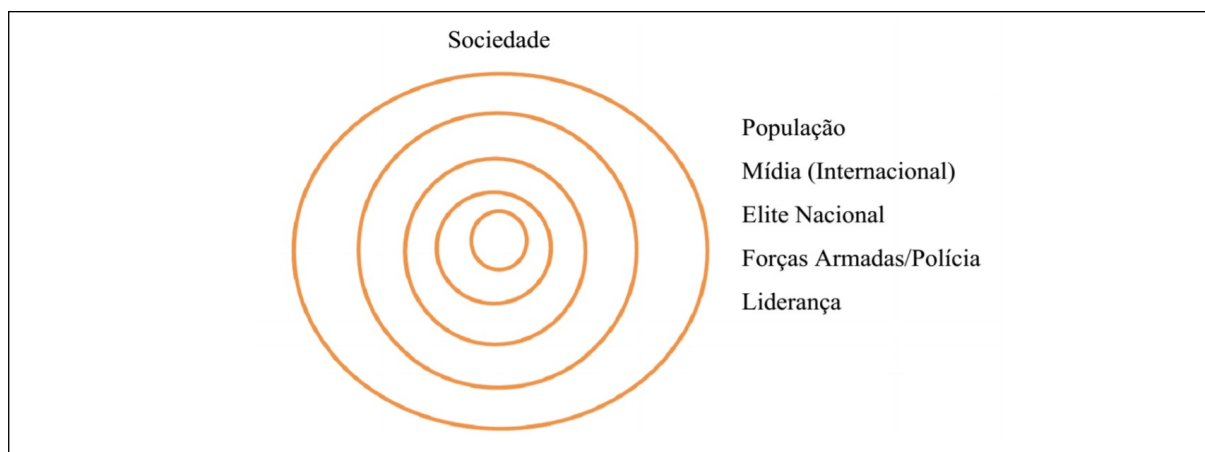
Algumas afirmações sobre o conceito dos 5 anéis:

1. Quanto mais próximo do núcleo, mais poderoso e reverberante será um ataque;
2. Nas guerras não convencionais, as forças combatentes visam atacar cada um desses anéis, podendo ou não haver uma prioridade entre os três anéis ao centro – infraestrutura, bases do sistema e liderança;
3. No caso das revoluções coloridas, os anéis se modificam em dois tipos de modelos: sociedade e indivíduo.
4. As revoluções coloridas giram, principalmente, em torno de aspectos subjetivos dos indivíduos. Assim, “cada revolução colorida deve primeiramente reunir dados acerca da sua

dois tipos de domínio de mundo – as regiões geoestratégicas e as regiões geopolíticas – que se relacionam a outros dois conceitos – *shatterbelts* e *gateways*. Estes dois conceitos, que mantêm sua atualidade e aparecem com importância até os dias de hoje no estudo da geopolítica dizem respeito a áreas de conflito e pobreza endêmicas (*shatterbelts*) e às zonas de elevada circulação de pessoas, bens, mercadorias, regiões politicamente estáveis (*gateways*) e, ao contrário dos *shatterbelts*, são regiões com poucos recursos naturais.

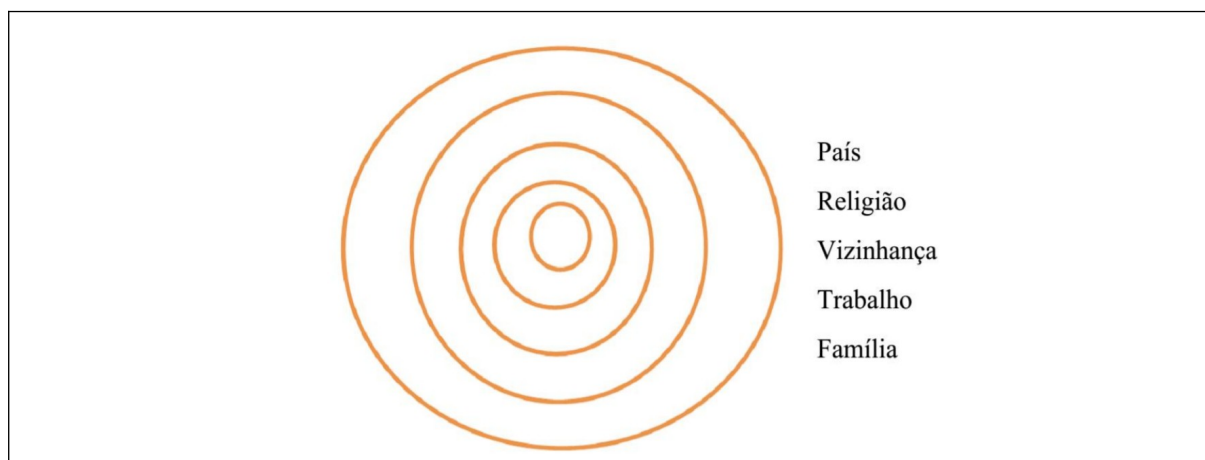
demografia alvo e, então, de acordo com ela, vender seu peixe para o círculo-núcleo mais vulnerável”. (KORYBKO, 2018, p.30)

Figura 2: Sociedade



Fonte: <https://guerrashibridas.files.wordpress.com/2018/03/guerras-hc3adbridas-a-abordagem-adaptativa-indireta-com-vistas-c3a0-troca-de-regime-2.pdf>

Figura 3: Indivíduo



Fonte: <https://guerrashibridas.files.wordpress.com/2018/03/guerras-hc3adbridas-a-abordagem-adaptativa-indireta-com-vistas-c3a0-troca-de-regime-2.pdf>

Uma outra teoria importante a ser resgatada é a Teoria do Caos, a dinâmica não linear descrita por Steve Mann (1992)⁴² é a síntese da guerra de quarta geração a partir do momento que a

42 A teoria do caos defendida por Steve Mann (1992) é fundamental para a compressão das ações dos Estados Unidos com objetivo de promover seu interesses nacionais. Em seu artigo “Teoria do Caos e pensamento estratégico” (1992), Mann afirma que o mundo está fadado a ser caótico em consequência da variedade de valores e interesses que o compõem, criando uma contínua energia de conflito. Segundo Vladimir Prav (2016), para Mann, o esfacelamento dos estados-nações já existentes podem vir através da ação: de-ideologizadora da população; do despejar os lastros dos valores já existentes, substituindo-os pelo de um conjunto; o aumento das expectativas materiais (especialmente das elites); a perda de controle sobre a economia; e ações ilegais realizadas por movimentos supostamente espontâneos, geralmente com caráter étnico ou religioso. Passando por esses elementos básicos, as “revoluções coloridas” estariam implementadas.

estratégia de ação de guerra tira proveito do que aparentemente é imprevisível. A partir de ações de propaganda, dispersando informações tendenciosas entre a população até que a crença nestas desperte uma motivação abstrata que leve a movimentações supostamente espontâneas, o ciclo OODA (Observar, Orientar-se, Decidir e Agir) desestabilizado e neutralizado.

A imprevisibilidade inerente à abordagem indireta dribla o ciclo OODA do alvo desorientando-o, debilitando assim sua capacidade de tomar as decisões certas e de agir da maneira mais apropriada. As revoluções coloridas desorientam a ação da polícia e as Forças Armadas porque suas manifestações são propositalmente estruturadas para parecer imprevisíveis, e as guerras não convencionais por sua própria natureza, são dotadas dessa qualidade. (KORYBKO, 2018, p.31).

Também é necessário resgatar rapidamente a teoria da ‘liderança velada’. Quando Piero Leiner (2020, p.20) afirma que a Guerra Híbrida é uma guerra subliminar, ele corrobora com o pensamento de Andrew Korybko (2018, p.37) quando este afirma que:

Esta permite que os EUA terceirizem as operações de desestabilização para aliados regionais com ideias afins se o alvo for considerado muito caro ou politicamente sensível para os EUA perseguirem direta e unilateralmente. A liderança velada basicamente culmina na guerra por procuração, com os EUA gerindo as contribuições de seus aliados à empreitada de longe. (KORYBKO, 2018, p.37).

Por fim, também crucial para a compreensão de como se desenvolvem as guerras híbridas, é a teoria de dominação de espectro total, que é parte relevante da atuação das revoluções coloridas. Ela tem como mantra o uso da persuasão, geralmente a partir de campanha de informações dirigidas, e se desenvolve sob bases de insinuações e alusões contra o alvo adversário. A partir dessa campanha de informações é capaz de mobilizar indivíduos ao ponto destes confrontarem o Estado inimigo e tentar derrotá-lo.

b) Caracterização das Revoluções Coloridas e da Guerra Não Convencional

Esta parte do ensaio tem como objetivo definir as estruturas teórica e estratégica que sustentam os fenômenos das revoluções coloridas e da guerra não convencional. Em continuidade a caracterizações que já apareceram ao longo dos pontos anteriores e com base nos pensamentos de Korybko (2015; 2018), aqui nos debruçaremos tanto em apontar eixos centrais de como as ideias por trás das revoluções coloridas são difundidas para recrutar seus praticantes. Quanto na função da guerra não convencional e a forma como ela é conduzida. Mais uma vez é preciso reafirmar que o que desenvolveremos aqui é uma conceituação resumida a título de compreensão básica para os objetivos do presente trabalho.

Revoluções Coloridas

As revoluções coloridas geralmente começam como campanhas de informação dirigidas à

população que se pretende afetar, essas informações devem chegar aos indivíduos de forma persuasiva com o objetivo de cativar o público da forma mais abrangente possível, objetivando a dominação social. Essa movimentação, que geralmente tem como fundamento básico a psicologia de massas desenvolvida por Edward Bernays em *Propaganda* (2018), precisa canalizar um volume de indivíduos grande o bastante para que possam confrontar publicamente o Estado e tentar derrubá-lo.

O objetivo é criar uma mente de colmeia de incontáveis indivíduos que dedicam-se à cruzada contra o governo e tornam-se “uma só mente”. A colmeia pode ser então manipulada para investidas táticas em enxame que são manifestação da teoria do caos armatizada e contra as quais é extremamente difícil para as autoridades se preparar e repeli-las. (KORYBKO, 2018, p.70).

Assim, entende-se por revoluções coloridas o conjunto de movimentações de oposição política que visam a derrubada de governos com objetivos políticos contrários ao imperialismo estadunidense. Um fator a se considerar sobre o uso dessa tática é que a maioria das revoluções coloridas bem-sucedidas ocorreu em países com democracias recentes, ou em processo de democratização, também estava em áreas de influência ou no território da antiga União Soviética. Patrocinadas diretamente pelos Estados Unidos, que atuaram conjuntamente a movimentos locais de oposições, seu resultado efetivo foi a derrubada dos governos pró-Rússia e a ascensão ao poder de grupos ou partidos políticos aparelhados aos EUA.

Na América Latina, é possível começar a identificar movimentações para aplicações das ‘revoluções coloridas’ através da mobilização via estudantes e ONGs para fazer oposição a governos esquerda ou com comportamento progressista que tende para tal. O caso mais explícito são os ataques midiáticos e o investimento contínuo na desestruturação do governo venezuelano. No Brasil, durante as manifestações de junho e julho de 2013, podemos identificar vários elementos das revoluções coloridas quando a população foi às ruas contra o governo de Dilma Rousseff, abrindo um caminho de desestabilização política que desaguou em seu impeachment, em 2016.

Contando que raramente existem coincidências quando se trata de política, em maio de 2013 Joe Biden visitou o Brasil com o intuito de convencer Dilma a permitir que empresas norte-americanas tivessem acesso ao petróleo extraído do Pré-Sal, ao mesmo tempo que também rompesse suas relações para esse setor com a China. Ainda que o governo Dilma já não viesse bem das pernas e sua vitória eleitoral tenha sido conflituosa, dando brechas para que o lado opositor – representado por Aécio Neves, do PSDB* – tivesse margens para questionar o resultado das urnas; é sintomático que a popularidade do governo tenha despencado de 70% para 30% entre a negação do acordo e o início dos protestos, um mês depois.

Desde o final da II Guerra Mundial, não incluindo ameaças nucleares ou outras, contam-se umas 56 intervenções militares diretas dos EUA ou com o comando das operações. Entre 1902 e 2002, registaram-se 327 golpes de Estado em 25 países latino-americanos. [5]

John Perkins em "Confessions of an Economic Hit Man" descreve com rigor e conhecimento de causa os processos de desestabilização e intervenção do imperialismo. [6]

Há dois casos típicos na escolha dos "alvos": derrubar governos progressistas, governos que mesmo não seguindo políticas progressistas defendam a sua soberania não aceitando o controlo externo de natureza imperialista ou neocolonial; países cujos recursos escapem ao controlo das transnacionais dos "países democráticos" – terminologia mediática usada para referir o domínio da oligarquia. (CARVALHO, 2019).⁴⁴

É importante afirmar que, ao trazer essa associação, a presente pesquisa não retira a legitimidade da organização de rua e das pautas políticas atreladas ao Movimento Passe Livre em junho de 2013, mas busca olhar com mais atenção para uma possível intervenção dentro de uma janela de oportunidade conjuntural. Com a retirada de Dilma da presidência, o Brasil transicionou para o governo de Michael Temer, do PMDB⁴⁵, antes vice-presidente, que já iniciou em sua curta gestão um processo de desmonte neoliberal; realidade aprofunda durante o governo de Jair Bolsonaro, que possuía um com o governo estadunidense vigente no período, comandado Donald Trump.

Num olhar macro, é possível afirmar que no caso brasileiro algo que atravessa as jornadas de julho e julho de 2013, passa pelo impeachment de Dilma e se toma proporções ainda maiores na eleição e governo de Jair Bolsonaro é a manipulação da informação de sua difusão, característica central de como se processam as revoluções coloridas. Através de mentiras, deturpação da realidade, omissão de fatos e manipulação de imagens, as denominas 'Fake News' tomam conta do cotidiano, criando um confuso meio de campo sobre o que é verdade ou mentira no universo da política.

A partir desses elementos, pode-se dizer então que, quando se trata das "revoluções coloridas", há quatro características principais que as descrevem:

1. Seu pilar principal é a difusão de informações entre a população, seja direcionada a um público específico ou à totalidade da sociedade;
2. Elas tem em comum o uso de ação direta, da resistência não violenta e um discurso atrelado ao liberalismo pró-ocidental;
3. Não precisam atingir a maioria da população no país ou na capital para que sejam bem-sucedidas, mas mobilizar a quantidade de força capaz de impor um desafio às relações-públicas e à segurança para o governo defensor;

44 <https://iela.ufsc.br/noticia/na-rota-das-contr-revolucoes-coloridas>

45 Movimento Democrático Brasileiro

4. São capazes de unir física e virtualmente partes distintas da população que compartilham da mesma ideia contra o governo para assim transformar em um só pensamento de grupo, simplificando o pensamento de massa da sociedade;

Por fim, é necessário abrir aqui também uma reflexão e uma afirmação necessária no tocante ao papel das revoluções coloridas e seu caráter. Por mais que estas carreguem o nome e tenham sido determinada enquanto ‘revolução’ por aqueles que se dedicaram a aplicá-la e estudá-la, as revoluções coloridas na realidade são ações contrarrevolucionárias do imperialismo, que usam das diferentes formas de intervenção desta tática para realizar a manutenção do seu modelo imperialista.

Guerras não convencionais

Para as lideranças norte-americanas, as guerras não convencionais emergem como uma das opções possíveis de lidar com os conflitos. Tratam-se de ações conduzidas com o objetivo de possibilitar um movimento armado não oficial através de ações de resistência ou insurgência para, a partir dele, abalar ou derrubar o governo alvo. Assim como as revoluções coloridas, elas não acontecem sozinhas, fazem parte das investidas na continuação de um conflito já existente na sociedade.

As guerras não convencionais desenvolvem-se geralmente sem serem declaradas e, por vezes, até sem ser percebidas, já que, ao contrário dos outros tipos de guerra, nelas geralmente não há a presença de um conflito militar formal onde o urso de armas aparece como estratégia central. Para que se desenvolvam, as guerras não convencionais germinam em determinado grupo uma percepção de legitimidade para se organizar e lutar por uma ou mais causas, como exemplo, a luta contra a corrupção ou descontentamento com o governo, como aconteceu com as manifestações contra o governo Dilma. A partir dessa percepção, há uma demonização do adversário, desgastando-o até que se torne irrelevante e seja mais fácil de retirá-lo do centro do poder político.

Segundo documentos do Exército dos EUA, a Guerra não Convencional pode ser definida ainda como:

[...] atividades conduzidas para permitir que um movimento de resistência ou insurgência coajam, perturbem ou derrubem um governo ou força de ocupação operando através de ou com uma força auxiliar, de resistência, e de guerrilha em uma área negada. Operações de guerra não convencionais são atividades politicamente sensíveis que envolvem alto grau de risco militar. Essas operações exigem autoridades distintas e planejamento preciso, e são frequentemente caracterizadas por projetos inovadores. As atividades das forças de operações especiais do Exército são usadas para influenciar a população local a apoiar o movimento de resistência ou de insurgência. (ESTADOS UNIDOS, 2018).

Com tais objetivos, elas podem acontecer através de ações de guerrilha, sabotagem, terrorismo que se desenvolvem como intervenções não lineares e geralmente caóticas. A guerra não

convencional “acontece num espaço amplo, é o golpe do espaço ilimitado no qual os meios de comunicação exercem um papel essencial para ‘contaminar’ o espaço social [...] é uma guerra onde os políticos e os meios de comunicação têm supremacia sobre os militares” (ALBUQUERQUE, 2016)⁴⁶

Desta forma, ao explorar as vulnerabilidades do alvo e apoiando as organizações populares que se submetem aos interesses dos EUA, as guerras não convencionais tem um comportamento complexo por sua capacidade de desafiar a lógica geral do conflito de guerra. Um fato necessário de abordar aqui sobre essas movimentações é que, apesar das guerras de quarta geração serem uma movimentação contemporânea e que suas formas de expressão atuais causem surpresa por sua capacidade de incidir na conjuntura, as guerras não convencionais se aproximam muita das guerras irregulares, que não são uma manifestação tão recente assim.

a guerra irregular é a forma mais antiga de se combater e, desde meados do séc. XX, também, a mais usual. Analistas políticos e militares estimam este tipo de luta deve imperar sobre os modos tradicionais de beligerância durante, pelo menos, as primeiras décadas do séc. XXI mas mesmo que abrande são a forma popular de guerra mais usada e sempre à mão. (LEAL, 2011).⁴⁷

Elas compõem o segundo e último pilar das guerras híbridas, que são acionadas quando apenas as táticas das revoluções coloridas não dão conta de abalar o alvo inimigo. A partir deste ponto, iniciam-se movimentações de violência simbólica e física que podem ser realizadas por grupos organizados, instituições da sociedade ou, como última opção, pelo aparelho militar ligado ao golpe não convencional em andamento. Para funcionar, ela se comporta como “uma mescla de táticas em constante transformação que são desenvolvidas para desequilibrar as autoridades” (KORYBKO, 2018, p.77)

No que toca aos objetivos do presente trabalho, entre as formas de atuação das guerras não convencionais está no uso das tecnologias da informação para mobilizar e convencer ideologicamente a população em prol dos seus interesses; assim como para atacar e desestabilizar seus alvos. Logo, compreendê-las como funcionam as guerras não convencionais é compreender o nosso tempo e também como chegamos ao atual estágio das guerras de quarta geração.

No Brasil e no mundo, como afirma Leirner (2020, p.15), cumprimos as profecias de Michel Foucault: “saímos da ordem do mito, do discurso e entramos na ordem da história, da dolorosa práxis; experimentamos como laboratório as conspirações digitais, a sociedade da vigilância e de controle, a chamada guerra híbrida”. O uso da propaganda como ferramenta de batalha das ideias para a manutenção das políticas imperialistas e neoliberais, que antes era restrito aos meios de comunicação de massa, ganha um novo papel a partir do uso orquestrado das redes sociais para a

46 <https://segundaopinioao.jor.br/o-que-e-uma-guerra-nao-convencional-por-alexandre-aragao-de-albuquerque/>

47 <https://www.revistamilitar.pt/artigo/671>

difusão de informação no processo de disputa geopolítica.

Por fim, de forma geral podemos caracterizar estas guerras não convencionais através de 4 características gerais:

1. Seus praticantes podem atacar simultaneamente qualquer um dos cinco anéis de Warden;
2. Para mobilizar a população, sua movimentação ideológica parte do princípio de convencer a população de sua liberdade de escolha, legitimidade e credibilidade para luta por determinada causa;
3. Por geralmente não ter os recursos convencionais necessários para cumprir seus objetivos diretamente, seus praticantes infiltram seus membros na população civil para atuar de forma indireta, ativando sua influência, na hora necessária;
4. O centro do seu ataque está em corroer a percepção do oponente, isolando-o da capacidade de se manter no poder;
5. Diferente das guerras tradicionais, que o êxito vem através da destruição das unidades inimigas. A guerra não convencional triunfa ao manter o inimigo em desequilíbrio até que a oportunidade para o ataque decisivo se apresente;

2.3 Os territórios da Comunicação

Como já foi abordado no capítulo anterior, o fazer da comunicação e da política caminham juntos na história da sociedade. O cenário que vemos hoje, com a manifestação das revoluções coloridas ao redor do mundo, coloca essa relação em outros moldes. O uso das ferramentas das tecnologias da informação, em especial com os caminhos abertos pela popularização da internet e das redes sociais, pode potencializar disputas políticas. Quando trazemos para a realidade da América Latina e Caribe, existem alguns exemplos do uso dessas ferramentas de comunicação como armas de disputa de território que devem ser observadas com atenção.

Além de ser um aprendizado histórico preciso, a necessidade de observar o cenário da América Latina e Caribe se coloca também dentro de compreensões trazidas no campo do estudo da geopolítica. Resgatando Immanuel Wallerstein (1974-1989), em suas obras ‘O Sistema Mundial Moderno’, vol. I, II e III, reafirma-se aqui que não podemos entender a realidade de um país descolada do processo geral que ele está inserido, por mais que exista uma prioridade na compreensão do objeto principal de estudo. O sistema capitalista se desenvolve de forma interligada, suas crises, contradições, avanços, os aspectos nacionais e internacionais caminham de forma conjunta e todas essas transformações econômicas, sociais e políticas impactam diretamente na comunicação. Trata-se de uma relação de causa e consequência frente as necessidades impostas

para a manutenção do capitalismo.

Assim, compreender a conjuntura da América Latina e Caribe é observar que o que vivenciamos nos caminhos que culminaram no golpe que levou ao impeachment de Dilma Rousseff não foi algo específico do Brasil, menos ainda a forma como os meios de comunicação foram utilizados como ferramenta pela direita. O que vimos é parte de um processo de ofensiva do imperialismo norte-americano, trata-se de uma estratégia de comunicação, política e militar sob todos os territórios com governos progressistas no continente.

O desastre que se desenrola no Brasil nos últimos anos precisa ser explicado a partir de múltiplas variáveis. Há a nova **ofensiva do imperialismo estadunidense para retornar o controle da América Latina**, que se manifesta com força [...] a reemergência de um projeto de país francamente predatório, por parte de elites locais que não se encontram apenas cada vez mais associadas a grupos estrangeiros, mas também cada vez menos identificadas com a população nacional [...] a presença de um vasto contingente de camadas médias, assustadas com as transformações em curso no país e disponível para ser a base social do retrocesso. E há, por fim, o embate entre a ordem igualitária que a democracia sempre projeta e o mundo desigual no qual as instituições democráticas implementam. (MIGUEL, L. F, 2019, pág. 13-14).

Desde já, é importante colocar que o contexto latino-americano é muito maior do que será abordado neste capítulo e nem se trata do objetivo dessa pesquisa fazer a análise e reflexão aprofundada que daria conta de tratar de todo esse contexto histórico, isso daria bases para um ou vários outros estudos. A partir da perspectiva do comportamento dos meios de comunicação como fontes de ataque e mobilização, como objetivo principal deste capítulo tem-se a pretensão de realizar um apanhado geral da realidade da comunicação na América Latina para que assim possamos localizar o Brasil dentro da conjuntura internacional. Ao longo da leitura dele, deve-se ter em mente que cada país tem aspectos próprios, mas que a política se constrói através de uma teia: qualquer evento político em um único país da América Latina tem impacto direto em todos os outros.

Este capítulo foi redigido a partir de um comparativo do uso dessas ferramentas de comunicação para fazer pressão e promover a desestabilização de governos progressistas neste território. Para isso, quando o foco se colocar sob o Brasil, analisaremos manchetes, capas de jornais, revistas e recorreremos também a teóricos que se dispuseram a estudar o processo da comunicação nestes territórios. A partir desses conteúdos, a pesquisa será dividida em dois momentos: (1) o estudo da relação entre comunicação e política na América Latina no contexto do uso da comunicação enquanto ferramenta de disputa de territórios e (2) a localização do Brasil nessa conjuntura geral.

Ao tratar da América Latina, além de olhar para como a direita, em grande parte

representada pelo imperialismo estadunidense, realizou ataques via meios de comunicação ao governo Cuba; a governos como o da ex-presidente Cristina Kirchner, na Argentina; de Maduro e Hugo Chavez, na Venezuela etc. Também se coloca a necessidade de fazer o apanhado de algumas experiências de meios de comunicação usados de forma contra-hegemônica para lidar com as pressões internacionais, neste caso vamos nos ater a dois: Telesur (Venezuela) e Granma (Cuba). Da mesma forma, o processo de construção de Mujica enquanto uma figura pública que, mesmo representando um governo com tendências a esquerda, conseguiu ser projetado internacionalmente enquanto uma figura respeitada, por trás do que poderíamos afirmar como uma ‘imagem do bom velhinho’.

Ao localizar o Brasil dentro desse contexto geral, o segundo tópico do capítulo tem como objetivo realizar um resgate histórico de como se desenvolveram os meios de comunicação no Brasil, em especial no que diz respeito ao crescimento de grupos de monopólio dos meios de comunicação tradicionais. Por outro lado, como a esquerda brasileira se comportou e promoveu formas de usar a comunicação como ferramenta de disputa ideológica em um contexto de acesso bastante restrito. Para isso, traremos os exemplos do Jornal Sem-Terra e do Mídia Ninja.

Por fim, é preciso recorrer às palavras de Carolina Matos (2013), quando em seu livro “Mídia e Política na América Latina” ela afirma que a

comunicação política comparativa nos fornece um arsenal de conhecimento que aprimora a nossa sofisticação intelectual e o entendimento das complexidades do mundo e de outras culturas. Ela é rica em todos os sentidos do termo – ela nos força a não sermos limitados e nos coloca fora da nossa zona de conforto. (MATOS, 2013, , p.25).

É a partir desse desafio, que tentaremos compreender os acontecimentos da comunicação política do Brasil interligada ao cenário internacional, considerando que o internacionalismo é uma necessidade estratégica para subverter o imperialismo e que o uso da comunicação é uma necessidade na luta de classes nacional e internacional.

2.3.1 Comunicação e democracia na América Latina

Um ponto essencial a ter em mente quando se trata da conjuntura da América Latina é o fato de que, além de ter um histórico de governos instáveis – de curta duração e/ou atravessado por golpes de Estado – ao longo da história os países latino-americanos majoritariamente viveram sob regimes militares de direita. Entretanto, da mesma forma que a conjuntura internacional deu bases que permitiram que a América Latina atravessasse um longo período autoritário de forma quase que conjunta. Quando esses países criaram meios para sustentar um processo de abertura democrática,

foi perceptível também como ele esteve interligado quase como um efeito dominó. Já, entre os anos de 2013 e 2020, quando percebemos uma instabilidade desses governos, o processo também se deu de forma conjunta e sob aspectos de conjunturas políticas semelhantes.

Para se entender melhor os sistemas de mídia na América Latina é necessário considerar tanto especificações globais como locais. Qualquer tentativa de examinar o papel da mídia no fortalecimento do projeto democrático precisa levar em consideração o cenário de transformação político e econômico que a região atualmente atravessa, o aumento da globalização da mídia e a inserção das principais instituições de mídia no mercado global; as inovações tecnológicas e a tentativa de representantes da sociedade civil, políticos e de outros progressistas de construir políticas públicas mais bem adequadas para o interesse público. (MATOS, 2013, p.28).

O que foi nomeado por teóricos e jornalista como ‘onda progressista’, representou a movimentação de expansão da democracia pela América Latina, conjuntura que se desenvolveu entre a implementação de políticas públicas bem semelhantes entre esses países. Durante esse período, estes governos progressistas deram prioridade à reestruturação dos Estados, à implantação de programas sociais voltados aos direitos humanos e à redistribuição de renda, assim como à criação de novas legislações que substituíam as leis antigas implementadas durante os anos de regime militar etc.

Entretanto, ainda que a abertura democrática tenha permitido saltos de qualidade consideráveis em relação ao passado autoritário, ainda habita, não apenas no subjetivo do povo latino-americano, assim como nas contas objetivas da política e da economia, a não resolução em relação à repressão e os problemas gerados pelas ditaduras. Seja na relativização da gravidade em torno do cerceamento das liberdades democráticas, chegando a permitir a existência de grupos organizados e saudosistas que defendem o retorno delas. Seja no que diz respeito ao enfrentamento da desigualdade social e econômica gerada pelos anos de regime.

Assim, ainda se vive o desafio permanente de enfrentar esse passado autoritário e, por mais que possa se afirmar que a “ligação histórica entre violência e as sociedades humanas é íntima” (ANDRÉ, 2009, p.63), considerando que toda sociedade, independente do tempo ou do espaço, viveu sob maior ou menor grau de violência em suas relações. Na América Latina, os processos quase que ininterruptos de instabilidades democráticas influenciam diretamente na conformação dos territórios que a compõe, seja nas relações de poder, nas manifestações de identidade e até mesmo na manifestação de outros tipos de violência, como o exemplo, as formas em que se manifestam o racismo, o machismo e a LGBTfobia.

Um outro aspecto a se considerar quando se trata da realidade conjuntural da América Latina, é o fato de que o que há é um histórico de dependência desses países frente aos países

economicamente mais avançados, como se pode ver na teoria da dependência apontada por intelectuais como Ruy Mauro Marini (2000) e Claudio Katz (2020). Essa realidade ainda é consequência do processo inicial de expansão e consolidação do capitalismo enquanto modelo socioeconômico mundial, fator que impacta até hoje na distribuição do capital mundial, da tecnologia e dos bens industriais.

No comércio triangular defendido no ‘sistema-mundo’ de Immanuel Wallerstein (1989), ao colocar a América Latina como semiperiferia, ele aponta onde ela se localiza nesse cenário. Se no período colonial estes territórios eram vistos apenas como espaço de fonte de matéria-prima, mas não de manufatura. Hoje, esta determinação feita lá atrás impacta no modo como se olha para essa parte do continente americano, ainda caracterizando-o para o mercado internacional como um conjunto de países que serve apenas para a exploração ou para serem usados como muleta, servido como novo nicho mercado em momentos de crise do capital internacional.

Tabela 1: Aspectos definidores do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semiperiferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semiespecializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: José Ricardo Martins (2015, p.6), baseado na obra de Immanuel Wallerstein

Assim, se olharmos para a história da sociedade, que para ser bem compreendida é necessário que seja observada com os olhos voltados para os ciclos do capitalismo, podemos identificar uma outra realidade: o capitalismo historicamente se expande do centro para a periferia impondo seus novos mercados, a atualização de suas necessidades de mercadorias e matérias-primas. Assim, a partir do momento que os territórios centrais não são capazes de responder às necessidades de manutenção do capitalismo, em especial em momentos de crise, quando se esgotam os mercados internos, eles procuram uma resolução a ser aplicada nas periferias.

Em contrapartida, como resposta a estes tipos de movimentação, as rebeliões e processos

revolucionários geralmente costumam se organizar na periferia como uma forma de resistência às ações interligadas ao intervencionismo imperialista. Como exemplos destes tipos de reações, podemos citar a Insurreição Continental de Túpac Amaru, em 1780; a Revolução Haitiana, em 1791; a Revolução Cubana, em 1959; a ascensão do Chavismo, na Venezuela, em 1999; a Revolução Sandinista, na Nicarágua, em 1979; e a revolta de Chiapas, no México, em 1994.

Tratar desta caracterização pode parecer um afastamento do tema da comunicação na América Latina, mas em todos esses processos revolucionários, em especial naqueles da década de 1900 até os dias de hoje, existem dois tipos de comportamentos comum dos meios de comunicação. Ambos estão diretamente ligados aos grupos políticos envolvidos nestas disputas territoriais, sendo também uma consequência das necessidades da conjuntura, e demonstram um tipo de comportamento histórico quando se trata do uso meios de comunicação de massa enquanto ferramenta de disputa política.

(1) De um lado, seja através dos meios de comunicação locais ou na combinação destes com as mídias globais – aí se encaixam os jornais com circulação e/ou visibilidade internacional e a própria internet – os grupos políticos conservadores se ocupam de realizar a desconstrução incessável da imagem dos grupos revolucionários. (2) Do outro, estes grupos revolucionários, com acesso extremamente limitado às tecnologias da informação, tentam por si construir formas de comunicação alternativas com a sociedade. Esse embate nem sempre é fácil e quase sempre é desequilibrado, como vemos hoje os casos da Venezuela e de Cuba, que além dos embargos políticos e econômicos, lutam diariamente contra a abordagem de ataque realizado pela mídia internacional.

Além disso, como foi visto no capítulo 1, sobre as ‘Guerras do novo tempo’ (pág 93)’ do capítulo anterior, de meados de 2014 para cá estes governos progressistas e de esquerda vem lidando com os ataques realizados em torno das revoluções coloridas e das guerras não convencionais. São os sintomas de como os EUA se aproveitam das contradições internas desses países para maquiagem pautas abstratas, fazendo-as parecer temas prioritários e de amplo interesse social, e assim incitam de forma indireta a organização de manifestações com vistas a enfraquecer estes governos e poder substituí-los por aliados seus. Dessa forma, após os anos de ditadura, caracterizados pela censura e controle dos meios de comunicação e do acesso à informação; e o hiato da esperança da construção de uma política mais democrática ao povo. Hoje o que esses governos progressistas latino-americanos e caribenhos vivem frente ao espectro da guerra híbrida é uma implementação ainda mais profunda do uso dos meios de comunicação para a manutenção da hegemonia capitalista.

a) Comunicação pública e regulação de meios de comunicação na América Latina e Caribe

Fortemente ligada à expansão dos serviços de televisão a cabo e a satélite, que foi seguido por diversas mudanças nas leis de telecomunicações nestes territórios, os anos de 1990 são marcados pela entrada das companhias estrangeiras de comunicação na América Latina e Caribe, demarcando o início de um processo que pode ser nomeado enquanto ‘internacionalização das mídias’. Esse período é marcado com a porta de abertura para mudanças significativas que se estendem e impactam no modelo de comunicação que se tem hoje.

O aspecto negativo da globalização da mídia é o seu efeito na produção de desigualdades dentro do continente. As políticas de liberalização na região facilitaram a criação de conglomerados gigantes da mídia na América Latina, incluindo os duopólios do Grupo Clarín e da Telefônica na Argentina, do Grupo Santo Domingo e do Grupo Ardilla na Colômbia, e do Grupo Philips e do Cisneros, na Venezuela. Como Fox e Waisbord (2002:18) enfatizam, a globalização tem contribuído para a consolidação de uma estrutura tríplice formada por grandes produtores e exportadores de conteúdo audiovisual no Brasil, México e Venezuela; produtores e exportadores de tamanho médio na Argentina, Chile, Colômbia e Peru e produtores modestos praticamente sem exportações na Bolívia, América Central, Equador, Paraguai e Uruguai.

Os meios de comunicação na região viram, portanto, uma mudança da tradição de propriedade familiar para a de corporações internacionalizadas. No caso da Argentina, a reforma da lei de 1989 exigiu a privatização de estações comerciais controladas pelo Estado, assim eliminando as limitações de propriedade cruzada (Fox e Waisbord, 2002). Como Sinclair (1999:84) apontou em relação ao caso da Argentina, a história de intervenção militar e o populismo têm “prevenido o desenvolvimento de uma relação de apoio entre o Estado e os donos de TV privada”, parecido com o que ocorre em países como o México e o Brasil (1999:84). Somente após os anos 1980, a televisão argentina se tornou livre do controle direto governamental. Os governos de Alfonsín em 1983 e de Menem em 1989 deram a televisão para a propriedade privada, criando avenidas para a expansão da TV a cabo no país. (MATOS, 2013, p.52).

A partir de 1990, os meios de comunicação da América Latina e Caribe passam a ser ainda mais influenciados por tendências internacionais, em especial por esse processo de comercialização da mídia apontado por Carolina Matos (2013). A entrada da TV a cabo e por satélite, combinada com o declínio de empresas controladas por famílias, unida a ascensão de forças de mercado e a implementação de reformas neoliberais pelo Estado. Esse processo leva à liberalização política em torno das mídias e o crescimento de múltiplas esferas públicas, assim como ao reforço de políticas de desregulação.

A realidade apresentada ainda é recente e demonstra como caracterização da América Latina e Caribe um histórico cenário de concentração econômica do setor de comunicação. Mas, se por um lado vemos uma mídia pautada cada vez mais na influência do neoliberalismo, construída nas mãos de corporações ou dinastias familiares. Por outro, através da ascensão de governos progressistas de

centro-esquerda ou de esquerda da América Latina e Caribe é possível identificar uma nova visão em relação as políticas públicas de comunicação. Para estes governos, a comunicação é vista como uma importante ferramenta para a batalha ideológica e o desenvolvimento social e econômico destes Estados, preocupação que vem da consequência prática dos ataques midiáticos promovidos contra esses governos, seja por grupos do meio privado ou vindo das mídias de outros países.

Assim, políticas de democratização das mídias capazes de reverter a realidade de concentração da mídia tornaram-se prioridade desses governos, deixando obviamente os tradicionais donos das mídias irritados e fazendo com que o ataque midiático já sofridos anteriormente por esses governos se tornem ainda mais intensos. De forma geral, o objetivo e a visão destes campos de progressista de centro-esquerda e esquerda é o desenvolvimento do acesso à informação de qualidade como forma de inclusão dos cidadãos nos debates políticos, formando opinião pública. Ou seja, os meios de comunicação deveriam funcionar como um canal entre a população e os Estados, para que fossem tanto capazes de informar quando de favorecer um processo de educação política.

Dessa forma, a partir da afirmação de que a conjuntura da América Latina e Caribe se constrói de forma interconectada, para compreender a realidade do Brasil dentro do contexto político-midiático, é fundamental o desenvolvimento de uma abordagem comparativa e o resgate da estrutura dos setores de comunicação no continente. De forma breve, nesta parte do capítulo serão abordados os processos de democratização da comunicação na Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela. O objetivo aqui é identificar o que há de comum e o que há de específicos nessas estruturas para uma melhor análise da situação brasileira:

a) Argentina:

A Lei 26.522 de *Servicios de Comunicación Audiovisual*, também conhecida como “*Ley de Medios*” foi promulgada durante o governo de Cristina Kirchner, em 2009, e revogou e substituiu a Lei 22.285 de Radiodifusão da Argentina, que havia sido decretada pelo general Jorge Rafael Videla durante os anos de ditadura militar no país (1976-1983). O objetivo do governo Kirchner era reverter o processo de monopólio instaurado no país, em que apenas o grupo Clarín detinha 240 licenças, sete dos principais canais de televisão e rádio, além de ser o responsável pelo principal jornal impresso diário e uma revista esportiva.

Dois grupos econômicos aglutinam a maioria dos meios de comunicação argentinos: Telefônica de Argentina S.A e o Grupo Clarín. O primeiro possui um total de 7 empresas e detém porcentagens valorosas de ações de grandes empresas. O Grupo Clarín, por sua vez, é proprietário total ou parcial de 12 empresas, destacando-se em nível internacional por dispor de uma das maiores redes de televisão a cabo da América latina (Sociedad) e o jornal diário de maior circulação

da América Latina (Diário Clarín). Possui o canal com segundo maior índice de audiência na televisão aberta; 47% da audiência no âmbito televisivo por assinatura; e, dos 11 principais jornais impressos da Argentina, 5 são da corporação. (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.4).

Assim, a Ley de Medios coloca limites no poder dos conglomerados de mídia e pode ser considerada a mais democrática e participativa lei de mídias votadas no continente latino-americano. Ela tem pontos semelhantes com a *Ley de Responsabilidad Social en Radio, Televisión y Medios Electrónicos* (2004) e tem como prioridade a desconcentração da propriedade dos meios de comunicação do país, assim como o objetivo de promover uma maior diversidade e pluralismo no setor de comunicação argentino, como pode-se ler logo nos primeiros parágrafos da Lei:

El propósito de la presente ley y la regulación de los servicios comunicacionales audiovisual en todo alcande territorial de la Republica Argentinay al desarrollo de mecanismos destinados a la promoción, desconcentración y fomento de la cualificación, com fines de barateamento, democratización y universalización del aprovechamiento de las nuevas tecnologías de la información e de la comunicación.(Argentina, 2009, p. 1).

Ao ser promulgada, ela impede que qualquer companhia privada de televisão seja dona de mais de 35% das mídias e aponta que nenhuma empresa sozinha possa ter mais de 10 concessões de rádio e televisão. Por conseguinte, essas concessões devem tem prazo máximo e devem ser renovadas a cada 10 anos através de licitações públicas, o que consequentemente proíbe a concentração horizontal e vertical dos meios. Uma outra característica da lei é que ela diferencia as mídias comunitária, privada e de serviço público, além disso, implementa medidas destinadas a apoiar meios de comunicações para povos indígenas e também aloca um terço do espectro eletrônico do rádio e organizações sem fins lucrativos.

A lei também exige que a publicidade incentive a produção local, apontando cotas mínimas para as produções nacionais. E estimulando a produção local, fator que influenciou no aumento da produção de emprego nas áreas de audiovisual do país. Segundo dados apontados pela escritora e jornalista, Stelle Calloni, em entrevista⁴⁸ cedida ao Jornal Brasil de Fato, janeiro em 2013 a indústria audiovisual gera mais de 100 mil postos de trabalho por ano em todo país, número que com a diversificação apontada pela lei tem uma tendência a tornar-se ainda maior.

Se por um lado as mudanças das leis descontentaram em especial os grupos ligados ao Clarin, que chegaram a apontá-la como um cerceamento da liberdade de expressão. Por outro, a *Ley de Medios*, na Argentina, a Lei teve amplo apoio da *Confederación General del Trabajo de la República Argentina*, da *Central de Trabajadores de la Argentina* e do sindicato de empregados do setor de audiovisual; assim como de ONGs de direitos humanos, de federações universitária e de

48 <https://outraspalavras.net/outrasmidias/argentina-2/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021

jornalistas. Internacionalmente, ela foi recebida com ânimo pelas forças progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe, também pela Federação Internacional de Jornalistas, servindo como exemplo para outros processos de democratização, assim como rendeu à Argentina o Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, e contou com o apoio público de Frank Willian La Rue, então relator especial da ONU sobre Direito à Liberdade de Opinião e Expressão.

Um outro fator sobre a *Ley de Medios* é que, tamanho é seu caráter contra-hegemônico, que uma das primeiras iniciativas do governo de Mauricio Macri (2015-2019) ao assumir o mandato foi iniciar o processo de desconstrução da regulação democrática promovida pelo governo Kirchner. Através de decreto outorgado em janeiro de 2015, modificou o conteúdo de *Ley de Medio*, reduzindo os mecanismos de combate à concentração, flexibilizando os limites de propriedade e ampliando a quantidade de limites de concessões permitidas a cada empresa. Assim, Macri tentava por vias acaba com as principais restrições à monopolização da comunicação ao mesmo tempo que apontava os investimentos do governo para o grupo Clarín, que recebeu a maior parcela dos recursos publicitários de sua gestão (Union de Periodistas, 2017). As investidas de Macri não tiveram vitória fácil e contaram com ampla oposição de uma parcela significativa da sociedade, movimentos sociais e organizações ligadas diretamente a comunicação social, assim como de juízes argentinos, que ordenaram medidas cautelares que. Entretanto, os anos de governo Macri foram o bastante para que o processo anterior desses largos passos para trás, não resultando assim a *Ley de Medios* em grandes transformações.

b) Bolívia:

Um fator diferenciador da Bolívia em relação aos outros países da América Latina é a sua tradição histórica de mídias comunitárias, que se sobrepõem ao alcance das rádios comerciais e até da televisão, que não abrangem seu alcance a todo o território nacional e coloca a rádio como meio de comunicação prioritário no país. Na Bolívia, as rádios são o principal meio de comunicação das camadas mais populares, uma caracterização que, além de um problema estrutural das telecomunicações no país, é também consequência de um processo histórico. As bases das rádios comunitárias vêm do investimento do sindicato dos mineiros nesta ferramenta, organização que representa a principal atividade econômica do país e que fundou a primeira rádio boliviana em 1949, que progressivamente se transformou em diversas emissoras pelo território.

Atualmente, as rádios no país se dividem entre três principais emissoras: a Panamericana, a Fides e a Red Erbol. que unidas concentram 62% do faturamento das concessões públicas (BECERRA; MASTRINI, 2009, p.79). Por sua vez, passando por problemas de difusão e chegando de forma restrita aos lares bolivianos, as concessões de TV se dividem entre quatro principais

grupos: a Universal de Televisión (Unitel), da família Monastérios, concentra 21,6% do faturamento publicitário; em segundo lugar, a Red ATB, com 19,2% e também pertencente ao grupo espanhol Promotora de Informaciones, Sociedad Anónima (PRISA); a emissora Bolivisión, do grupo Asbun, conta com 15,2% de publicidade televisiva; e, por último, a Red Uno boliviana, do grupo Kuljis, tem 13,6% da arrecadação publicitária (BECERRA; MASTRINI, 2009, p. 79).

Além das rádios e TVs, a imprensa escrita na Bolívia se concentra entre quatro jornais: (1) o El Deber, com sede em Santa Cruz e pertencente à família Rivero; (2) o La Razón, que pertence à rede espanhola PRISA; (3) o Los Tiempos, que pertencente à família Canelas, tradicional na agricultura e no comércio; e (4) o El Diálogo, de propriedade da família Carrasco. Como se pode perceber através destes números é que, mesmo com a forte presença dos meios de comunicação comunitários, que colocam a Bolívia em um cenário menos desfavorável do que o restante da América Latina, são as dinastias familiares e corporações do mercado nacional e internacional que ainda detêm o monopólio midiático no país.

Como forma de minimizar a concentração e regulamentar o processo de distribuição das concessões, em 2011, Evo Morales, então presidente, decretou a *Ley general de telecomunicaciones, tecnologías de información y comunicación*, que estabeleceu um marco regulatório para as propriedades privadas de rádio e televisão. Através dela, o governo cria um dispositivo de licitação pública para as concessões, estabelecendo requisitos mínimos para o acesso a elas. Além disso, a Lei garante uma série de direitos aos povos originários, camponeses e povos afrobolivianos.

Um pouco menos abrangente do que a *Ley de Medios* da Argentina, mas se aproximando também de outras novas leis de regulação dos meios de comunicação promulgados na América Latina no mesmo período. A Lei boliviana passa por duas definições que merecem destaque: o fortalecimento dos instrumentos legais de poder público para a regulação dos meios de comunicação, e a tentativa de maior distribuição das frequências entre os setores – Estado, até 33%; Comercial, até 33%; Social comunitária, até 17%; e povos originários, camponeses e povos afrobolivianos, até 17% (IPEA, 2012). Em seu primeiro artigo, a Ley de Médios resume bem qual a prioridade do governo ao aplicá-la:

La presente Ley tiene por objeto establecer el régimen general de telecomunicaciones y tecnologías de información y comunicación, del servicio postal y el sistema de regulación, en procura del vivir bien garantizando el derecho humano individual y colectivo a la comunicación, con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de la totalidad de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas del Estado Plurinacional de Bolivia. (Bolívia, 2011, p.1).

A concessão dessas frequências tem sua regulação feita através do Executivo, no caso das frequências estatais, e por licitações públicas, no caso do setor comercial. Já para o setor social comunitário, as concessões são feitas mediante concurso de projetos. Além disso, a lei estabelece que a sociedade civil organizada deve participar da construção das políticas públicas em tecnologia de telecomunicações, tecnologias de informação e comunicação e serviço postal do país, apontando para o controle social nos diversos níveis do Estado, devendo as instâncias do governo (federal, provincial e municipal), garantir os espaços para a organização popular exercer esse direito.

Como nos outros países da América Latina que estamos trazendo o exemplo aqui, a reação dos meios empresariais na Bolívia foi afirmar que através da Lei o Estado estava atacando a liberdade de imprensa. A afirmação da direita boliviana é de que, unindo os 33% das concessões do Estado com os 17% do setor social comunitário e os 17% destinado aos povos originários, camponeses e povos afroboliviano, o governo passa a deter 64% das concessões alinhadas ao governo. O que não necessariamente é um cálculo correto, mas vira mais um argumento para o ataque destes grupos ao governo de Evo Morales, que também enfrenta fortes ataques internacionais em confronto às decisões políticas tomadas pelo governo e pelo seu alinhamento com outros governos progressistas de centro-esquerda e de esquerda no continente americano.

c) Chile:

A caracterização do processo de democratização dos meios de comunicação no Chile conta também um pouco da história do cerceamento e abertura de liberdades em torno da ditadura militar (1973-1990) no país. Durante os anos do Governo de Salvador Allende (1970-1973) e também ao longo dos governos que antecederam ao golpe militar, o sistema midiático do Chile contava com um expressivo número de meios de comunicação impressos que apontavam em seus conteúdos diferentes posições políticas e contavam com uma grande audiência popular (DERMOTA, 2002 e SANTA CRUZ, 1988 apud ARROYO, 2008). Além de uma multiplicidade numérica, essa variedade de impressos refletia também uma diversidade de pensamentos na esfera pública chilena.

Com a vitória de Salvador Allende, em 1970, o peso que a imprensa política tinha no país e a polarização em seus editoriais se fortalece significativamente, levando não apenas ao crescimento dos jornais que já existiam, como também ao surgimento de outros meios destinados a veicular conteúdos políticos, muitos deles destinados a fazer o enfrentamento político ao governo recém-eleito. Nesse período, valem também um destaque ao meio radiofônico, que acaba se mostrando um meio eficaz de atingir a população de forma massiva, um processo que já vinha de 1930 e ganha destaque e prioridade nos investimentos privados também por se mostrar “um ambiente muito mais favorável à empresa privada do que a televisão encontraria futuramente” (RINALDI, 2016, p.8).

Em seu artigo “Comprem a democracia: o papel dos meios de comunicação de massa e do liberalismo na redemocratização do Chile”, André Spigariol Rinaldi (2016) ainda acrescenta que:

A centralidade do rádio no sistema de meios de comunicação se manteve por um longo tempo e só seria substituída décadas mais tarde, com o desenvolvimento tardio da televisão, que chegou ao Chile apenas em 1952, em caráter experimental nas universidades. A excessiva preocupação dos governantes chilenos com o poder da TV freou o crescimento dos canais privados em moldes estadunidenses, que só passariam a operar no país após a ditadura militar. Desde 1957 até então, apenas universidades e o estado operaram canais de televisão, graças ao primeiro decreto que regulamentou a emissões televisivas no país, de 1958. (RINALDI, 2016, p.8).

A realidade dos meios de comunicação no Chile passou a mudar um pouco durante os anos de governo de Eduardo Frei (1964-1970), que por si só era um entusiasta do impacto da TV na sociedade e deixou as marcas deste animo em suas políticas de comunicação. Em seu governo, Frei criou a estatal Televisão Nacional do Chile (TVN), lançada em 1969, que um ano depois caiu nas mãos do governo Allende, onde se aprofundou o processo de polarização dos meios de comunicação. Essa polarização se deu não apenas de forma interna no Chile, mas contou também com a pressão da imprensa ligada ao Estado norte-americano, por considerar o governo de Allende e suas alianças com Cuba e a União Soviética como uma ameaça a hegemonia estadunidense na América Latina.

Uma outra janela da conformação dos meios de comunicação no Chile se abre após 1973, com o assassinato de Salvador Allende e o golpe de Estado que se instaurou no país. O golpe militar alterou profundamente os moldes em que se desenvolviam os meios de comunicação no país, gerando o que é considerada uma das maiores e mais imediatas supressões dos vínculos estabelecidos entre os meios de comunicação e os partidos políticos (TIRONU; SUNCKEL, 1993, p.221). Assim como aconteceu com muitos meios de comunicação durante a ditadura militar no Brasil; no Chile, rapidamente rádios, revistas e jornais de partidos de esquerda foram censurados pelas autoridades militares.

Em sua fase de instalação, a ditadura perseguiu e acabou com a imprensa política, colocou os canais de televisão e rádio sob seu controle, prendeu e assassinou jornalistas e instituiu a censura estatal. Nos anos 80, essa lógica política se manteve, “mas deixou de ser a única e principal dinâmica que rege a evolução do sistema comunicativo” (ibid, p.222). Ocorre que, com a introdução de políticas neoliberais na economia chilena, os meios de comunicação de massa passam a responder mais a incentivos de mercado do que propriamente ao controle do aparelho repressor. (RINALDI, 2016, p.10).

Em um embate com o governo militar, por parte dos movimentos de esquerda chilenos, entre eles a *Unidad Popular*, não foram poucas as tentativas de construção de meios de comunicações alternativos, que tentassem fomentar a construção de uma comunicação pautada na

liberdade de expressão, informação e opinião. Entretanto, por não possuírem os mesmos meios técnicos do governo vigente e até mesmo pela forma reduzida que tinham que circular por causa da censura, esses jornais acabavam não sendo massivos, ficando restritos a pequenos círculos militantes.

Já no fim do governo militar, por volta de 1988, os meios de comunicação chilenos, em especial a televisão, cumpriram um papel fundamental para o fim do regime militar governado pelo general Augusto Pinochet (1973-1990). A partir de uma ampla campanha eleitoral que pregava o voto pela não continuidade do general no poder, as TVs chinelas tiveram uma ampla influência no resultado do plebiscito que apontava para o fim ou a continuidade do regime. Através da campanha “No”, a televisão chilena foi responsável pela difusão de informações e opiniões contrárias ao governo, mas é preciso dizer que isso não era uma realidade de toda mídia chilena, mas sim de uma parcela dela, já que uma parcela significativa da mídia aderiu ao regime de Pinochet.

Por conta da adesão da grande mídia ao Regime - seja por meio de censura ou afinidade ideológica - há poucos estudos sobre o impacto de sua atuação para a redemocratização do país; em geral, aponta-se que os veículos alternativos, por seu caráter contestador, tiveram maior relevância para o retorno à democracia. Sem embargo, neste trabalho é apresentada uma visão que diverge das mais comuns, mostrando como os meios tradicionais de comunicação massiva e o contexto de liberalismo econômico ao qual estavam submetidos foram determinantes para que a pressão pela liberalização política do Chile se tornasse insustentável para Augusto Pinochet e seus comandados. (RINALDI, 2016, p.1).

Como consequência das políticas aplicadas durante os anos de governo militar, o que se pode perceber após 1990 é um processo de transição em que a mídia chilena saiu de um cenário em que por anos esteve sob de intensa dependência do Estado, para um cenário se tornar cada vez mais relacionada ao controle privado. Esse momento abre portas para a construção da comunicação chilena tal qual temos hoje, onde majoritariamente o setor de comunicação está sob propriedade de grandes empresários que atuam no setor da economia.

Apesar disso, mesmo com estas tentativas de desvincular o estado da produção de comunicação, a TVN segue sendo um dos principais canais do país, que, apesar de ser estatal, se desenvolve com uma significativa independência administrativa e de programa em relação às políticas governamentais. Além da TVN, entre os principais canais de televisão do Chile estão a Megavisión, fundada pela Claro Group, em 1990; o Canal 13, administrado pela Universidade Católica do Chile; e o canal Chilevisión (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.13).

Na imprensa, contrariando o processo histórico chileno de uma diversa circulação de jornais, pode-se dizer que existem dois principais grupos que dominam a produção dos jornais no país

mercado, já que unindo ambos os grupos soma-se 90% das tiragens nacionais (FUCATEL, 2011), que se dividem em uma média de mais de 13 periódicos em todo o país, são eles:

1. O Consorcio Periodístico Sociedad Anónima, responsável pelos jornais diários: *Diario Concepción, La Cuarta, La Hor e La Tercera*. Além deles, o consórcio também é responsável pelas rádios *Beethoven, Carolina e Zero*; e pela Revista *Paula, Qué Pasa*, entre outras mídias. Reafirmando a relação entre o setor de comunicação e o setor da economia, o consórcio também está ligado ao CorpGroup, controladora do banco CorpBanca, do Banco Condell, além dos centros comerciais *Mall VIVO*, das cadeias de supermercados *Unimarc, Las Brujas, Korlaet, Mayorista 10, Euromarket e Los Naranjos*, entre outros (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.13).
2. O grupo El Mercurio, dono dos jornais *Diario Austral, El Llanquihue, El Líder, El Mercurio, El Sur, La Crónica de Chillán, La Estrella, La Segunda, Las Últimas Noticias*, entre outros. O grupo é de propriedade de Agustín Edwards Eastman, pertencente a uma das famílias mais influentes do Chile no âmbito econômico e político, e que participou ativamente do golpe militar no Chile e a ditadura de Pinochet.

A presença do Consorcio Periodístico Sociedad Anonima no controle das rádios chilenas já aponta um pouco sobre a conformação do meio radiofônico no país, mas, diferente dos outros setores da comunicação, este é o que menos tem participação do setor econômico em suas concessões, segundo Becerra e Mastrini (2009, p.103), correspondendo a apenas 2% do setor de comunicação chileno. Essa realidade pode ser uma consequência do período da ditadura militar no Chile, quando os partidos socialistas e comunistas desenvolveram rádios comunitárias como espaços prioritários de diálogo com a população. Assim, as rádios no Chile se desenvolvem principalmente sob as bases das rádios comunitárias que se propagaram de forma clandestina em diversas casas.

d) Equador

Contando com um dos menos desenvolvidos mercados de comunicação da América Latina e consequentemente sendo um grande importador de conteúdos editoriais e audiovisual, o Equador tem também como característica ser o país da América Latina com um dos maiores níveis de participação do setor de comunicação no PIB nacional, assim como ter o acesso à rádio e à imprensa escrita com média superior ao que é comum na América Latina.

Em 2007, com a eleição de Rafael Correa, o Equador passou por uma consulta popular que se desenvolveu em torno de 5 temas: bancos, judiciário, meio ambiente, meios de comunicação e segurança. Ela se desenvolveu através de dois processos eleitorais objetivando a aprovação de reformas em temas relacionadas à alteração para a não prisão preventiva, a reestruturação do

Conselho Judicial; e a necessidade de o governo regular os negócios relacionados com os bancos e os meios de comunicação. Tratando-se da parte da comunicação, a consulta questionava sobre a aprovação de uma nova lei de comunicações para o povo equatoriano.

Esse processo abriu caminhos para que em 2013 fosse aprovada a Lei Orgânica de Comunicação do Equador, que reconheceu a comunicação como um serviço público e objetiva uma mudança estrutural no cenário das telecomunicações e radiodifusão. Procurando solucionar o cenário monopolista em torno das mídias no país, a lei estabeleceu “uma repartição das frequências de rádio e TVs em três partes: 34% reservados para os meios comunitários, 33% para os meios públicos e 33% para os privados, seguindo o padrão das outras leis de meios aprovadas na região” (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.9).

Em seu texto, a Lei também propõe o estímulo à produção nacional, prevendo que 40% dos conteúdos nos meios audiovisuais devem ser de produção nacional e que 10% destes seja de produção independente; além disso, nas rádios, 50% das músicas devem ser produzidas, compostas ou executadas no próprio país. Uma outra ação importante da Lei é a proibição dos acionistas e diretores de empresas de comunicações tem participação acionário em outros setores econômicos, como uma forma de evitar o que acontece, por exemplo, no Chile.

Assim, ao instituir o Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Comunicação, um dos objetivos principais da Lei é fiscalizar e promover o direito à comunicação no Equador, como podemos ler em seu texto

Art. 1.- Objeto y ámbito.- Esta ley tiene por objeto desarrollar, proteger y regular, en el ámbito administrativo, el ejercicio de los derechos a la comunicación establecidos constitucionalmente.

[...]

Art. 47.- Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación.- El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación es un cuerpo colegiado con personalidad jurídica, autonomía funcional, administrativa y financiera, cuyo presidente ejercerá la representación legal, judicial y extrajudicial de esta entidad. (EQUADOR, 2013).

Como é comum e pode ser observado através da aplicação de leis similares a esta em outros países na América Latina, o empresariado da comunicação acusa a Lei Orgânica de restringir a liberdade de expressão e imprensa no país, nomeando-a de “lei da mordaza”. Uma outra crítica à lei é que, diferente de outros países, não há uma prioridade na participação da sociedade civil, faltando a ela políticas públicas que estimulem o setor comunitário do país e o incentivo da criação desses meios através do fornecimento de estruturas mínimas para a sua habilitação.

Há críticas também no que diz respeito à contradição entre a Lei Orgânica e a Lei que regula as Organizações sociais no país, olhando para de forma geral para as leis equatorianas, alguns estudiosos pontam que se por um lado a Lei de comunicação propõe um processo de

democratização. Por outro, o governo ameaça a liberdade das organizações sociais a partir de uma Lei que permite fechá-las, colocando-as em posição vulnerável, chegando a haver casos em que movimentos sociais que possuem seu meio de comunicação prefiram mantê-lo vinculado ao setor privado para manter sua independência editorial. Logo, é possível

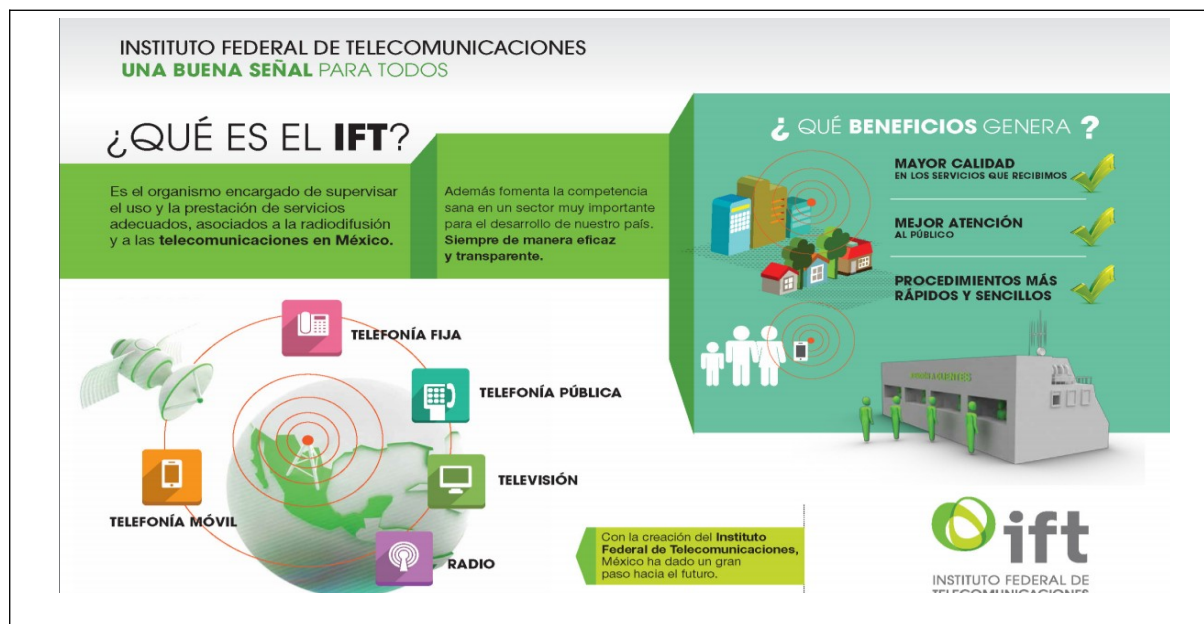
concluir que os avanços promovidos pela nova lei de comunicações precisam ser acompanhados de políticas públicas que estimulem o setor comunitário e da resolução das contradições com a Lei que regula as Organizações Sociais para que alcance os seus objetivos de transformação da estrutura de comunicações no sentido da democratização da informação. (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.9).

e) México:

No contexto midiática da América Latina, é importante também algumas considerações sobre a conformação dos grupos midiáticos no México. Por muitos anos a televisão mexicana foi controlada por dois grupos que detinham mais de 99% da audiência de televisão aberta do país: a Televisa e a *Televisión Azteca*. Ainda que sejam dois grupos e isso já aponte um monopólio profundo, um fator ainda mais grave é colocado quando se constata que a Televisa é amplamente maior que a *Televisión Azteca*, que em 2016 detinha apenas 27,9% da audiência contra os 71,3% de audiência da Televisa.

Essa conformação midiática apontou para o México a necessidade de criação de uma lei capaz de promover a desconcentração da mídia para assim promover a democratização midiática no país. Com esse intuito, em 2013, durante o governo de Enrique Peña Nieto (2012-2018), foi criado o *Instituto Federal de Telecomunicaciones* (IFT), que tinha como objetivo principal regular a concorrência no setor de telefonia e transmissões. O Instituto tinha também o “poder para determinar o desinvestimento de ativos de participantes do mercado até o ponto necessário para eliminar efeitos anticoncorrenciais. Os maiores golpes foram desferidos à Televisa, o agente preponderante do setor televisivo” MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.9).

Figura 4: O que é o Instituto Federal de Telecomunicaciones?



Fonte: <http://www.ift.org.mx/sites/default/files/que-es-ift.pdf>

Apenas em julho de 2014, após uma longa tramitação devido à resistência das oligarquias do setor de comunicação (Grupo América Móvil e Grupo Televisa), foi promulgado o marco regulatório de telecomunicações no país, a *Ley Federal de Telecomunicaciones y Radiodifusión*. Ao interpretar que os monopólios midiáticos distorcem a livre concorrência, a Lei limita os poderes do monopólios no México, abre espaço para a entrada de novos concorrentes na telefonia e na televisão e reafirma o papel do IFT em garantir a regulação desses meios.

tiene por objeto regular, entre otros, el uso, aprovechamiento y explotación del espectro radioeléctrico -el espacio que se utiliza para brindar los servicios de telecomunicaciones y radiodifusión-, las redes públicas de telecomunicaciones, la prestación de los servicios públicos de interés general de telecomunicaciones y radiodifusión -la telefonía fija y móvil, los servicios y contenidos de televisión restringida y abierta-, y la convergencia entre estos.

Asimismo, la ley prevé **los derechos de los usuarios y las audiencias**, y el proceso de competencia y libre concurrencia en estos sectores para que contribuyan a los fines y al ejercicio de los derechos establecidos en los artículos 6o., 7o., 27 y 28 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos. (IFT, 2015).

Uma outra caracterização do México, que diz respeito a sua conformação étnica e impacta diretamente no modelo de comunicação do país, é a ampla presença de grupos indígenas e camponeses. Mais do que a forte presença destes no país, é preciso ter atenção no papel das mídias comunitários e o que elas têm a ensinar aos movimentos populares na América Latina. O

movimento Zapatista⁴⁹ foi um dos primeiros a usarem a internet como ambiente de difusão ideológica, utilizando-se das redes sociais para buscar não apenas apoio da sociedade civil mexicana, mas também pra estabelecer uma rede de apoio internacional.

A presença dos zapatistas na internet começou quando o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) entrou em vigência, a partir da divulgação de seus comunicados em vários idiomas, condenado este acordo comercial; e foi estendida através de listas e grupos de discussão, páginas de apoio à luta indígena (incluindo a luta zapatista) e a análise e documentação dos meios alternativos, que levou parte da opinião pública a tomar conhecimento da situação sem depender dos meios comerciais. O projeto de meios de comunicação em Chiapas (CMP) foi uma iniciativa de vídeo indígena implementada desde 1998 nas comunidades locais de Chiapas, mediante o apoio financeiro de organizações mexicanas e estadunidenses. Este projeto tinha como objetivo dar informação e formação aos próprios moradores do local com o uso de ferramentas multimídias, documentando suas formas de luta social e pensando também na memória das comunidades indígenas. concluir que os avanços promovidos pela nova lei de comunicações precisam ser acompanhados de políticas públicas que estimulem o setor comunitário e da resolução das contradições com a Lei que regula as Organizações Sociais para que alcance os seus objetivos de transformação da estrutura de comunicações no sentido da democratização da informação. (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.9).

Para estes grupos dos movimentos sociais, indígenas, camponeses e outros participantes da mídia comunitária, assim como para os meios de comunicação progressistas internacionais, a *Ley Federal de Telecomunicaciones y Radiodifusión* aparece junto à esperança de um maior equilíbrio dentro do campo do jornalismo e também de mais espaço de investimento para os meios comunitários por parte do Estado. Entretanto, até os dias de hoje as transformações promovidas a partir dela são pequenas e enfrentam o forte embate das oligarquias comunicacionais que não tem nenhum interesse no processo de democratização, pelo contrário, o enxergam como uma ameaça a sua hegemonia no país.

f) Peru:

Mesmo que constitucionalmente seja proibido o monopólio de veículos de comunicação no país e que nos últimos anos seja possível perceber preocupação com a regulamentação dos meios de comunicação, ainda falta ao Peru uma lei de meios capaz de regulamentar e combater os monopólios existentes. Segundo o artigo 61 da Constituição Peruana de 1993, “as empresas, os bens e serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação não podem ser objeto de

49 Com pautas centrais na luta pela gestão autônoma e democrática do território mexicano a partir da participação direta da população e da reforma agrária, o Movimento Zapatista inspirou-se na luta de Emiliano Zapata contra o regime de Porfirio Díaz através da Revolução Mexicana, em 1910. O zapatismo nasce de fato em 1994, com a conformação do chamado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), inicialmente ligado à mobilização de camponeses indígenas. Seu objetivo principal era colocar em pauta a necessidade de transformações urgentes que atingissem diretamente as populações empobrecidas do México e promovessem a reforma agrária no país.

exclusividade, monopólio ou acumulação”. Entretanto, o que vê-se é um cenário em que apenas o Grupo El Comercio detêm mais de 78% do patrimônio de mídia impressa no país, possuindo parte significativa das ações da Empresa Periodística Nacional Peruana (Enpensa), que circula através 9 jornais: Ajá, Correo, Depor, El Bocón, El Comercio, Gestión, Ojo, Peru 21 e Trome. Em seguida, com apenas 17% da audiência e captação de investimentos publicitários, está o grupo La Republica, que longe de ter a mesma expressão que o Grupo El Comercio têm no Peru (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.11)

Já as concessões de telecomunicação estão concentradas em torno de 4 emissoras, que também tem entre seus donos o grupo El Comercio: América Levisión, Frecuencia Latina, Grupo ATV e Plural TV. Por sua vez, o mercado radiofônico sai um pouco das mãos desse grupo e tem como dominante o Grupo RPP, a Corporación Universa, a Corporación Radial do Peru e o Grupo Panamericana.

Diante desse cenário, a mídia alternativa peruana gira suas forças para a internet, não tendo a mesma relação com as rádios comunitárias, que há em outros países da América Latina, como na Bolívia, por exemplo. Com dificuldades de acesso aos equipamentos de transmissão radiofônica, para os movimentos progressistas a internet se mostra como um meio mais acessível para os embates ideológicos. Além do uso da internet e sob influência das outras leis de meios promulgadas na América Latina, uma outra movimentação dessas organizações, em especial por parte da Ação Popular⁵⁰, é a pressão por um projeto de lei que reduza a concentração dos meios de comunicação no país, que tem um dos maiores índices de concentração do setor de imprensa do mundo.

g) Uruguai:

Podemos dividir o processo de democratização dos meios de comunicação em dois amplos momentos que são importantes para a ótica em que este estudo é feito, as políticas de comunicação pré e pós o governo de Pepe Mujica (2010-2015). Desde o seu governo, o Uruguai vem passando por significativas transformações sociais em todos os setores, entre os meios de comunicação não poderia ser diferente e se dá através da criação da *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (LSCA), que objetiva acabar com o monopólio audiovisual no país.

Procurando acabar com as sombras deixadas pelas consequências do regime ditatorial no Uruguai (1960-1970) que, assim como em outras ditaduras que ocorreram na América Latina, instauram um profundo processo de censura e concentração midiática. A Lei nasceu com o objetivo de combater um cenário em que apenas três empresas eram responsáveis por 95,5% do mercado de

50 A Ação Popular é um partido político peruano fundado em 7 de julho de 1956 pelo ex-presidente Fernando Belaúnde Terry. É o partido político em atividade que mais vezes e por mais tempo ocupou democraticamente a Presidência do Peru.

TV aberta do país: Romy, com o Canal 4; Feo-Fontaina, com Canal 10; e Cardoso-Scheck, com o Canal 12. “Desse total, 88,1% corresponde a transmissão de televisão em Montevideu e 7,4% no interior. Das 70 empresas de TV a cabo no país, cinco (os “três grandes”, mais o Grupo Clarín e Direct TV) tem 75% dos assinantes do país” (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.6). Na mídia impressa o cenário não era diferente, o jornal El País, do Grupo Scheck, liderava as vendas no Uruguai, com controle de 34% da circulação, enquanto seus concorrentes La República, El Observador e Últimas Noticias, não alcançam individualmente 10% das vendas de jornal.

Os mesmos grupos que lá atrás cresceram através do apoio à ditadura militar, permanecem a frente desses mesmos meios de comunicação monopolizadores e não mudaram quanto ao seu posicionamento ideológico: priorizando o lucro à construção de uma comunicação e sociedade democrática. Assim, ao implementar a LSCA, o governo de Pepe Mujica sobre com diversos ataques midiáticos por parte destes grupos.

Um fator a se considerar nesse cenário é que, apesar de Pepe Mujica ter sofrido uma grande pressão política tanto interna quanto internacionalmente por parte dos interesses neoliberais, ele conseguiu se construir enquanto uma figura pública de apelo popular. Mujica se aproxima, por exemplo, do que Lula chegou a ser por uns tempos para a massa da população brasileira. Mas, diferente de Lula, ainda com seu passado comunista, sendo alguém que foi preso político durante a ditadura militar uruguaia, Pepe Mujica consegue se construir dentro da figura do bom velhinho, do indivíduo que apesar de estar em uma posição privilegiada e de acesso a diversas regalias econômicas, cultivava a vida simples e um modelo de bem-estar social diferenciado do que outras figuras políticas, até mesmo progressistas, historicamente colocavam como o básico para sobreviver.

Este comportamento, que se colocava para a população também como uma face da propaganda ideológica do governo Mujica, faz como que após 5 anos de seu governo ele saia aclamado pela população Uruguai e mundial, e como um modelo de líder político. Trata-se de um processo que precisa ser estudado mais profundamente, que poderia ajudar na batalha contra o espectro das guerras híbridas em outros países da América Latina que tem seus governos desestabilizados através de ataques diretos e individuais aos líderes políticos de centro-esquerda ou esquerda.

h) Venezuela:

Por muitos anos o cenário midiático da Venezuela esteve sob domínio de seis grandes grupos: as Empresas IBC donas do canal RCTV; o Bloque de Armas, donos do canal Meridiano TV; Diego Cisneros (ODC), proprietário do canal Venevisión; o Grupo Camaro, proprietário do

canal Televen; o Grupo Imagen, proprietário do canal La Tele; e o Grupo Núñez, Zuloaga, Mezerhane & Ravell, proprietários do canal Globovisión. Frente a esta concentração, até o ano de 2002 o único canal aberto sob comando do Estado era o Venezolana de Televisión (VTV), realidade que muda a partir das tentativas mais profundas de golpe midiático contra o então presidente Hugo Chávez. Como uma reação aos ataques da mídia interna que vinham acompanhados de ataques da mídia internacional, em especial dos EUA e seus aliados, em 2004 foi criada a *Ley de Responsabilidad Social en Radio, Televisión y Medios Electrónicos*, que tem como objetivo principal construir uma comunicação democrática capaz de promover a participação cidadã, a difusão dos valores e cultura venezuelana e o desenvolvimento da industrial audiovisual nacional.

Esta Ley tiene por objeto establecer, en la difusión y recepción de mensajes, la responsabilidad social de los prestadores de los servicios de radio y televisión, proveedores de medios electrónicos, los anunciantes, los productores y productoras nacionales independientes y los usuarios y usuarias, para fomentar el equilibrio democrático entre sus deberes, derechos e intereses a los fines de promover la justicia social y de contribuir con la formación de la ciudadanía, la democracia, la paz, los derechos humanos, la cultura, la educación, la salud y el desarrollo social y económico de la Nación, de conformidad con las normas y principios constitucionales de la legislación para la protección integral de los niños, niñas y adolescentes, la cultura, la educación, la seguridad social, la libre competencia y la Ley Orgánica de Telecomunicaciones. (GOBIERNO BOLIVARIANO DE VENEZUELA, 2011).

Em síntese, a lei expressa a tentativa do governo em munir as comunas com ferramentas que potencializem e permitam uma maior emancipação do povo no processo de construção de uma comunicação popular. A partir da Lei, em 2016, além da VTV, a mídia estatal bolivariana já contava com mais por cinco canais: “a Televisora Venezolana Social (TVES), que utiliza a frequência de alcance nacional antes usada pela RCTV1; Ávila TV; Asamblea Nacional Televisión (ANTV), canal do parlamento; Vive TV, e Telesur” (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.3). Entre elas, duas de cobertura nacional (TVES e Ávila TV) e as outras de alcance da capital, mas com possibilidade de acesso via canal a cabo ou satélite. Entre elas, vale um destaque especial para a Telesur, que internacionalmente tem se identificado como um canal de TV parceiro dos movimentos sociais, em especial aqui no Brasil.

Com suas primeiras transmissões em julho de 2005, a Telesur foi uma iniciativa do ex-presidente Hugo Chávez inicialmente em parceria com os governos de Cuba, da Nicarágua, da Argentina e da Bolívia. Fazendo jus ao lema “Nuestro Norte es el Sur” (Nosso Norte é o Sul), o canal nasce com o objetivo da construção de um meio de comunicação capaz de enfrentar a hegemonia de grandes corporações internacionais de comunicação estadunidenses, como a CNN. Sua cobertura atinge toda a América, Europa Ocidental e norte da África e pode ser acessado

através de antena parabólica nessas regiões.

Desde sua fundação, a Telesur é centro da atenção de diversas represálias por parte do governo estadunidense, chegando a receber ameaças⁵¹ através de projeto de Lei que visava a interferência na transmissão do satélite da TV. Esses ataques à Telesur não são pontos fora de curva nem vem desacompanhados, são parte de um conjunto de ofensivas políticas e econômicas ao governo bolivariano, ataques que são símbolos e parte de uma tentativa direta dos EUA e seus aliados de desestabilizarem os governos chavistas. Nesse conjunto, existem três problemas políticos sofridos pelo canal e que precisam ser apontados, pois são consequências dos processos de desestabilização dos governos progressistas na América Latina:

1. O fechamento das bases da Telesur em Brasília e na cidade do México em consequência da reforma administrativa do governo venezuelano;
2. A desvinculação do Uruguai, em 2020, da construção da Telesur como parte das medidas tomadas pelo governo de Luis Alberto Lacalle;
3. A desvinculação da Argentina da Telesur, que iniciou em março de 2016, quando ministro das comunicações da Argentina, Hernán Lombardi, anunciou a saída do país da sociedade proprietária do canal; e se aprofundou em junho do mesmo ano, quando o país sai definitivamente da construção da Telesur e ele deixa de ser um canal obrigatório na grande de programação aberta da Argentina.

Contando com represálias como a exemplificada pela Telesur, ainda que o governo venezuelano tenha se dedicado com prioridade à construção de meios de comunicação democráticos, há uma dificuldade grande nos países para a superação de um cenário que é consequência de um processo histórico de monopólio das mídias. Ou seja, tem mais acesso à tecnologia das informações quem tem mais dinheiro, e geralmente esta parcela da sociedade não está ao lado destes governos progressistas, mas sim ao lado dos interesses de manutenção do capitalismo. “Apesar de todos os esforços do Estado, os meios públicos têm pouca popularidade – com apenas 45% da população que avalia de forma positiva o trabalho das instituições para o bem-estar do país –, em detrimento dos meios privados, que concentram 70% da audiência” (MACEDO; MARTINS; PIRES, 2016, p.3).

Em contraponto a esta conjuntura interna e também aos ataques midiáticos externos, um dos objetivos centrais do governo venezuelano junto ao Movimento Nacional de Meios Alternativos e Comunitários tem sido confrontar os ataques e atuar na batalha ideológica contra mídia burguesa que, e assim construir uma comunicação pública que atua de forma contra hegemônica, alternativa e emancipadora da realidade social (PINÃ, 2010, p. 152). Para isso, uma das saídas tem sido investir

51 Através do congressista republicano da Flórida Connie Mack

cada vez mais em canais estatais e também em formas participativas de produção e difusão da informação.

Além do crescimento em relação aos canais de televisão, o Estado Venezuelano conta também com quatro canais radiofônicos que se destacam no país: a Radio Tuna, emissora das Forças Armadas Nacional; Radio Nacional da Venezuela (RNV) e YVKE Mundial, que por si só conta com mais quatro canais; e uma rádio administrada pela Assembleia Nacional. Quanto ao impresso e aos conteúdos jornalísticos voltados à internet, o governo venezuelano, a partir do Ministério de Comunicação e Informação (Minci), possui os impressos El Correo de Orinoco, de circulação nacional, e o Ciudad Carascas, de circulação na capital; e o virtualmente a Agencia Venezolana de Noticias (AVN), o VenGlobal News.

Além dos canais oficiais do governo, a partir da *Ley de Responsabilidad Social en Radio, Televisión y Medios Electrónicos* centenas de meios de comunicação alternativas e comunitários surgiram na Venezuela enquanto canais geridos de forma mais direta pelo povo através das comunas. Esses meios identificados como paraestatais, contam com a assessoria jurídica, publicitária, econômica e tecnológica do governo. Desenha-se assim um cenário que coloca o governo diretamente no processo de construção desses canais ao mesmo passo que o Estado promove diversas maneiras de garantir a produção nacional e a manutenção de meios alternativos e comunitários de comunicação.

i) Considerações gerais sobre a América Latina:

Não contemplado entre os países apontados acima, vale também um rápido destaque para o modelo de comunicação da Colômbia. Não foram encontrados muitos marcos teóricos a respeito do histórico dos meios de comunicação no país, mas vale o resgate da experiência da Radio Sutatenza, contada a partir do Portal da Radio Nacional de Colombia (RTVC)⁵². Segundo a matéria publicada na secção de cultura, a Radio Sutatenza funcionou em meados da década de 1940, em torno de um projeto de alfabetização que serviu de exemplo a vários outros países da América Latina.

Sobre o contexto geral da América Latina, o que se pode afirmar aqui é que ainda que haja um processo de lutas por parte das forças progressistas e de esquerda pela construção de uma comunicação democrática e popular. O que vemos são inúmeros desafios diante dos ataques que estes governos sofrem ao interferir na hegemonia de conglomerados que historicamente tiveram os meios de comunicação sob seu controle monopolista. Além disso, o que vemos também são países

52 “Radio Sutatenza: la primera revolución educativa del campo para el campo”. Disponível em: <<https://www.radionacional.co/cultura/radio-sutatenza-la-primer-revolucion-educativa-del-campo-para-el-campo>>. Acesso em: 10 mai 2021

em que o sistema público de comunicação, assim como o acesso público à cultura ainda é frágil. Este fator, unido aos ataques diários das mídias tradicionais internas e aos ataques políticos promovidos pela mídia global, apontam para um cenário nada favorável ao fortalecimento desses governos e também à construção de meios de comunicação democráticos.

Por fim, algumas afirmações gerais que podem ser observadas a partir desse processo comparativo:

1. Na maioria dos países da América Latina, o Estado realizou tanto um papel autoritário arbitrário, como serviu de investidor na construção de uma infraestrutura de telecomunicações, tendo apoiado ainda a mídia privada;
2. A intervenção do Estado na América do Sul teve como objetivo principal reforçar os poderes governamentais em vez de promover formas democráticas de comunicação;

2.3.2 Comunicação e política no Brasil

Assim como nos outros países da América Latina, a relação entre a mídia pública e o Estado no Brasil passa por diversos problemas. Como já foi afirmando no capítulo 1 deste trabalho, os meios de comunicação no Brasil, se desenvolvem em torno das necessidades políticas das elites do país, que detêm o monopólio dos meios de comunicação. Ainda que haja uma luta histórica pela democratização dos meios de comunicação, que se aprofunda com a ditadura militar de 1964, e ganha força e abertura após os anos de 1980, as mídias brasileiras ainda não estão dissociadas do legado autoritário do regime militar. Não à toa, atualmente os maiores conglomerados de comunicação do país, entre eles o Grupo Globo, são aqueles que nasceram ao lado do regime ditatorial e que ainda usam dos meios de comunicação para difundir os interesses políticos dos grupos associados a esses meios de comunicação privados.

Além desses grupos, quando vamos olhar para as filiadas destes canais nacionais de comunicação, percebemos que, nos estados e municípios, em grande maioria elas estão nas mãos de grupos políticos, grandes empresas e famílias que de alguma forma detêm profundas e histórica influência política nos territórios. Assim, é comum que haja o que pode ser considerado uma tutelação da difusão da informação, como em casos como o de Sergipe, em que as duas principais filiadas de TVs nacionais (Rede Globo e Rede Record) estão nas mãos de um mesmo núcleo parental, a Família Franco, que, apesar de estar dividida entre duas frentes congêneres rachadas politicamente, ainda representam mesmos interesses econômicos e prioridades quando o assunto é a democratização da comunicação ou melhor, a não democratização dela.

A desorganização institucional do poder público para fiscalizar as concessões, autorizações e permissões tem origem quase ao mesmo período do aparecimento dos veículos de radiodifusão no Brasil. Apoiada numa legislação cheia de falhas e de falta de critérios, a farra das concessões apresentou diferentes faces ao longo das últimas décadas, que conduziram ao mesmo resultado: a supremacia de interesses privados de empresas, de grupos políticos e também de religiosos, na regulação e gestão das emissoras brasileiras de rádio e de televisão. (POLATO, 2015, p.19).

Por outro lado, quando olhamos para o setor da mídia pública no Brasil, o que se vê são meios de comunicações que sofrem de deficiências históricas, com públicos extremamente restritos e níveis técnicos de produção bastante distantes dos acessados pelos meios de comunicação privada. Assim, constitui-se um setor de mídia pública extremamente fraco, com canais de comunicação que se estruturam com poucos recursos e vivem sob a ameaça de fechamento ou de privatização, como o caso da TV Cultura. Também se encaixam neste perfil de fragilidade, canais de comunicação como as TVs executivas do legislativo e canais comunitários ligadas aos governos do Estado e Federal, assim como TVs universitárias.

Antes de aprofundar no contexto político da construção dos meios de comunicação no Brasil, é preciso uma compreensão geral sobre o que aponta a política de concessões dos meios de comunicação no país e como ela funciona tem funcionado de fato nos últimos anos. Sobre isso, alguns aspectos gerais e afirmações:

1. O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), regulamentado pelos decretos 52.795 e 52.026, foi aprovado em 27 de agosto de 1962 e facilitou ao extremo a ocupação das frequências previstas, abrindo espaço para enorme crescimento do setor privado;
2. As concessões de telecomunicações e radiodifusão tem sido construída no Brasil em uma combinação de controle político e regulação limitada, historicamente alinhando os meios de comunicação a interesses e ao controle do Estado;
3. Historicamente os governos e o Ministério das Comunicações tem distribuído as licenças de rádio e de televisão como uma forma de patrocínio político. Assim, as rádios e TV se encontram nas mãos de empresários, políticos e líderes religiosos que reinam sozinhos, ditando as próprias regras e sem cumprir nem o mínimo que a legislação prevê para estes meios;
4. Embora a concessão seja pública, elas têm sido historicamente utilizadas para fins privados. Vemos nas linhas editoriais dos principais meios de comunicação do país a utilização de seus canais para minimizar e até criminalizar pautas de interesse público, impondo prioritariamente agendas econômicas e políticas que interessam

ao grupo detentor da concessão do veículo ou aos grupos dominantes aos quais eles estão vinculados.

5. Em consequência dos interesses apontados no ponto anterior, apesar de a Constituição determinar que os concessionários de comunicação assegurar os direitos da sociedade e da prática cidadã. O que vemos são grupos políticos que cotidianamente usam dos meios de comunicação como espaço assédio ideológico individual e coletiva. Usando dos espaços oferecido por essas concessões para ditar valores sociais que cabem aos seus interesses econômicos e marginalizar aqueles que vão na contramão das prioridades comportamentais estabelecidas por estes grupos;

Debates em torno da necessidade de uma regulamentação que vise a desconstrução do monopólio midiático e regule a telecomunicação e a radiodifusão brasileira tem acontecido há anos, especialmente impulsionados por movimentos sociais. Entretanto há anos tem sido uma luta desleal, considerado as barreiras estabelecidas pelos grupos que dominam os tradicionais meios de comunicação, que também são grupos que estão dentro dos espaços de tomada de decisões políticas do governo brasileiro.

Esses meios de comunicação tradicionais, também nomeados de “barões da mídia”, se recusam aceita a construção de uma Lei de Meios para o país, processo que para eles aparenta ser ameaçador a sua hegemonia política no país. Assim, defendendo que as propostas de regulação apontadas pelos movimentos sociais são tentativas de censura, se recusam a abrir mão de sua situação de poder. Uma contradição é que majoritariamente esses meios de comunicação são filhos da ditadura militar e crescem tanto através dos privilégios impostos pelo regime, quando pelo histórico aproveitamento de brechas da lei brasileira, inviabilizando processos equilibrados frente ao surgimento de outros meios de comunicação brasileiros.

Como exemplo, podemos observar e comparar alguns dados sobre a distribuição de concessões dos meios de comunicação no Brasil em 1994 e 2017. Olhar para os grupos e os números coletados dentro de uma diferença de 22 anos aponta não só um quadro grave, em que uma parcela significativa das mídias brasileiras estão nas mãos de um pequeno grupo de famílias, como também demonstra que com o passar dos anos o crescimento delas aprofunda ainda mais o quadro de monopólio no país.

Tabela 2: 1994 – Estações de rádio e TV controladas por políticos no Brasil

Canais	Total	Políticos atuais e do passado	Porcentagem
TV	302	94	31,12%
Rádio	2.908	1.169	40,19%
Famílias na radiodifusão brasileira			
Nacional	TV		Rádio
Marinho (Globo)	32		20
Saad (Bandeirantes)	12		21
Abravanel (SBT)	10		-
Regional	TV		Rádio
Sirotsky (RBS- Sul)	20		20
Câmara (Centroeste)	08		13
Daou (Norte)	05		04
Zahrán (Mato-Grosso)	04		02
Jereissati (Nordeste)	01		05

Fonte: Lima (2001, p.107) in Azevedo, 2006, p.34

Tabela 3: 2017 – Comando de difusão das redes de informação e mídia brasileiras

Cidades			Porcentagem	
Região Concentrada (Sul e Sudeste)			80%	
Região Metropolitana de São Paulo			73%	
Brasília			11%	
Famílias na radiodifusão TV e na internet brasileira				
Grupo	Canais	Audiência no Brasil (TV)	Estações de rádio	Acessos em site
Globo (Família Marinho) ⁵³	33	36,9%	51	8,7milhões (mensal)
Grupo Record (Edir Macedo) ⁵⁴	2	14,7%	-	52 mil (diário)
Sílvia Santos (Família Abravanel)	2	14,9%	-	-
Bandeirantes (Família Saad) ⁵⁵	2	4,1%	3	-
Folha (Frias) ⁵⁶	-	-	-	6,3 milhões (mensal)
RBS (Sirotsky) ⁵⁷	1	-	2	1 milhão (mensal)

Fonte: Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil / Média Ownership Monitor (MOM), 2017

- 53 Segundo a pesquisa realizada pelo Média Ownership Monitor (MOM), em 2016 o grupo Globo representava o 19º no ranking de maiores conglomerados de mídia do mundo, concentrando entre seus canais de distribuição de conteúdo a Globo News (16,5 milhões de assinaturas); os jornais O Globo (302 mil exemplares diários), Extra (131 mil exemplares diários); as revistas Econômico Valor (60 mil exemplares diários) e Época (340 mil exemplares semanais); as rádios Globo (4ª rádio mais ouvida do Brasil) e CBN (7ª rede mais ouvida do Brasil); e o site globo.com (5º mais acessado no Brasil). Além disso, detinha a propriedade da Som Livre e da Editora Globo.
- 54 Segundo a pesquisa realizada pelo Média Ownership Monitor (MOM), a Record está diretamente ligada à Igreja Universal e, em 2016, cedia parcela de sua audiência diária para a difusão de conteúdos religiosos; no período da pesquisa, o site R7 era o 7º portal mais acessado do Brasil. O Grupo Record também é responsável pela organização e distribuição do Correio do Povo, que distribui 92 mil exemplares por dia no Brasil. A família Macedo, que controla o grupo Record e a Igreja Universal do Reino de Deus, também domina o Partido Republicano Brasileiro (PRB), que contava com um ministro no governo federal, um senador, 24 deputados federais, 37 deputados estaduais, 106 prefeitos e 1.619 vereadores.
- 55 Segundo a pesquisa realizada pelo Média Ownership Monitor (MOM), mesmo distante dos 3 principais conglomerados de comunicação do Brasil, em 2016 a Rede Bandeirantes pode ser considerada a maior quando o assunto é radiodifusão no Brasil, contando com a Rádio BandFM (3ª rede de rádio mais ouvida do Brasil, com 62 estações), a Rádio Bandeirantes (10ª rede de rádio mais ouvida do Brasil, com 64 estações) e a Rádio BandNews (11ª rede de rádio mais ouvida do Brasil, com 10 estações).
- 56 Segundo a pesquisa realizada pelo Média Ownership Monitor (MOM), contando com 4 impressos (Folha, Agora, Alô Negócios e FolhaPress), em 2016, o Grupo se destacava principalmente pela distribuição do Jornal Folha (309 mil exemplares diários), que nos últimos anos têm crescido consideravelmente também na internet; e do Agora São Paulo (81 mil exemplares diários). Na internet, o Grupo Folha é dono do Portal Uol, 6º site mais acessado no Brasil, com uma média de 6,3 milhões de visitas mensais. Além disso, nas mãos da família Frias também está o DataFolha, um dos maiores institutos de pesquisa do Brasil.
- 57 Segundo a pesquisa realizada pelo Média Ownership Monitor (MOM), em 2016, a RBS, filiada da Rede Globo no Rio Grande do Sul, contava com a 2ª rádio mais ouvida do Brasil, a rádio Gaucha. O Grupo também era dono dos jornais Zero Hora (200 mil exemplares diários) e Diário Gaúcho (130 mil exemplares diários); e do portal Clic RBS, o 5º portal de mídia mais acessado do Brasil.

Um outro dado trazido pelo monitoramento da MOM e que é bom ser resgatado aqui é o da audiência online dos principais grupos de comunicação do Brasil dentro da internet. São páginas que em geral estão voltadas à difusão de notícias e entretenimento e que estão associadas aos antigos e tradicionais grupos de mídia nacionais e regionais, repetindo no ambiente das redes um cenário que é histórico. Assim, por mais que a internet tenha aparecido como um espaço de maior possibilidade de democracia e abertura para o uso dos movimentos sociais, o que podemos ver é que o mapa de quem domina a comunicação no Brasil acaba também se conformando no ambiente virtual.

Tabela 4: Audiência Online no Brasil em 2017

Site	Posição (geral)	Visitas do Brasil (30 dias/julho de 2017)	Monitor de debate político – compartilhamentos Facebook (duas semanas em julho/2017)	Grupo
Globo.com	5	8.027.644	12.087.835	Grupo Globo
Uol	6	5.632.303	6.770.994	Grupo Folha
Abril	29	1.005.306	2.991.178	Grupo Abril
Ig	68	212.823	-	Grupo Ongoing - Ejesa
ClicRBS	108	159.540	222.322	Grupo RBS
Estadão	126	489.796	712.963	Grupo Estado
R7	136	163.514	602.887	Grupo Record
Revista Fórum	240	46.582	704.652	Revista Fórum
O antagonista	279	336.141	842.624	Consultoria Empiricus, Diogo Mainardi, Mario Sabino
BBC Brasil	319	766.961	502.394	BBC World Service

Fonte: Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil / Média Ownership Monitor (MOM), 2017

Não apenas donas de meios de comunicações, essas famílias têm em suas mãos também o controle de parte significativa do setor comercial brasileiro. No período da pesquisa do MOM, o grupo Sílvio Santos era dono do Baú da Felicidade, da Sisan Empreendimentos Imobiliários, da

Rede Jequití e da rede de hotéis de luxo Sofitel. Edir Macedo, por sua vez, além de ter em sua mão uma série de rendimentos ligados à Igreja Universal, era dono também do Banco Renner – hoje Banco Digimais –, que é controlado pelo Grupo Record. Em suas propriedades, a família Saad também concentra um considerável número de fazendas e imóveis.

Se este quadro já é grave, quando nos voltamos a olhar para as cidades e municípios brasileiros e em que mãos estão as redes locais de comunicação, percebe-se que o que pode ser chamado de coronelismo midiático é ainda maior. Ainda que a Constituição brasileira proíba que políticos controlem empresas de mídia, na pesquisa realizada pelo Media Ownership Monitor (MOM), foi contabilizado que, em 2016, 32 deputados federais e oito senadores possuíam meios de comunicação no Brasil, sejam eles proprietários formais ou não. Assim, as ligações políticas com os meios de comunicação acabam se dando de forma muito mais profundas através das afiliadas das redes, como pode-se ver na tabela abaixo, que é parte de um levantamento do Intervozes realizados em 10 estados com o objetivo de denunciar a prática ilegal de candidatos que eram proprietários de canais de Rádio e TV em 2018.

Tabela 5: Levantamento do Intervozes em 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV em 2018

Nome	Cargo disputado	Partido	Emissora	Município
Bahia				
Euclides Nunes Fernandes	Deputado Estadual (reeleição)	PDT	Estação 93FM	Jequié
Larissa Oliveira	Deputada Estadual	PSD	Radio Ativa FM	Eunápolis
Leuz Lomanto JR.	Deputado Federal (e estadual)	DEM	Jequié FM	Jequié
Ceará				
Dr. Anibal	Deputado Federal (reeleição)	DEM	Rádio Difusora do Vale Acaraú	Acaraú
Domingos Neto	Deputado Federal (reeleição)	PSD	FM Rio Jaguaribe	Jaguaribe
Fernanda Pessoa	Deputada Estadual (reeleição)	PSDB	Rádio Planalto de Maracanaú	Maracanaú
Gaudênio Lucena	1º Suplente do Senador	MDB	Tempo FM	Juazeiro do Norte
Espírito Santo				
Moabe Souza	2º Suplente do Senador	PR	Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá	Vila Velha
Minas Gerais				
Aécio Neves	Deputado Federal (é senador)	PSDB	Rádio Arco-íris	Belo Horizonte
Dámina de Carvalho Pereira	Deputado Federal (reeleição)	Podemos	Rádio Cultura de Lavras	Lavras
Elmiro Alves de Nascimento	Deputado Estadual (é suplente de Senador)	DEM	Sociedade Pataense de Radiodifusão e Rádio Clube de Patos	Patos de Minas
Pará				
Elcione Barbalho	Deputada Federal (reeleição)	MDB	Rede Brasil Amazônica de TV, Rádio	Belém

			Sistema Clube do Pará de Comunicações e Rádio Clube do Pará	
Gerson Peres	Deputado Estadual	PMN	Rádio Tocantins	Cameta
			Rádio Perola FM	Bragança
Helder Barbalho	Governador	MDB	Rede Brasil Amazônica de TV	Belém
			Rádio Sistema Clube do Pará Comunicações	
			Rádio Clube do Pará	
			Carajás FM	
			Rádio SNC	Marabá
Jader Barbalho	Senador (reeleição)	MDB	Rede Brasil Amazônica de TV	Belém
Ozorio Juvenil	Deputado Estadual (reeleição)	MDB	Rádio Moreno Braga	Vigia
Pindukinha	Deputado Estadual	Solidariedade	Rádio Metropolitana FM	Bacarena
René Marcelo	Deputado Estadual	MDB	TV Vera Cruz	Paraupébas
Paraíba				
Damião Feliciano	Deputado Federal (reeleição)	PDT	Rádio Santa Rita	Santa Rita
Efraim Morais Filho	Deputado Federal (reeleição)	DEM	Rádio Vale do Sabugy	Santa Luzia
Nabor Wanderley	Deputado Estadual (reeleição)	PRB	Rádio Itatuiunga	Patos
Raniery Paulino	Deputado Estadual (reeleição)	MDB	Radio Guarabira FM	Guarabira
Pernambuco				
Guilherme Coelho	1º suplente de senador (é deputado federal)	PSDB	TV Grande Rio	Petrolina
Gonzaga Patriota	Deputado federal (reeleição)	PSB	Rede Brasil de Comunicações	Sertânia

			Sertania FM	
			Lagoa Grande FM	Lagoa Grande
			Salgueiro FM	Salgueiro
Rio de Janeiro				
Arolde de Oliveira	Senador (é deputado federal)	PSD	Rádio 93 FM (Grupo MK de Comunicações)	Rio de Janeiro
Fábio Silva	Deputado Estadual (reeleição)	DEM	Rádio Melodia 97,5 FM	Rio de Janeiro
Filipe Soares	Deputado Estadual (reeleição)	DEM	Rádio Relógio Federal	Rio de Janeiro
Paulo Masset	Deputado Estadual	Solidariedade	Rádio Metropolitana	Rio de Janeiro
São Paulo				
Francisco Rossi	Deputado Estadual	PR	Nova Difusora AM	Osasco
Luiz Gonzaga Vieira de Camargo	Deputado Estadual	PSDB	Rádio Cidade FM	Campinas
Marina Melo	Deputado Estadual	PSD	Realidade AM	São Carlos
Marlene Campos Machado	Deputado Federal	PTB	Interativa FM	Avaré
Beto Mansur	Deputado Federal (reeleição)	MDB	Rádio Cultura FM Santos	Santos
			Rádio Cultura São Vicente	São Vicente
Raul Abreu	1º suplente de Senador	Podemos	Rádio Mundial AM	São Paulo
			Rádio Top FM	
			Rádio Top FM São Vicente	

Fonte: Intervozes (2018)

Uma outra frente que recentemente vem crescendo cada vez mais em número e alcance, e que merece bastante atenção, é a de meios de comunicação ligados à igreja neopentecostal. O setor religioso, que anteriormente estava majoritariamente ligado à Igreja Católica, de forma direta – através de canais como a Rede Canção Nova e a TV Aparecida – ou indireta, pelo fato do cristianismo ser a religião hegemônica do Brasil há anos. Não só devido à superioridade numérica

de fiéis, um fator que é preciso levar em consideração é que, assim como a Rede Globo, a igreja católica teve uma relação direta de apoio à ditadura militar de 1964.

Mas o Brasil ganhou um novo cenário midiático a partir da ascensão das igrejas neopentecostais e, conseqüentemente, dos canais ligados à igreja evangélica. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha em 2019, neste período 31% dos brasileiros se consideravam neopentecostais, número que ainda não ultrapassa os católicos declarados no país (50%), mas que aponta cada vez mais para um equilíbrio entre estas contra os outros 19% que se dividem entre outras religiões, ateus e agnósticos. Assim, pode-se dizer que expansão dos meios de comunicação ligados à igreja neopentecostal são consequência do crescimento da religião no país e também contribuem para que essa ampliação seja cada vez maior. Mas não é apenas uma consequência do número de brasileiros que passou a seguir a religião, é também uma estratégia de comunicação para dialogar com os fiéis já conquistados e atrair novas pessoas para dentro das igrejas.

Nos últimos anos, o uso das rádios, da televisão e da internet por instituições religiosas têm sido cada vez mais intencionalizadas, e o setor evangélico foi o segmento religioso que mais e melhor soube se aproveitar dos vários tipos de veículos de comunicação. Segundo matéria publicada no Jornal Zero Hora (MARIANO, 27/7/2003), no período os evangélicos controlavam mais de 300 emissoras de rádio e canais de televisão no país, contado com um faturamento total acima de 500 milhões de reais ao ano. Todos esses meios de comunicação tinham como objetivo prioritário pregar a ideologia neopentecostal.

Ainda, sobre o crescimento de tal fenômeno cumpre observar as referências trazidas por Fonseca e Mariano (2003):

Os dados disponíveis sobre o crescimento do interesse e da participação das igrejas no setor de comunicações revelam números impressionantes: em 1994 a Rede Record se restringia ao estado de São Paulo, a algumas regiões do Rio de Janeiro e às áreas metropolitanas de Belo Horizonte e Manaus. No final de 1998, a Record levava a sua imagem a praticamente todo o país – cerca de 80% do território nacional –, no mesmo nível, portanto, de outras redes nacionais. Registre-se, ainda, entre os diversos periódicos controlados pela IURD, o jornal Folha Universal, com tiragem de 1,5 milhão de exemplares por semana. Por outro lado, a Rede Vida, em pouco mais de dois anos de funcionamento, já alcançava cerca de 500 cidades brasileiras e estava presente na oferta de canais das duas principais distribuidoras de TV paga do país (FONSECA, 2003 e MARIANO, 2003). (BARROS, 2014, p. 13).

Além desses canais que estão sob propriedade direta de evangélicos, ao observar o interesse desse seguimento nos espaços de comunicação em massa, muitas emissoras comerciais passaram a locar horários e estrutura para estas igrejas, deixando parcelas diárias de sua grade para a veiculação de conteúdos religiosos. Esse fenômeno tem se dado de forma tão frequente e comum, que passou a

ser comumente definido como “Marketing da Fé”, “Religião Comercial”, “Assembleia Eletrônica” e “Messianismo Eletrônico.

Apesar de parecer algo atual, porque agora se mostram de forma bastante expressiva, essa movimentação das igrejas neopentecostais brasileiras se inicia em 1990, quando a Igreja Universal do Reino Deus compra a TV Record, que no período era do Grupo Sílvio Santos. A ação segue um padrão que também pode ser observado nos Estados Unidos, que nasce no rádio e aos poucos foi se expandindo para a televisão e internet. Segundo Cunha (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2012), essa estratégia de comunicação nasceu nos EUA no início do século XX através de Essek William Kenyon (1867-1948), um evangelista de origem metodista que, ao identificar o papel do rádio na vida dos norte-americanos, colocou sua igreja para funcionar também nestes meios.

Como apontam as tabelas 1 e 2, há uma escalada histórica da família Macedo nos meios de comunicação através do Grupo Record, que não se dá apenas através da religião e dos meios de comunicação, mas também através de uma escalada político-eleitoral. É através de Edir Macedo e das bases vindas da Igreja Universal do Reino de Deus que se orientam os caminhos ideológicos do Partido Republicano Brasileiro (PRB), um dos principais representantes da Bancada da Bíblia e também aliados da candidatura de Jair Messias Bolsonaro.

Com isso, além de outras problematizações relacionadas ao monopólio da mídia e uma ausência de políticas de concessões, podemos refletir também que grupos religiosos historicamente se aproveitam do cenário político para usar dos meios de comunicação como uma ferramenta de influência social, reivindicando horários nas grades de programação de rádios e televisões, apesar da Constituição de 1988 (Art, 19 da Constituição Federal de 1988) apontar para a separação entre Estado e igreja, proibindo o uso da radiodifusão para a realização de proselitismo religioso. Mas se isso não vem sendo respeitado dentro de forma geral dentro do Executivo, Legislativo e Judiciário, era de se esperar que na distribuição e no acesso às concessões não acontecesse da mesma forma.

No tocante à atual conjuntura brasileira, a relação entre política, comunicação e religião tem uma implicação direta nos caminhos políticos do país e em especial no processo de desestabilização dos governos PT, no impeachment de Dilma Rousseff e também na eleição de Bolsonaro. Não é possível afirmar que uma lei de meios durante o governo PT teria livrado o partido e a esquerda de uma derrota ideológica, em outros países a lei de meios não foi capaz de fazer o mesmo, até porque depende de todo um contexto geral para que ela seja capaz de garantir uma comunicação democrática. Mas, talvez, uma maior atenção às políticas de comunicação brasileira pudesse ter permitido uma disputa midiática mais justa.

Ainda que esta pesquisa se detenha com prioridade ao comportamento dos meios de comunicação e das redes sociais, é importante frisar aqui que o processo de instabilidade política

que se instaurou no país vai além desses territórios. Mais que isso, diz respeito a um processo de ofensiva imperialista que os EUA vêm desenvolvendo não só na América Latina, mas também frente a outros países que estão sob sua dependência.

O desastre que se desenrola no Brasil nos últimos anos precisa ser explicado a partir de múltiplas variáveis. Há a nova ofensiva do imperialismo estadunidense para retornar o controle da América Latina, que se manifesta com força [...] a reemergência de um projeto de país francamente predatório, por parte de elites locais que não se encontram apenas cada vez mais associadas a grupos estrangeiros, mas também cada vez menos identificadas com a população nacional [...] a presença de um vasto contingente de camadas médias, assustadas com as transformações em curso no país e disponível para ser a base social do retrocesso. E há, por fim, o embate entre a ordem igualitária que a democracia sempre projeta e o mundo desigual no qual as instituições democráticas implementam. (MIGUEL, L. F, 2019, pág. 13-14).

Assim, como defende Luis Felipe Miguel (2019) em “O colapso da democracia no Brasil”, são diversas as variáveis que levaram ao impeachment de Dilma e colocaram o país sob a atual lógica conservadora do governo de Jair Bolsonaro. Em meio a estes elementos, se encontra o uso e comportamento das redes sociais como território de disputa política e, para compreender em que contexto elas se desenvolvem, é importante uma breve contextualização sobre o processo de inclusão digital no Brasil antes e durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

a) O papel da comunicação alternativa no Brasil

Se tratando de refletir a comunicação enquanto um instrumento de disputa ideológica, cabe aqui um breve resgate sobre o desenvolvimento dessas comunicações no Brasil ao longo da história. De forma geral, ainda que existam altos e baixos quanto ao nível de prioridade deste debate, a preocupação em como construir vias de diálogo com o povo através de ferramentas de comunicação tem sido algo permanente nos debates realizados pelos movimentos sociais e pela esquerda brasileira.

Nesse contexto, há um marco histórico para a comunicação brasileira que divide o que tínhamos antes e o modelo de comunicação que temos hoje: a ditadura militar de 1964. Não só por ter uma ligação direta com o nascimento e o crescimento de grupos como a Rede Globo e o SBT, que detêm o monopólio dos principais meios de comunicação do país até hoje. Mas também porque a censura instaurada nos meios de comunicação e no todo da construção cultural brasileira neste período deixaram marcar não resolvidas até hoje.

Se hoje os movimentos vêm usando as redes sociais como um território de disputa ideológica, em outros contextos essa movimentação também aconteceu. Lá atrás, se a internet, mesmo com a censura instituída pelos militares, surgiram diversos jornais alternativos que tinha

como objetivo principal fazer o embate ao governo vigente e dialogar com a população brasileira. Segundo o Portal Memórias Reveladas⁵⁸, que reúne uma série de dados sobre a ditadura, estes jornais diversas vezes tiveram seus textos cortados, exemplares retirados de circulação e em alguns momentos foram obrigados a publicar textos construídos pelos militares. Foi nesse processo que se desenvolveram jornais alternativos como Opinião⁵⁹, Movimento⁶⁰, Em Tempo⁶¹, Pasquim⁶², enfrentaram diversas imposições colocadas pelo governo.

Com o passar do tempo, pós redemocratização, a perseguição ao jornal cessa e, a partir da retomada da liberdade de expressão, tanto jornais clandestinos são colocados na legalidade, quanto estes jornalistas voltam a trabalhar em jornais, partidos, sindicatos e a imprensa alternativa. Entretanto, ainda que o fim da censura aos meios de comunicação tenha sido uma grande vitória política, ela não representou um avanço quanto ao debate e o acúmulo sobre o uso destas ferramentas como forma de diálogo com o povo e subversão.

A nova conjuntura, com cada força política procurando ocupar seu espaço, já não demandava jornais generalistas, jornais de frentes. Cada partido ou tendência tratava de produzir órgãos de comunicação de massas com suas próprias propostas. A consequência disso foi que, entre 1979 e 1981, a imensa maioria dos jornais da imprensa alternativa foi deixando de existir. A grande imprensa, que tratou de tomar suas bandeiras (e descaracterizá-las), logo recuperou sua hegemonia diante do público. Além disso, uma onda de atentados a bancas de jornal, na mesma época, amedrontou jornaleiros que vendiam publicações de esquerda. (DITADURA, Portal Memórias da., n.p.).

Por muitos anos a mídia alternativa permaneceu secundarizada e bastante tímida no país, estando majoritariamente ligada a processos culturais e materializadas através de blogs ou

58 <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>

59 O ‘Opinião’ foi um jornal semanal que circulou entre outubro de 1972 e 1977 e concentrava entre seus produtores de conteúdo jornalistas e intelectuais que iam de encontro ao regime militar. Com grande destaque nacional, em seu primeiro ano de publicação chegou a atingir a tiragem de 38 mil exemplares semanais, mas fechou em consequência do cerco da censura instaurado pelo AI-5.

60 Fruto de uma dissidência do ‘Opinião’, o jornal ‘Movimento’ nasce em 1975. Reunindo importantes intelectuais brasileiros que se opunham ao regime militar, como Perseu Abramo, Chico Buarque e Fernando Henrique Cardoso; foi uma das mais importantes publicações da imprensa alternativa no período. O jornal circulou regularmente até 1980 quando, em função do arrocho da censura via governo militar, começaram a ocorrer ameaças e atentados contra as bancas de jornais que o vendiam, obrigando-as a deixar de comercializá-lo. Em função disto, em 1981 o jornal deixa de existir.

61 Dissidente do jornal ‘Movimento’, o jornal ‘Em tempo’ se destacou por ir às ruas em um novo formato, deixando de lado as versões pequenas do Pasquim e Movimento e levando a informação no formato standard. Em seu tempo de circulação, destacou-se por trazer aos leitores coberturas inéditas, em especial em torno de temas internos do regime militar. Um dos principais feitos do ‘Em tempo’ foi a publicação da lista de nomes de 233 torturadores que trabalhavam para a ditadura militar. Apesar da perseguição, o jornal sobrevive à ditadura, mas durante a abertura de regime, quando a militância de esquerda se voltou para o movimento sindical, devido ao fôlego que as greves dos metalúrgicos do ABC traziam para a luta democrática o ‘Em Tempo’ amplia sua aproximação ao PT e inicia o processo para se tornar uma publicação de tendência interna do partido”

62 De rodagem semanal, o ‘Pasquim’ inicialmente trazia em suas publicações temas comportamentais, como sexo, drogas, feminismo, divórcio, mas a medida que a conjuntura demandou e aumentava a repressão da ditadura, acabou se politizando. Editado entre junho de 1960 e novembro de 1969, unia a veiculação de conteúdos voltados à contracultura e também contra o regime militar.

páginas na internet, pela facilidade de manutenção e o baixo custo que o meio impresso não permitia. Com exceção dos jornais internos de sindicatos e movimentos sociais, são raros aqueles impressos que se propõe a estar nas ruas em tiragens de ampla circulação, uma dessas exceções é o Jornal Brasil de Fato.

Segundo histórico cedido pela redação do Brasil de Fato do estado de Minas Gerais, o Jornal Brasil de Fato surgiu em 2003 devido à necessidade que se tinha naquele período de ter um veículo de comunicação capaz de dialogar e publicizar as pautas dos movimentos sociais. Assim como os outros setores do jornalismo impresso, com a ascensão da internet a redação do Jornal Brasil de Fato, que até aquele momento existia apenas em São Paulo se desestabilizou. Mas apenas em 2013, dez anos após da abertura do jornal, tornou-se mais real a possibilidade de acabar com ele na versão impressa e restringi-lo apenas ao universo online.

Resistentes à ideia, a saída encontrada foi criar versões regionais do jornal. Assim, em 2013, transforma-se o Brasil de Fato nacional em um portal e, a partir daí surgem redações de impressos em Minas Gerais, Bahia, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ainda segundo o relato prestado pela redação do Brasil de Fato de Minas Gerais, cada estado vai construindo sua experiência, o que cria também uma relação mais próxima com os leitores que passam a se reconhecer não apenas em dilemas gerais da realidade do país, mas também de sua localidade.

Além dessas experiências realizadas por organizações, redes sociais, como o Orkut e mais à frente o Facebook, facilitaram também, através dos fóruns, grupos, comunidades, páginas e perfis a aglutinação de pessoas com interesses em comuns. Diante da falta de representação ligada aos meios tradicionais de comunicação e em consequência do espaço dado pelas redes sociais, que permite cada vez mais que os indivíduos se imponham e coloquem para o mundo opiniões, estas redes se tornam também espaço de manifestação de crenças, ideologias, ideais. Nesse contexto, temas como feminismo, direitos da população negra, realidade LGBTI, que geralmente são tratados pelos meios tradicionais de forma rasa - com a exceção de programas direcionados estritamente aos sujeitos desta pauta -, se tornam tema crescente nas redes, elas passam a ser espaço de compartilhamento e difusão de opinião pública.

Ao visualizar essa realidade, se por um lado a imparcialidade da mídia tradicional começa a ser questionada ao não condizer com o que era colocado nas redes. Por outro, os movimentos sociais começam a fazer cada vez mais uso destas como canal de veiculação de suas ideias. Nesse contexto, se manifesta no Brasil o que pode ser chamado de um ‘boom’ do ciberativismo, que diz respeito ao ativismo cibernético, ou seja, a ação de usar o meio virtual para realizar protestos ou colocar ideias, sejam os meios eletrônicos um mero espaço de difusão da

mensagem ou um canal de mobilização para uma ação concreta nas ruas, como foi em junho de 2013.

Segundo Vegh (2003), entende-se por ciberativismo a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados como objetivos de alcançar metas ou lutar contra injustiças que ocorrem na própria rede.

O Ciberativismo chega ao Brasil em meados de 1990, com o avanço da internet e a entrada de ativistas políticos, sociais e ambientalistas na rede. Para os ciberativistas o uso da internet é um meio de “driblar” os meios de comunicação tradicionais, que na maioria das vezes não oferecem espaço para que a opinião pública se manifeste. Com isso a rede se torna um espaço “público” em que os ativistas podem se manifestar, otimizando o impacto de suas ideias. (SANTOS, Fernando J. A, 2011, p. 3).

No Brasil, em 2013, o ciberativismo foi protagonista das manifestações que colocaram milhões nas ruas e compartilhando informações para aqueles que estavam em casa ou ali de dentro das manifestações, fato refletido nos números de curtidas, comentários e compartilhamentos das páginas alternativas que estavam voltadas a esta cobertura. Além de cobrir as manifestações, páginas como o Mídia NINJA, ao reproduzir imagens do que aconteciam nacionalmente, também tinham como função estimular e chamar a população para os atos, divulgando a agenda de atividades. Diferenciando-se da cobertura tradicional, este ciberativismo tinha um lado nítido e não o negava: o lado dos manifestantes, girando todas as ferramentas que possuíam em mãos para divulgar a causa e denunciar a violência que estes estavam submetidos quando estavam nas ruas.

Segundo Pierre Levy, “a internet é o novo terreno onde acontece a humanidade”, pode-se afirmar também que, mais que isso, esse terreno tem raízes nos indivíduos que utilizam esse espaço virtual e são reflexo dos dilemas da sociedade. Assim, o ciberespaço tem um forte potencial à medida que permite apenas que tais debates saiam das margens dos interesses midiáticos para ganharem amplitude nas redes sociais ao unirem pessoas em diversas realidades dispostas a debate o assunto. Mais que isso, a depender da proporção que essas pautas tomam, o ciberativismo é capaz de orientar a pauta da mídia tradicional, que se vê obrigada a abordar o tema que virou centro dos debates prioritários da sociedade. Com isso se dá a importância da apropriação cada vez maior do território das redes sociais, ainda que ele carreguem em si as contradições do monopólio capitalista da comunicação.

b) A inclusão digital no Brasil

Os primeiros sinais de políticas de telecomunicações no Brasil ganham impulso nos anos 60, em consequência da necessidade de integração do território nacional. Em sintonia com a tendência internacional dos Estados Unidos, em 1965, durante a ditadura militar, criou-se a Embratel, que já

nasceu com o monopólio do mercado de telefonia à distância, marcou o desenvolvimento da comunicação ao longo do período ditatorial brasileiro que vai de 1964 a 1985.

Apenas no início dos anos de 1990, sob controle de transmissão de dados da Embratel, a internet passou a ganhar corpo no país. A partir disso, em 1991, ela chegou primeiramente nas universidades através da Rede Nacional de Pesquisa (RNP); anos depois, em 1994, após algumas batalhas jurídicas e conceituais, a Embratel abre o acesso às redes a quem podia pagar por ele. A primeira fase do projeto foi feita com ajuda da RNP, pois a então estatal não tinha equipamentos e recursos humanos suficientes para a tarefa e, em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso opta por acabar com o monopólio da Embratel no provimento de acesso à internet. Este fato é uma consequência da política de privatizações que ocorria no Brasil no período.

Sem a exclusividade de mercado, surgem outros provedores de acesso. Mas, entre eles o menor dos problemas era a concorrência, já que todos passavam por diversos problemas de infraestrutura para ampliação de acesso. Dificuldade tecnológica que deixava a Embratel à frente na monopolização do acesso à internet e também no que se refere a uma maior capacidade de garantir a comunicação nos territórios.

“Faltavam linhas telefônicas, o que fez muitos pequenos empresários desistirem do negócio, que acabou ficando na mão de grandes empresas, capazes de alugar redes externas e oferecer um serviço de melhor qualidade” (Carvalho 2006: 143). Em consequência desses problemas, o acesso à internet passou a ser algo caro, restrito às classes sociais mais abastadas, iniciando neste período um problema que temos até os dias de hoje: a restrição de internet de qualidade a uma minoria da população.

na medida em que o acesso à informação se configura como acesso ao poder na Sociedade da Informação, a exclusão digital reforça as desigualdades nacionais, sejam elas sociais ou econômicas, além de deixar o país em atraso em relação aos países desenvolvidos. É preciso enfatizar também que a inclusão digital faz parte de um processo de entrada em um novo tipo de capitalismo, no qual quem mais produz tem mais poder. (MEDEIROS, p.5).

Ainda que desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) a universalização do acesso às TICs tenha sido declarada como uma prioridade do Estado, há um erro quando o problema de inclusão digital é resumido ao acesso à tecnologia. Durante o governo FHC, não apenas em relação à internet, mas as tecnologias da comunicação como um todo estiveram nas mãos dos mesmos grupos de empresários e políticos que historicamente estiveram à frente do monopólio da mídia brasileira. Assim, se por um lado abre-se o caminho para a construção da infraestrutura necessária ao melhor funcionamento das empresas de telecomunicação, por outro segue o

monopólio e também a ausência de um real debate com a população sobre políticas de comunicação.

Por sua vez, até pelos ataques que sofria por parte da mídia tradicional, Lula ganha as eleições sob um discurso de necessidade de democratização midiática. Em sua administração a inclusão digital ganha prioridade, entretanto esta política torna-se limitada a partir do momento que se restringiu apenas à tentativa de ampliar o acesso, mas não se voltou para a implantação de uma lei de meios, assim como houve em outros governos de centro-esquerda e esquerda na América Latina.

Quanto a esse aspecto, através de programas de acesso à tecnologia em diversos âmbitos, o governo PT conseguiu dar largos passos no caminho da inclusão digital, mas caiu mais uma vez no erro de resumir os problemas da comunicação ao acesso à tecnologia, o que resultou em consequências gravíssimas ao longo do governo Lula e Dilma. Não investir num processo de democratização dos meios de comunicação, deixando a burguesia atuar em plena liberdade e não fomentando o desenvolvimento de meios de comunicação populares, permitiu que os latifúndios da comunicação ligados à mídia tradicional se ampliassem. Ao mesmo tempo, não possibilitou um real crescimento de meios de comunicação pautados na comunicação democrática e popular. Esse descaso resultou em implicações diretas no processo do impeachment, na deslegitimação das políticas do PT e na eleição de Jair Messias Bolsonaro.

Ainda assim, há duas ações dos governos PT que valem uma atenção especial quando se trata das ações realizadas com o objetivo de avançar na inclusão digital da sociedade brasileira: o programa Banda Larga para Todos e o Marco Civil da Internet. O primeiro foi implementado em 2007, durante o governo Lula e tinha como base o leilão de frequências de rádio para implantação do 3G, a partir disso, seria possível expandir o acesso à internet pelo menos nas áreas urbanas. O segundo passo, que seria a interiorização da Banda Larga e ampliação do serviço em áreas mais carentes de infraestrutura e tecnologia, aconteceu apenas em 2010, com a atualização do Programa.

Mais tarde, em 2012, ainda via o Programa Banda Larga Para Todos, foi realizada a primeira licitação de frequências para a implantação da 4G, com objetivo de atingir áreas urbanas e rurais. Através dessas iniciativas, segundo o PNAD, o acesso à internet banda larga fixa ou móvel no país chegou à marca de 99,6% da população, enquanto apenas 0,9% dos acessos se deram por conexão discada. Essa movimentação resultou na maior possibilidade de acesso à internet ao menos através de smartphones, processo que foi combinado com a política de eliminação de tributos sob estes aparelhos, barateando o produto e ampliando a possibilidade de compra.

Já a Lei do Marco Civil para a Internet (Lei nº12.965), aprovada em 2014, tem como objetivo garantir os direitos dos internautas, neutralidade das redes, acesso à internet e liberdade de

expressão. Sua promulgação é parte de uma reação a propostas de criminalização de conteúdos na internet, como o Projeto de Lei (PL) 84/1999, e é vista pelos movimentos sociais como um marco de resistência. Em seu texto, ela institui uma série de diretrizes que devem seguidas pelos responsáveis pela ampliação e disponibilização do ciberespaço.

c) O governo PT e a democratização da Comunicação no Brasileira

De acordo com Bolaño (2007) em entrevista para o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), os problemas dos governos do PT – Lula, 2002 à 2011, e Dilma, 2011 à 2016 – em relação à democratização dos meios de comunicação se iniciam já na primeira administração do governo Lula (2002-2006). Isso ocorreu quando o Ministério da Cultura apoiou a democratização da cultura e das comunicações, mas o Ministério das Comunicações assumiu uma posição mais à direita, sendo contrário a diversas medidas que foram apontadas como necessárias durante a campanha de Lula e pelo Ministério da Cultura.

No meio desse embate, nos primeiros anos de governo PT, Lula acabou não se aprofundando na luta contra o cenário de concentração de mídia no Brasil. Abre-se aí a porta para um erro profundo, que tanto inviabiliza avanços no tocante a quebra do monopólio midiático; quanto cria um campo favorável para tanto para o fortalecimento dos meios de comunicação, quanto para a guerra midiática travada por estes contra o Partido dos Trabalhadores e as organizações que o apoiavam. Obviamente, um embate direto com a mídia tradicional brasileira envolve lançar mão de ter que lidar com problemas complexos, considerando seu papel e poder quanto ao agendamento ideológico que pauta a sociedade brasileira. Entretanto, é grave identificar que, apesar da fragilidade em relação a como lidar essa pauta, o PT nunca deixou de ser atacado; ao mesmo tempo, em 14 anos de governo, todas as tentativas de construção de uma lei geral capaz de regular a mídia foram engavetadas.

Não houve qualquer alteração fundamental no quadro de concentração da propriedade da mídia no Brasil entre 2003 e 2010. O governo aumentou seu investimento publicitário, ampliando a participação do Estado na verba publicitária dos veículos com cifras ultrapassando um bilhão de reais ao ano. No segundo mandato houve um redirecionamento da publicidade oficial, com investimentos também na mídia regional

A Conferência Nacional de Comunicação, CONFECOM, surgiu tardiamente, pois o PT no poder vinha abandonando o debate sobre democratização da comunicação. Diante do desgaste no relacionamento com a mídia nacional, notoriamente crítica e oposicionista ao Governo Lula, a conferência de comunicação foi convocada quase no final do segundo mandato, enquanto outras áreas governamentais estavam praticando mais de uma conferência setorial. (LIEDTKE, 2010, p.9-10).

Ainda que seja necessário apontar a baixa atuação dos governos PT no que diz respeito ao processo de democratização dos meios de comunicação e esse balanço deva ser feito sem tapar o sol com a peneira. A ausência destas políticas não pode ser colocada apenas na conta de uma falta de prioridade quanto a este tema, à medida que cada uma das tentativas aplicadas foi abandonada ou substituída por ações que no fim negavam as intenções originais, o que se expõe é a impotência do Estado diante dos grupos de mídia tradicionais. A crítica fica ao fato de que, neste cenário, em vez de ir para o embate, ou ao menos encontrar mediações que possibilitassem pequenos avanços; os governos PT se intimidaram com as ataques midiáticos que sequenciavam as tentativas iniciais de implementação de políticas democratizantes da comunicação.

Tangenciando ao campo do confronto, o que se identifica ao longo dos governos PT é uma alteração de discurso que, antes focado na ausência de democratização da mídia, passa a privilegiar o caráter distributivo da política de inclusão digital aos estratos sociais de baixa renda (BALBONI, 2007). Desta forma, o governo Lula prioriza a política de acesso às TICs voltadas às classes C, D e E (Casa Civil, 2004:8) e cria oito Comitês Técnicos, no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, com o objetivo de coordenar e articular o planejamento e a implementação de projetos de inclusão digital. Com isso, da administração anterior, de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), foram mantidos três programas, mas todos reformulados: o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), o Proinfo e o Serpro Cidadão.

Enquanto política própria, no primeiro mandato de Lula a principal ação do governo ligado às telecomunicações foi o Programa “Computador para Todos”, que nasce do decreto 5.542/2005. Sob coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia e com apoio da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES para financiamento de compra de máquinas, o programa tinha como base o cadastro de fabricantes para a produção de computadores de baixo custo. O objetivo era promover a inclusão digital mediante a aquisição de computadores, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento. Além de possibilitar o acesso a computadores a muitos brasileiros, a ação levou também ao aumento de produção de muitas empresas de tecnologia, apenas em 2005 foram vendidas 250 mil unidades de computadores e, em 2009, 2,8 milhões.

Entre outros projetos destinados à inclusão digital no primeiro mandato do governo Lula, também vale destaque para o projeto “Centros Vocacionais Tecnológicos”, criados em 2003 pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do MCT, o objeto era aumentar o acesso a computadores em instituições de ensino de todos os níveis e institutos de pesquisa, para assim contribuir para o seu funcionamento e para o desenvolvimento de conteúdos voltados à tecnologia. Além destes, através do edital 41/2005 do Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq e Instituto

Nacional da Tecnologia da Informação, também foi instituído o programa “Casa Brasil” com objetivo de “promover o desenvolvimento e universalização das tecnologias da informação e comunicação e a consequente inclusão social e a inclusão digital, por meio de atividades de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia” (MCT 2005:1).

Outro projeto que vale atenção é o programa “Territórios Digitais”, que teve início em março de 2004 através do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com o objetivo de construir espaços públicos e gratuitos, o programa apontava o desenvolvimento de espaços denominados Casas Digitais em assentamentos rurais, comunidades tradicionais, escolas agrícolas e sindicatos rurais. Esses espaços deveriam disponibilizar computadores com acesso à internet e também garantir infraestrutura para que ocorressem cursos sobre software livre via o Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC) do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), tendo como público-alvo agricultores familiares e lideranças rurais.

Cabe aqui uma atenção especial para o programa “Territórios Digitais”. Considerando que, a partir da construção de espaços públicos, ele aponta o acesso gratuito a tecnologias da informação. Aparentemente se desenvolveu neste momento um primeiro projeto de política pública brasileira com o objetivo de inclusão tecnológica de territórios populares.

Em seu segundo mandato (2006-2011), Lula mantém a prioridade nas políticas de inclusão digital, desenvolvendo programas como “Kit Telecentros” (2006), “Um computador por aluno” (2007), “Computador Portátil para Professores” (2008), “Banda Larga nas Escolas” (2008). Através destes programas o governo incentivou o acesso gratuito à internet via banda larga em escolas públicas, de Ensino Médio e Fundamental; apontou o acesso a computadores portáteis conectados à internet tanto para professores quanto para alunos do ensino público. Da mesma forma, possibilitou o desenvolvimento de espaços que municipalmente dessem acesso à população brasileira a computadores.

Mas, em comparação com o primeiro mandato, a posição em relação a democratização mudou um pouco, o governo Lula passou a dar maior prioridade aos debates de democratização das comunicações, o que é considerado “um passo necessário para o fortalecimento da democracia” (MATOS, 2013, p.59). Neste segundo momento Lula reforçou o discurso de que a democratização das comunicações é

fundamental no desenvolvimento de uma nação, definindo duas estratégias de ação, incluindo a modernização da atual legislação fragmentada através da criação de um novo e mais adequado modelo para a era da convergência. Este também defendeu a ratificação de medidas colocadas pela Constituição cuja meta era garantir um mercado em que três sistemas de comunicação (público, privado e estatal) poderiam operar. (MATOS, 2013, p.59).

Nesse contexto, além da continuidade das políticas de inclusão digital, no tocante ao processo de democratização dos meios de comunicação o governo Lula tem duas ações que se destacam: a criação da TV Brasil e a convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Vinculada a Empresa Brasil de Comunicação, o governo Lula cria em 2007, a partir do Decreto nº 6.246 de 24 de outubro, a TV Brasil, uma rede de televisão pública do Executivo Brasileiro. A emissora foi criada a partir da incorporação da Radiobrás, junto à Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que coordenava a TVE Brasil.

Ainda que fizesse cobertura em âmbito nacional, nos primeiros anos apenas Rio de Janeiro, Brasília e São Luís sintonizavam a TV Brasil em canal aberto analógico, realidade que começa a mudar apenas em 2009, quando a TV Brasil começa com suas primeiras afiliações e ganha cobertura no Tocantins, parte do Maranhão e do Amazonas. Em 2010, a emissora começa a operar oficialmente a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), formada pelos quatro canais da EBC, sete emissoras universitárias e 15 estações estaduais. Além da ampliação em território nacional, em maio do mesmo ano iniciam-se as operações da TV Brasil Internacional.

Além da criação da TV Brasil, diante da cobrança de um debate mais profundo voltado às políticas de democratização da comunicação, em abril de 2009 é convocada pela Presidência da República e presidida pelo Ministério das Comunicações a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), a se realizar entre os dias 1 e 3 dezembro do mesmo ano. Em seu regimento, a Confecom apontava para um processo que se iniciavam em etapas regionais e culminava em um processo nacional, tendo como foco temático: “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Como objetivos principais:

Art. 2o A Conferência Nacional de Comunicação é um instrumento de contribuição que tem como objetivo geral a formulação de propostas orientadoras de uma Política Nacional de Comunicação e que visa promover o debate amplo, democrático e plural com a sociedade brasileira, garantindo-se a participação social em todas as suas etapas, nos termos desse Regimento.

Art. 3o São objetivos específicos da 1a CONFECOM:

I – elaborar o relatório final que proponha princípios, diretrizes e recomendações para a formulação e implementação de políticas públicas de comunicação;
e II – propor mecanismos para efetivar a participação social no âmbito da comunicação. (BRASIL, 2009).

A Confecom surge como um importante marco no reconhecimento por vários setores da sociedade a partir da necessidade em discutir políticas públicas para as comunicações. Seu resultado foi a aprovação de 672 propostas apresentadas tanto por representantes do antigo governo e empresários, quanto por movimentos sociais e organizações mais à esquerda. Através da Confecom é aprovado o artigo 220, que proíbe a formação de monopólios, iniciativa hostilizada por setores

tradicionais da mídia burguesa, entre eles meios de comunicação do Grupo Globo, que classificaram a Confecom como uma iniciativa do governo de controlar a imprensa.

Uma novidade importante dos debates foi a presença significativa de blogueiros progressistas e de empresários. As propostas incluíram desde proposições mais sólidas, como a necessidade de maior rigor técnico no sistema de concessão de estações de rádio e televisão, e legislação sobre a concentração da mídia, a outras sugestões mais controversas que muitos talvez considerariam irrealistas, e que poderiam abrir brechas para o fantasma da censura ou aumentar ainda mais as tensões com setores já relutantes da grande mídia. Estas incluem as propostas que defendem maiores formas de “controle” da mídia e punição para jornalistas. Também é necessário destacar as sugestões para a não renovação das concessões de rádio e televisão, se essas estações ignorarem os compromissos de serviço público, como a transmissão de programas educacionais e culturais. (MATOS, 2013, p.60).

Com isso, em seus últimos meses de governo, Lula desenvolveu uma série de propostas para o setor de comunicação, entre eles a criação de uma nova agência regulatória para o Brasil, a Agência Nacional de Comunicações (ANC). Como objetivo principal, a ANC deveria regular o conteúdo do rádio e da televisão e estipulava que as empresas deveriam cobrar para transmitir programas considerados ofensivos, assim como proibir políticos com mandatos de serem donos de estações de rádio e de televisão

Já o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) anunciou, tanto na campanha eleitoral quanto ao assumir o primeiro mandato, que abriria uma nova consulta pública voltada ao processo de democratização das comunicações. Assim, como já vinha ocorrendo com o último mandato do governo Lula, a medida foi criticada por diversos especialistas e pela mídia burguesa, tendo como resposta de mediação do governo o abandono de diversas propostas apresentadas pela Confecom, o prolongamento dos debates prioritários, além de posicionamentos que cediam aos interesses dos lobistas de mercado, deixando de lado as necessidades colocadas por diversos setores da sociedade.

Ainda com os passos atrás dados pelo governo Dilma Rousseff (2011-2016) em relação aos planos apontados pela Confecom, durante sua gestão o jornalismo brasileiro passou por diversas transformações nas políticas públicas, em especial no que diz respeito a internet. Entretanto, se reafirma mais uma vez no governo de Dilma a ausência de um debate e de políticas mais aprofundadas em relação à criação de uma lei de meios, além de deixar o Brasil atrás do processo de democratizações dos meios de comunicação que vinham sendo implementados no restante da América Latina, e também trouxe às vias diretas o que a ausência desses debates pode trazer ao exercício da democracia como um todo.

Uma das ações do governo Dilma que não podem deixar de ser considerada é o Projeto de Lei n. 2.126 de 2011, que ficou conhecido como "Marco Civil da Internet" (MCI). O PL já vinha sendo discutido desde o governo Lula e entrou em vigor em junho de 2014 com o intuito de

regulamentar os direitos e garantias dos cidadãos ao utilizarem da internet, em especial no que diz respeito à política de proteção de dados. Assim, ele nasce com a proposta de consolidação de uma Lei capaz de promover uma internet neutra ao fluxo de informações: livre, aberta e democrática.

Entre suas ações principais, o Marco pretendia impossibilitar que as empresas de telecomunicações filtrassem ou bloqueassem os canais de comunicação usando o argumento de serem donas dos cabos por onde trafega a internet. Uma outra determinação que vinha através dele era a garantia à privacidade, proibindo que os provedores de conexão armazenassem dados de navegação dos usuários. Segundo Adriana Crisanto Monteiro (2016, p.118), o “governo pretendia fazer com que a partir do marco civil a operação das empresas, que atuam na web, pudesse ser mais transparente para que desta maneira a proteção de dados pessoais e privacidade dos usuários estivessem garantidas e estabelecidas pela nova lei”.

Além do MCI, em seu primeiro mandato, Dilma Rousseff também retomou os debates para tentar garantir o funcionamento do Marco Regulatório das Comunicações Brasileiras (MRCM) ou Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa. Ainda que não funcionasse de fato, o MRCM existia desde o primeiro governo FHC e nos governos seguinte, de Lula, foram criadas duas comissões com objetivo de produzir um PL capaz de retornar os debates que pararam devido problemas políticos na gestão de FHC. Entretanto, a vontade de Lula de retornar este debate não chegou às vias de fato, ficando paralisado frente a prioridade em outras ações de comunicação de sua gestão.

Uma outra ação iniciada no governo Lula mas que só teve suas consequências práticas durante o governo de Dilma foi a Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei 12.527 de 2011). Entre os objetivos da Lei estava a regulamentação do direito constitucional do cidadão de acesso a informações produzidas ou detidas pelo governo. Ou seja, em síntese, ela garante que todo cidadão deve ter direito a informações sobre dados institucionais e entidades do Poder Executivo Federal, assim como dados gerais que permitam o acompanhamento de programas e ações de órgãos e entidades públicas,

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V – desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011).

A tentativa de implementação do Marco Civil se dá em um contexto de descoberta de espionagem por parte dos Estados Unidos ao governo Dilma, acontecimento que trouxe sinais explícitos do modelo de política intervencionista norte-americana frente aos governos que vão em caminhos contrários aos seus interesses hegemônicos. O contraditório ou incompreensível é que as respostas políticas dadas aos EUA diante da extensão da espionagem revelaram um governo que ou estava atordoado ou fez pouco caso da gravidade deste tipo de espionagem. Enquanto houve uma forte manifestação internacional sobre o fato, pois o que aconteceu no Brasil não foi um fato pontual, mas revela a política de tutelação estadunidense frente a outros países, as declarações brasileiras vieram tardias, como se tivessem perdido o tempo e o governo apenas tivesse notado o problema quando as proporções do escândalo já eram debatidos em escala global.

Um outro dilema do governo Dilma em relação aos meios de comunicação é que o seu embate ideológico se deu de forma muito mais profunda do que ocorreu durante os governos Lula, por vezes essas críticas vinham de dentro do próprio campo progressista e do PT. Diversas vezes Dilma foi e ainda é colocada como uma governante fraca, incapaz de realizar as negociações necessárias com os diversos setores políticos e de implementar seu plano de governo.

Nesse quesito, existem alguns elementos que precisam ser considerados para compreender o funcionamento dos ataques individuais a Dilma Rousseff; a diferenciação de bases operacionais entre Dilma e Lula; e o aprofundamento do desgaste da imagem do Partido dos Trabalhadores. Isso parece se afastar do campo de comunicação social e da democratização dos meios de comunicação e se aproximar muito mais de uma análise de conjuntura, mas colocam elementos que foram usadas pelos meios de comunicação e os adversários políticos do governo PT para tirar o partido do poder.

Assim, para compreender as mensagens veiculadas no período é preciso apontar os elementos que compunham o discurso da mídia tradicional para desestabilizar e desgastar o governo. Esses elementos se desenvolvem em conjunto, mas apontam para fatores que precisam ser diferenciados e foram abordados com maior profundidade na obra “As direitas nas redes e nas ruas: a crise política do Brasil”, organizada por Esther Solano e Camila Rocha (2019). Aqui cabe um breve resumo do que podem ser considerados elementos prioritários para esta pesquisa:

1. Ao contrário de Lula, que tinha uma base de articulistas ao seu entorno, compondo seus Ministérios e outros campos de transação política, faltou a Dilma montar essas estruturas por si ou dar liberdade para que seus Ministros o fizessem. A consequência desta opção política foi a ausência de uma estrutura capaz de filtrar e garantir de demandas que não deveriam ficar centralizadas na presidência da república;

2. O fato de Dilma ser a primeira presidenta mulher no país é algo que não pode ser desconsiderado, seria inocência ou falta de coerência de leitura apontar que o machismo estrutural não trouxe mais peso às críticas realizadas ao governo. Diversas vezes a presidenta teve sua posição enquanto mulher e sua sexualidade questionada como caminho de ataque;
3. Em consequência das não implementação medidas sociais, política e econômica mais voltadas à esquerda, em parte devido aos primeiros sinais da crise capitalista mundial, mas também devido a um posicionamento do PT de política de boa vizinhança com seus adversários políticos, posição que já existia desde o governo Lula. Aos poucos o partido foi perdendo o apoio incondicional de parcelas dos movimentos sociais e organizações de centro-esquerda e esquerda, o que consequentemente influenciou numa menor expressão do governo sobre as bases destes segmentos;
4. Também em consequência do ponto anterior, mas com um grande grau de responsabilidade das ações da mídia burguesa, Dilma chegou ao governo em um momento que o Partido dos Trabalhadores já não tinha mais a mesma base social sólida que marcou os primeiros anos de ascensão do partido. O sangramento midiático em consequência do mensalão e de outros casos de denúncia de corrupção atingiram o PT de uma forma que não afetou nenhum outro partido, questionando sua credibilidade política e inclusive a esperança do povo brasileiro em o PT ser um partido capaz de caminhar por fora dos desvios morais da política;

Em consequência da união desses fatores, que trazem aspectos herdados do governo anterior, da luta de classes e dos caminhos adotados por Dilma Rousseff, o que vemos é um governo que, mesmo reeleito, se desenvolve sobre solo frágil até que é interrompido pelo impeachment. Durante o primeiro mandato do governo Dilma, em especial surfando nas manifestações de junho e julho de 2013, o que se pode perceber através da análise de dados, leituras de matérias, editoriais de jornais e diversos outros espaços de opinião na internet, é que ainda que tenha sido reeleita Dilma acaba seu primeiro mandato extremamente desgastada. É na análise dessas peças jornalista e dados, em comparativo com as movimentações da direita brasileira, que se desenvolverá o capítulo 3 deste trabalho.

3 “O CASO SO BRASIL” EM DADOS COMPARADOS E SEMIÓTICA

3.1 Perspectivas metodológicas

A pesquisa comparativa na área da comunicação política ainda é confrontada com obstáculos e limitações que muitas vezes a impedem de chegar à maturidade total através da plena análise de dados, quando se trata do mapeamento de redes sociais essas dificuldades se ampliam ainda mais. Tanto por interesses econômicos, quanto pela própria segurança dos dados dos indivíduos, o modo como os algoritmos funcionam e a forma como se tem acesso aos dados mudou diversas vezes dos últimos anos para cá. Segundo dados da própria plataforma, desde seu lançamento (2012) até janeiro de 2020, o *Facebook* mudou sua política de privacidade no mínimo duas vezes ao ano.

Essas mudanças de políticas de privacidade, que geralmente vêm acompanhadas do discurso da proteção dos nossos dados, entram em confronto e trazem contradições quando colocadas à frente de escândalos como do *Cambridge Analytics*, esquemas de vazamento de dados. Através de casos de denúncia como estes, o que se reafirma é que por trás de empresas como o Facebook, que se desenvolvem através da narrativa de liberdade e gratuidade de suas plataformas, o objetivo final é o lucro em cima do monitoramento e sistematização do comportamento dos seus usuários, como apontam Luiz Augusto Filizzola D'Urso e Flávio Filizzola D'Urso (2021)

Não só o *Facebook*, mas outras redes sociais, como o *Instagram*, *Twitter* e *TikTok*, assim como as plataformas da *Google*, utilizam da leitura do comportamento de cada indivíduo vinculada a ação das pessoas que estão conectadas a ele para criar caixinhas e bolhas de comunicação. Assim, a sociedade é segmentada e, com o objetivo de atingir cada indivíduo com o conteúdo que se encaixe melhor ao seu perfil, as mensagens mais corretas de acordo com a leitura da vida virtual de cada um são enviadas para seus computadores e smartphones em tempo integral.

É em função disso que a regulamentação para restrição do livre acesso aos dados individuais dos usuários por parte dessas *BigTecs* é uma luta necessária e cada vez mais urgente. Ainda mais quando as políticas de algoritmos e acesso a esses dados priorizam apenas um lado, que o da manutenção do domínio destas empresas sobre o território da internet. Enquanto essa regulamentação não acontece, o que se vê é um desequilíbrio entre esse pequeno grupo detentor do monopólio dos bancos de dados, e aqueles que tanto lutam para que o acesso a estes possa acontecer de forma democrática quanto aconteça de forma regulamentada, permitido aos indivíduos o direito ao sigilo individual das suas informações.

No tocante à tentativa de subversão do modelo de comportamento dos algoritmos e do acesso aos bancos de dados destas redes sociais, a mudança permanente das políticas de privacidade realizadas por essas plataformas dificulta ainda mais um processo contínuo e sistemático monitoramento destas plataformas. Considerando que o acesso e a forma como estes dados são computados é alterada entre prazos muito curtos, é difícil o desenvolvimento de softwares que consigam acompanhar as mudanças nos cálculos em tornos das interações ou até mesmo, na construção de formas de acesso aos bancos de dados. Isto é um fator que faz com que, por exemplo, plataformas de monitoramento de redes, pagas ou não, muitas vezes não tenha uma vida-longa ou que precisem de atualizações cotidianas para acompanhar as movimentações dessas *BigTecs*, encarecendo-as.

Assim, à medida que se propõe o estudo e a análise da internet e das redes sociais, que nascem sob a ótica do discurso de liberdade e democratização, revela-se que nestes territórios também há donos que constroem latifúndios virtuais. Nestes territórios, até é permitido o ingresso de indivíduos sob uma falsa sensação de liberdade, mas ela está limitada aos interesses do capitalismo frente a difusão de informações. No campo da pesquisa, essa realidade dificulta ainda mais a vida de quem deseja fazer uso destes dados e deste monitoramento com objetivos acadêmicos e/ou contra-hegemônicos.

Colocando este estudo no grupo daqueles que pouco tem acesso às tecnologias pagas para o monitoramento de redes sociais, assim como pouco teve acesso aos outros meios tradicionais de comunicação. Pode-se dizer que o desafio de compreender a sociedade através do que chamamos de netnografia coloca 3 cenários que impõem diferentes desafios:

1. Plataformas gratuitas de mapeamento de dados, como o Like Alyzer costumam ter vida útil curta, por isso sendo pouco confiáveis, já que geralmente o uso destas leva à perda de dados ou à descontinuidade de mapeamentos que necessitam de mais tempo de observação;
2. Plataformas que conseguem se sustentar a logo prazo, como o Sem Rush e o Fanpage Karma, em geral cobram custos altos para serem sustentadas enquanto mecanismos de mapeamento permanente de dados, estabelecendo uma dificuldade financeira para a pesquisa. Além disso, por ter que lidar com as contínuas mudanças de algoritmos, é comum que o mapeamento dessas plataformas apresente *bugs* e/ou incorreções quando são feitos comparativos a longo prazo;
3. Plataformas criadas dentro do meio acadêmico, em uma conjuntura de cortes de gastos e de cada vez menos investimento na educação e na pesquisa, vivem com a dificuldade cotidiana de acesso a estes dados e, quando é possível o acesso, passa-se à dificuldade de acompanhar o ritmo dessas alterações de computação de algoritmos;

Assim, para realizar o mapeamento de redes nesta pesquisa, seguimos por alguns caminhos que visaram subverter essas dificuldades e garantir a viabilidade desse estudo. Primeiramente, é preciso apontar que devido às dificuldades de acesso colocadas foi preciso girar o mapeamento prioritário do estudo para a rede social Twitter, devido ao seu sistema de tagueamento e ao próprio funcionamento de seus trend topics, hoje ela é a rede social com um processo mais simples de acesso aos dados, diferente das redes sociais do Facebook, por exemplo, que tem se fechado cada vez mais. Visto isso, seguimos alguns passos:

1. Resgate de mapeamentos de redes e *bigdatas* que foram feitos no período de 2013, em especial se tratando do mapeamento de tags do Twitter. A partir disso é possível ter uma análise geral dos temas mais comentados durante os períodos de efervescência políticas importantes a este estudo;
2. Resgate de prints e de mapas de redes sociais utilizados para a realização do trabalho de conclusão (TCC) do curso de graduação em Comunica Social que antecedeu esta pesquisa de mestrado;
3. Mapeamento manual recente dos trend topics brasileiro dos meses de junho e julho para compreender o comportamento mais recente das organizações de esquerda e de direita e como elas vem atuando no Twitter;
4. Resgate e análise das pesquisas de opinião relacionadas às eleições e índices de aprovação do governo relacionadas à reeleição de Dilma Rousseff, as jornadas de junho de 2013, o período do impeachment e a vitória de Jair Bolsonaro
5. A análise semiótica de peças veiculadas dentro desse período com o objetivo de compreender a narrativa que se construiu durante esse tempo e que resultou na derrota política do Partidos dos Trabalhadores e a vitória ideológica e institucional do Bolsonarismo

3.1.1 A Netnografia

Para a análise de dados deste trabalho recorreremos à netnografia, ramo da etnografia e campo de estudo da antropologia que analisa os comportamentos dos indivíduos e de grupos sociais na internet, voltando-se a refletir sobre as dinâmicas destes no ambiente online e offline. A partir dela é possível identificar e descrever costumes, tradições, comportamentos através da coleta de dados por meio de técnicas qualitativas e interpretativas.

A Netnografia tem como seu precursor Robert Kozinets (1998), especialista em mídias sociais e pesquisa de marketing, que realizou em sua tese de doutorado o mapeamento

comportamental dos indivíduos na internet para compreender a relação entre os produtos e os fãs das franquias Star Trek e Star Wars. De forma geral, a partir da sua pesquisa pode-se destacar duas afirmações centrais sobre o que ele chama de “comunidades eletrônicas”, e que reafirmam a defesa deste trabalho de que os ambientes virtuais são territórios imateriais. São elas:

a) A defesa que à medida que mais pessoas usam a internet, elas a usam como um dispositivo de comunicação altamente sofisticado que permite e fortalece a construção de comunidades

b) As comunidades eletrônicas e as pessoas que a compõem não são meramente virtuais.

Logo, fazendo uma conexão com os conhecimentos trazidos pela geografia a respeito do que compõe um território, pode-se afirmar que esses ambientes virtuais na realidade são comunidades reais que se desenvolvem em territórios imateriais. Da mesma forma, segundo o pensamento de Robert Kozinets (1998), pode-se afirmar que a experiência comunitária virtual é mediada por impressões de lugares do mundo real juntamente aos elementos que constroem unicamente as comunicações mediadas pelas TICs.

A partir disto, o estudo netnográfico se coloca como uma ferramenta importante dentro do objetivo de estudar o vínculo entre territórios materiais e imateriais; no caso deste estudo, o papel das ferramentas de comunicação em função dos conflitos de quarta geração. Em seu pensamento, Robert Kozinets (1998) corrobora também a quebra da crença de que os grupos online nunca se encontravam fisicamente e que mantinha seu anonimato de maneira vigilante, o que se comprova na Primavera Árabe e nas Jornadas de Junho de 2013, por exemplo. Assim, prevê que constrói-se via estas redes interações com capacidade de realizar agregações sociais que extrapolam o ambiente virtual e chegam aos territórios materiais.

Os assuntos sobre os quais falamos em comunidades eletrônicas são assuntos importantes, por isso, muitas vezes, aprendemos e continuamos nos importando com as causas sociais e políticas sobre as quais ouvimos falar por meio de nossas comunidades online. Comunidades online são comunidades; não há mais espaço para discutir este tema. Elas nos ensinam sobre linguagens reais, significados reais, causas reais, culturas reais. “Esses grupos sociais têm uma existência ‘real’ para seus participantes, e assim têm efeitos importantes em muitos aspectos do comportamento”. (KOZINET, 2010, p.22).

Compreendendo a potencialidade da netnografia e dos métodos de pesquisa desenvolvidos por Kozinets, a análise de dados deste trabalho foi realizada a partir de informações disponíveis publicamente no ambiente digital – como o comportamento das redes sociais do Levante Popular da Juventude nas jornadas de junho de 2013. Resgatar estes dados têm como objetivo compreender melhor como as redes sociais se manifestavam em paralelos ao que estava sendo abordado pelos

meios de comunicação tradicionais no período. Da mesma forma, como isso impactava nas pesquisas de opinião realizadas pelo DataFolha e pelo IBGE e impactaram no resultado das eleições entre 2010 e 2018.

Por fim, é preciso frisar ainda que, amplamente utilizada como ferramenta de planejamento de marketing das marcas, a netnografia precisa ser um campo de estudo absorvido e apropriado cada vez mais para as organizações de esquerda se estas desejam disputar ideologicamente a sociedade. Há nesta forma de análise de dados um importante potencial na capacidade de leitura dos debates que estão sendo realizados pela sociedade, por sua capacidade de ser um “método analítico que focaliza as estruturas e os padrões de relacionamento entre atores sociais em uma rede” (BERKOWITZ, 1982; WELLMAN, 1988).

Logo, ao fazer correlações de tendências entre conhecimento e reconhecimento, a netnografia dá amplitude e rapidez ao processo de pesquisa social, já que está pautada no processo de identificação e participação dos indivíduos nos ambientes virtuais. A partir do método de análise de dados, seu uso tem como objetivo da compreensão do comportamento da sociedade dentro do período histórico escolhido como objeto de estudo da presente pesquisa.

3.1.2 A semiótica

Como já foi abordado ao longo das páginas anteriores do presente trabalho, ao longo da história a comunicação vem sendo estudada e utilizada em alinhamento a diversos campos teóricos. Entre eles se desenvolve o estudo da semiótica, que é nada mais nada menos do que, objetivando compreender os movimentos na sociedade, o desenvolvimento de um olhar crítico e atento aos signos, seu objeto de estudo fundamental. Por sua vez, o signo pode ser entendido como uma coisa que representa a outra, seu objeto, que é a parte determinante do signo.

Como forma de representação dos objetos na mente dos indivíduos, o signo tem caráter de mediação do significado e significante das coisas, construindo produção material, simbólica das coisas e estruturando o pensamento dos indivíduos. Com isso, pode-se dizer que a semiótica estuda o processo relacional que se cria na mente dos indivíduos ao se deparar com determinado signo, assim, ela

pode ser considerada, de forma geral, como a ciência que estuda todas as formas de linguagem, ou seja, todo e qualquer fenômeno de produção de significação e sentido, a qual se utiliza de signos para representar os objetos. A semiótica é diferente da linguística, já que esta estuda apenas a linguagem verbal, oral ou escrita, tendo, portanto, abrangência menor que a primeira. (SILVA; TOURINHO E SILVA, 2012, p.2).

Assim, o estudo da semiótica pode ser entendido também como a análise da construção de significados; Segundo John Locke (1690), ela é responsável pela possibilidade de estudo de

Tudo o que pode ser inteligível pela compreensão humana, sendo, primeiro, a natureza das coisas, como elas são em si mesmas, suas relações e sua maneira de operar: ou, em segundo lugar, aquilo que o próprio homem deve fazer, como agente racional e voluntário para a consecução de qualquer fim, especialmente a felicidade: ou, em terceiro lugar, os meios pelos quais o conhecimento de um e de outro é alcançado e comunicado. (LOCKE, 1690).

Após John Locke, que já usa o termo semiótica no fim do século XVII, mas para apontar uma futura ciência a ser estudada; o responsável pelos primeiros passos teóricos deste estudo geral dos signos é Charles Sanders Peirce. Sua teoria dos signos, também chamada de Semiótica Peirceana, se desenvolve a partir do objetivo de descobrir a lógica entre as concepções do real e o conhecimento que “cresce a partir do compartilhamento e debate de opiniões no interior de uma comunidade” (ROMANINI, 2016, p.13).

Também aprofundando o pensamento de Stuart Mill, Pierce expande as reflexões em torno da dicotomia existente entre denotação e conotação para, a partir disso, desenvolver o estudo da significação e predicação em torno da informação. Um dos primeiros a abordar o conceito de informação de enquanto campo de estudo científico, para ele este seria um “fenômeno análogo ao de desenvolvimento, de aumento na complexidade, de incorporação de variedade num sistema”. (ROMANINI, 2016, p.23)

Entre as contribuições de Pierce ao pensamento semiótico também está a afirmação de que existem três elementos capazes de mediar o significado dos signos, são eles: ícone, índice e símbolo. Conhecida como uma das tricotomias de pierceanas, talvez a que dá base às outras tricotomias desenvolvidas pelo teórico, esses três elementos se constituem como camadas de percepção em relação a forma como se lê os objetos. Pode se definir estes três elementos da seguinte forma:

1. **Ícone:** é a primeira impressão e fase de conhecimento que se tem do signo, considerando que o signo que está estruturado de forma sensorial. Diz respeito às cores, aroma, formato, o conjunto de códigos iniciais que se identifica em determinado objeto. O ícone atual no inconsciente a partir das informações semióticas preexistentes no indivíduo sobre o que constitui cada um desses elementos citados, como por exemplo, por que uma coisa é uma coisa e não outra a partir dos elementos que a compõe.

é um signo que renuncia à existência de um objeto, pois pode significar o objeto. O signo referenciado tem alguma semelhança com o objeto representado. Sobre a teoria de Peirce, Epstein (1997) pontua que “os ícones comunicam de forma imediata porque são imediatamente percebidos: quadros, desenhos, estruturas, modelos, esquemas, predicados,

metáforas, comparações, figuras lógicas e poéticas, etc”. (MEIRA; PEREIRA; SARZI; PEIXOTO, 2017, p.4).

2. **Índice:** se o ícone tem uma relação visual sobre as coisas, o índice tem uma relação de manifestação sobre elas, ou seja: é um parâmetro de causalidade sensorial indicando significado do signo. Ou seja, é o signo que não necessariamente representa o objeto no campo da materialidade, mas o representa por extensão, como exemplo, a conexão entre o pensamento de que onde há fumaça há fogo; onde há um latido, há um cachorro etc.

é um signo que se aproxima através de alguma ligação com a existência. Tem relação direta com o objeto e nos mostra algo que aconteceu ou vai acontecer. Ao contrário do ícone, necessita de algo para existir. Ex.: nuvem > chuva; pegadas > alguém passou por ali. (MEIRA; PEREIRA; SARZI; PEIXOTO, 2017, p.4).

3. **Símbolo:** representam a última etapa de construção dos signos, quando eles já são legitimados por um grupo social. Assim, signo é lido como um símbolo a partir da sua legitimação perante a sociedade e reconhecido de forma massiva através de uma regra convencional ou não.

Refere-se ao que possa concretizar a ideia ligada à palavra, é um produto cultural criado, a relação é convencionalizada e arbitrária. O símbolo peirceano foi fundamentado na arbitrariedade do signo de Saussure. (MEIRA; PEREIRA; SARZI; PEIXOTO, 2017, p.4).

De acordo com a Semiótica Peirceana, ao representar um objeto, o signo produz na mente do intérprete algo que pode ser um novo signo ou um quase-signo, que se relaciona com o objeto não de maneira direta, mas através da medição do signo anterior. A mediação é, portanto, a característica principal dos signos, pois eles se situam entre o sujeito e o mundo, tanto para organizar atividades de produção material e simbólica, quanto para estruturar o pensamento.

Vale ressaltar que, de acordo com Pierce, é o signo que desencadeia a representação, uma vez que ele é percebido como sendo algo que representa alguma coisa para alguém e cria, no espírito dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. (WARTA e REZENDE, 2011) (SILVA; SILVA, 2012, p.3).

Uma segunda tricotomia abordada por Pierce e que é fundamental para o pensamento semiótico, a compreensão da relação de primeiridade, secundidade e terceiridade, que está diretamente conectada à compressão dos ícones, índices e símbolos. Enquanto primeiridade, que está relacionada à compreensão dos ícones, ele compreende a qualidade de sentimento que envolve uma primeira impressão, ou seja, diz respeito as relações àquilo que se apresenta no presente imediato.

A liberdade da primeiridade é exemplarmente caracterizada quando admiramos certos fenômenos da natureza; dado que é uma experiência comum, diante de uma paisagem, como um pôr-do-sol, um sentimento (experiência) de deslumbramento. Sem pedir licença, esse sentimento se sobrepõe a tudo o que eventualmente ocupasse nossas mentes, colocando-as em estado não (auto) controlado; livre. Nesse libertar-se da razão tendemos a devanear por lembranças (experiências) da nossa mente as mais diversas; às vezes esquecidas no tempo. De modo semelhante, isso acontece diante das grandes produções do homem, seja no mundo da arte (pintura, música, teatro, [dança], arquitetura) ou, mesmo, de grandes descobertas científicas. Elas são, também, capazes de ativar esse estado de total liberdade da mente, fazê-la vagar um mundo de múltiplas possibilidades, como que vivenciando uma fusão de si própria (da mente) com o objeto de experiência. (GHIZZU, 2009, p.15).

Já a secundidade diz respeito ao campo da existência do indivíduo, é quando ele consegue lê com compreensão e profundidade determinado conteúdo, ultrapassando a superficialidade do presente imediato. É na secundidade que se encaixa o índice, tratando da percepção do que é factual; ou seja, da reação aos fatos externos e o que eles representam de si mesmo através da reflexão em torno das referências que induzem à reação de seu conhecimento.

é o que dá à experiência seu caráter material. Onde quer que haja um signo, há uma qualidade (sua primeiridade), que é apenas uma parte do fenômeno. Para existir, a qualidade tem de estar encarnada numa matéria. O fato de existir (sua secundidade) está nessa corporificação material. (SANTAELLA, 1983, p. 47). (in MELO; MELO, 2015, p.28).

A terceiridade, por sua vez, diz respeito ao campo da representação e interpretação do mundo através dos signos. Ou seja, relacionada aos símbolos, se refere à capacidade de construção de sínteses cognitivas, permitindo inclusive, que a partir desta compreensão, cada indivíduo consiga antecipar futuras manifestações relacionadas à secundidade. Assim, pode-se dizer que “a terceiridade (o pensar) são os discursos e pensamentos. É o que se segue ao sentimento e ao conflito, à resistência. É a “camada da inteligibilidade”, é a conceituação, a interpretação, a aprendizagem, a análise e o pensamento” (MELO; MELO, 2015, p.29) .

Parece, portanto, que as verdadeiras categorias são: primeira, sentimento, a consciência que pode ser compreendida como um instante do tempo, consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise; segunda, consciência de uma interrupção no campo da consciência, sentido de resistência, de um fato externo ou outra coisa; terceira, consciência sintética, reunindo tempo, sentido, aprendizado, pensamento. [...] três concepções lógicas da qualidade, relação e mediação. A concepção da qualidade, que é absolutamente simples em si mesma e, no entanto, quando encarada em suas relações percebe-se que possui uma ampla variedade de elementos, surgiria toda vez que o sentimento ou a consciência singular se tornasse preponderante. A concepção de relação procede da consciência dupla ou sentido de ação e reação. A concepção de mediação origina-se da consciência plural ou sentido de aprendizado. (PEIRCE, 2005, p. 14).

Com isso, a partir do pensamento de Pierce pode-se afirmar que o objeto tem qualidade própria, mas sua relação com o sujeito por meio da linguagem é resultado da representação da realidade. Além disso, é possível concluir que o signo é qualquer coisa que representa uma outra coisa e que as relações entre primeiridade, secundidade, terceiridade e signo, quando entrecruzadas, se resumem a partir da tabela a seguir.

Tabela 6: Signos e sua relação de primeiridade, secundidade e terceiridade

	Representâmen	Objeto	Interpretante
O que	Signo em si	signo com seu objeto	signo com seu interpretante
Primeiridade	DICENTE Contexto, fatos, proposição Confirmação do objeto	ÍCONE Semelhança	REMA Relação mental de semelhança Termo
Secundidade	SIN-SIGNO Realidade Atualidade Existente Sensação	ÍNDICE Conexão Referência	
Terceiridade	LEGI-SIGNO Lei Ideia Lógica	SÍMBOLO Abstração Representação Hábito	ARGUMENTO Forma lógica Dedução Validado pelos signos da lei
	Primeiridade	Secundidade	Terceiridade

Um último elemento a se considerar quando se trata do estudo da semiótica, a partir do exercício de conectar o pensamento acadêmico aos processos conjunturais em que eles estão atrelados, é que o desenvolvimento da semiótica enquanto uma ciência coincide com o processo expansivo das tecnologias de linguagem. Ela é resultado da necessidade de um estudo que pudesse interpretar as mudanças consequentes da Revolução Industrial em função da popularização de recursos tecnológicos capazes de produzir, armazenar e difundir informações de forma massiva. Não diferente dos contextos abordados na presente pesquisa, a partir da conexão entre a análise semiótica e a netnografia, as próximas páginas são dedicadas à interpretação dos signos e números que se desenvolveram em torno das jornadas de junho de 2013 e do processo que envolve o impeachment de Dilma Rousseff e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro.

3.2 O PTismo, o golpe e o papel das redes sociais nos caminhos que levaram ao Brasil de Bolsonaro

Nesta parte do presente trabalho é momento de realizar o cruzamento entre as bases teóricas apresentadas e apreendidas anteriormente com o mapeamento de dados, de conteúdos jornalísticos e a análise da conjuntura no processo que vai desde a ascensão do petismo, ao impeachment de Dilma Rousseff e, por fim, a eleição de Jair Messias Bolsonaro. É importante reafirmar que parte dessa história será resgatada muito mais como contextualização conjuntural, mas o foco de análise se dá em 2013, em meio as jornadas de luta de junho e julho, e em 2018, no processo de deu a vitória eleitoral a Bolsonaro.

Desta forma, primeiramente será realizada uma contextualização dos anos entre o governo PT (2003-2016) até a vitória eleitoral de Bolsonaro, em 2018. Depois disso, o trabalho se debruçará sobre o resultado da coleta de dados e dos materiais jornalísticos e, assim, será apresentada a comparação destes dados e a análise semiótica de conteúdos que circulavam nesse período.

Na análise de dados serão utilizados resultados de pesquisas eleitorais e de opiniões feitas pelo IBGE sobre os governos, assim como dados coletados durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso “Revolução nas ruas e nas redes: o Facebook e os movimentos sociais nas jornadas de junho de 2013” (FIRMINO, 2016). Que teve como objetivo analisar a ressignificação das ferramentas de comunicação para os movimentos sociais de esquerda, em especial o Facebook, durante as jornadas de luta de junho de 2013.

Este trabalho, realizado entre 2015 e 2016, se desenvolveu através da identificação dos principais canais alternativos de comunicação usados pelo Levante Popular da Juventude; da análise do discurso do movimento no Facebook durante as jornadas de luta de junho de 2013; e da comparação dos métodos e estratégias de comunicação pelos movimentos antes e depois do período delimitado. O objetivo de retomar os elementos trazidos por ele é ter acesso a dados que foram coletados anteriormente e que, considerando as mudanças de políticas de privacidade do Facebook e do Twitter, já não poderiam mais ser acessados diretamente nas plataformas.

Para análise semiótica foram utilizadas capas da Revista Veja e Jornal Folha de São Paulo que tem relação direta com Lula, Dilma e/ou Bolsonaro. Estes meios de comunicação foram escolhidos porque estão entre as maiores representações midiáticas da direita no Brasil, a primeira a nível nacional e a segunda a nível estadual. É a partir delas que se pretende compreender como se deu a desconstrução do Partido dos Trabalhadores (PT) e como isso influenciou na construção do impeachment e na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018.

Para isso, através das pesquisas do IBGE foram identificados os diversos níveis de aprovação e popularidade em torno dos governos Lula e Dilma em torno de alguns momentos específicos:

1. Eleições de 2010;
2. Julgamento do mensalão envolvendo José Dirceu e José Genuíno, em 2012;
3. O início e o fim das jornadas de junho de 2013;
4. Escândalo da Petrobras e Manifestações Contra a Copa do Mundo, em 2014;
5. Manifestações pelo impeachment de Dilma, em 2016;

Com isso, essa parte final do trabalho tem como objetivo dar bases para identificar os principais desafios em torno dos meios de comunicação na atualidade para a esquerda e apontar como uso das redes sociais pode ter potencialidades enquanto ferramenta e território de disputa política. Os caminhos para isso e o objetivo apontado tem bases em algumas compreensões e observações já realizadas nesse primeiro período de pesquisa.

3.2.1 O Partido dos Trabalhadores: das pesquisas aos meios de comunicação

É consenso dentro dos estudos sobre a comunicação política e também já foi afirmado em diversos momentos do presente trabalho que os meios de comunicação tem poder em influenciar os debates sociais a partir da forma que noticia os fatos que, por sua vez, são contados de acordo com uma perspectiva ideológica. Ao longo da sua história, sendo situação de governo ou não, o Partido dos Trabalhadores enfrentou uma constante cruzada de ataques vindo da mídia tradicional, com momentos mais amenos e outros mais críticos.

Os mesmos jornais que estiveram ao lado da ditadura militar de 1964 (O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo), ao seguir sua linha ideológica à direita, colocam o PT como um inimigo em potencial que, diante do que defendia enquanto política de governo, ia em caminho absolutamente contrário ao tipo de sociedade que interessa a esses meios de comunicação tradicionais. Como podemos ver na parte desta pesquisa que trata da “Comunicação e Política no Brasil”, no tópico 2.3.2, o sistema de mídia brasileiro está sobre o oligopólio de grupos restritos de poder que detêm a propriedade cruzada de jornais, revistas, redes de televisão, sites e portais.

Com isso, por exemplo, quando o Grupo Globo definiu o PT enquanto um ponto de ataque, quer dizer que ele estaria na mira de seus produtos em todas as plataformas que eles detinham, o mesmo serve para o Estadão, Folha e assim sucessivamente. Esta realidade, além de gerar um processo de desequilíbrio e assimetria na disputa política, considerando que os movimentos sociais e

organizações de esquerda não tem o mesmo poder de domínio sobre a mídia, e que este é utilizado cotidianamente para endossar aquilo que é de interesse da burguesia e seus aliados.

Para abordar esse embate e observar suas consequências nos índices de aprovação do PT frente a sociedade, foram escolhidos 5 momentos que envolvem o Partido e os meios de comunicação ao longo dos 14 anos em que ocupou a presidência. Estes momentos foram escolhidos frente a outros porque representaram marcos e consequências a médio, curto e longo prazo na relação da organização com a sociedade brasileira, seja por questões institucionais, como é o caso das eleições; ou pela relação de desgaste do PT a partir da associação deste a esquemas de corrupção:

- a) As eleições de 2010
- b) Julgamento do mensalão envolvendo José Dirceu e José Genuíno, em 2012;
- c) O início e o fim das jornadas de junho de 2013;
- d) Escândalo da Petrobras, Manifestações Contra a Copa do Mundo e eleições em 2014;
- e) Manifestações pelo impeachment de Dilma, em 2016;

Para tratar deles, analisaremos as capas da Veja e da Folha de São Paulo dentro dos períodos determinados, através de uma análise semiótica, refletindo a forma como o Partido dos Trabalhadores é apresentado a população. Também teremos como base as pesquisas de opinião em relação ao governo nestes períodos.

3.2.1.1 As eleições de 2010

Apesar dos recorrentes desgaste em torno do “mensalão”, Dilma ainda mantinha um índice de aprovação consideravelmente positiva. Considerando dados do Pesquisa Eleições Presidências 2010 feita pelo Ipespe e pelo Grupo Opinião Pública (UFMG), Dilma era percebida como a mais honesta por 40,4% dos eleitores, superando José Serra (PSDB) nesse quesito (31,7%). Igualmente, 49,9% afirmaram que a petista era a mais preparada para reduzir a corrupção no Brasil, e o modo como a candidata combateria a corrupção e puniria os corruptos aumentavam 38% as chances de votos nessa candidata. Menos de 1% do eleitorado declarou se recordar de notícias negativas relacionadas aos casos de corrupção que envolviam a candidata.

Considerando que foi primeira vez desde as eleições de 1989 que Lula não foi candidato à presidente, já se coloca um primeiro desafio grande para o PT na disputa eleitoral. Entre os principais candidatos deste ano estavam Dilma Rousseff (PT), com vice Michael Temer (PMDB);

José Serra (PSDB), com vice Índio da Costa (DEM); e Marina Silva (PV) com vice Guilherme Leal (PV).

De acordo com grande parcela das pesquisas de opinião do período inicial da campanha, José Serra e Dilma Rousseff liderava a disputa eleitoral, com maiores chances de chegar à presidência por parte do primeiro, ainda que com números apertados. Entretanto, a situação foi se alterando ao longo da campanha, em especial quando ocorre o vazamento de dados da receita e o escândalo da casa civil, que são explorados como forma de ataque a Dilma. Com isso, tanto os números de diferença entre Dilma e José Serra aumentam, quanto Marina Silva passa a subir nas intenções de voto e se colocar no cenário de possibilidades.

Em consequência disso, a eleição que aparentemente iria ser resolvida no primeiro turno passou para a ocorrer em dois turnos, que trazem como questões polêmicas de disputa da população temas como a descriminalização do aborto, casamento entre pessoas LGBTI, a retomada da memória de onde estavam Serra e Dilma durante a ditadura militar de 1964, as relações de ambos com a religião, suas atuações enquanto figuras políticas nos anos anteriores, reforma da presidência, reforma política etc. A forma como esses temas eram abordados e também a maneira em que os meios de comunicação os noticiavam influenciavam direta cada uma das pesquisas.

De forma geral, é possível observar parcela de como se deu a disputa eleitoral através da tabela a seguir:

Tabela 7: Cenário eleitoral em 2010 segundo dados do Datafolha

Data	José Serra	Dilma Rousseff	Ciro Gomes	Heloísa Helena	Marina Silva	Outros / Nenhum / Não sabe	Vantagem
27 de setembro de 2010	28%	46%	—	—	14%	12%	18% sobre Serra
21-22 de setembro de 2010	28%	49%	—	—	13%	10%	21% sobre Serra
13-15 de setembro de 2010	27%	51%	—	—	11%	11%	24% sobre Serra
8-9 de setembro de 2010	27%	50%	—	—	11%	12%	23% sobre Serra
2-3 de setembro de 2010	28%	50%	—	—	10%	12%	22% sobre Serra
23-24 de agosto de 2010	29%	49%	—	—	9%	13%	20% sobre Serra
20 de agosto de 2010	30%	47%	—	—	9%	14%	17% sobre Serra
9-12 de agosto de 2010	33%	41%	—	—	10%	16%	8% sobre Serra
20-23 de julho de 2010	37%	36%	—	—	10%	17%	1% sobre Dilma
30 de junho-1 de julho de 2010	39%	38%	—	—	10%	12%	1% sobre Dilma
20-21 de maio de 2010	37%	37%	—	—	12%	14%	0%
15-16 de abril de 2010	38%	28%	9%	—	10%	15%	10% sobre Dilma
25-26 de março de 2010	36%	27%	11%	—	8%	18%	9% sobre Dilma
24-25 de fevereiro de 2010	32%	28%	12%	—	8%	19%	4% sobre Dilma
14-18 de dezembro de 2009	37%	23%	13%	—	8%	19%	14% sobre Dilma
16 de agosto de 2009	38%	17%	14%	12%	3%	18%	21% sobre Dilma
28 de maio de 2009	38%	16%	15%	10%	—	21%	22% sobre Dilma
19 de março de 2009	41%	11%	16%	11%	—	21%	25% sobre Serra
28 de novembro de 2008	41%	8%	15%	14%	—	21%	26% sobre Serra
27 de março de 2008	38%	3%	20%	14%	—	25%	18% sobre Serra

Fonte: Datafolha (2008-2010)

Sobre o primeiro e o segundo turno, algumas questões específicas:

1. No primeiro turno, Dilma Rousseff vence em número de votos em 18 estados, com predomínio nas regiões norte e nordeste, fato que reforça a relação histórica do partido dos trabalhadores em ambas as regiões, em especial no nordeste, que é uma realidade ainda pós golpe e durante o governo de Jair Bolsonaro. Por sua vez, José Serra venceu em oito estados, entre eles o estado de São Paulo, historicamente com comportamento de centro e/ou

direita; e, Marina Silva, apesar de ter tido um crescimento de aprovação, venceu apenas no Distrito Federal;

2. No segundo turno, além de vencer no Distrito Federal, absorvendo parcela dos votos que iriam para Marina Silva, Dilma Rousseff ampliar seu poder de influência no sudeste, vencendo também nos estados. Apesar disso, segundo o resultado divulgado pós apuração das urnas, é importante observar que entre o primeiro e o segundo turno Dilma Rousseff perde apoio no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, o que aponta um aumento do número de voto e compensação em outros estados além do Distrito Federal;

Para tratar sobre esse momento específico, escolhemos as capas da Veja nº2153 (24 de fevereiro de 2010), nº 2169 (16 de junho de 2010) e nº2186 (13 de outubro de 2010), e nº a capa das edições de 3 de março e 1 de abril de 2010, da Folha de São Paulo. Elas tratam de momentos diferentes da corrida eleitoral e apresentam tanto sintomas do que ocorria nas urnas quanto são sintomáticas ao comportamento destas frente às eleições.

Figura 5: Edição da Revista Veja nº2153 (24 de fevereiro de 2010)



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 6: Edição da Revista Veja (16 de junho de 2010)



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 7: Edição da Revista 2186 (13 de outubro de 2010) da Veja



Fonte: Acervo Pessoal

Na edição de fevereiro (figura 5), com os escritos “A realidade mudou, e nós com ela”, em destaque; e “a candidata e os radicais do PT”, “entre a ideologia e o pragmatismo”, “o estado e o capitalismo no mundo pós-crise” em menor destaque. A capa da veja traz uma Dilma Rousseff em preto e branco enquadrada no vermelho, que se repete na edição de junho (figura 6), atrelado a cor do PT à candidata. Em um contexto de ataque ao Partido dos Trabalhadores e em que a relação dela com as ações da esquerda durante a ditadura militar eram ressaltados, a tratar dos “radicais do PT” por si só a capa traz uma construção de que tipo de indivíduo faz parte do Partido, fazendo uma associação direta à Dilma, representada naquele período como a “ex-guerrilheira” raivosa devido seu histórico de luta contra a ditadura militar.

Por sua vez, a edição 2186 (figura 7), primeira capa da Veja após o primeiro turno da eleição de 2010, trouxe uma capa dividida ao meio. Na parte superior, novamente sob uso do vermelho, atribui-se a ela uma citação com a data de 4 de outubro de 2007, em que Dilma afirmaria: “Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja”. Na parte inferior, de cabeça para baixo, sob um fundo branco e também com uma foto da então candidata, a citação é datada em 29 de setembro de 2010 e afirma: “Eu, pessoalmente, sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência”. A partir da capa se coloca uma contradição de fala de Dilma em relação à legalização ou não do aborto, tema que se fez polêmica e se associava também há uma efervescência sobre o debate religioso no período.

Ao trazer uma contradição de afirmações e duas faces de Dilma Rousseff, uma leitura possível para a capa é de que ela não tem uma posição fixa em relação ao que acredita e aponta para o país, talvez colocando-a em um comportamento de oportunismo, falsidade, hipocrisia. Assim, põem-se a dúvida sobre o que ela realmente pensa sobre um tema que é polêmico e ainda não resolvido dentro da política brasileira e no mundo. Uma questão interessante de se observar aqui é que, apesar de trazer temas e focos diferentes, a Isto é repete a mesma construção de imagem em uma matéria sobre José Serra durante o mesmo período.

Figura 8: IstoÉ publica capa similar à edição n°2169 da Veja



Fonte: Arquivo Pessoal

Meses após, a capa da edição 2169, publicada às vésperas da votação do primeiro turno, traz a imagem da faixa presidencial dividida em três partes, sendo desenrolada pelos candidatos Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Observa-se que com as faixas verdes estão os candidatos Dilma Rousseff e José Serra, alinhados à frente; naquele momento as pesquisas já apontavam que eles eram considerados os principais concorrentes na disputa. Atrás está Marina Silva, desenrolando a faixa amarela. Como título a revista traz “Para sair do empate” e as chamadas secundárias: “O inédito equilíbrio nas pesquisas acirra a disputa entre Serra e Dilma”, “Marina Silva: ela pode não ser apenas a miss simpatia” e “Verdades e mitos sobre o que decide as eleições presidenciais”.

Por fim, resgata-se aqui também duas capas do Jornal Folha de São Paulo, uma publicada em 3 de março de 2010 e outra publicada em 1 de abril de 2010. Em especial em relação à primeira, é interessante perceber que há um funcionamento semiótica das capas de jornal da Folha de São Paulo que deve ser observado com atenção, que é a relação de ancoramento entre a manchete e a fotografia principal. Nem sempre elas referem-se à mesma matéria mas, pela forma como chegam ao olhar do leitor, tem capacidade de funcionar enquanto mensagens associadas e complementares.

Figura 9: Capa da Folha de São Paulo em 3 de março de 2010



Fonte: Acervo Pessoal

Na capa de 3 de março de 2010 (figura 9), relacionada à parte política e eleitoral, traz a manchete principal traz o texto “País cumpre só 1/3 das metas para a educação”; em texto menor traz escrito também “Candidatos terão que comprovar ficha limpa”; e como imagem principal uma fotografia com Dilma, Lula e Serra agindo tranquilamente como aliados. Alguns questionamentos e associações podem ser feitos a partir da leitura da capa: Lula seria incapaz de realizar o governo necessário para o Brasil? Se sim, qual a lógica em eleger sua sucessora para o cargo? Considerando

os esquemas de escândalo relacionados à corrupção que pautava a mídia no período: seriam Dilma, Serra e Lula farinha do mesmo saco? Político é tudo igual? Reforçando a ideia de políticos duas caras, que foi utilizada pela veja: até que ponto vai realmente o embate entre os candidatos? Em período eleitoral, questões como essas, que no dia a dia já são o bastante para interferir na relação dos indivíduos com a política, são capazes de mudar votos.

Figura 10: Capa da Folha de São Paulo em 1 de abril de 2010



Fonte: Arquivo Pessoal

Mais à frente, a capa publicada em primeiro de abril (figura 10), de forma indireta traz uma questão que foi polêmica não apenas durante o período eleitoral, mas em torno da figura de Dilma. Traçando dois tipos de candidato distinto frente aos valores sociais: José Serra, ao lado dos valores

tradicionais e da família, e Dilma Rousseff, a candidata comunista sem religião. Ao abordar a despedida de cargo de governado de José Serra com a fotografia dele beijando sua mulher, ambos com vestimenta tradicional, e retratando o casal padrão após fazer o discurso. E, ao mesmo tempo, retratar Dilma insinuando um beijo na cigana e então conselheira da Secretaria de Igualdade Racial, Mirian Stanescon, com roupa de cigana e peitos em destaque, faz-se uma comparação que toca o ideário e as crenças de quem vê as imagens.

Durante toda a eleição, até o momento do impeachment e depois, Dilma Rousseff foi questionada diversas vezes por sua posição enquanto mulher, sua sexualidade, o fato de não ser casada, seu papel enquanto mãe, avó. Ainda que Dilma tenha vencido as eleições, o que se viu desde esse momento é a tentativa de pintar uma a imagem de uma Dilma confusa, inábil, sem valores, que não tem ideia fixa sobre o que faz, ao mesmo tempo que é a mulher raivosa, que participou da guerrilha e, assim como os outros “petistas radicais”, vai governar para colocar as ideias comunistas como linha de governo. Mesmo que de forma tênue, as manchetes e capas seguem na linha de ataque sofrido por Lula durante seus anos de governo e também expressam o que estava por vir até o momento do impeachment de Dilma e também depois dele.

3.2.1.2 O julgamento do mensalão e a crise de credibilidade do PT

Capítulo importante do governo Dilma, conhecido por ser um dos maiores escândalos da política brasileira, em 2012 ocorre o julgamento e prisão, a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal, de José Dirceu e José Genuíno, principais líderes e fundadores do Partido dos Trabalhadores. Ainda que o momento tenha sido muito mais de atacar Lula (governo em que o tema do Mensalão⁶³ explodiu), Dirceu e Genuíno, não há como não associar as denúncias a figuras importantes do PT ao governo de Dilma Rousseff.

Sobre o processo do mensalão em si, há alguns pontos importantes que são necessários de observar, entre eles a crise de credibilidade da população brasileira em relação ao Partido dos Trabalhadores que se iniciou no governo Lula e também sua capacidade de ser transversal ao desgaste do governo Dilma. Apesar de não ter interrompido de fato os anos do Partido no governo, considerando que o PT foi vitorioso nas três eleições que seguiram o início do caso, o Mensalão

63 O caso do Mensalão consistiu numa série de denúncias apontando o envolvimento do PT no repasses de fundos de empresas que faziam doações ao Partido para conquistar o apoio de políticos. O processo de investigação que começou em 2005, com a divulgação de áudios secretos que revelavam o esquema, e se estendeu até 2012 com o julgamento dos suspeitos de envolvimento. Nele mais de 20 pessoas foram condenadas à prisão, entre elas José Genoino (ex-presidente do PT) e José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil). É possível apontar também o caso do Mensalão como ponto chave para a criação da Lei Ficha Limpa, em 2010, assim como sua influência nas jornadas de junho de 2013 e no conjunto de elementos que levaram à crise de credibilidade do PT frente a sociedade brasileira.

deixou marcas profundas que, unidas ao caso Lava Jato, abriram margens para o plantio de semente de um cenário de instabilidade que teve clímax em 2013 e desaguou no impeachment de Dilma, em 2016.

Para tratar desse momento, vamos recorrer aqui à capa da Veja de 17 de março de 2010, lembrando que nesta data o Brasil passava por período eleitoral, e às capas de 1 de agosto e 19 de setembro de 2012, ano que finalizou o julgamento do Mensalão. Além delas, também as capas da Folha de São Paulo veiculadas em 2 de outubro e 12 de dezembro de 2012. Por fim, também foram resgatas pesquisas de opinião realizadas para saber o índice de aprovação do governo Dilma em 2012.

Figura 11: Capa da Revista Veja em 17 de março de 2010



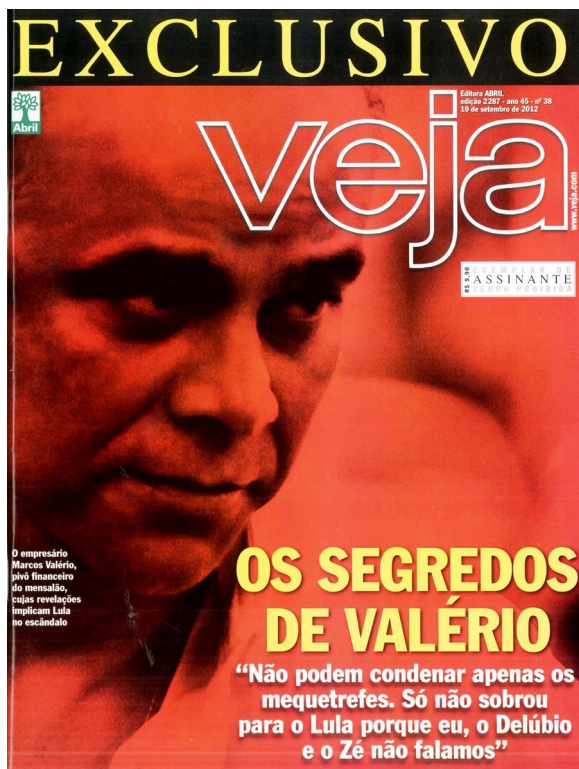
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 12: Capa da Revista Veja em 1 de agosto de 2012



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 13: Capa da Revista Veja em 19 de setembro de 2012



Fonte: Arquivo Pessoal

Entre as 3 capas da Veja, primeiramente é interessante observar como, em maior ou menor tom, o vermelho segue sempre presente. Na figura 11, referente à capa de 17 de março de 2010, a estrela petista ganha destaque no fundo da capa, juntamente ao número “12%”, que subscreve o 13, que é o número histórico de urna do partido. A chamada geral é “A conexão Bancoop/Mensalão”, “Ele cobra 12% de comissão para o partido” e “Uma testemunha chave da Justiça revela como o tesoureiro. Vaccari desviava dinheiro grosso para o mensalão”. Considerando o contexto abordado no ponto anterior, de fim de governo Lula e em torno de 7 meses antes da população ir às ruas decidir em quem votar, uma capa de revista resgatado o caso mensalão e colocando os símbolos do PT na capa é um ataque direto ao partido.

Já as capas das figuras 12 e 13 simbolizam um outro momento, já ultrapassado o primeiro ano do governo Dilma, elas atacaram diretamente José Dirceu e, através da citação de Valério, Lula e José Genuíno (“Zé”). Além das capas não citarem diretamente Dilma Rousseff, é interessante o fato de que, apesar de todo o ataque ao PT, segundo avaliação do Ibope⁶⁴, em abril de 2012 Dilma Rousseff vivia um dos melhores momentos de aprovação de seu governo. As pesquisas apontavam que estava entre 56% o número daqueles que consideravam o governo ótimo ou bom e que 72% da população aprovavam a forma que ela governava. Em contrapartida, a pesquisa apontava uma queda entre aqueles que desaprovavam a maneira de governar de Dilma, que havia caído de 21% para 19%..

64 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/aprovacao-pessoal-de-dilma-sobe-e-atinge-77-aponta-ibope.html>

Figura 14: Capa da Folha de São Paulo em 2 de outubro de 2012

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: ODEIRO FREITAS FILHO ANO 92 • TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2012 • Nº 30.406 EDIÇÃO SP/DF • CONDIÇÃO A5 23850 • R\$ 3,00

Dilma rebate Serra e diz ter o dever de 'meter o bico' em SP

No patanque de Haddad (PT), Dilma rebateu críticas de Serra (PSDB) e disse ter o dever de "meter o bico" na eleição à Prefeitura de SP. "Estou aqui metendo o meu bico porque São Paulo é (...) um lugar onde moram milhões de brasileiros", disse, se referindo à declaração do tucano de que ela não deveria participar da campanha. O PT pagará a viagem de Dilma. *Eleições 2012 Pág. 1*

XICO SA
É, amigo, no corpo a corpo quem dá bola é o eleitor

Eleições 2012 Pág. 2

EQUILÍBRIO
Folha e Unicamp testam fórmulas dos principais energéticos *Pág. 1*

ROSELY SATO
Quer ajudar a educar netos virou motivo de conflito familiar *Quilombo Pág. 8*

ILUSTRADA
Pearl Jam é a principal atração do Lollapalooza em março *11*

Violência é o maior temor de eleitores na Venezuela

A falta de segurança é o problema que mais preocupa hoje os venezuelanos, que elegem no domingo o seu próximo presidente, informou Flávia Marmelo, enviada especial a Caracas. Principal fonte de dados "contraditórios" de homicídios na capital, o "IMU" da cidade tornou-se símbolo da violência no país, que tem a maior taxa de assassinatos da América do Sul. *Mundo A13*

RODÍZIO *Cartão C2*
Não deva circular cassino, com planejamento final *Pág. 3, 4*

ATMOSFERA *Cartão C2*
Tufões e calor na capital *Pág. 1*

FALE COM A FOLHA
Vale a pena estar em contato com o serviço ao assinante, as reclamações e as sugestões *Cartão C2*

317.890 exemplares
impressos e digitais

Imagem de Haddad *21 Ago. 16/Outubro*

Mensalão comprou votos no Congresso, conclui STF

Sete dos dez ministros refutaram a tese do caixa dois; réus do PT começarão a ser julgados

Sete dos dez ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram que houve um esquema de compra de votos de parlamentares no Congresso durante o primeiro mandato do presidente Lula, entre 2003 e 2006. A decisão sepulta a tese do PT de que o mensalão se tratava de caixa dois eleitoral, aceita só pelo ministro Ricardo Lewandowski — Rosa Weber e Cármen Lúcia não se manifestaram sobre os objetivos do esquema. Os ministros concluíram o julgamento dos políticos aliados e condenaram 12 dos 13 réus. Delator do mensalão, Roberto Jefferson (PTB), já culpado por corrupção passiva, também foi preso por lavagem de dinheiro. Amanhã começa a etapa que tratará dos réus do PT, entre eles José Dirceu. Até agora, 22 foram condenados. "Não se pode falar em caixa dois sem mesmo prosaicamente", disse Ayres Brito, presidente do STF. *Política 16*

Trata-se de uma quadrilha de bandidos, (...) assaltantes dos cofres públicos
CELEBRE MÊS, 2012-10-01

ELIANE CANTANHEDE
Joaquim Barbosa é ministro de ame-o ou deixe-o

Ao nomear Joaquim Barbosa, Lula escreveu como por linhas tortas. Dizem que está arrependido disso. Barbosa é ministro de amor e ódio, de ame-o ou deixe-o. Adorável pela opinião pública, ele é odiado por petistas, meados com a solenidade fria do STF e com as emoções quentes dos colegas. *Opinião A2*

Documento de facção registra pagamento a policiais em SP

Relatório da facção criminosa PCC, apreendido pela polícia e revelado pela Folha, registra pagamento a policiais civis e militares praticados pelos policiais no Estado, além de supostos acordos com PMs para atuação em assaltos. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que há muita briga sobre facções criminosas. A Secretaria da Segurança Pública não se manifestou. *Cartão C1*

Morre Eric Hobsbawm, o historiador das revoluções

O historiador marxista Eric Hobsbawm, 96, um dos maiores intelectuais britânicos, morreu ontem em Londres. Ele viveu de seu tempo. Nasceu em 1917, no Egito, após a Revolução Russa, viveu momentos cruciais da história contemporânea. Dos mais de 30 livros de Hobsbawm, os mais conhecidos são "A Era das Revoluções", "A Era do Império", "A Era dos Extremos". *Mundo A10*

MARKER LANTIS Não deu para não se contentar em afirmar-se um micro-histórico. *Opinião A2*

mercado 11
Em negócio de US\$ 6 bi, Gol recomenda 60 Boeing 737

mundo 11
Matéria dos jovens espanhóis e a morte está documentada

EDITORIAIS *Opinião A2*
Lêi "Fim da Barba", o respeito ao julgamento do mensalão, e "Inteligência policial", acerca do documento com informações sobre facção criminosa

Fonte: Arquivo Pessoal

Em compensação, as capas da Folha de São Paulo já trazem um outro tom, trazendo imagens que tratam sobre o caso mensalão e trazendo a imagem da presidenta Dilma Rousseff junto às manchetes, ainda que, como de costume, não necessariamente seja imagens que estejam associadas diretamente à manchete principal. É o caso da capa da Folha em 2 de outubro de 2012 (figura 14) que, em sua manchete principal tem escrito “Mensalão comprou votos no Congresso,

conclui o STF” e a imagem principal é uma foto de Dilma falando ao microfone ao lado de Lula, Marta e Haddad, todos do PT. Ainda que o texto e as imagens sejam a primeira associação a ser feita quando se olha para capa, a realidade é que a imagem tem relação com o texto que está escrito em letras menores na legenda, a fotografia na verdade faz menção à participação da presidência no comício de campanha de candidatura de Haddad à prefeitura de São Paulo. Devido à conexão do partido ao mensalão, quando se faz a associação entre manchete principal e foto principal, é quase impossível não associar o escândalo aos indivíduos que aparecem na foto.

Figura 15: Capa da Folha de São Paulo em 12 de dezembro de 2012



Fonte: Arquivo Pessoal

O mesmo ocorre na capa de 12 de dezembro de 2012 (figura 15), a diferença é que desta vez a foto é utilizada para ilustrar a manchete principal e também outros anúncios menos que tratam sobre o mensalão. Como manchete principal tem escrito “Presidente do Supremo quer Lula investigado pelo Mensalão”; menor, há também chamadas para as matérias de títulos: “Cachoeira sai da prisão em Goiás e faz ameaças ao PT”, “Condenado, João Paulo faz críticas a Joaquim Barbosa”, “E se as declarações tivessem sido dadas em 2005?” (tratando das declarações de Marcos Valério sobre o presidente Lula) e “Para Lula, Marcos Valério mentiu em depoimento”, todas relacionadas ao mensalão e ao PT. Trata-se de uma escolha editorial do Jornal associar Dilma Rousseff aos casos de corrupção, como uma forma de desgastar sua imagem e credibilidade.

Em compensação, segundo a pesquisa do Datafolha realizada no mesmo período, a maioria dos eleitores revelaram que 57% dos eleitores preferem Lula como candidato em 2012, contra apenas 32% que preferem que Dilma permaneça como candidata. A pesquisa mostrou também que 57% dos eleitores de Dilma e Lula eram os mesmos, o que demonstrou uma capacidade de transferência de votos entre ambos, realidade que tentaram repetir durante a disputa entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, em 2018, mas não se repetiu.

Por fim, um outro fator a resgatar aqui é que o impacto do Mensalão não foi apenas externo ao PT, mas se deu também internamente, à medida que expôs para a sociedade que o partido estava sujeito às mesmas contradições institucionais que sempre condenou. Além disso, ao inviabilizar politicamente figuras como José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares, que eram a condução do PT, fizera com que o Partido tivesse que reconstituir sua direção política.

3.2.1.3. As jornadas de junho de 2013 e o derretimento político de Dilma

Olhar os dados de 2013 envolve resgatar que esse momento político do Brasil passou por comportamentos diferentes da mídia tradicional. Em um primeiro momento, esta se colocou contra as manifestações, utilizando-se da narrativa de que quem estava nas ruas eram apenas jovens revoltosos e violentos que causavam desordem. Entretanto, em um segundo momento, quando as organizações de comunicação passam a ir à rua e divulgar em tempo real o que estava acontecendo; mais que isso, as mobilizações começaram a tomar corpo e criticar o governo, a forma de narrar o que estava acontecendo se modifica: estes meios de comunicação não apenas mudam sua visão, como geram pauta para mais descontentamento por parte da população brasileira com o governo de Dilma Rousseff.

Diferente dos dois recortes temporais anteriores, aqui é preciso compreender um pouco melhor o que acontecia com a conjuntura brasileira para, a partir disso, entender as manchetes e

capas que são analisadas. Em 2013, as consequências da crise capitalista – que foi caracterizada por Lula alguns anos como uma ‘marolinha’ – começam a se aprofundar, gerando um cenário de instabilidade financeira no país. Em consequência disso, o cenário é de menor possibilidade de aplicação da política de apaziguamento feita durante os anos de governo Lula, em que ao mesmo tempo que construía condições para melhoria de vida das classes marginalizadas também garantia a manutenção do lucro da burguesia.

Sendo obrigada a ajustar o cinto para dar conta de lidar com a situação econômica do país dentro da crise mundial, Dilma parte por caminhos de soluções diferenciados dos tomados durante o governo Lula. Essas movimentações, entre elas o modelo de concessão de crédito subsidiado pelos impostos dos brasileiros, por exemplo, geraram críticas profundas tanto por parte da sociedade, dos seus aliados, forças mais à esquerda que o PT, membros do próprio partido; quanto por parte de organizações adversárias. Ou seja, Dilma deixou todo mundo descontente, o que não é algo muito difícil de se conseguir quando o objetivo é lidar com uma crise que, como consequência, veio acompanhada da dificuldade na garantia de direitos.

Um combo de descontentamento com o governo Dilma se desenvolveu também a partir do aumento considerável da inflação, gerando na população brasileiro um sentimento de ineficácia do governo, que é corroborado e aprofundado a partir das movimentações de ataque midiático à presidenta. Em março de 2013 a inflação no Brasil havia chegado a uma alta de 6,59% em relação ao ano anterior, estourando o teto da meta inflacionária do governo que seria de 4,5% com tolerância até 6,5%. O discurso⁶⁵ dos meios de comunicação era que Dilma Rousseff se equivocava em como lidar com a inflação brasileira, já que em vez de combatê-la através da contenção dos gastos públicos, aumentando a taxa básica de juros e restringido o acesso ao crédito; o governo recorria a medidas paliativas e transitórias.

Feres, Miguel e Barbabela (2014) nomeiam três aspectos que foram importantes na condução das manifestações de junho de 2013: revolução das expectativas crescentes; ressentimento da classe média tradicional; e o colapso dos canais de participação. O segundo aspecto é interessante ao contexto de 2013, uma vez durante o governo Lula teve asensão a chamada nova classe média, que conquistou com o poder de compra, não todos, mas muitos espaços da tradicional classe média (COUTO, 2014). E a tradicional classe média não viu esperança de melhoras com a continuação do governo do PT, com Dilma Rousseff. (BAPTISTA, 2017, p.118).

É nesse contexto que o governo Dilma chegou às jornadas de junho de 2013: instável, sendo atacado pelas diversas faces dos setores da economia e afastada do seu próprio partido, que a criticava fortemente. Porém, uma contradição a esse cenário é que, até o estouro das jornadas de junho de 2013, as pesquisas de opinião em relação ao governo Dilma eram positivas. Segundo a

65 <https://revistaforum.com.br/blogs/blog-da-maria-fr/2013/4/17/tomate-venceu-governo-dilma-cedeu-presso-dos-bancos-da-midia-do-psdb-aumentou-os-juros-46988.html>

pesquisa⁶⁶ realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Ibope, em março de 2013 Dilma Rousseff possuía aprovação de 63% dos brasileiros, com aprovação pessoal dentro da casa dos 79%; do total das respostas, apenas 17% desaprovavam sua forma de governar.

Apesar de uma leve queda, o percentual de aprovação do governo seguiu em alta até junho quando, segundo o Datafolha⁶⁷, Dilma Rousseff ainda conservava 57% das avaliações de “bom ou ótimo” para sua gestão. É a partir do estouro das manifestações de junho de 2013 e o seu ápice que o índice de avaliação positiva de Dilma começou “a sangrar”, chegando ao fim do mesmo mês com apenas 30% de aprovação positiva e uma alta de 9% para 25% entre aqueles que consideravam sua gestão “ruim ou péssima”.

A avaliação positiva do governo da presidente Dilma Rousseff (PT) caiu 27 pontos em três semanas – período que coincide com a onda de protestos pelo país – e atingiu seu menor patamar desde o início do mandato. São 30% os brasileiros que consideram a gestão da petista ótima ou boa atualmente, ante 57% na primeira semana de junho [...]

Se no levantamento realizado no início deste mês a fatia dos que aprovavam o governo de Dilma Rousseff ainda era majoritária, agora são os que consideram sua gestão regular os mais representativos: 43%. Na pesquisa anterior, 33% atribuíam desempenho regular a sua administração.

Entre os mais jovens, a taxa de aprovação a Dilma fica abaixo da média (24%), assim como entre aqueles com ensino superior (21%), entre os mais ricos (21%) e em cidades com mais de 500 mil habitantes (24%). Nos estratos de menor escolaridade, sua aprovação fica acima da média (38%), situação que se repete entre os mais pobres (35%), na região Nordeste (40%) e em cidades de menor porte, com menos de 50 mil habitantes (38%).

Também caiu a nova média atribuída ao governo Dilma, de 7,1 no início de junho para 5,8 atualmente. (DATAFOLHA, 2013).

Enquanto a aprovação de Dilma caía nas pesquisas, o povo brasileiro ocupava as ruas. As manifestações que iniciaram no Rio Grande do Sul contra ao aumento da passagem e se estenderam a todo Brasil a medida que a repressão policial contra os manifestantes foi indignando a população, dando um tom de projeção diferenciado em relação aos anos anteriores, em que as mesmas manifestações aconteciam mas não tiveram a mesma proporção. Acostumados com a narrativa de sempre, os meios de comunicação tradicionais primeiramente atacam as organizações e movimentos sociais, como podemos ver na capa da Folha de São Paulo veiculada em 12 de junho de 2013 (figura 16).

66 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>

67 <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>

Figura 16: Capa do Jornal Folha de São Paulo em 12 de junho de 2013



Fonte: Arquivo Pessoal

Ao tratar os manifestantes como vândalos, colocando as manifestações como violentas, esses meios de comunicação cumpriam um papel desmobilizador, construindo um sentimento de medo que desencorajava a ir às ruas aqueles que também achavam injusto o aumento da passagem, mas eram contra o comportamento violento por parte de quem estava na rua. Para sustentar essa

versão das manifestações, o foco principal de cobertura dos atos se dava apenas nestes elementos, pouco levando em consideração as causas política da ida da população a rua.

Anualmente, entre as tantas outras críticas dos que lutam pela democratização da comunicação, esta forma de cobertura da mídia tradicional discontentava aqueles que estavam nas ruas, que não se sentiam representados pelo que encontravam na TV e apontavam manipulação por parte da cobertura midiática. Com isso, em 2013, diferente dos anos anteriores, a partir da possibilidade de live permitida pelo Facebook, os manifestantes, pertencendo a coletivos organizados ou não, passaram divulgar de dentro das manifestações o que de fato acontecia nas ruas. É nesse cenário que se fortaleceram meios de comunicações alternativos como a Mídia NINJA.

A grande mídia foi colocada de lado e foi até hostilizada e está sendo hostilizada, propositadamente e com razão, porque ela nunca de fato teve a capacidade de representar os movimentos sociais que vinham se organizando, pelo contrário, reprimiam os movimentos sociais, não dava voz aos movimentos sociais e quando falavam dos movimentos sociais era para incriminá-los, criminalizá-los e com isso achando que tava formando opinião pública. (GUARESCHI, 2013, n.p.).

Segundo o militante do Mídia Ninja, Bruno Tortura, em declaração para o documentário Junho, da TV Folha, nesta primeira semana o posicionamento da mídia teve um papel tão importante para as mobilizações quanto a repressão vinda da PM para gerar indignação. Essa posição pode ser vista quando, no dia 13 de junho, após o segundo ato e também sob a ameaça da PM de aumentar a repressão, o editorial da Folha de São Paulo mostrou uma posição nítida do lado que estava nas manifestações e apontando a necessidade de recuperar a Avenida Paulista e acabar com os protestos que segundo a leitura do jornal apenas atrapalhavam a sociedade.

Figura 17: Editorial Folha de São Paulo em 13 de junho de 2013

Retomar a Paulista

Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo —e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 —abaixo da inflação, é útil assinalar— não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar

isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir —menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imedia-

Fonte: Acervo Folha

Ao final do editorial deste dia, de forma clara o texto afirmou a necessidade de “pôr um ponto final” nas manifestações e continuou afirmando a necessidade da Prefeitura e da PM fazerem valer as restrições impostas às manifestações, incitando ainda que estas sejam proibidas. Cumprindo com a promessa, o este segundo ato foi marcado por um nível de repressão policial que deixou inúmeros manifestantes feridos, é quando a mídia começou a mudar de lado e enxergar o protesto com outros olhos.

Foi nesse momento também que as manifestações se nacionalizam, a resposta ao que ocorreu nas ruas de São Paulo no dia 13 de junho de 2013 foram diversos eventos criados no Facebook por todo Brasil chamando as pessoas para irem para as ruas. No ato seguinte, que ocorreu na segunda-feira (17) os cálculos da PM apontaram mais de 1 milhão de pessoas nas ruas. Apesar

disso, Folha de São Paulo não mudou muito sua narrativa em relação aos atos, como podemos ver a partir das figuras 18 e 19, e segue priorizando a cobertura da violência e do vandalismo.

Figura 18: Capa do Jornal Folha de São Paulo em 18 de junho de 2013

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 92 • TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.757 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 09H36 • R\$ 3,00

Em Brasília, aos gritos de 'o Congresso é nosso', manifestantes queimam cordão de isolamento da PM e invadem a laje da sede do Legislativo; segurança do Planalto foi reforçada

Milhares vão às ruas 'contra tudo'; grupos atingem palácios

★ MANIFESTAÇÃO É A MAIOR NO PAÍS DESDE O 'FORA, COLLOR' (1992) ★ EM SÃO PAULO, MAIS DE 65 MIL PESSOAS PROTESTAM, DIZ DATAFOLHA ★ CONGRESSO E SEDE DO GOVERNO PAULISTA SOFREM TENTATIVA DE INVASÃO

Centenas de milhares de pessoas foram às ruas em 12 capitais do país para protestar contra aumento das tarifas de transporte, corrupção, gastos da Copa do Mundo e para reivindicar a melhoria de serviços públicos, como saúde, educação e segurança, entre outras demandas. Políticos também foram alvos, como a presidente Dilma (PT), os governadores Alckmin (PSDB-SP) e Cabral (PMDB-RJ) e o prefeito Haddad (PT-SP).

Foi a maior onda de protestos políticos no país desde os caros-pintadas, em 1992, pelo impeachment do então presidente Collor.

A maioria das manifestações foi pacífica, mas houve vandalismo contra sedes do poder. Em São Paulo, um portão do Palácio dos Bandeirantes foi derrubado — a polícia impediu a invasão. No Rio, onde o protesto juntou 900 mil pessoas, um grupo atacou a Assembleia Legislativa. Em Brasília, militantes tomaram o leito do Congresso Nacional.

Na capital paulista, o ato reuniu ao menos 65 mil pessoas, segundo o Datafolha. Dos participantes, 84% disseram não ter preferência partidária. Um novo protesto está marcado para hoje, às 17h, na Sé. **Catellano C1**

FERNANDO RODRIGUES
Desfecho do movimento é imprevisível **Catellano C3**

Se tarifa do transporte fosse zero, valor do IPTU dobraria em SP
Catellano C8

EDITORIAIS **Opinião A2**
Leta "Protestos e vaia", acerca de mudança no clima político brasileiro, e "O Ira se move", sobre eleição de clérigo Rosebani para a Presidência do país.

ATMOSFERA **Catellano C11**
Sul entre nuvens em São Paulo. Mínimo 19°C. Máximo 25°C.

RODÍZIO **Catellano C11**
Não deve circular carros com placas cujo final seja: 3, 4

300.000 exemplares impressos + digitais

Cartazes das manifestações pelo país

Largo da Batata, local da concentração inicial dos manifestantes na capital paulista

ELANTRA
Flex 2.0 16V

Respeite os limites de velocidade. VEJA NA PÁGINA 5.

HYUNDAI NEW THOUGHTS. NEW POSSIBILITIES.

Fonte: Acervo Pessoal

Figura 19: Capa do Jornal Folha de São Paulo em 19 de junho de 2013



Fonte: Acervo Pessoal

Em Brasília, os manifestantes ocuparam o Congresso Federal em uma das cenas que ficou para a história como um dos símbolos do ciclo de manifestações de junho de 2013. Mobilizados

pelo Facebook também ocorreram atos em todas as capitais do país, o documentário “Junho” aponta que para além das manchetes internacionais que contavam o que estava acontecendo no Brasil, as mobilizações para manifestações também chegaram lá. Aconteceram atos de solidariedade ao processo de lutas que ocorria no Brasil em Nova Iorque, Dublin e Londres

Figura 20: Cobertura do G1 sobre as manifestações em Brasília

Filmes Fotografia Séries Música Nova pasta Comunicação Intercâmbio Levante Popular da

MENU DISTRITO FEDERAL BU

17/06/2013 19h33 - Atualizado em 17/06/2013 22h12

Manifestantes invadem cobertura do Congresso Nacional

Milhares se reuniram diante do Congresso, e uma parte ocupou marquise. Seguranças tentaram, mas não conseguiram conter acesso da multidão.

Do G1, em Brasília

FACEBOOK



Manifestantes ocupam a cobertura do Congresso Nacional (Foto: Fabiano Costa / G1)

Distrito Federal
veja tudo sobre >

- Pacien cardíac cirurgi...
08/03/201
- Dia da carnav em...
08/03/201
- Ibaneis de Cen Atendi...
08/03/201
- Justiça de 270 sede...
08/03/201

Política

Últimas notícias

Shopping

Fnac.com

Fonte: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestantes-invadem-cobertura-do-congresso-nacional.html>

Figura 21: Cobertura Internacional – Junho de 2013

The New York Times

Americas

WORLD U.S. N.Y. / REGION BUSINESS TECHNOLOGY SCIENCE HEALTH SPORTS OPINION ARTS STYLE TRAVEL

AFRICA AMERICAS ASIA PACIFIC EUROPE MIDDLE EAST

NEW JERSEY STRONGER THAN THE STORM #STTS Check out about the

Thousands Gather for Protests in Brazil's Largest Cities



Log in to see what your friend on nytimes.com. Privacy Policy This?

What's Popular Now

On TV and the Lecture Circuit, Bill Nye Aims to Change the World

NEW STRONGER THAN THE STORM

Mundo

PORTUGAL ECONOMIA MUNDO CULTURA DESPORTO CIÊNCIA

EUROPA AMÉRICA ÁFRICA ÁSIA MÉDIO ORIENTE OCEÂNIA

Brasil está a viver as maiores manifestações das últimas décadas

PÚBLICO 18/06/2013 - 08:34 (atualizado às 09:31)

Mais de 200 mil pessoas saíram à rua em diversas cidades. Centenas ocuparam cobertura do Congresso em Brasília. Grupo tentou invadir sede do governo em São Paulo.



Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/imprensa-internacional-destaca-manifestacoes-no-brasil.html>

Por sua vez, a Revista Veja, seguindo a linha editorial do Grupo Globo – que no Jornal Nacional chegava quase a instruir com as pessoas deveriam vir as ruas –, passou a narrar a ida da população a rua com a perspectiva de que o governo PT já não funcionava mais para o Brasil e que a população deveria se indignar não apenas com o preço da passagem, mas com o cenário de corrupção e criminalidade em torno da política brasileira. Segundo a Veja, a culpa de tudo isso era do PT.

Figura 22: Capa da Revista Veja de 19 de junho de 2013



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 23: Capa da Revista Veja de 26 de junho de 2013



Fonte: Arquivo Pessoal

A edição de 19 de junho de 2013 trouxe a chamada “A revolta dos jovens – Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?” em cima da imagem de fogo e do picho “Contra o aumento”. Em poucas palavras, a revista trouxe um recorte de qual seria o perfil daqueles que ocupavam as ruas, qual motivo os levava a elas e em qual perspectiva de futuro de reivindicações estes jovens deveriam se guiar. Uma semana depois, em um exemplar especial, a revista Veja repetiu o cenário de chamas na capa, mas dessa vez com uma jovem mulher carregando a bandeira do Brasil nas costas e com a chamada “Os sete dias que mudaram o Brasil”. A esta

altura, as manifestações já haviam ganhado um grau de constância, sempre apontando a seguinte data de mobilização ao seu final e tinha por característica a dispersão de pautas política, deixando de ser apenas contra o aumento da passagem, e a aversão a partidos e organizações políticas, em especial as de esquerda, que tinha suas bandeiras e símbolos negados. Em contrapartida, começou a ser retomado o simbolismo da bandeira nacional, um sentimento de nacionalismo distorcido que plantava a semente ideológica que deu bases para o crescimento do Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento Vem Pra Rua e, até mesmo, a atual lógica bolsonarista.

Por fim, segundo o Ibope, Dilma chegou ao mês de junho com um índice de 31% entre aqueles que achavam o governo “bom ou ótimo”, contra 37% que consideraram o governo como “regular” e 31% que avaliaram como “ruim ou péssimo”, um equilíbrio em números que apontava um grande desequilíbrio para o governo. A pesquisa apontou também que a avaliação pessoal de Dilma passou de 71% para 45%, em relação à pesquisa do CNI/Datafolha realizada em março; e o índice de quem desaprova foi de 25% para 49% no levantamento atual.

Deste período para frente, abriu-se oficialmente o processo de turbulência que teve como resultado o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Após uma jornada de mobilizações que não se via no país desde o período da ditadura militar ou pró impeachment de Fernando Collor, o ano de 2014 se iniciou com a exposição das primeiras denúncias da Operação Lava Jato, reabrindo a ferida não cicatrizada deixada pelo Mensalão.

3.2.1.3.1 Os movimentos sociais em junho de 2013

É preciso abrir uma pequena passagem aqui para aprofundar o fato de que, enquanto os meios de comunicação vivenciavam uma crise de credibilidade, a aceitação no que era colocado pelos movimentos sociais que estava na rua pode ser vista não só pelo crescimento de mídias como o NINJA, mas também pelo crescimento das redes de movimentos como o Levante Popular da Juventude. Se compararmos uma postagem realizada em 24 de junho de 2013, em meio ao período das manifestações e com o tema voltado para eles e considerarmos que naquele período era um tema que levava à fácil interação, podemos considerar que o número de 125 compartilhamentos (figura 24) é relativamente baixo.

Figura 24: Chamada em defesa do Passe Livre



Fonte: Facebook do Levante Popular da Juventude

Em compensação, se for observado o índice de engajamento da página nos meses anteriores e depois das manifestações de junho, pode-se perceber que, mesmo que inicialmente isso tenha se mostrado de maneira tímida, algumas mudanças em relação ao público e o aumento de interação com as publicações da página começam a ser perceptíveis. As figuras 25, 26, 27 e 28 em relação a figura 23 mostram um crescimento da página através dos números de interação apresentados pelo *Facebook Insights*.

Figura 25: Repressão por seguranças da ALERJ - 28 de agosto de 2013

Post Details Reported stats may be delayed from what appears on posts


Levante Popular da Juventude
 August 28, 2013 · São Paulo, SP ·

No dia 14 de agosto de 2013, ocorreu na ALERJ mais um Testemunho da Verdade convocado pela Comissão da Verdade do Rio. Estiveram presentes membros da mesma, da Comissão Nacional da Verdade, e grupos como o Tortura Nunca Mais, Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, e nós, do Levante Popular da Juventude. Foram convidados a depor militantes que passaram pelo DOI-CODI no mesmo período que Mario Alves, secretário-geral do PCBR em vida, e intimidados os militares envolvidos eu seu ... [See More](#)



Levante Popular da Juventude é reprimido por seguranças da ALERJ - 14/08/13
 No dia 14 de agosto de 2013, ocorreu na ALERJ mais um Testemunho da Verdade convocado...
[YOUTUBE.COM](#)

 **Get More Likes, Comments and Shares**
 Boost this post for R\$65 to reach up to 29,000 people.

1,600 people reached [Boost Post](#)

 Rafael Polari De A. Kritski, Lúcio Centeno and 9 others 2 Shares 

1,600 People Reached

14 Likes, Comments & Shares

11 Likes	11 On Post	0 On Shares
0 Comments	0 On Post	0 On Shares
3 Shares	2 On Post	1 On Shares

55 Post Clicks

0 Photo Views	0 Link Clicks	55 Other Clicks
-------------------------	-------------------------	---------------------------

NEGATIVE FEEDBACK

0 Hide Post	0 Hide All Posts
0 Report as Spam	0 Unlike Page

Fonte: Facebook Levante Popular da Juventude

Figura 26: Corrupção no metrô de São Paulo - 4 de setembro de 2013

Post Details Reported stats may be delayed from what appears on posts



Levante Popular da Juventude
September 4, 2013 · 🌐

Marcha pede apuração de denúncias de corrupção no metrô de São Paulo

<http://www.redebrasilatual.com.br/.../marcha-pede-apuracao-d.../>

Foto da Rede Brasil Atual



👍 Get More Likes, Comments and Shares
Boost this post for R\$65 to reach up to 29,000 people.

1,241 people reached Boost Post

👤 Luisah Duarte, Marcelo Penna Kagaya and 15 others 4 Shares

1,241 People Reached

33 Likes, Comments & Shares

26 Likes	17 On Post	9 On Shares
0 Comments	0 On Post	0 On Shares
7 Shares	5 On Post	2 On Shares

0 Post Clicks

0 Photo Views	0 Link Clicks	0 Other Clicks
-------------------------	-------------------------	--------------------------

NEGATIVE FEEDBACK

0 Hide Post	0 Hide All Posts
0 Report as Spam	0 Unlike Page

Fonte: Facebook Levante Popular da Juventude

Figura 27: Beleza não tem padrão – 3 de outubro de 2013



Levante Popular da Juventude

October 2, 2013 · 🌐

No último dia 28, que por sinal é o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto, aconteceu em Belo Horizonte o Miss Brasil 2013. Esse evento, que se não me engano é o maior concurso de beleza do país, traz à tona pautas caras pra nós do movimento feminista. Por isso, nós da Marcha Mundial das Mulheres convocamos o Levante Popular da Juventude e mulheres de várias outras organizações e coletivos para irmos até a entrada principal do Minascentro levar o nosso recado: “Eu não sou miss, nem avião! Minha beleza não tem padrão!”



Eu não sou miss, nem avião! Minha beleza não tem padrão

Por: Larissa Costa* No último dia 28, que por sinal é um dia de luta latino-americano e caribenho pela legalização do aborto, aconteceu em Belo Horizonte o Miss...

MARCHAMULHERES.WORDPRESS.COM

Reported stats may be delayed from what appears on posts ✕

2,046

People Reached

36

Likes, Comments & Shares

33 Likes	33 On Post	0 On Shares
0 Comments	0 On Post	0 On Shares
3 Shares	3 On Post	0 On Shares

0

Post Clicks

0 Photo Views	0 Link Clicks	0 Other Clicks
------------------	------------------	-------------------

NEGATIVE FEEDBACK

0

Hide Post

0

Hide All Posts

0

Report as Spam

0

Unlike Page

Fonte: Facebook: Levante Popular da Juventude

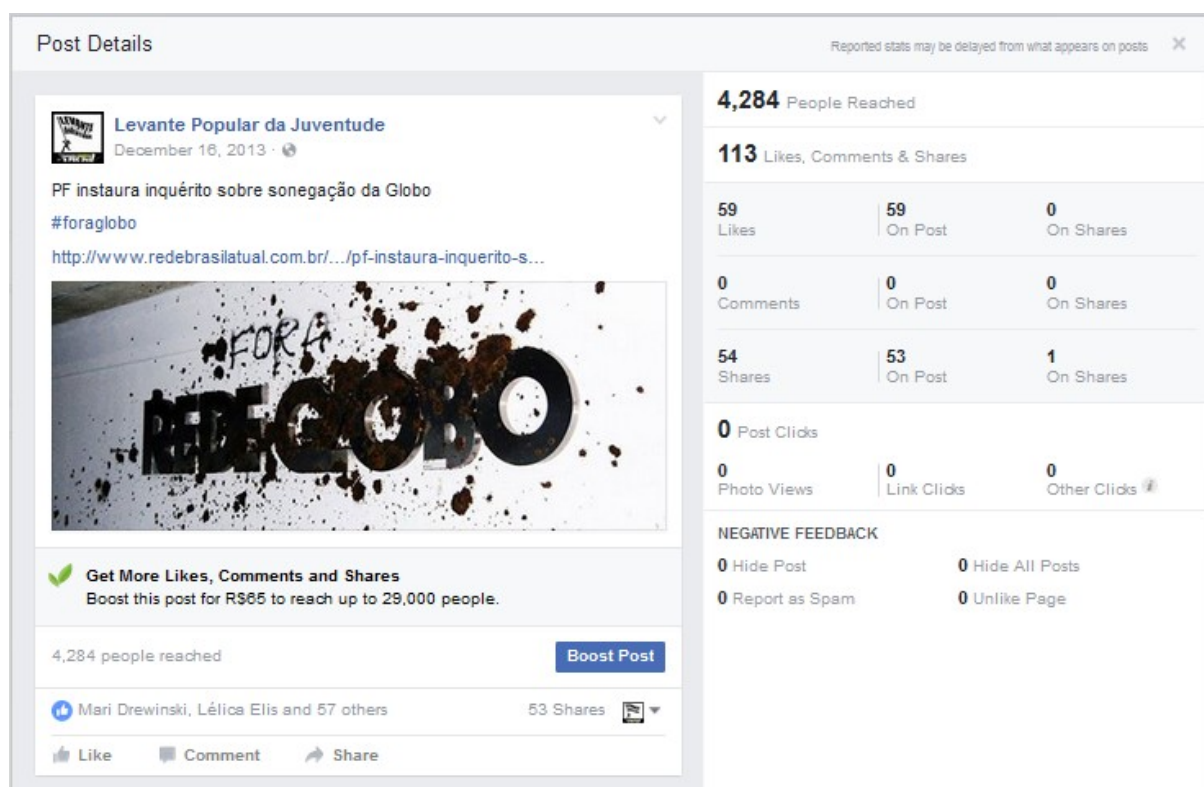
Figura 28: Assassinato de Marighella – 4 novembro de 2013



Fonte: Facebook: Levante Popular da Juventude

Pode-se perceber que, ainda que o mês de setembro (figura 27) apresente uma queda de interação, houve um crescimento considerável até chegar ao valor de alcance relacionado à arte de aniversário do assassinato de Marighella (figura 28). Considerando que o Facebook tem como uma das bases para aumentar ou diminuir o alcance de determinada publicação a interação que os usuários têm com ela, podemos dizer que à medida que os comentários, compartilhamentos e curtidas em postagens cresce, a relação das pessoas com a página tem maior capacidade de crescer também.

Figura 29: Escrachos à Rede Globo



Fonte: Facebook: Levante Popular da Juventude

Resgatando mais uma vez dados de 2013, podemos ver na figura 29 mais uma publicação com o nível de interação consideravelmente maior do que os meses anteriores, exceto pela publicação da figura 28, que teve um alcance de mais de 27 mil pessoas. Além da mera publicação, ao comparar os dados da figura 28 e da figura 29 podemos apontar alguns fatores que influenciam o nível de alcance de uma frente a outra. Existe uma linha de alcance imposta pelo Facebook que prioriza tipos de conteúdos publicados. Como é informado pelo próprio site, postagens de vídeo geralmente tem um maior alcance frente a imagens, imagens tem maior chance de alcance frente a links e postagens de texto seco tem menor chance de alcance, mas no fim, se a informação repassada não tiver intencionalidade pouco ou nada adiantará, será só mais uma postagem em meio a infinitas outras.

Como consequência de junho de 2013, podemos afirmar que o modo como a esquerda brasileira olhava para os meios de comunicação mudou. Seja através da denúncia dos meios de comunicação tradicionais ou pela luta de que o ciberespaço continuasse livre e democrático, que resultou mais tarde no marco civil da internet, aprovado em 2014 através da Lei 12.965/14.

Através desse crescimento das suas redes e da leitura da própria conjuntura do período. Se antes as ferramentas de comunicação eram secundarizadas e tidas como um uso exclusivo da burguesia, as manifestações de junho de 2013 mostram o ascenso de um modelo de comunicação que se torna fundamental para que os movimentos sociais se apropriem de formar próprias de se comunicar. É nas redes sociais que estes encontram uma voz que nunca foi lhes dada anteriormente, a possibilidade de fazer uso do ciberativismo para propor ideais e atrair potenciais militantes da causa.

3.2.1.4. O escândalo da Petrobras, as manifestações Contra a Copa do Mundo e as eleições de 2014

O ano de 2014, é marcado por dois grandes acontecimentos na política brasileira: (1) o novo escândalo de corrupção e propina de milhões de dólares e que levaram à prisão de ex-diretores da Petrobras, políticos e empreiteiros e (2) as manifestações contra a Copa. Se por um lado, o primeiro acontecimento demarca um novo grau de instabilidade na relação de confiança entre o povo brasileiro e o PT. Por outro, a negação da Copa no país do futebol, demonstrou o nível do descontentamento popular não apenas frente aos altos preços dos ingressos, aos gastos desnecessários e o autoritarismo da Fifa nos processos de desintegração de posse. Mas também à exigência de melhores condições de educação, saúde e segurança combinadas a um discurso de descrença nos partidos políticos e denúncia da corrupção, que se acumulava desde as jornadas de junho de 2013.

Um outro fato a se considerar para 2014 é o processo eleitoral. Novamente candidata, Dilma Rousseff passou a sofrer ainda mais ataques por parte da mídia tradicional, que se esforçou ainda mais em associar Dilma aos escândalos envolvendo o PT e as críticas em relação ao governo Lula, ainda que houvesse uma narrativa de desentendimento entre as duas figuras políticas.

Segundo Naiara Conceição (2018), quando olhamos para as diversas capas da revista *Veja* que envolvem o PT e o governo Dilma Rousseff, ao longo dos três primeiros anos de governo houve uma desassociação da ex-presidenta aos casos de corrupção vinculados ao partido. Entretanto, à medida que as eleições se aproximaram, visando influenciar na derrota da reeleição de Dilma, o nome da então candidata passou a aparecer entre as manchetes que falavam sobre a Lava Jato, em especial a partir das denúncias de que a campanha de Dilma teria utilizado dinheiro do esquema de corrupção para a sua campanha.

Figura 30: Capa da Revista Veja em 29 de outubro de 2014



Fonte: Arquivo Pessoal

Entre as capas veiculadas nesse período, a que demonstra em um conjunto único essa movimentação por parte da mídia tradicional é a revista *Veja* de número 2397, (figura 30). Veiculada no dia 29 de outubro de 2014, dois dias antes do segundo turno, a capa coloca as faces de Lula e Dilma lado a lado e, através da chamada principal “Eles sabiam de tudo” e em letras menores “Petrolão: O doleiro Alberto Youssef, caixa do esquema de corrupção da Petrobras, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público, na terça-feira passada, que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal”, afirmou a ciência de ambos em relação ao esquema de corrupção que, supostamente, ocorria nas transações da Petrobras. Assim, após anos de

preservação em relação a esta pauta específica, Dilma foi acusada de também estar por trás da realidade de corrupção brasileira.

A matéria faz parte da cobertura do esquema de corrupção revelado em março de 2014 e que se estendeu como tema até a atualidade. Nos meses seguintes à primeira notícia, a investigação do esquema de corrupção envolvendo a Petrobras apontou o envolvimento de importantes nomes da política brasileira e que faziam parte do governo Dilma. Com isso, ainda que Dilma não tivesse sido formalmente acusada, colasse mais um desgaste na cota dos que já se acumulavam desde 2013, aprofundando a construção de uma imagem negativa de seu governo.

No objetivo de seguir o desgaste da imagem do PT, é possível identificar o ataque ao governo Dilma também através das capas das edições 2366 (26 de março de 2014), 2368 (9 de abril de 2014) e 2390 (10 de setembro de 2014), contando obviamente que estas não foram as únicas a tratar do caso da Lava Jato, que era lembrado mensalmente nas edições da Revista Veja.

Figura 31: Capa da Revista Veja em 26 de março de 2014

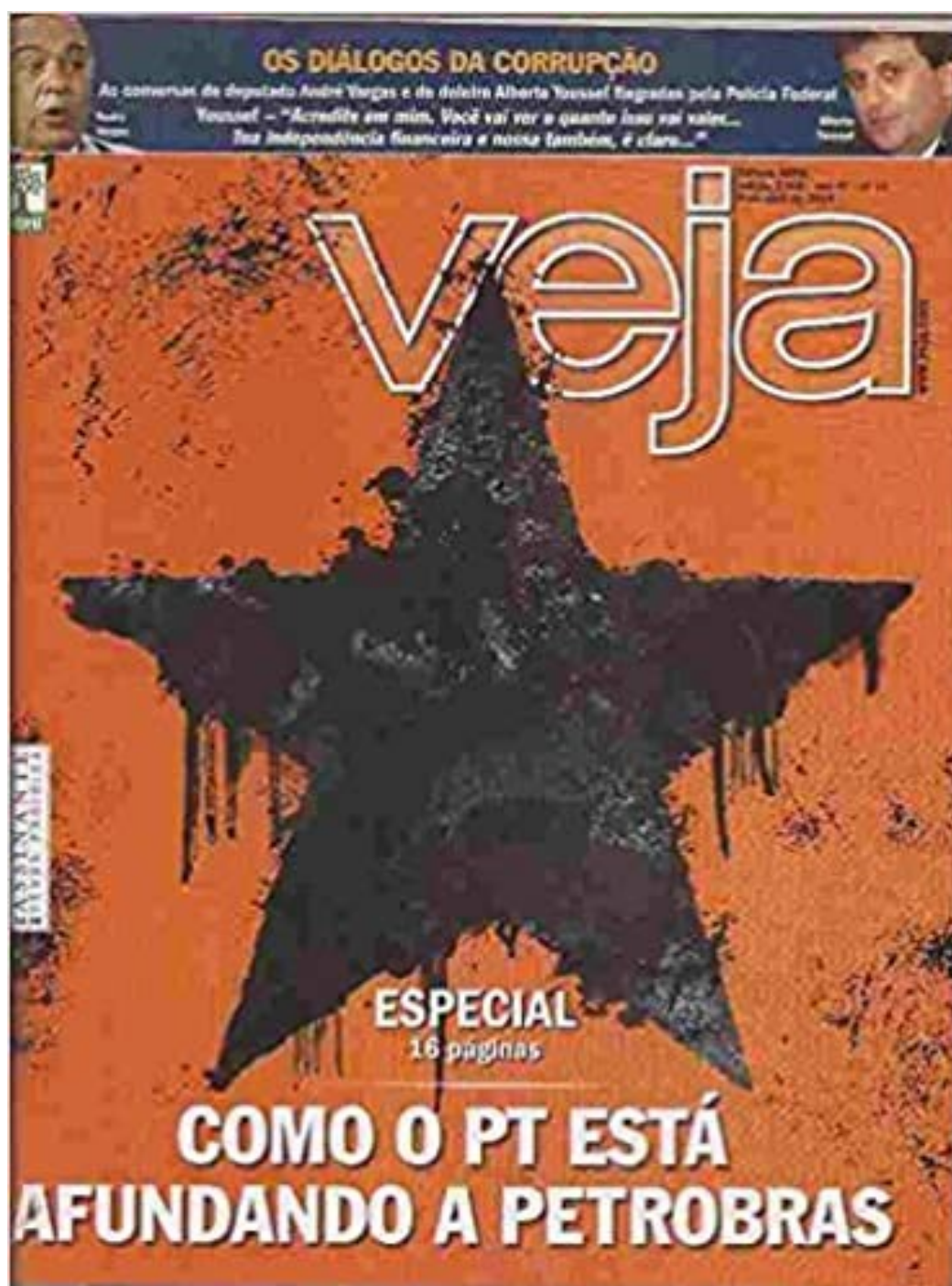


Fonte: Arquivo Pessoal



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 33: Capa da Revista Veja em 10 de setembro de 2014



Fonte: Arquivo Pessoal

Na edição veiculada em 26 de março de 2014 (figura 31), vestida na roupa da Petrobras, Dilma foi mais uma vez posta como a pessoa confusa, que não sabia o que está fazendo em seu governo. Com o chamado geral “O que era solução virou problema” e, menor, “Dilma fez (quase) tudo certo no caso Pasadena, mas o aparelhamento da Petrobras está levando a presidente a sofrer

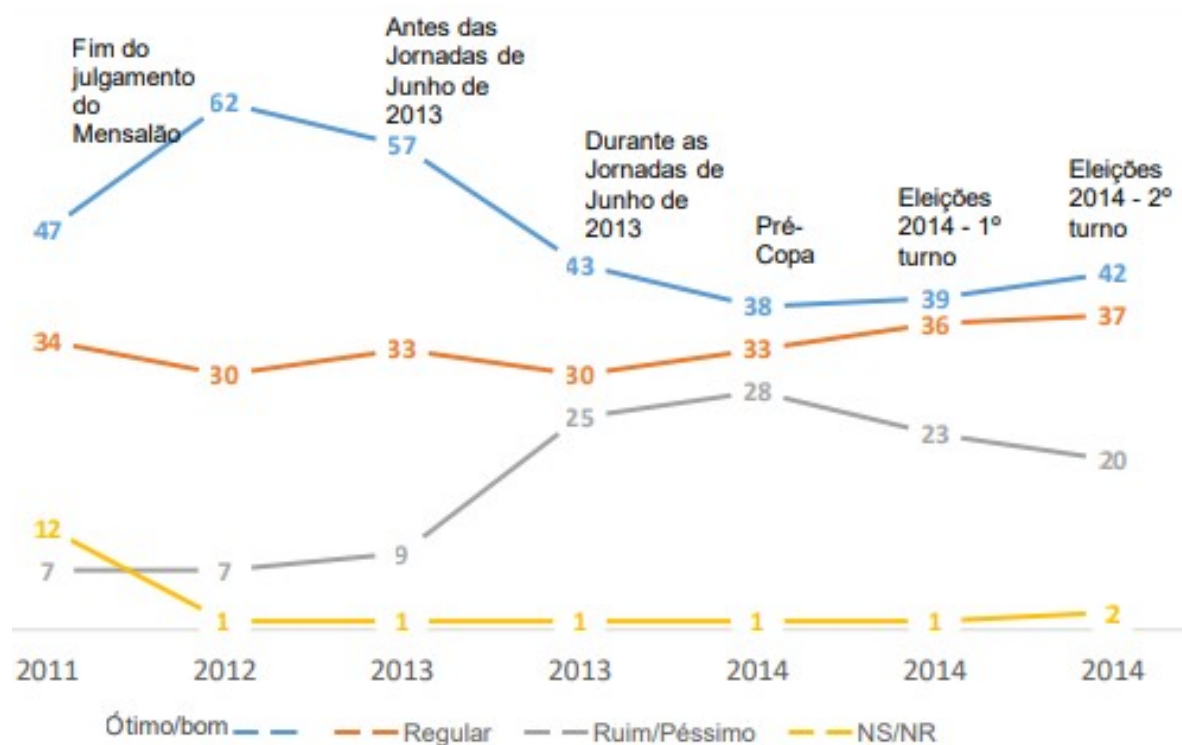
por suas virtudes”, a revista colocou a então presidenta um pouco como vítima, como se de fato ela estivesse se afogando numa poça de petróleo, mas com as mãos limpas, como aparece na imagem. Em contrapartida, a capa veiculada em média de 15 dias depois traz uma perspectiva contrária, se em março Dilma estava se afogando no petróleo, em abril coloca-se o PT como destrutor da Petrobras.

Com a chamada principal “Como o PT está afundando a Petrobras” associada a estrela do PT em preto, simbolizando estar imersa no petróleo e trazendo no topo o chamado para uma outra matéria com os escritos “Os diálogos da corrupção: as conversas do deputado André Vargas e do doleiro Alberto Youssef flagradas pela Polícia Federal”, citando em seguida um trecho da fala deles. A capa da revista vinculou os esquemas de corrupção ao processo de desmonte da estatal e, conseqüentemente, colocou a culpa no Partido dos Trabalhadores. Identifica-se já daí uma movimentação de desmonte e processo cada vez maior de privatização da estatal, que foi uma das principais empresas atacadas durante o período em governo de Michael Temer e de Jair Bolsonaro, sob um discurso de que a destruição da empresa é uma consequência da inabilidade dos governos PT.

Já a edição de 10 de dezembro de 2014, veiculada após o resultado das eleições, trouxe na capa a imagem do delator, Paulo Roberto Costa. Com o rosto pintado de vermelho na foto, a fala do ex-diretor da Petrobras foi usada como gancho para associar o PT ao caso da propina na compra da refinaria de Pasadena, à lista de nomes dos envolvidos em esquemas de corrupção e também para afirmar que o dinheiro desviado da Petrobras sustentava a base aliada do partido no Congresso. Além disso, a capa também trouxe outras duas denúncias: o caso de corrupção envolvendo Nestor Cerveró e o caso de Meire Poza, contadora que denunciou a participação das empreiteiras nas negociações denunciadas pela Lava Jato.

Em meio a insatisfação popular com o que se noticiava a respeito da Operação Lava Jato, a realização da Copa do Mundo em 2014 gerou também o descontentamento de alguns setores da sociedade, que acusavam o governo de realizar gastos excessivos em um momento de crise, em que os impostos estavam elevados, a economia dava sinais de retração e se apontava também a necessidade de investir em outras áreas problemáticas do país. Além disso, alegava que os investimentos nas obras da Copa eram um prejuízo, considerando que a maioria das obras não teriam função após o evento. Diante da insatisfação, começaram a surgir manifestações contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e davam sinais de uma nova “Jornadas de Junho”, mas acabaram não tendo a mesma proporção que os atos de 2013. Não à toa, apesar do seu papel político em relação ao desgaste do governo, as manifestações contra a copa não tiveram grandes holofotes na mídia burguesa.

Figura 34: Avaliação do Governo Dilma Rousseff (%) - 2011 a 2014



Fonte: Datafolha

A junção entre as jornadas de junho de 2013, as manifestações contra a Copa e o caso Lava Jato alteram profundamente o cenário de aprovação de Dilma Rousseff em relação à população Brasileira, fazendo com que ela chegue às portas das eleições de 2014 sem grandes certezas de vitória contra Aécio Neves (PSDB), seu principal adversário nas urnas. Como pode-se observar a partir do gráfico construído com bases dos dados do Datafolha, Dilma só recuperaria um pouco de sua avaliação positiva de governo no período das eleições, realidade que, apesar da vitória eleitoral, abriu margens tanto para o questionamento de validade das eleições quanto é sintoma da falta de base de apoio capaz de sustentar o governo.

Sob essas circunstâncias conjunturais, em outubro de 2014, Dilma venceu Aécio em uma eleição de dois turnos. Em que a candidata foi eleita com 51,64% dos votos válidos, contabilizando uma média de 54 milhões de votos, e protagonizando uma das eleições mais acirradas no Brasil após a redemocratização. Uma outra característica das urnas em 2014 foi o alto grau de abstenção nas urnas, um sintoma do processo de descredito com o sistema político brasileiro que crescia, o sentimento de que “político é tudo igual” e que nem o PT nem partido nenhum resolveria os problemas do Brasil. Neste ano, a abstenção ultrapassou a marca de 20 milhões de eleitores, dando

a Aécio Neves mais um elemento em sua tese de que as eleições deveriam ser invalidadas e que a vitória de Dilma era ilegítima.

Figura 35: Capa da Veja em 5 de novembro de 2014



Fonte: Arquivo Pessoal

Por sua vez, a mídia tradicional seguiu no desgastando Dilma Rousseff, construindo em Sergio Moro o bastião dos valores políticos através do seu papel na Lava Jato. Colocando como a figura da justiça, incapaz de ser influenciado e de se envolver nos esquemas de corrupção, o então juiz federal, Sergio Moro é quem ocupa a capa da Veja em sua primeira edição após resultado das eleições (figura 35). Essa escolha deixou nítido tanto um descaso com a reeleição da presidenta, que é citado em tamanho menor através do texto “Mais quatro anos. Manual de sobrevivência para o

segundo mandato de Dilma”, também ao lado “Aécio Neves. Entrevista: 'O Brasil perdeu o medo do PT'”, quando quem é a figura pública projetada por estes meios e seus aliados.

3.2.1.5 As manifestações pelo impeachment de Dilma

As manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff, em 2015 e 2016, que, apesar de terem tomado força após sua posse, começaram a se manifestar de forma tímida a partir da derrota de Aécio Neves, no segundo turno das eleições de 2014. A pequena margem de diferença de votos (como se pode ver na figura 36, a seguir), foi utilizada pra desacreditizar o resultado das eleições e abriu a narrativa das manifestações que culminaram no impeachment de Dilma em 2016.

Figura 36: Primeiro turno e segundo turno das eleições presidenciais em 2014



Fonte: <https://www.eleicoes.folha.uol.com.br/2014/1turno/presidente/br.shtml>

A vitória de Dilma Rousseff foi frágil e, com as manifestações nas ruas, perda cada vez maior da base aliada, e o impulsionamento da mídia tradicional, não se sustentou; levando-a a ser impeachmada em 31 de agosto de 2016. Da posse até o dia final da votação, no contexto midiático, aos poucos a reputação da então presidenta foi desgastada entre ataques mais tênues e mais profundos em capas de revistas e jornais, e também no amplo contexto das redes sociais, através de memes, fake news, que já previam um pouco do cenário que se instaurou anos depois na disputa eleitoral entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, em 2018. e que resultou na vitória do primeiro.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 39: Capa da Revista Veja em 15 de setembro de 2015



Fonte: Acervo Pessoal

Através das capas da Veja, alguns elementos se repetiram e foi possível realizar uma síntese da construção narrativa da direita no segundo mandato de Dilma Rousseff:

1. Isolamento político: reforçando a cenário pré-eleições, de descontentamento da base aliada, logo após a vitória eleitoral e ainda antes da posse, que só ocorreria em janeiro do ano seguinte (2015), a Revista Veja estampou a capa da edição de 12 de novembro de 2014 (figura 37) com a imagem de Dilma e com a chamada principal “A solidão da vitória”, seguida pelo texto “Sem saber o que fazer na economia, pressionada pelo PT e esnobada pelos aliados, a presidente se isola no palácio”. A imagem na capa, que inclusive a desassociava do vermelho PT, foi o retrato dos dois tons de solidão apontados pela mídia: o afastamento da então presidenta de seu próprio partido e, também, do seu vice-presidente, Michael Temer (PSDB).
2. Campanha de mentiras: usando o mesmo caminho da edição de 16 de junho de 2010 (figura 6), a capa da Veja de 21 de janeiro de 2015 (figura 38), colocou Dilma enquanto uma figura contraditória e incapaz de cumprir suas promessas, ou seja, em sua campanha, mais uma vez a candidata teria mentido para a população brasileira, apontando ações que foi incapaz de cumprir.
3. Incapacidade de governar: consequência dos dois pontos anteriores, sustenta-se a afirmação de que, diante da incapacidade de Dilma Rousseff governar, a presidência do Brasil estava nas mãos de Michael Temer, seu vice-presidente, e de Lula, que era citado sempre vinculado aos esquemas de corrupção e às críticas aos seus anos de governo. Em uma análise discursiva, é importante citar o fundo de machismo em torno desta suposição à medida que ela sugeriu que Dilma, a primeira presidente mulher do Brasil, era incapaz e na verdade era governada por dois homens. A narrativa desse governo insustentável pode ser visualizada na capa de 15 de setembro de 2015 (figura 39) e, de forma mais direta, sua associação à Lula pode ser vista na capa da revista em 7 de outubro de 2015 (figura 40)

Figura 40: Capa da Revista Veja em 7 de outubro de 2015



Fonte: Arquivo Pessoal

Enquanto isso, aconteciam também as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff e a favor do seu impeachment. A primeira delas foi puxada em 15 de março e seguiram, nacionalmente, nos dias 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015. É nesse contexto que se fortaleceu o Movimento Brasil Livre (MBL) e também o grupo Revoltados Online, que já tinha como uma das suas referências políticas o futuro candidato a presidente, Jair Bolsonaro.

As capas do jornal Folha de São Paulo narravam os atos como gigantes, bem organizados e frequentados por famílias de bem, cenário e descrição muito diferente do que se via quando eram os movimentos de esquerda que iam para as ruas. Podemos ver como se dá essa narrativa através das capas e manchetes na capa da Folha de São Paulo em relação aos atos, nas figuras 41, 42, 43 e 44.

Figura 41: Capa do Jornal Folha de São Paulo em 15 de março de 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 **UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL** folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 95 • SEGUNDA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2015 • Nº 31.393 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 23H59 • R\$ 3,50

'Fora, Dilma' reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país

★ ATO POLÍTICO É O MAIOR REGISTRADO NA CAPITAL PAULISTA APÓS DIRETAS JÁ ★ MILHARES FAZEM PROTESTOS EM TODOS OS ESTADOS E NO DF ★ GOVERNO DIZ ESTAR DISPOSTO A OUVIR 'VOZ DAS RUAS'

VINÍCIUS MOTA
República no Brasil convive mal com presidentes fracos
Opinião A2

RICARDO MELO
Obrigar milionários a dividir custos é a opção contra a crise
Poder A2

VALDO CRUZ
Resposta do Planalto às manifestações foi tímida e a de sempre
Opinião A2

ÁLCIO NEVES
Protestos não dizem respeito ao passado, mas, sim, ao futuro
Opinião A2

ENTREVISTA DA 2ª
JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Medidas vão agilizar punição de corruptos
Punir corruptos mais rapidamente, agilizar processos contra desvio de recursos e criminalizar servidor que enriquece ilícitamente estão no pacote de Dilma, segundo o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) disse a *Marle Cesar Carvalho*. Pág. A17

CIÊNCIA
Cão distingue rosto feliz de cara irritada, mostra estudo de
MARCIA DESSEN
Em tempos de crise, muda hábitos de consumo e repense aplicações *Inteligência* B7

Pior acidente em estradas de SC deixa 51 mortos
Ao menos 51 pessoas morreram depois de um ônibus de turismo superlotado despenhar de uma altura de 400 metros no sábado (14), perto de Joinville. Foi o pior acidente rodoviário da história de Santa Catarina. Há oito feridos. O veículo havia saído de União da Vitória (PR) e levava religiosos. *Catiana* B5

Conflitos por água batem recorde e envolvem 43 mil famílias no Brasil
Catiana B1

ATMOSFERA Catiana B2
Furacões de chuveiro em São Paulo
Mínimo 20°C. Máximo 27°C.

esporte C3
Nasci na Austrália, tem melhor estreia de um brasileiro na F1

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Nas cordas", o respeito de manifestações contra o governo Dilma, e "Chantagem à cubana", acerca de situação de médicos da ilha no Brasil.

Assembleia da Venezuela dá superpoderes a Nicolás Maduro
Mundo B1A

RODÍZIO Catiana C2
Não devem circular carros com placa amarela

FALE COM A FOLHA
Fale conosco através dos canais online, por telefone ou pessoalmente. Quer falar com o editor? Não deixe de enviar sua carta.

BRASILIA
Caras-pintadas pedem a saída de Dilma na Esplanada

SÃO PAULO
Policiais fazem selfie, uma das marcas da manifestação

SALVADOR
Na Barra, manifestante bate panela contra a presidente

Foto aérea mostra multidão na av. Paulista, desde o Masp (à esq.) em direção ao Parque

Fonte: Acervo Folha

Figura 42: Capa do Jornal Folha de São Paulo em 13 de abril de 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 95 • SEGUNDA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2015 • Nº 31.421 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 09H01 • R\$ 3,50





Brasília Mulher durante manifestação em frente ao Congresso

Rio de Janeiro Pintado, homem participa de protesto em Copacabana

São Paulo 'Eu sou coxinha', diz cartaz de grupo na avenida Paulista

Manifestantes voltam às ruas com menos força; ato em SP tem 100 mil

Protestos ocorreram em várias cidades; organizadores cobraram da oposição empenho pelo impeachment de Dilma

ANÁLISE IGOR GIELOW

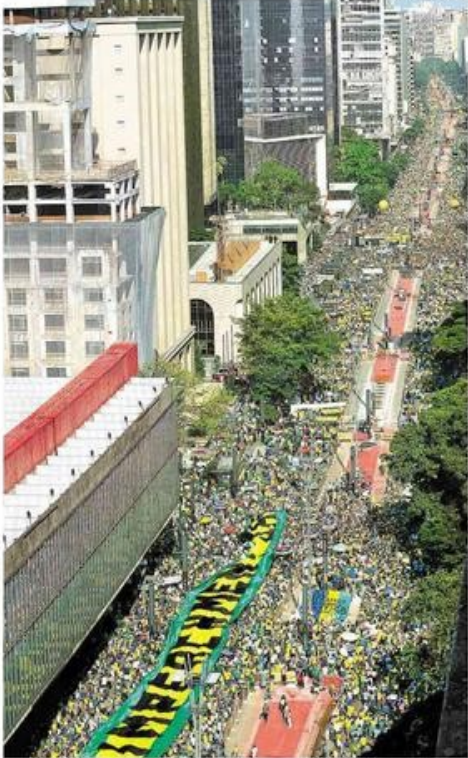
Alívio da crise do governo ainda está muito longe

A charrada existencial do "copo meio cheio ou meio vazio" se aplica bem ao que ocorreu nesta etapa dos atos. Há motivos para comemoração no Planalto. Afinal, o movimento de marco poderia ter crescido de intensidade. Mas o alívio está longe de ser profundo o suficiente para ser decretada a moratória da crise. **Poder A5**

LUÍZ FERNANDO VIANNA

Protesto é guiado mais pelo fígado que pelo estômago

Os atos anti-Dilma ainda são guiados mais pelo fígado (ódio ao PT) do que pelo estômago (desemprego, perda de renda); mais por vontade que por necessidade. Se a crise se instalar com força e os mais pobres saírem às ruas, é possível que a turma deste domingo (12) corra para seus apartamentos. E chame a polícia. **Opinião A2**



PERFIL DE QUEM PROTESTA (em São Paulo)

- ✓ Homens (56%)
- ✓ Branco (73%)
- ✓ 45 anos (idade média)
- ✓ Com ensino superior (77%)
- ✓ Assalariado registrado (35%)
- ✓ Sem partido de preferência (56%)
- ✓ Votou em Aécio Neves (83%)

Corrupção foi principal motivação para paulistano

A indignação com a corrupção foi o motivo mais citado por quem foi ao protesto deste domingo (12) na Paulista. Segundo pesquisa Datafolha, 33% alegaram essa causa para sair às ruas. Mais de 60% disseram que compareceram ao ato do último dia 15 de março.

Embora 73% dos entrevistados tenham declarado apoio ao impeachment da presidente Dilma, apenas 13% afirmaram que saíram de casa com essa motivação. A avaliação do Congresso Nacional também não foi boa: 77% o consideraram ruim ou péssimo. **Poder A10**

Protestos são legítimos nas democracias, diz governo

Paulo Brossard, ex-ministro do STF, morre aos 90 em Porto Alegre

JOSÉ SARNEY

Deixa o exemplo do político íntegro, do cidadão exemplar

Opinião A3

ESPORTE

Palmeiras e Santos passam para a semifinal do Paulista

RESULTADOS DE ONTEM

Palmeiras 1 x 0 Botafogo

Santos 3 x 0 V. da Prata

PRÓXIMOS JOGOS

Corinthians x Palmeiras

Santos x São Paulo

ILUSTRADA

Iggy Pop, pai do punk, está no Brasil para evento de moda

SAÚDE

Realidade virtual ajuda quem tem medo de avião

EDITORIAIS **Opinião A2**

Leia "Emprego em queda", a respeito de alta na taxa de desocupação, e "Plataforma vazia", sobre parceria entre Brasil e Ucrânia na área espacial.

folhainvest **A1**

Pequeno investidor poderá aplicar em papéis de empresas estrangeiras

RODÍZIO **Cotidiano D2**

Não devem circular casos com placas cujo final seja: 1.2

ATMOSFERA **Cotidiano D2**

Sol entre nuvens na capital paulista

Mínimo 16°C Máximo 25°C

FALE COM A FOLHA

Via como entrar em contato com o serviço ao assinante, de notícias e a outros temas. fale.folha.com.br

Faixa em ato em frente ao Masp pede impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT)

Figura 43: Capa do Jornal Folha de São Paulo em 17 de agosto de 2015



Novos protestos mantêm Dilma sob pressão; SP mobiliza 135 mil

Atos em todos os Estados pedem impeachment da presidente, prisão de Lula e elogiam o juiz Moro: Aécio discursa em BH



Protesto contra o governo Dilma (PT) reúne cerca de 135 mil pessoas na avenida Paulista, segundo o Datafolha; atos ocorreram em 169 cidades

Multidões contrárias à presidente Dilma Rousseff voltaram às ruas para protestar neste domingo (16).

Em São Paulo, 135 mil pessoas se reuniram na avenida Paulista, de acordo com o Datafolha. A concentração superou a de 12 de abril (100 mil), mas ficou aquém da de 15 de março (210 mil).

Houve atos em todos os Estados. Segundo a Polícia Militar, eles atraíram 612 mil pessoas nas capitais (sem considerar Rio e Recife, onde não foi feita contagem), mais que os 540 mil de abril.

Convocados por grupos que se articulam nas redes sociais e não têm vínculos diretos com partidos, as manifestações tiveram como alvos principais Dilma, o ex-presidente Lula e o PT.

Já o juiz Sérgio Moro, que determinou prisões na esteira da Operação Lava Jato, foi tratado como ídolo.

Os atos mantêm a pressão sobre o Planalto num momento em que o governo tenta recuperar a iniciativa política e barrar pedidos de impeachment de Dilma.

Segundo o Datafolha, 85% dos manifestantes que foram à avenida Paulista querem que a presidente renuncie ao cargo e 82% defendem o impeachment.

Em Belo Horizonte, o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), discursou num carro de som. Foi a primeira vez que participou das manifestações.

Para o governo, os protestos são expressão da "normalidade democrática", disse o ministro Edinho Silva (Comunicação Social). Poder

(Colunação Social). Poder

VINCIUS MOTA
Presidente virou
náufraga à deriva e
não governa mais

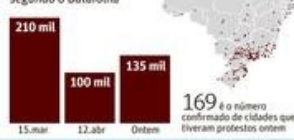
CLÓVIS ROSSI
Mobilização no país
foi sempre coisa
de classe média

Número de mortos pela polícia bate recorde em SP

O número de pessoas mortas pela polícia paulista em serviço no primeiro semestre de 2015 cresceu 10% em relação ao mesmo período do ano passado. E o recorde dos últimos dez anos no Estado de São Paulo.

Para especialistas, os dados mostram que a cultura do confronto fomenta a formação de grupos de extermínio. O governo afirma que reduzir a letalidade policial é prioridade. **Cotidiano R5**

ONDA DE MANIFESTAÇÕES
Pessoas na av. Paulista,
segundo o Datafolha



ENTREVISTA DA 2ª
CARLOS PEREIRA
Oportunidade de
mudança não pode
ser desperdiçada

Para o cientista político Carlos Pereira, há uma rara janela para mudanças no país que não pode ser perdida. "O Brasil está sendo chamado a decidir se quer continuar rotineando," Pág. A14

VALDO CRUZ
Tudo é incerto, mas
semana começa
mais tranquila

RICARDO MELO
Nenhum dos lados
tem condições de
festejar vitória

_____ Poder A.7

TEC
Venda de drogas
lidera crimes da
chamada internet
profunda **Pág. 7**

FOLHAINVEST
Governo sinaliza
apoio a projeto que
eleva remuneração
do FGTS Pág. 1

ESPORTE
Corinthians vence
o Avaí por 2 a 1 e
Palmeiras faz 4 a 2
no Flamengo R1 e R3

CLASSIFICAÇÃO DO BRASILEIRO NO 1º TURNO	
2º	Corinthians 40pts
2º	Atlético - MG 36pts
3º	Grêmio 36pts
4º	Fluminense 33pts
5º	Palmeiras 31pts
6º	São Paulo 31pts

Aeronave com 54 pessoas cai no leste da Indonésia

Um avião com 54 pessoas a bordo caiu em uma área montanhosa no leste da Indonésia. A aeronave, da companhia Trigana Air, partiu de Jayapura, capital da província de Papua, com destino a Oksibil. Meia hora após decolar, perdeu o contato com o tráfego aéreo. As condições meteorológicas eram ruins. A Trigana teve 14 acidentes desde 1991 e foi proibida de sobrevoar a Europa. **Mundo A11**

EDITORIAIS Opinião A2
 Leia "Ainda nas cordas",
 sobre protestos contra a
 presidente Dilma Rousseff,
 e "Câmbio na China", a
 respeito de mudanças rela-
 tivas à moeda do país.

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o
serviço ao assinante, as editoras e a
circulação em fale.folha.com.br

ISSN 1678-0775

9 771614 372025

31547

000000

ATMOSFERA Cotidiano R\$
Tempo seco na capital paulista
Mínima 14°C. Máxima 27°C

mundo A12
Ataque do regime sírio deixa
80 mortos perto de Damasco

RODÍZIO Cotidiano B6
Não devem circular carros
com placas cujo final seja: 1.2

Figura 44: Capa do Jornal Folha de São Paulo em 14 de dezembro de 2015

FOLHA DE S.PAULO

Desde 1921 folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 95 • SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2015 • Nº 31.666

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01h03 • R\$ 3,50

QUANTOS FORAM Público nos atos recentes em SP

Data	Participantes (em milhares)
15. mar	100
12. abr	135
16. mai	100
13. dez	40,3

Cidades com manifestações

27 Capitais e outras
47 Cidades

Fuente: PM nos Estados e Datafolha

Com bandeiras, bonecos infláveis e uma faixa gigantesca estendida pela avenida Paulista, manifestantes pedem a deposição da presidente Dilma

Chanceler da Argentina diz que é hora de baixar tensões

Chanceler do novo governo argentino, Susana Malcorra disse, na Colômbia, que "não cabe acionar a cláusula democrática do Mercosul contra a Venezuela". "Precisamos trabalhar para diminuir as tensões", afirma à Folha.

Ela defende a proposta do presidente Mauricio Macri de "desideologizar" as relações exteriores, revisar contratos assinados pelo kirchnerismo com a China e reaproximar a Argentina de Mercosul e EUA. **Mundo A10**

NATAL sem clima

Milhas viram moeda para comprar e até jogar na loteria

Falharinvest A13

Com decoração mais pobre, av. Paulista atrai pouco visitante

Cotidiano B9

Veja ideias de presentes hi-tec para economizar ou esbanjar

TEC A18

40 mil se reúnem no menor protesto anti-Dilma em SP

BRASIL EM CRISE Adesão diminui depois da deflagração do impeachment

A primeira onda de protestos após o início da tramitação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) levou menos gente às ruas do que manifestações anteriores. Em São Paulo, 40.300 pessoas protestaram na avenida Paulista, segundo o Datafolha.

Em agosto, ato contra o governo reuniu 135 mil na capital. Em março, foram 210 mil. Para organizadores, que agendaram outro ato para março de 2016, o protesto de domingo, convocado às pressas, é só uma prévia do que ocorrerá quando o impeachment for votado.

Na avaliação do Planalto, a menor adesão reforça sua estratégia de buscar um desfecho rápido para o rito de impedimento e mostra espaço para disputar a opinião pública com a oposição.

Órgãos de imprensa foram criticados pelos grupos anti-Dilma no protesto.

Os senadores tucanos José Serra e Aloysio Nunes Ferreira (SP) discursaram pela primeira vez em um evento desse gênero.

Uma das falas mais aplaudidas foi a de Hélio Bicudo, fundador do PT e autor do pedido de afastamento da presidente. **Poder**

França quer acelerar a revisão das metas antiaquecimento

Após liderar o processo que culminou no inédito acordo do clima, o governo francês agora quer convencer os países a reverem antes de 2020 suas metas de redução de poluentes. A ideia de estimular a revisão voluntária, porém, deve encontrar resistência em países como EUA e China. **Mundo A11**

Brasil melhora o seu IDH, mas cai no ranking global

O Brasil perdeu em 2014 uma colocação no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), calculado pela ONU a partir de indicadores de expectativa de vida, escolaridade e renda per capita.

Entre 188 países, o Brasil ficou na 79ª posição. Noruega lidera mais uma vez o ranking global e Niger, na África, é o último colocado.

Em termos absolutos, o índice brasileiro melhorou, mas foi superado por Sri Lanka, que em 2013 estava empatado na 74ª colocação.

O IDH do Brasil ficou em 0,755 em 2014, ante 0,752 em 2013. Expectativa de vida e escolaridade melhoraram no período, mas a renda per capita caiu com a estagnação econômica. **Cotidiano B10**

Estados ameaçam atrasar o reajuste dos professores

Com a queda de receitas e o limite definido em lei para gastos com pessoal, governos e prefeituras dizem não ter recursos para garantir o aumento do peso nacional de professores. O reajuste deve ocorrer em janeiro. Secretários de educação citam dificuldades para manter os salários atuais em dia e temem greves em 2016. **Cotidiano B5**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Acordo de Paris", sobre encerramento da conferência do clima da ONU, e "Cultura da doação", a respeito de filantropia no Brasil e nos EUA.

ATMOSFERA Cotidiano B6

Calor e chuva forte em São Paulo

Mínima 25°C Máxima 32°C

SAÚDE

Estudo revela que felicidade não é sinônimo de longevidade **B11**

RODÍZIO Cotidiano B6

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 1.2

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, ao editor e a circulação. fale@folha.com.br

ILUSTRADA

Em SP, David Gilmour cria catarse com som do Pink Floyd **C6**

ENTREVISTA DA 2ª RICARDO PAES DE BARROS

Crise muito longa vai jogar os pobres para fora do trem

Estudioso da desigualdade no país, o economista do Insper defende que a presidente Dilma faça corte rápido e criterioso de gastos para evitar que os pobres saiam dos trilhos de novo. "Se a crise perdurar, todos sairão perdendo." **Pág. A12**

VINÍCIUS MOTA

Presidente atirou contra o pacto da democracia

O primeiro governo Dilma fraudou sistematicamente o Orçamento. Não foi "menu pedaliado", mas um atentado contra o coração do pacto democrático. **Opinião A2**

BOLEIA E CIRCO

Com chuteiras gigantes, palhaços disputam partida de futebol no estádio do Pacaembu, em São Paulo, como parte da Jornada do Patrimônio Esporte **B2**

Fonte: Acervo Folha

Por fim, duas capas da Veja representam o processo do impeachment e como ele foi enxergado pela direita brasileira, as veiculadas em 18 de abril de 2016 e 18 de maio de 2016. A primeira, trazendo a narrativa do impeachment como uma vitória do povo brasileiro, que venceu a tentativa do comunismo do PT e preservava sua nacionalidade refletida nas cores verde e amarelo. Na segunda, o apontamento do que deveria ser o futuro do Partido, um cenário de ruína, considerando que com Dilma sob impeachment e Lula respondendo aos processos de corrupção, à beira de ser preso, o PT não resistiria.

Figura 45: Capa da Revista Veja em 18 de abril de 2016



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 46: Capa da Revista Veja em 18 de maio de 2016



Fonte: Acervo Pessoal

Um último dado a se considerar neste cenário no que diz respeito à Dilma Rousseff é que, segundo o Projeto Manchetômetro⁸, realizado pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera

Pública (LEMEP), com sede no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mesmo após o impeachment a ex-presidente seguiu entre os políticos mais atacados pelos jornais da mídia tradicional. Na pesquisa ela aparece entre as 10 figuras públicas brasileiras mais citadas negativamente nos principais jornais impressos – Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo e Valor – e no Jornal Nacional, a pesquisa mostrou ainda que, entre os momentos em que foi citada, em 56,4% foi em contexto prejudicial à sua imagem.

Figura 47: Manchetômetro divulgado em 6 de janeiro de 2022



Fonte: Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP)

3.2.1.5.1 Isolamento político de Dilma: onde estava a esquerda em agosto de 2016

Apesar do cenário conflituoso e de relações estreitas e as críticas por parte do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos e organizações sociais que compunham a base dos aliados do governo Dilma Rousseff, na reta final do processo de impeachment, considerando sua gravidade, a esquerda conseguiu se reunir em uma organização unitária em defesa da então presidenta. Esse processo incluiu, inclusive, outros setores da esquerda extremamente críticos ao PT, como o Partido Socialista Brasileiro (PSOL), mas é importante observar que apesar de irem para as ruas ao lado do PT estes não deixaram de apontar seu apoio crítico, tendo também setores e correntes internas divergentes do apoio majoritário à Dilma.

Dentre da necessidade, entre as principais organizações brasileiras, manifestam seu apoio explícito contrário ao processo de impeachment organizações como o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude, uma lista de 41 reitores e pró-reitores de universidades e institutos técnicos federais, 16 governadores e 16 prefeitos brasileiros. Como forma de reivindicação da inocência de Dilma, estas organizações realizaram manifestações nacionais, entre elas as que merecem um maior destaque aconteceram no dia 16 de dezembro de 2015 e em 18 e 31 de março de 2016.

Como consequência da tentativa de unidade e, a partir da leitura de que a saída à esquerda para o Brasil só seria possível através da construção de uma frente capaz de aglutinar as organizações em torno da luta pela construção de um projeto popular para o Brasil, que nasceu a Frente Brasil Popular. Em seguida, a partir de um racha político protagonizado pelo PSOL, nasceu também a Frente Povo Sem Medo, uma posição que desaguou inclusive em na manifestação de 21 de agosto de 2016, que deixou o PT de escanteio.

Em números, nas ruas as manifestações chegaram a ser maiores que os atos anti-Dilma, entretanto não foram o suficiente para livrá-la do impeachment. Se, nas ruas, o que se constituía na verdade era uma unidade superficial, com amplas divergências políticas entre parcela das organizações, que não sabiam se defendiam Dilma Rousseff, se reivindicavam uma nova eleição (posição de Luciana Genro⁶⁹, por exemplo) ou se convocava um “Fora Todos” (posição do PSTU⁷⁰). Nas bases influenciadas pela militância petista, o que se via também era a decepção popular, um povo que, diante da instabilidade política, viu suas expectativas frustradas através da ausência de

69 Luciana Genro é advogada e política brasileira filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o qual também foi fundadora. Ela disputou à presidência da República nas eleições de 2014.

70 Partido Socialista do Trabalhadores Unificado

mudanças mais radicais, impossibilitadas pelos acordos que o governo fora obrigado a fazer com partidos centristas para montar uma sempre potencialmente instável maioria no Congresso Nacional.

Além disso, em um cenário de queda de força social e capacidade organizativa do PT, se viu também o fruto do afastamento dos governos, tanto de Lula quanto de Dilma, das bases dos movimentos sociais. Essas organizações, ainda que em sua ampla maioria tenha ido às ruas com prioridade em defender Dilma, via refletindo em suas bases a desilusão de quem apostava em políticas públicas que provocassem mudanças significativas na vida das classes populares. Entretanto, nos anos de governo, tanto o PT foi incapaz de incluí-los politicamente nas prioridades institucionais, quanto não tinha um plano de diálogo e comunicação com o povo sobre estes feitos. Assim, ainda que a direção dos movimentos sociais e organizações de esquerda apontassem a necessidade de ir às ruas, de forma massiva o povo brasileiro não foi.

4 O LEGADO DE JUNHO DE 2013: O QUE TEMOS A APRENDER

Devido a pandemia de coronavírus que atravessou o mundo em 2020, alterando os prazos e muito do que se previa para o futuro, inclusive a finalização deste estudo em novembro de 2021. Coincidentemente, esta pesquisa chega ao fim às margens de um novo processo eleitoral, após o governo provisório de Temer e a beira de completar os quatro anos da gestão de Jair Bolsonaro, refletir os aprendizados de 2013 se tornou ainda mais urgente. Podem existir diversas divergências em relação a leitura do que representaram e o que foram os anos das jornadas de junho, mas uma opinião coletiva é que este processo de manifestações alterou profundamente a forma de fazer política e comunicação no Brasil.

Em 2013 é possível já enxergar sinalizações iniciais das forças que compõem o centro da política brasileira em 2022, que envolve o aprofundamento do papel das redes sociais para a disputa ideológica; o avanço das forças neofascistas através de grupos como o Movimento Brasil Livre e a ascensão do bolsonarismo; e, conseqüentemente, uma polarização ideológica social, com o avanço da violência em torno do racismo, machismo, LGBTIfobia e da perseguição política.

Ao tratar desse contexto, é preciso reafirmar um elemento que foi observado lá em 2013, no ápice das manifestações, e hoje segue como uma característica temporal da política da América Latina: as manifestações no Brasil não foram um fato isolado. A ida do povo às ruas em 2013 e nos anos seguintes esteve enquadrada em um cenário geral do continente latino-americano, que de 2013 para cá passou por episódios de golpe, impeachment e derrotas eleitorais que se assemelharam aos ataques sofridos por Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores.

As revoltas de junho de 2013 e suas características – tais como a desorganização, a pluralidade de reivindicações, a ausência de projetos políticos de longo prazo, a falta de lideranças, etc. – demonstram não se tratar de um evento isolado. Fazem parte de uma tendência de movimentos que estão eclodindo em todo o mundo, a exemplo do movimento dos indignados na Espanha, das manifestações da Primavera Árabe e dos movimentos estudantis no Chile. Esse fato faz com que alguns autores – e.g., Raúl Zibechi e Aníbal Frias – comecem a estruturar uma categoria de classificação de novíssimos movimentos sociais. (BELLO; DE CARVALHO FEITOSA, 2014, p.5).

Trata-se de um padrão de comportamento visando a desestabilização ideológica que caracteriza a nova forma de ataque do imperialismo para desestabilizar governos que vão de encontro aos seus interesses políticos. Mais uma vez, afirmar isso não é tirar a legitimidade dos movimentos sociais que foram às ruas neste período, mas apontar a capacidade de intervenção por parte da direita em pautar os motivos que levaram mais pessoas a irem para rua, em especial através da luta contra a corrupção. Anos após as jornadas de junho e olhando para como se comporta o governo Bolsonaro, pode-se dizer não é mera coincidência a relação de aparelhamento deste com o

governo de Trump, ainda mais quando vemos na campanha e governo de Jair Bolsonaro a repetição de métodos e comportamentos, como se fosse uma cópia de persona política.

Entre as reflexões do que devemos absorver de aprendizado e também refletir como desafio para o futuro, esse trecho da presente pesquisa se desenvolverá em torno de três elementos gerais: (1) a partir do que já foi apresentado concluir qual o papel da mídia tradicional e das redes sociais na disputa de territórios; (2) refletir o papel da janela histórica estudada para a construção do neofascismo no Brasil; e (3) apontar e compreender qual o papel e os desafios dos movimentos sociais dentro do atual cenário.

4.1 A mídia tradicional e o papel das redes sociais

Ainda que ao longo dos últimos anos tenha se repetido que a mídia tradicional está perdendo espaço e, de fato, ela até tenha sofrido com a crise de credibilidade e de preferência por parte da população brasileira com a popularização da internet. O que vimos nos últimos anos é que não só esses grupos de comunicação foram capazes de se adequar às plataformas que surgiram com o avanço das tecnologias da comunicação; como as próprias plataformas, a partir da política de alcance e engajamento, priorizaram a difusão de conteúdos vinculadas a grupos e temáticas específicas.

De fato, o ritmo que a sociedade consumia informações e conhecimento mudou, os conteúdos estão cada vez mais segmentados e atrelados à publicidade, ligados a modelos de comportamento e bolhas sociais. Mas, nem por isso, retira a importância dos conglomerados de comunicação, que continuamente influenciam e são influenciados pelo território das redes. Os meios de comunicação tradicionais construíram um nível de credibilidade diante da população brasileira que, mesmo diante de suas crises, precisa de muito para ser perdida. Mais que isso, no universo do mar de informações das redes sociais, estes meios funcionam como base de parâmetro para o que de fato é verídico ou não.

Como já vimos ao longo da presente pesquisa, à medida que a internet avança ela passa a replicar um modelo atualizado de monopólio da comunicação. Ainda que forneça muito mais liberdade para os usuários compartilharem suas próprias mensagens, o que era inviável através da TV, por exemplo; a dificuldade em fazer as mensagens individuais chegaram a mais pessoas sem impulsionamento monetário e tecnológico é cada vez maior. A partir disso, se reafirmam antigas necessidades e novos desafios diante dos meios de comunicação. Podemos elencá-los e resumi-los a partir das seguintes afirmações e/ou desafios:

- a) Os meios de comunicação, seja a mídia tradicional ou as novas redes sociais, ainda são os grandes responsáveis pelo agendamento dos temas debatidos em sociedade, seja para pautá-los ou para direcionar por quais caminhos os temas de interesse social irão se desenvolver;
- b) Apesar da internet, o cenário de monopólio midiático ainda persiste e é realidade permanente na conjuntura brasileira, fato que fez cair por terra a ideia de que com o avanço da internet viveríamos uma realidade de liberdade pela da comunicação. A luta pela democratização da comunicação ainda é uma prioridade dentro da necessidade de equilíbrio de uso das ferramentas de comunicação no país;
- c) A concentração dos meios de comunicação nas mãos de um pequeno grupo, em sua maioria empresas privadas vinculadas a famílias e partidos políticos, é um impedimento à construção autônoma da informação, considerando que estes grupos cotidianamente se utilizam das ferramentas de comunicação para legitimar os seus interesses de minoria frente aos reais necessidades da classe trabalhadora;

Visto isso, não ter uma política nítida e pragmática em relação a democratização dos meios de comunicação e da real regulação dos seus usos, é perpetuar o cenário de desequilíbrio por parte do uso destes. O processo de democratização dos meios de comunicação no país é parte fundamental para a construção de um outro tipo de realidade brasileira, trata-se de um princípio básico para o processo de redemocratização da sociedade. Em um período em que os direitos estão sendo cada vez mais destruídos e que as redes têm sido utilizadas não apenas para defender o viés ideológico de que as detêm, mas também passaram ser uma grande arma de distribuição de mentiras e para a livre veiculação discurso de ódio, como se vê a partir do uso destas por parte dos grupos bolsonaristas.

Por fim, para que haja democratização da comunicação é primordial também entender a realidade brasileira, por isso todo o resgate geopolítico travado na presente pesquisa. Se faz necessário verificar como a mídia interfere na seleção de informações e opiniões, da mesma forma, como, através do seu poder política, os conglomerados de comunicação vêm conseguindo evitar que a democratização da comunicação se torne real, como ocorreu nos governos PT. Sem essa compreensão geral e sem estas resoluções, seguiremos no mesmo barco.

4.2 Contra-ataque: a reconstrução do fascismo no Brasil

Não podemos dizer que 2013 é responsável pela reconstrução das ideias neofascistas e pelo cenário de conservadorismo no Brasil, seria envergar a vara em um caminho contrário aquelas que

colocam o período como o ápice da manifestação da democracia no Brasil, e por isso também realizam uma leitura errônea. Associar a linha ideológica que elegeu e dá bases para o governo Bolsonaro às jornadas de junho de 2013, na verdade, é olhar como algumas sementes dessa área conservadora que foram implementadas lá atrás. Essa identificação passa por três processos:

- a) O arrocho político na tentativa de evitar grandes mobilizações populares
- b) A construção de figuras anti-PT, em especial Jair Bolsonaro
- c) A crise da verdade, que ultrapassa o questionamento da mídia e deságua no dilema das *Fake News*.

Assim, para entender quais foram essas sementes deixadas pelas jornadas de junho de 2013 e identificar qual foi o discurso que venceu o Partido dos Trabalhadores e, consequentemente, hoje domina o território brasileiro, vale uma breve reflexão sobre como se constituiu a ascensão dos discursos conservadores. Tratam-se discursos politicamente sintomáticos, que pedem por intervenção militar, volta da ditadura, veneram aos EUA, tem por consequência a ampliação da participação das Forças Armadas em cargos políticos, assim como formam parte da construção da personalidade política de Jair Bolsonaro.

Trata-se de um cenário político construído pela direita, que tem bases no recrudescimento da violência contra militantes de movimentos populares e integrantes de grupos minoritários, colocando desafios ainda maiores para a organização destes. No momento que estas ideias vencem nas urnas, o Brasil passa viver um novo cenário, em que a direita até se diferencia no campo do comportamento moral, colocando de um lado a mídia tradicional (Globo, Estadão, Folha etc) e do outro o Bolsonarismo, mas se assemelha na construção de uma economia de crescente desnacionalização, acompanhada do abandono de políticas de afirmação de soberania nacional, com retorno das privatizações desenfreadas e a transferência das riquezas naturais brasileiras ao controle do capital estrangeiro, como o desmonte da Petrobras e Embraer.

4.2.1 A tentativa de cerco às manifestações sociais

Segundo estudo publicado pela Artigo 19 em junho de 2018, entre este período e as jornadas de 2013 foram protocolados uma média de 70 projetos de lei, via Executivo, Legislativo e Judiciário, que tinham como objetivo final criminalizar os manifestantes de esquerda que iam às ruas. Quando se afirmam e restringem essas movimentações aos movimentos de esquerda, é porque, ainda que os projetos coloquem as limitações em âmbitos gerais, ou seja, qualquer tipo de manifestação; na prática, a institucionalização da violência e da restrição ao direito de ir às ruas é focada neste grupo específico. Não à toa, já em 2013 era possível ver quem era o foco das

repressões militares nas ruas e qual era o tipo de manifestação que os meios de comunicação pintavam como as manifestações legítimas.

Assim, através de Projetos de Lei (PL) como o PL13.260/2016, um dos principais criados neste período, o que se viu foi a tentativa de restrição do direito ao protesto que passam por três caminhos de atuação:

- a) Criação de novos tipos de crimes: entre eles, as PLs, como a Lei Antiterrorismo (13.260/2016), sancionada por Dilma Rousseff, que previam os crimes de vandalismo e de terrorismo. Também preveem a proibição do bloqueio de vias e do uso de máscaras, em manifestações;
- b) Alterar os crimes já existentes e promover o aumento das punições: como o aprofundamento da pena para casos de incêndio e resistência quando durante os protestos sociais"
- c) Tentativa de criar restrições e a regulamentação ao direito de manifestantes: ou seja, preveem processos burocráticos para a viabilização dos atos, como a necessidade de prévio para que as manifestações possam ser realizadas sem sofrer repressão policial.

Com isso, o que se pode ver em 2013 é o plantio da semente de um processo de aprofundamento da criminalização dos movimentos sociais no Brasil, historicamente já marginalizados; e, através da Lei Antiterrorismo, um descuido por parte do próprio Partido dos Trabalhadores em como lidar com este tema frente ao processo de mediações com as forças políticas aliadas mais ao centro e a direita. O processo que foi aberto lá atrás tem sido acirrado nos últimos anos, marcados pela adoção de um modelo de controle social repressivo direcionado às populações faveladas (e aqui se encaixam as organizações e movimentos urbanos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, MTST), que se revela também no aumento do número de mortes de figuras políticas e lideranças, como Marielle Franco, e a perseguição institucional, através do aumento de processos e prisões políticas contra manifestantes, como ocorreu com Preta Ferreira e Sidney Ferreira, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTC), em 2019.

4.2.2 O discurso neofascista, a figura de Jair Bolsonaro e a república das *Fake News*

Apesar da crescente das ideias conservadoras no Brasil, os grupos organizados através das ideias fascistas no país pequenos e dispersos, como afirma Odilon Entretanto, cabe aqui a reflexão de que não necessariamente porque eles são pequenos em nível organizativo, isso não quer dizer que deve-se diminuir o cuidado que ao combater estes grupos, que fazem parte da base que sustenta e defende Jair Bolsonaro, maior expressão das ideias neofascistas no Brasil na atualidade. Através

da radicalização das pautas conservadoras, em 2013 estes grupos também estiveram nas ruas, apoiaram e fizeram parte do nascimento do Movimento Brasil Livre e do Movimento Vem Pra Rua,

Historicamente os grupos de ideologia fascista sempre estiveram presentes no Brasil, se expressando no país através de grupos como a Ação Integralista Brasileira (AIB), reivindicada por Jair Bolsonaro. Semelhantes à forma de organização fascista tradicional, estes grupos de organizam através dos pilares de tentativa de rompimento com o plano institucional, como via única de extinguir seus inimigos políticos e salvar o país das mãos de seus inimigos (no caso, representados pelo PT); a exaltação da meritocracia, em que a burguesia tem seus bens porque mereceu, indo de encontro às políticas sociais de distribuição de renda; a falsa ideia de união e cooperação entre as classes, afirmando através disso e da meritocracia também uma divisão entre superiores e inferiores na sociedade.

Em geral, estas organizações têm uma estrutura e maior aceitação em cidades do Sul e Sudeste, com predominância no Rio de Janeiro e em São Paulo, e se articulam através da exaltação à ideia fascista e também do saudosismo ao período da ditadura militar. Em relação a 2013, há alguns elementos do discurso defendido durante as manifestações que precisam ser levados em consideração. Unidos ou isolados, eles podem ser colocados como o que Umberto Eco (1984, p. 174) chama de conceito de ‘bombas semióticas’; que, para ele, é nada mais nada menos de inverter o significado das mensagens que estão sendo veiculadas para usá-las em função de determinado campo ideológico. Em 2013 eles se manifestam através de duas ideias centrais:

1. **Renegação dos movimentos e organizações sociais de esquerda:** à medida que as manifestações cresceram e outros atores passaram a ocupar as ruas, os manifestantes que portavam bandeiras de partidos de esquerda, entre eles o próprio Movimento Passe Livre, foram agredidos e impedidos de marcharem em diversas capitais. A ordem das ruas passa a ser: sem bandeiras e sem partido.
2. **Fortalecimento do anti-PTismo como síntese da luta anticomunista:** o sentimento em torno do anticomunismo é uma marca da política brasileira. Tema permanente nas grande curriculares do Exército até a atualidade, essa manifestação surge no país logo após a Revolução Russa (1917) e tem sua primeira grande onda após a Intentona Comunista (1935), através da figura de Luiz Carlos Prestes, que declarou sua adesão ao pensamento marxista. É este mesmo sentimento que construiu as bases ideológicas para a viabilização da ditadura militar de 1964 e que, através de anti-PTismo, ressurgiu nas ruas nas jornadas de junho de 2013. Tendo em Lula, um sindicalista, e Dilma Rousseff, uma ex-guerrilheira, os símbolos principais do PT no período, a construção da ideia de que o partido transformaria o

país em uma nova Venezuela ou Cuba foi amplamente divulgada lado a lado desconstrução moral que caracterizava um comunista segundo a direita.

Unindo estes dois sentimentos como base de sua constituição, em 2014 nasceu oficialmente o Movimento Brasil Livre (MBL), uma movimentação de ofensiva por parte da direita. O MBL assumiu o papel de ser um dos maiores movimentos contrários aos governos petistas, sendo financiado por partidos da direita, como o Partido Solidariedade e o próprio PMDB, de Michel Temer, ainda que se definisse enquanto um movimento apartidário.

Neste contexto, com a chegada das eleições de 2018 e diante da necessidade de uma figura política capaz de comportar essa síntese ideológica, cresceu a figura de Jair Bolsonaro. Construído em nível de comportamento, tanto individual quanto de método de campanha, em cima dos moldes da figura de Donald Trump, apesar de adotar um discurso ultraliberal, diferente do programa econômico do norte-americano, como via de fortalecimento de sua figura Jair Bolsonaro, fez uso de uma mesma dimensão de instrumentos de disputa ideológica. Aqui pode-se destacar o uso das redes sociais, dos instrumentos de comunicação digitais e da exploração de bancos de dados (bigdatas) vinculadas à utilização de robôs de disparo de informação

Juntamente a isto, somou-se uma forte de movimentação de uso da desinformação com base na circulação de notícias falsas nas redes sociais, uma das ferramentas mais perigosas, e que surtiu efeito nas eleições estadunidenses. Remetendo às bases da propaganda fascista de Hitler, representada pela afirmação de Joseph Goebbels, de que “uma mentira contada mil vez, torna-se verdade”, a desconstrução do PT, que levou à derrota eleitoral de Fernando Haddad, se desenvolveu a partir de uma narrativa de que o partido implementaria um kit-gay nas escolas, distribuiria “mamadeiras de piroca”, em síntese, nas *fake news*, além da associação aos casos de corrupção, o PT é colocado como a representação da destruição dos valores da família brasileira. Os mesmos valores que os principais atores do governo de Jair Bolsonaro afirmavam estar defendendo quando foram a favor do impeachment de Dilma, em 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a presente pesquisa já com a certeza sobre o papel fundamental que os meios de comunicação tem em relação à disputa de poder, uma afirmação que é confirmada a partir do momento que identificamos que os principais marcos da história destes meios estão diretamente ligados às transformações da geopolítica mundial. Esta constatação se reafirma também a partir da compreensão que as tecnologias da informação não cumprem apenas a função de divulgar fatos, elas são uma ferramenta que tem a política em toda a sua composição e servem ao interesse desta. Logo, estes espaços, enquanto territórios imateriais, também serve à disputa de poder.

Aqui se desmente mais uma vez a falsa crença da existência de uma comunicação neutra, colocando como ordem de urgência a necessidade de avançar na construção de uma regulamentação capaz de garantir que o funcionamento destas tecnologias seja de acesso de todos e tenha uma política mínima de uso e execução a partir de sua regulamentação. Este desafio se torna ainda mais urgente quando olhamos para as últimas movimentações de disputa territoriais no mundo e percebemos a centralidade que as TICs, cada vez mais avançadas vem exercendo, seja a partir do uso das redes sociais de figuras pública, das políticas de funcionamento das plataformas de redes sociais ou de massivos de disparo em massa que favorecem a difusão de informações politicamente orientadas.

Nesta pesquisa, a análise semiótica e a netnografia foram um caminho acertado para a visualização de como se deu a construção negativa do PT, quem foram os responsáveis por essas movimentações e como eles se comportaram na construção de suas narrativas. Nesta disputa política, os meios de comunicação são colocados como ferramenta de disputa ideológica a tal ponto que os veículos de comunicação tradicionais, como a Veja e a Folha de São Paulo, deixam de lado questões éticas da profissão jornalística, privilegiando seu interesse particular em detrimento do interesse público. Não se pode considerar imparcial uma cobertura que, explicitamente apoiou um governo em detrimento de outro.

O que vemos no caso estudado é a construção tendenciosa da imagem do Partido dos Trabalhadores, quando olhamos para as capas de revista e jornais é perceptível que muitas das informações contidas nelas tinham mais relação com a opinião da revista do que um fato realmente verdadeiro. Assim, os meios de comunicação colaboraram que se disseminassem opiniões baseadas em produtos que não tiveram esse comprometimento com a verdade. O que tem de diferenciado nesta movimentação é o papel das redes sociais, que vai se alterando de função a depender do contexto, variando entre ser espaço de difusão das ideias de direita, que detêm uma concentração de tecnologia muito maior que os movimentos sociais. Mas também como espaço de possibilidade de

disputa ideológica, considerando que o uso e acesso às redes sociais, ainda que sob a lógica dos algoritmos, permite o amplo uso desses movimentos.

Logo, assim como a geografia, pode-se concluir que a comunicação serve também para fazer a guerra e tem lugar de protagonismo quando pensamos na sua capacidade enquanto ferramenta de disputa ideológica dentro das guerras de quarta geração. Olhar para este caso e encaixá-lo dentro do contexto geral da América Latina, é compreender que o que foi visto no Brasil é parte de um contexto geral de ofensiva do governo estadunidense diante da tentativa de manutenção de sua hegemonia diante da ascensão de Rússia e China como novas potências globais.

Por fim, reafirma-se a partir do estudo deste período da história brasileira que a compreensão de como funciona a comunicação midiática é um elemento crucial para compreender como se desenvolve a disputa de poder na contemporaneidade. Sendo assim, indispensável para refletir sobre as sociedades modernas e as movimentações estratégicas no campo das disputas territoriais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. A.. **O que é uma guerra não convencional?** Segunda Opinião, 2016. Disponível em:<<https://segundaopiniaio.jor.br/o-que-e-uma-guerra-nao-convencional-por-alexandre-aragao-de-albuquerque/>>. Acesso em 02 jan 2022
- ANTUNES, P. F. R.. **Lénine e Clausewitz: a guerra como continuação da política por outros meios**. Verinotio: Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. ISSN 1981-061X . Ano XI . abr./2016 . n. 21
- ARAÚJO, P. G. T.. **Resenha: COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre o Território e o Poder/ Wanderley Messias da Costa**. Revista GeoAmazônia: 2017
- ARROYO, J. D.. **Entre la farándula y el duopolio: tratamiento a “lo popular” y configuración de ideario en la prensa diaria en Chile (1960-2008)**. Una aproximación hasta (hacia) el presente. Revista F@ro, n.7, Valparaíso: Universidad de Playa Ancha, 2008.
- ASSMANN, H.. **A Igreja eletrônica e seu impacto na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986
- BAHIA, J.. **Jornal, história e técnica. As técnicas do jornalismo**. São Paulo. Ed. Ática S.A, 1990
- BARREIRA, C. C. M. A.; FONSECA, W. N.; OLIVEIRA, A. F. **As categorias território e poder em geografia**. in Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 v.9, n.2, p.128-148(2020)
- BARROS, B. M. C. de. **As igrejas e os meios de comunicação: uma análise jurídica da convergência entre Mídia e Fé**. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VII Mostra de trabalhos jurídicos científicos, 2014
- BECERRA, M.; MASTRINI, G.. **“Senderos de la economía de la comunicación: un enfoque latinoamericano”**, en Cuadernos de Información y Comunicación, vol. 11, Universidad Complutense de Madrid, Madrid. 2006
- BECERRA, M.; MASTRINI, G.. **Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de los medios en la América Latina del siglo XXI**. Buenos Aires: Prometeo. 2009
- BELLO, E.; DE CARVALHO FEITOSA, H.. **A cidadania (re)ativa no Brasil: movimento social ou individualidades reunidas? Uma análise crítica das jornadas de junho de 2013**. Jurídicas. No. 1, Vol. 11, pp. 57-74. Manizales: Universidad de Caldas, 2014
- BALBONI, M.. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2007**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2008.
- BALBONI, M.. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil : TIC Domicílios e TIC Empresas 2006**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007.

BALBONI, M.. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil : TIC Domicílios e TIC Empresas 2005**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006.

BOURDIEU, P.. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORDENAVE, J. E. D.. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 11ª Ed, 1988

CARDOSO, L. C. M.. **Hegemonia e contra-hegemonia na cultura popular de Maranhão**. Revista de Políticas Públicas: 2018

BORGES, R. M. R.. **O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo**. Revista Contemporânea: n.21, ano 11, vol.1. 2013.

CARVALHO, D. V. de. **Na rota das contra-revoluções "coloridas"**. IELA: 2019. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/noticia/na-rota-das-contr-revolucoes-coloridas>>. Acesso em 16 jan. 2022

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Dois Anos de Governo Eletrônico – balanço de realizações e desafios futuros**. Brasília: Secretaria Executiva, 2002. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90balanco_2anos_egov.pdf>. Acesso em 28 de janeiro 2020

CASTELLS, M.. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede**. Vol. I.Trad. Roneide Venancio Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003

CASTELLS, M.. **Manuel Castells sobre Comunicação e Poder**. Youtube, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com.br/watch?v=w7_LXYJvoVo>. Acesso em 28 nov. 2021

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005

CLAVAl, P.. **A Geografia cultural no Brasil**. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/8pk8p/pdf/barthe-9788523212384-02.pdf>>. Acesso em 29 set. 2020

CHILE. MINISTERIO DE TRANSPORTES Y TELECOMUNICACIONES. **Sector Telecomunicaciones Cierre 2015**. [S.l.]: Chile. Ministerio de Transportes y Telecomunicaciones COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2ª Edi, 3ª reimpr, 2013

CUNHA, L. C.. **Templos Eletrônicos – Os espertalhões da fé**. Observatório da Imprensa, 10 Jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/jornalista-acusa-malafaia-macedo-santiago-vendilhoes-fe-29288.html>>. Acesso em 16 janeiro 2021.

DA VIÁ, S. C.. **Opinião pública: técnica de formação e problemas de controle**. São Paulo: Loyola, 1983. p.7-58.

DEUS, J. B. de. **Um breve comentário sobre o espaço e o tempo em Geografia**. Boletim Goiano de Geografia, 15, jan. dez. 1995

DRESH, J.. **Réflexions sur la géographie**. La Pensée 18, 1989

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. **Ley General de Telecomunicaciones, tecnologías de información y comunicación**. 2011

FERREIRA, J. G.; PEREIRA, E. de M. **Capas da Revista Veja: significados explícitos e implícitos**. UFPA, 2014

FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo Folha**. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br>>. Acesso em 03 jan 2022

FORMENTÃO, Francismar. **A semiótica discursiva no estudo do jornalismo e da sociedade**. Intercom: 2009

FUINI, L. L.. **Território e poder em Michel Foucault: propondo um dialogo com a geografia**. In Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Outubro-Dezembro, 2018

FUINI, L. L. **Sobre poder e território na geografia política de Claude Raffestin**. In Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 17, n. 3, p. 162-168, Dez. 2015

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GOBIERNO BOLIVARIANO DE VENEZUELA. **Ministério del Poder Popular para la Comunicación y la Información**. Ley de Responsabilidad Social em Radio, Televisión y Medios Electrónicos. Caracas, 2011.

HAESBAERT, R.. **Identidades territoriais**. In: Manifestações da cultura no espaço. Editora UERJ. Rio de janeiro: 1999b, p. 169-190.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARRIGTON, L. B.. **A guerra "não-convencional" : uma dissuasão global**. Biblioteca do Exército Digital, 2018. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/2920>>. Acesso em 20 nov 2021

HORKHEIMER, M.. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica, Idem, Filosofia e Teoria Crítica**. Os Pensadores XLVIII (org. Loparic e Arantes), Editor Victor Civita, São Paulo, 1975

HOHLFELDT, A.; VALLES, R. R.. **Conceito e história do jornalismo brasileiro na "revista de comunicação"**. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1467>>. Acesso em 08 outubro 2020

INSTITUTO FEDERAL DE TELECOMUNICACIONES. IFT, 2015. Disponível em: <<https://www.ift.org.mx>>. 12 dezembro 2020

KARL, M.. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. 36ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

KORYBKO, A.. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOZINETS, R. V.. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2010.

KOZINETS, R. V.. **On netnography: Initial reflections on consumer research investigations of cyberculture**. ACR North American Advances, 1998.

LAGE, N.. **Linguagem Jornalística**. Ática, 2003.

LEAL, F. D.. **A guerra irregular: a conspiração do silêncio no século XXI? (1)**. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/671>>. Acesso em 10 jan 2022.

LENIN, V. I.. **“War and revolution”**. In: Lenin collected works v. XXIV. 1964b, pp. 398-421.

LEIRNER, P. C.. **O Brasil no espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda, 2020.

LIEDTKE, P. F.; AGUIAR, I.. **Políticas Públicas de Comunicação no Governo Lula (2003-2010): Avanços e Retrocessos Rumo à Democratização do Setor**. Intercom: 2011.

LIMA, P. H. S.. **Conceitos e categorias geográficas e as estratégias do poder**. in Revista OKARA: Geografia em debate, v.5, n.1-2, p. 5-31, 2011. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB .

LIMA, V. A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2ª Edi, 2ª reimpr, 2012

MATOS, C.. **Mídia e política na América Latina: globalização, democracia e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MACEDO, M. E.; MARTINS, A.; PIRES, F. da R. **Mídia e Democracia na América Latina: notas preliminares**. Rio de Janeiro: Toma UNO, UERJ, nº 5, 2016.

MARICATO, E.. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARINGONI, G.; GLASS, V.. **A regulação da mídia na América Latina**. SP: Ipea, 2012, ano 9, ed 71. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2723:catid=28&Itemid=23#:~:text=BOL%C3%8DVIA%20Em%2010%20de%20agosto,direitos%20aos%20chamados%20povos%20origin%C3%A1rios>. Acesso em 10 janeiro 2021.

MARQUES, D.. **O sujeito em Lenin e Gramsci: o lugar e o método na formação política**. Revista Conhecimento Online, ano 4, vol. 2, set: 2012.

MARTELETO, R. M.; MARTINS, A.A. L.. **Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 5-24, mar./ago: 2019.

MARTINS, F.. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2ª Edi, 1ª reimpr, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F.. **A ideologia alemã I: crítica da filosofia alemã recente**. V. 1, 3 ed. Brasil: Livraria Martins fontes, 1979.

MEDEIROS, M.. **Políticas públicas de inclusão digital no governo Lula (2002-2008): análise e primeiros resultados**. PPED/UFRRJ. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Políticas%20publicas%20de%20inclusao%20digital%20no%20governo%20Lula.pdf>>. Acesso em 01 fev 2022.

MEIRA, C. G. E.; PEREIRA, E.; SARZI, K. B. D.; PEIXOTO, M. S. S.. **Ícone e símbolo: a semiótica Peirceana na língua brasileira de sinais**. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 2, p. 157-166, 2017.

MELO, J. M. de. **Os primórdios do ensino de jornalismo**. A História do Ensino de Jornalismo e das Profissões Midiáticas. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho para o Resgate da Memória da Imprensa e a Construção da História da Mídia. Florianópolis, 2004.

MELO, D. P; MELO, V. P. **Uma introdução à semiótica peirceana**. Repositório Unicentro: 2015.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional 2007-2010**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0021/21439.pdf>.

MOLINA, M. C. G.. **A Internet e o Poder da Comunicação na sociedade em rede: influências nas formas de interação social**. Revista Metropolitana de Sustentabilidade (RMS), vol.3, nº3: 2013.

MORAES, A. C. R.. **Geografia. Pequena História Crítica**. Annablume; 1ª Ed., 2007.

MORAES, D. de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Revista Debates: Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

NADOTTI, V. X.. **O PT e a democratização das comunicações**. Resolução do 3º Congresso do PT: Fundação Perseu Abramo, 2007.

PACHECO, P.. **La comunicación alternativa en Chile es un ejemplo a seguir por los pueblos del Ecuador**, por Paola Pacheco. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article166672.html>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PIÑA, E.. **Intolerancia a la crítica y hegemonia comunicacional menoscaban libertad de expresión**. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina: Bogotá, 2010.

POLATO, F. S.. **O uso do rádio e da TV por instituições religiosas: Um fenômeno crescente nos mais variados canais de comunicação**. UNESP: 2015.

PORFIRIO, F.. **Poder**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/poder.htm>>. Acesso em 17 jan 2022.

RAFFESTIN, C.. **Por Uma geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática. 1993.

REPUBLICA DEL EQUADOR. **Ley Orgánica del Comunicación**. Asamblea Nacional. Quito, 2013.

REZENDE, G. J. de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, W. C. **Globalização e geografia em Milton Santos**. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm> [ISSN: 1138-9788].

RINALDI, A. S.. **Comprem a democracia: o papel dos meios de comunicação de massa e do liberalismo na redemocratização do Chile**. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/118018>>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

RÜDIGER, F.. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2ª Ed, 2013.

SAID, E. W.. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras. 2007

SANTA CRUZ A., Eduardo. **Los orígenes del periodismo radial en Chile**. In: XII.

SANTOS, M.. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 5º Ed, 3ª reimpr. 2012).

SANTOS, M.. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 6ª Ed., 2012.

SANTOS, M.. **Por uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Record; 30ª Ed., 2000.

SANTOS, M.. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico**. São Paulo: Edusp; 5ª Ed., 2008.

SANTOS, R. N. R. dos. **O poder da Comunicação**. Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib., João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 054-056, 2017.

SEVERO, L.; SILVA, V.. **Argentina: o porquê da campanha contra Cristina Kirchner**. Brasil de Fato in Outras palavras. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidi as/ argentina-2/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

SILVA J. C.; SILVA, A. da C. T.. **Pressupostos da teoria semiótica de Pierce e sua aplicação na análise das representações em Química**. VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristóvão: SE, 2012.

SOUZA NETO, M. F. de. **A ciência geográfica e a construção do Brasil**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.9-20, 2000.

SOUZA BRASIL, J. P.. **Fundamentos antropológicos da comunicação**. In: Adísia Sá (Coord.). Fundamentos científicos da comunicação. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 74-103.

TIRONI, E.; SUNCKEL, G.. **“Modernización de las comunicaciones y democratización de la política. Los medios en la transición a la democracia en Chile”**. Estudios Públicos. Centro de Estudios Públicos. Nº 52, 1993, pp. 215-243.

VASCONCELOS, V. T.. A geografia em Immanuel Kant. Programa de Pós Graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial e Evolução do Pensamento Geográfico. PUC-MG: 2008.